

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Filipe de Melo Gomes

**A GUERRA DOS EMBOABAS:  
as figurações sociais no alvorecer do leviatã mineiro**

Belo Horizonte  
2020

Filipe de Melo Gomes

**A GUERRA DOS EMBOABAS:  
AS FIGURAÇÕES SOCIAIS NO ALVORECER DO LEVIATÃ MINEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Sociologia Urbana e das Populações

Orientadora: Profa. Dra. Yumi Garcia dos Santos

Belo Horizonte

2020

301  
G633g  
2020

Gomes, Filipe de Melo.

A Guerra dos Emboabas [manuscrito] : as figurações sociais no alvorecer do Leviatã mineiro / Filipe de Melo Gomes. - 2020.

202 f. : il.

Orientador: Yumi Garcia dos Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia – Teses. 2. Brasil – História - Guerra dos Emboabas, 1708-1709 – Teses. 3. Civilização – Filosofia - Teses. I. Santos, Yumi Garcia dos . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



Programa de Pós Graduação em Sociologia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais

## ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

### FILIPE DE MELO GOMES

Aos 08 (oito) dias do mês de julho de 2020 (dois mil e vinte), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada: **"A Guerra dos Emboabas: As figurações sociais no alvorecer do Leviatã mineiro"**. A banca foi composta pelos professores doutores **Yumi Garcia dos Santos** (Orientadora - DSO/UFMG), **Dimitri Fazito de Almeida Rezende** (DSO/UFMG) e **Mônica Brincalepe Campo** (UFU).

Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação (  )

Reprovação da Dissertação (  )

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2020.

**Prof. Dra. Yumi Garcia dos Santos** (Orientadora - DSO/UFMG)

**Prof. Dr. Dimitri Fazito de Almeida Rezende** (DSO/UFMG)

**Prof. Dra. Mônica Brincalepe Campo** (UFU)

Às populações indígenas e negras que sofreram toda sorte de violências ao longo do processo de descoberta, ocupação e exploração das Minas Gerais.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe, a minha família, animais, amigos, colegas de serviço e de academia.

Agradeço a todos envolvidos na minha trajetória acadêmica, ao PPGS, à Renata, que trabalha na Secretaria da PPGS, exemplo de funcionária pública, a todos os professores que tive contato e a todos os funcionários responsáveis pelo funcionamento da Universidade. Agradeço a todos que contribuíram com as produções que utilizei, a todos que disponibilizam material acadêmico na internet, disseminando e democratizando o conhecimento, a toda a população brasileira, que financiou meus estudos.

Agradeço especialmente ao Professor Renan Springer de Freitas e à Professora Adriana Romeiro, que me orientaram durante bom tempo, à Professora Ana Marcela Ardila Pinto, que participou da banca de qualificação, à Professora Mônica Brincalepe Campo, participante da banca de defesa, ao Professor Dimitri Fazito de Almeida Rezende, que também participou da banca de defesa e me levou para o Processo Civilizador, à minha orientadora, Yumi Garcia dos Santos, que salvou meu mestrado e me levou para a Sociedade de corte.

*Que o mel é doce, é coisa de que me nego afirmar, mas, que parece doce, eu afirmo plenamente (Raul Seixas).*

## RESUMO

Analiso a importância de diferentes redes de interdependência social que enquadram e orientam as ações das pessoas em uma populosa região de fronteiras, as minas de ouro brasileiras (centro do atual Estado de Minas Gerais), descobertas e desordenadamente ocupadas a partir do final do século XVII. A Coroa portuguesa tem grande dificuldade para controlar aquele ambiente tumultuado e os potentados detêm o domínio por meio de relações de mandonismo, impondo-se pela intimidação e pela força, sustentados por milícias de escravizados e agregados armados. As relações com a Coroa são crescentemente relevantes e compõem uma teia de interdependência importante para a consolidação do poder local. Assim, os poderosos, aparentemente figuras livres, independentes e absolutas nos sertões, são, na verdade, limitados por redes de interdependências sociais, destaco duas: uma regida por elementos como potência, soberania, defesa da honra, ousadia, insolência e violência, que estruturavam as relações de poder local, e outra regida pelas relações de dependência com a Coroa, fundadas no respeito, na submissão e na vassalagem. O objetivo desse trabalho é observar como se relacionam essas estruturas e como pressionam alguns indivíduos em meio ao conflito que se deu, conhecido como Guerra dos Emboabas. Nesse embate, os forasteiros, chamados de emboabas, expulsaram das minas aqueles que as tinham descoberto, os violentos sertanistas paulistas, permitindo que Portugal consiga maior controle da sociedade. Para colonizar os sertões, a Coroa vale-se dos sertanistas, mas, com a descoberta do ouro, eles se tornam um empecilho para a consolidação do poder central. A Guerra dos Emboabas, por ter colaborado para a domesticação da população sertaneja, para a monopolização do uso da força, para a centralização política, para o desenvolvimento da interdependência entre as pessoas e para o autocontrole das condutas, pode ser vista como um importante episódio do processo civilizador ocidental na América portuguesa.

**Palavras chaves:** Guerra dos Emboabas. Figuração Social. Processo civilizador.

## **ABSTRACT**

I analyse the importance of different networks of social interdependence that frame and guide people's actions in a populous border region, the Brazilian gold mines (centre of the current State of Minas Gerais), discovered and disorderly occupied from the end of the 17th century. The Portuguese Crown has great difficulty in controlling that tumultuous environment and the potentates retain dominion through bossy relationships, imposing themselves through intimidation and force, supported by armed militias of enslaved and aggregates. Relations with the Crown are increasingly relevant and form an important interdependent web for the consolidation of local power. Thus, the powerful, apparently free, independent and absolute figures in the hinterlands, are, in fact, limited by networks of social interdependencies, I highlight two: one governed by elements such as power, sovereignty, defense of honor, boldness, insolence and violence, which structured local power relations, and another governed by dependency relations with the Crown, founded on respect, submission and vassalage. The objective of this work is to observe how these structures are related and how they pressure some individuals in the midst of the conflict that took place, known as Emboabas' War. In this clash, outsiders, called emboabas, expelled from the mines those who had discovered them, the violent São Paulo's explorers, allowing Portugal to gain greater control of society. To colonize the hinterlands, the Crown relies on the explorers, but with the discovery of gold, they become an obstacle to the consolidation of the central power. The Emboabas' War, for having collaborated for the domestication of the country population, for the monopolization of the use of force, for the political centralization, for the development of interdependence between people and for the self-control of conduct, can be seen as an important episode of the western civilizing process in Portuguese America.

**KEYWORDS:** Emboabas' War. Social Figuration. Civilizing process.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capitânicas .....	186
Figura 2 - Bacias hidrográficas.....	186
Figura 3 - Bandeiras do século XVII e XVIII .....	187
Figura 4 - Região de Sabarabuçu e Sumidouro .....	188
Figura 5 - Caminhos das Minas .....	189
Figura 6 - Caminhos de Sá e Menezes .....	190
Figura 7 - Regiões das Minas .....	191
Figura 8 - Movimentações durante o conflito .....	192
Figura 9 - Quadrilátero Ferrífero e Rio das Mortes.....	193
Figura 10 - Relevo do Quadrilátero Ferrífero.....	194
Figura 11 - Caeté vista de Sabarabuçu .....	195
Figura 12 - Sabará e Belo Horizonte vistas de Sabarabuçu.....	195
Figura 13 - Sabarabuçu vista de Belo Horizonte.....	196
Figura 14 - Sabarabuçu vista da Serra do Espinhaço .....	196

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 DISCUSSÕES METODOLÓGICAS</b> .....	25
2.1 Método bibliográfico.....	25
2.2 Análise de conteúdo de fontes coevas.....	26
2.3 A construção do material empírico por meio do trabalho dos historiadores .....	27
2.4 História e Sociologia.....	29
2.5 Questões epistemológicas: a importância dos modelos e simplificações .....	33
2.6 As coletividades fornecem “ <i>repertórios de formulações</i> ” e “ <i>conhecimentos</i> ” .....	37
2.7 O método científico e a importância da crítica .....	39
2.8 “Intricada trama de infinitos fios [...] complexos desenhos e padrões” .....	40
<b>3 - REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	41
3.1 A produção do historiador se sujeita ao seu contexto temporal e social.....	43
3.2 Escritos antigos .....	44
3.3 Escritos recentes sobre os sertanistas paulistas.....	50
3.4 Trabalhos sobre a administração colonial .....	55
3.5 Trabalhos sobre a Guerra dos Emboabas .....	61
<b>4 A HISTÓRIA DOS PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DAS MINAS (PROCESSOS DE LONGO PRAZO)</b> .....	65
4.1 A Administração portuguesa: A tradição associativa entre Coroa e súditos .....	66
4.2 Os primeiros envolvimento com o mundo nativo .....	69
4.3 A distância do poder central e as dificuldades das Capitâneas hereditárias .....	72
4.4 A centralização e a intensa busca pelo ouro levando o homem ao sertão .....	74
4.5 Os sertanistas de São Paulo e Serra Acima – A caça ao indígena .....	77
4.6 A identidade regional Paulista .....	85
<b>5 OS HOMENS NOS SERTÕES MINEIROS</b> .....	93
5.1 A descoberta das minas.....	93
5.2 Negociação e Revelação das minas .....	99
5.3 Corrida do Ouro .....	101
5.4 Migração envolvendo grupo étnico e disputa por recursos escassos.....	110
5.5 A cultura política mestiça, a lei dos mais fortes, os potentados no Poder. ....	113
5.6 Cabecinha em corpanzil! A Coroa portuguesa e as elites locais.....	119

5.7 Paulistas são nomeados para os principais postos .....	123
5.8 A dádiva paulista.....	129
5.9 Malogro da Coroa ao tentar estabelecer seu governo político.....	133
5.10 A Coroa, mais uma vez, reconhece o poder dos paulistas .....	136
5.11 Aumento contínuo do número de forasteiros, tensão e violências paulistas.....	138
5.12 Paulistas ameaçados pelos forasteiros.....	141
5.13 O Levante paulista - A reivindicação dos privilégios .....	146
5.14 Levante Emboaba - A articulação dos forasteiros em torno de Viana.....	149
5.15 Os Conflitos e a expulsão dos paulistas .....	154
<b>6 CARACTERÍSTICAS GERAIS E RESULTADOS DO CONFLITO .....</b>	<b>167</b>
<b>7 REDES DE INTERDEPENDÊNCIA SOCIAL VARIADAS ENVOLVEM AS AÇÕES DOS INDIVÍDUOS .....</b>	<b>171</b>
<b>8 REDES SOCIAIS .....</b>	<b>172</b>
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>179</b>
<b>10 CONCLUSÕES.....</b>	<b>184</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>197</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os historiadores<sup>1</sup> nos contam que, desde a chegada ao Brasil, no século XVI, Portugal sonha em encontrar ouro na colônia americana, movido por lendas e relatos que enchiam de esperança a realeza e seus colonos, motivando-os a realizar grandes aventuras em busca dos eldorados que existiriam incultos no novo continente. Sertanistas que viviam na região do atual Estado de São Paulo, tradicionalmente, embrenhavam-se nos sertões, em expedições compostas por indivíduos armados, escravizando índios e procurando pedras preciosas, e descobrem ricas jazidas de ouro de aluvião em região longínqua dos centros povoados.

Desconfiada de que já eram conhecidas as jazidas no interior do território, a Coroa intensifica seus esforços para que se revelem essas riquezas e promete aos descobridores privilégios, títulos de nobreza e a posse das minas, ficando comprometidos apenas a pagar o quinto do que fosse extraído. O acordo envolvia a revelação do ouro “*em troca da supremacia política nas Minas*” (ROMEIRO, 2008: 58). Assim, em meados da década de 1690, depois de manterem a região em segredo, esses exploradores revelam sua localização.

As almeçadas jazidas, chamadas de Minas dos Cataguases, concentravam-se na região atualmente denominada quadrilátero ferrífero do Estado de Minas Gerais, de onde ainda são extraídos vários minerais, muito além do ouro. Simplificadamente, trata-se de um quadrado montanhoso composto por minerais diversos, com predomínio do ferro, cujos lados são cadeias de elevados picos. As intempéries vêm, ao longo de bilhões de anos, depositando ouro no leito dos rios. As cidades de Mariana e Ouro Preto, pequenos arraiais nesse tempo, estão em sua parte sul. Das serras que ali se impõem, nasce o rio das Velhas, que atravessa todo o quadrilátero, rumo norte, sendo destino da grande maioria das águas do território. Entre a Serra de Sabarabuçu, atualmente chamada de Serra da Piedade, e a Serra do Curral, cartão postal da cidade de Belo Horizonte, numa falha onde se afunilam as águas de toda a bacia, esse importante rio escapa do polígono montanhoso, exatamente onde está a cidade de Sabará, outro núcleo de exploração mineral na época (Ver imagens de satélite).

As notícias das riquezas ocasionam um dos processos migratórios mais importantes da história do Brasil e os descobridores paulistas, “*encastelados em cargos e postos locais*”, assistem “*à entrada maciça de forasteiros*” (ROMEIRO, 2008: 31). As minas constituíam uma

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, Holanda (2007: 266) e Augusto de Lima Júnior (1965: 21).

sociedade de fronteiras dominada por potentados que se impunham pela força: “*os atos de prepotência dos paulistas*”, que eram os “*mais poderosos potentados, graças aos grandes séquitos de índios e escravos*”, deixavam os forasteiros desesperados (TAUNAY, 1951: 253). Segundo um deles, participante dos eventos, “*os paulistas como dominantes muito a sua satisfação*” garantiam para si as melhores jazidas minerais (CÓDICE COSTA MATOSO (CCM<sup>2</sup>), 1999: 231). Um anônimo reclama: “*sempre os paulistas, como mais poderosos, dominavam tudo e faziam insultos, tratando com grande desprezo aos reinóis*” (ROMEIRO, 2008: 122).

Manuel Nunes Viana, português ligado a poderosos da Bahia, torna-se grande potentado e galvaniza as multidões contra os paulistas, sustentando que eram tiranos, opressores dos demais súditos do rei, e vassalos insubmissos (ROMEIRO, 2008: 263), reforçando uma imagem já existente. Viana, “*por ter protegido lícita e ilícitamente os seus patrícios, por gozar da fama de chefe*”, é alçado pelos forasteiros à posição de governador das minas e se torna o “*supremo maiorais*” (SANTOS, 1952: 138). Porém, rechaçados os paulistas, ele não consegue estabilizar sua autoridade e a Coroa, aproveitando das disputas, consegue se fazer mais presente na região mineradora. Esse conflito ocorreu em 1708 e 1709 e foi chamado de Guerra dos “Emboabas”, alcunha destinada aos forasteiros pelos paulistas.

Nesses anos iniciais de exploração, algumas redes de interdependência conectavam as pessoas, estabelecendo hierarquia e fornecendo modos específicos de entender o mundo que pressionavam suas condutas. Destaco duas: redes de interdependência que conectavam os indivíduos localmente, organizadas pelo mandonismo, e redes de interdependência que os conectavam com pessoas de outras localidades, principalmente as relações entre súditos e rei. A liberdade das pessoas nas minas, inclusive dos poderosos, era moldada por essas relações políticas e sociais. O foco desse trabalho é analisar como essas redes de interdependência orientavam a conduta das pessoas naquele contexto conflituoso, mostrando que até mesmo os “*poderosos potentados*”, “*supremos maiorais*”, “*dominantes muito a sua satisfação*”, tinham suas ações pressionadas por essas redes de relacionamento.

No começo da exploração oficial das minas, essas redes de interdependência social de mandonismo e de submissão ao rei e seus representantes, que pressionavam as pessoas, podem nos mostrar que a descoberta do ouro e a Guerra dos Emboabas marcam um período importante

<sup>2</sup> “CCM” é o modo que me refiro ao livro Códice Costa Matoso. Sobre ele há mais informações em página 47.

do processo civilizador brasileiro. O Estado português e o mundo ocidental paulatinamente se tornam mais presentes naqueles sertões, pressionando crescentemente os potentados e sertanejos a se submeterem às autoridades, a conviverem com pessoas e elites diferentes, obrigando-os a aumentar a vigilância sobre seus impulsos e paixões. Em outras palavras, a forma como os indivíduos atuam frente àquele emaranhado de redes de interdependências sociais nos permite observar o início de um precário processo que civiliza e ocidentaliza o interior do Brasil.

Quando começa a febre do ouro, Portugal se envolve na Guerra de Sucessão do trono espanhol (1701-1714). Um dos seus inimigos, que limitava as possibilidades de empreendimentos do reino português, inclusive o controle das minas, era um dos monarcas mais poderosos da humanidade, o francês Luís XIV (1638-1715), conhecido como Rei Sol, que governou 72 anos. É justamente sobre esse indivíduo magnânimo que se debruça Norbert Elias (1897-1990), mostrando que todas as pessoas estão limitadas pela sua posição social e laços de interdependência, mesmo “*o mais poderoso soberano autocrata*” (ELIAS: 2001: 50).

Segundo Elias, “*figuração*” é uma formação social que liga os indivíduos de modos específicos, criando dependências recíprocas e um “*equilíbrio flutuante das tensões*”. Ele tenta superar a dicotomia clássica da sociologia, oposição entre teorizações que consideram os padrões sociais como determinantes para o comportamento das pessoas e teorizações que consideram a conduta um produto de escolhas individuais e racionais. Conjugando as posições, propõe que a escolha individual estaria “*inscrita na cadeia de interdependência*” com as outras pessoas, orientada e limitada por padrões coletivos. Assim, não há dicotomia entre ação individual e pressões da sociedade, pois as escolhas pessoais estão contidas e integradas nas estruturas e solidariedades sociais (CHARTIER in ELIAS, 2001: 13-14). Há um “*entrelaçamento de interdependências, dentro do qual se abre para o homem singular um espaço para decisões individuais, ao mesmo tempo em que isso impõe limites à sua margem de decisão*” (ELIAS, 2001: 55). As figurações não são fruto do planejamento particular, formam-se devido a ações de várias pessoas e passam a organizar a vida social de determinada maneira. A Igreja, a burocracia e o trabalho industrial são exemplos (Ibidem, p. 61). Normalmente, a sociologia se debruça sobre esse tipo de estrutura (CHARTIER in ELIAS, 2001: 15). Elas mostram que nem mesmo um “*soberano absoluto*” tem o poder totalmente ilimitado (ELIAS, 2001: 46):

O desenvolvimento da pessoa do rei e o de sua posição caminham de mãos dadas. Como essa última possui uma elasticidade específica, pode ser direcionada, até certo grau, de acordo com o desenvolvimento da pessoa de seu ocupante. Porém, em virtude da interdependência com outras posições da articulação social de que faz parte, cada posição social, mesmo a do próprio rei absolutista, alia à sua elasticidade uma força autônoma extraordinária, em comparação com a força individual de seu ocupante. [...] se por um lado o desenvolvimento pessoal do detentor do poder passa a exercer influência, dentro de limites determinados, sobre o de sua posição, por outro lado o desenvolvimento da posição social influencia o desenvolvimento pessoal de seu ocupante, como representante direto do desenvolvimento geral da sociedade de que faz parte (Ibidem, p. 45).

Pressionado por suas redes de interdependência, até mesmo o poderoso Rei Sol tem que se portar como equilibrista para se manter no poder (Ibidem, p. 48): “*Um homem poderoso como Luís XIV nunca foi livre, em qualquer sentido absoluto da palavra. Da mesma maneira, nunca foi ‘absolutamente determinado’*” (Ibidem, p. 55).

Para mostrar isso, Elias se debruça sobre a corte, organização central para a lógica do Antigo Regime (CHARTIER in ELIAS, 2001: 08), ordenadora das relações sociais (ELIAS, 2001: 62), que enquadra muitas das atuações do poderoso rei e também dos nobres ao seu redor. A figuração da corte pressiona esses indivíduos a respeitar certas condutas para conservar seus status diferenciados (Ibidem, p. 61). A sociedade de corte se organiza com base em dois elementos fundamentais: (1) alguns indivíduos têm mais valor que os outros e (2) quão mais próximos ao rei, mais notórios os indivíduos.

Sobre o primeiro elemento, tanto o rei quanto o nobre, mesmo no que viria a ser chamada de esfera privada, diferenciavam-se manipulando signos que permitiam “*ler a ordem social*”, apresentando um comportamento adequado para sua posição (CHARTIER in ELIAS, 2001: 20). Segundo Goffman (2011: 29), o indivíduo, quando na “*presença contínua*” de um grupo influente sobre ele, faz esforços, conscientes ou não, para construir uma “*fachada*” que confirme as expectativas sociais que o envolvem: “*todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel*”, usando uma máscara que, na verdade, “*é o nosso mais verdadeiro eu, aquilo que gostaríamos de ser*” (Idem, 2002: 26). Estas idealizações estão ligadas às redes de interdependência nas quais se inserem os indivíduos, estão alinhadas com tradições coletivas ou posições sociais, não se tratam de construções produzidas por sujeitos isolados (CHARTIER in ELIAS, 2001: 15).

Portanto, o ser social é definido pela consideração das demais pessoas e, na sociedade de cortes, isso está por trás da “*economia aristocrática da ostentação*”, que pressiona os nobres a terem uma etiqueta específica e um padrão de vida e de consumo abastados, como sinal de sua prodigalidade, (CHARTIER in ELIAS, 2001: 20-21). O luxo e a ostentação são formas de

autoafirmação (ELIAS, 2001: 63), emitem sinais para a sociedade, evidenciam um lugar social privilegiado, expõem pessoas hierarquicamente superiores, nascidas para o gozo e não para o trabalho, obrigações das pessoas inferiores.

Mas a principal forma de diferenciação social nesse contexto é conseguida aproximando-se da monarquia. A “*superioridade social*”, na sociedade de corte, confirma-se “*pela submissão política e simbólica*” (CHARTIER in ELIAS, 2001: 21). Portanto, trata-se de um mundo em que há forte enquadramento hierárquico entre as pessoas e quão mais próximo do rei se está, mais valor se tem.

A noblesse d’*épée* está na parte superior da hierarquia social. Ela possui monopólio das terras (ELIAS, 2001: 270) e das altas posições diplomáticas, militares e clericais (Ibidem, p. 91-92). Abaixo dessa elite está a noblesse de robe, que possui cargos civis hereditários (Ibidem, 270). Ambas vivem gastando suas receitas e bens herdados e não podem aumentar suas rendas por meio de empreendimentos lucrativos, atos incompatíveis com a postura aristocrática, pois as atividades comercial e laboral eram consideradas condutas vinculadas aos servos e aos escravos e levavam à desonra, à perda de títulos e da destacada posição<sup>3</sup> (Ibidem, p. 87 a 92). Montesquieu analisou a “*regularidade da ruína de famílias nobres*”. Na França, essas barreiras sociais entre nobreza e burguesia eram cruciais para Luís XIV, “*condição de salvaguarda do seu poder*”, supervisionada cuidadosamente (Ibidem, p. 87). Segundo uma simplificação de Montesquieu, um burguês bem-sucedido podia comprar títulos de nobreza e alcançar até mesmo a noblesse d’*épée*. Porém, aderindo ao *ethos* da “*economia aristocrática da ostentação*”, seu capital decaía, sua posição fica insustentável e é novamente rebaixado para a burguesia, voltando a engrossar as fileiras do “*povo*” (Ibidem, p. 88)<sup>4</sup>.

A sociedade de corte seria uma tendência geral onde se formam territórios dominados por um centro de poder, reunindo elites poderosas e prestigiadas, como também acontecera na China e na Índia (Ibidem, p. 27-28). Na verdade, a organização cortesã é parte de um processo mais amplo, que centraliza poder e conecta pessoas, exigindo condutas mais controladas

3 Essa dinâmica social é fundamental para o regime aristocrático. Weber explica que as classes sociais, como a burguesia, são coletividades que têm suas oportunidades de vida determinadas por suas possibilidades econômicas, enquanto os grupos estamentais, como a aristocracia, se distinguem por suas condutas, posições e consumos específicos. A ordem estamental se funda no privilégio, na diferenciação, no distanciamento e na exclusividade, portanto obstrui o mercado, a livre circulação e o consumo de bens, buscando preservar monopólios e interdições de todas as espécies para manter a estrutura desigual da sociedade (WEBER, 2004: 175-186). Isso diz muito sobre as relações conflituosas entre aristocracia e burguesia.

4 “*Verificamos habitualmente que a mobilidade ascendente implica na representação de desempenhos adequados e que os esforços para subir e para evitar descer exprimem-se em termos dos sacrifícios feitos para a manutenção da fachada*” (GOFFMAN, 2011: 21).

(ELIAS, 1994(b): 366). Na medida em que a sociedade se diferencia, mais importante se torna o poder central, mais indivíduos orbitam esse centro, maiores se tornam as cadeias de interdependência, mais necessário se torna o controle dos impulsos, dos instintos e das paixões, num movimento de longa duração que promove “*uma mudança civilizadora do comportamento*” (Ibidem, p. 346). A expansão do movimento segue abarcando novos grupos de pessoas, fazendo aumentar as disputas pelo controle das funções centralizadas e tornando a máquina estatal cada vez mais pública (Ibidem, p. 178-181).

Elias traça características e elementos gerais desse processo, pois os mecanismos de centralização seriam semelhantes. A primeira pressão centralizadora seria a da guerra. As partes relevantes desse tipo de sociedade estão conectadas por curtas cadeias de interdependência, organizadas em torno da defesa ou conquista de territórios (Ibidem, p. 55-56). Nessas sociedades, a economia não é monetária, a riqueza encontra-se na terra, de onde são produzidos os bens (Ibidem, p. 37). Quando se conquista territórios, o soberano doa terras para que os nobres as administrem, reforçando a vassalagem. As relações de escambo, que vigoram nesse tipo de sociedade, são entraves para que se forme uma burocracia centralizada (Ibidem, p. 51), pois, como são pequenas as cadeias comerciais e poucos os agentes interligados, não é necessário que haja uma esfera central que controle essas relações. Quando cessa a expansão e não há invasões que ameacem o território, isto é, quando não há mobilização militar coletiva, esses laços se afrouxam, os senhores locais tendem a reivindicar mais autonomia e o poder tende a se fragmentar, como ocorre na França, no século XI e XII (Ibidem, p. 49). Os poderosos locais podem ser perigosos para o poder central, mas as condições militares, econômicas e logísticas de épocas passadas obrigavam que o imperador de vastos territórios delegasse poderes para essas elites (Ibidem, p. 39).

O próximo movimento centralizador é mais complexo e envolve crescentes cadeias de interdependência, com funções cada vez mais diferenciadas, permitindo uma acumulação de poder ainda maior pela função central. Com novas tecnologias de transporte, expandindo-se a divisão do trabalho, promovendo-se a diferenciação das funções e produções, desenvolvendo-se os negócios e as cadeias comerciais, as redes de interdependência aumentam, necessita-se da moeda para as transações comerciais e se desenvolvem as funções centrais, necessárias para viabilizar e controlar esses processos (Ibidem, p. 54). Portanto, quando as funções sociais se diferenciam e a moeda torna-se a propriedade mais importante, em detrimento da terra, criam-se condições para uma centralização mais estável do poder (Ibidem, p. 249).

Como o poder central facilita e garante as relações comerciais, o uso do dinheiro permite que o rei se fortaleça e consiga grande acumulação econômica. O monopólio da tributação é

muito importante nesse processo. Os impostos coletados, primeiramente direcionados à guerra, posteriormente são utilizados para garantir a soberania militar interna, o que possibilita ainda maior arrecadação fiscal e estabilidade de poder (Ibidem, p. 302-330).

Portanto, como Weber (2004: 525-529), Elias considera que a formação dos estados se relaciona intimamente com o monopólio do exercício da força. Esse monopólio está por trás de inúmeras mudanças sociais, influenciando decisivamente na conduta e na vida dos indivíduos (ELIAS, 1994(a): 17). Com a monopolização da força física, doma-se a nobreza belicosa, o que se observa em todos os processos civilizadores (ELIAS, 1994(b): 379). As disputas entre as elites, que frequentemente são violentas antes do monopólio da força pelo poder central, no contexto da corte, compõem uma “*competição monopolisticamente controlada*”, o que exige “*uma transformação na economia das pulsões*” (Ibidem, p. 380). Sem uma cadeia de interdependências desenvolvida, sem a vinculação e submissão das partes a um poder soberano e garantidor, as pessoas vivem contando com suas próprias forças, não apresentam moderações em suas condutas e a estrutura do autocontrole não é desenvolvida (Ibidem, p. 381), como veremos, exatamente o que se fala sobre os sertanistas. Ou seja, as pressões das funções sociais interdependentes e do poder central exigem mais autocontrole, fazendo com que os guerreiros se tornem cortesões (Ibidem, p. 393). Há um “*civilizar das pulsões e da conduta*”. Os hábitos rudes são “*suavizados, polidos e civilizados*” (Ibidem, p. 24).

Por trás desse processo de diferenciação da sociedade, que favorece o poder central, está a movimentação das classes mais baixas ante o aumento populacional e a escassez de terras. Faltando territórios para que os nobres governem, promove-se a expansão territorial, mas a plebe, quando faltam terras para trabalhar, é obrigada a buscar outras formas de sustento. Os assentamentos de artesãos avolumam-se, crescem as cidades, as atividades se diversificam (Ibidem, p. 79). A elite da classe burguesa concentra riqueza e se torna peça importantíssima para o equilíbrio de poder na sociedade. Crescentemente ela reivindica privilégios e títulos de diferenciação, disputando posições com a decadente nobreza (Ibidem, p. 283). O monarca deve manipular essas disputas para manter um equilíbrio entre essas elites (Ibidem, p. 31), pois cresce seu raio de ação na medida em que aumentam as tensões entre os grupos dirigentes da sociedade (Ibidem, p. 259). Com o poder distribuído de forma equilibrada, evitando que as partes se conciliem ou se destruam de forma decisiva, o soberano encontra condições ótimas para concentrar poder. Configura-se, assim, o “*mecanismo régio*” (Ibidem, p. 260). Trata-se da manipulação pela qual o rei e seus representantes (Ibidem, p. 272) controlam o equilíbrio do cabo de guerra entre as elites sociais, lançando seu peso a favor de um ou outro grupo, em prol do equilíbrio (Ibidem, p. 264-265). O monarca é vulnerável quando isolado, porém se fortalece

com o mecanismo equilibrado.

Mas, com a expansão da rede de interdependência, até os reis absolutos ficam cada vez mais limitados (Ibidem, p. 175). O monopólio, que primeiramente favorece a poucos, é crescentemente disputado por outros grupos interdependentes (Ibidem, p. 177). Mesmo sofrendo alguns recuos, o processo civilizador segue um rumo específico: o poder tende a se monopolizar e estratos sociais, tribos ou nações reivindicam, disputam e assumem posições centrais, enquanto os que restam marginalizados pressionam por melhores condições (Ibidem, p. 367). Com o desenrolar do processo, a tendência é que o poder do monopolista se dissipe, que a lógica particularista se torne cada vez mais inclusiva, transformando o monopólio em uma coisa pública (Ibidem, p. 174). Isso ocorre por causa da crescente interdependência social que aumenta a teia humana, impelindo, pela pressão coletiva, para um equilíbrio mais democrático, em que a distribuição da produção gerada pelos monopólios seja “*função da rede humana interdependente como um todo*” (Ibidem, p. 182). A Revolução Francesa é um dos marcos mais importantes desse processo para toda civilização ocidental (Ibidem, p. 247).

Um evento importante para o processo civilizador brasileiro, fundamental para o movimento de centralização do território e domesticação da população de forma geral e dos sertanistas, uma espécie de elite guerreira colonial, foi a Guerra dos Emboabas, quando, valendo-se das disputas entre potentados locais, o poder central consegue se fortalecer.

Antes do ouro, as cadeias que vigoravam na colônia eram mais curtas, a vida era mais rural, assentada nos grandes latifúndios, os potentados tinham maior domínio e a Coroa estava longe. Os paulistas, isolados e insubmissos, estavam marginalmente conectados com o reino, por meio da conquista do território e da guerra. Mas, com a descoberta do ouro, os sertões são invadidos por gente diversa, há um impulso urbanizador, formam-se vilas, com variados tipos de negócios e relações, aumentam as cadeias de interdependência, os sertanistas são confrontados por uma nova elite, as disputas entre esses grupos possibilitam que a Coroa se fortaleça, torne-se mais presente nas minas, com maior aparato fiscal e punitivo. Tudo isso contribuiu para o civilizar da vida nos sertões mineiros, aquelas populações, isoladas e insubmissas, vão sendo domesticadas e pacificadas, subordinando-se ao poder central.

Foi um momento importante na história administrativa de Portugal, que experimenta sérias dificuldades no século XVII. A Coroa tinha limites dogmáticos e institucionais e mecanismos de poder regionais, não oficiais, eram muito relevantes nas comunidades rústicas (HESPANHA, 1987: 760). Seu corpo militar, fundamental para a centralização do estado, é pouco expressivo (Ibidem, p. 351). Há grande relevância das relações intra-domésticas (Ibidem, p. 751), era uma sociedade organizada com base em modelos particularistas, os corpos sociais

tinham grande autonomia (Ibidem, p. 752). Tinha-se um regime jurídico do oficialato, que atuava mais para consolidar seu poder do que para representar o rei, um campo patrimonializado e quase insindicável. O poder central convive com “*a extensa autonomia dos poderes políticos periféricos*” (Ibidem, p. 756). Trata-se de uma “*monarquia preeminencial*” que regula a autonomia das partes (Ibidem, p. 757). Ou seja, a monarquia é um polo limitado, porém preeminente de poder, sendo assim, falar de “*poder absoluto*” é exagerado (Ibidem, p. 760), apesar de suas pretensões de controlar a atividade político-administrativa, que envolvia a justiça, a fazenda e a milícia (Ibidem, p. 271).

Considerar que qualquer governo é absoluto sempre será um exagero, mas Portugal, mesmo com limitações destacadas, dominou vastos territórios coloniais e fez isso justamente com os mesmos mecanismos do poder absolutista: apoiando-se nos súditos, manipulando o jogo de poder entre eles, regulando a autonomia das partes e tendo que lidar com as possibilidades de exacerbação do poder local. Por isso, o *mecanismo régio* foi especialmente importante para sustentabilidade da Coroa Portuguesa. Já nos primeiros reinados, os soberanos portugueses contaram com o apoio de plebeus, moradores dos burgos e comerciantes. A burguesia financeira rapidamente se faz importante naquele país, que desenvolve vocações comerciais. Também o clero é grupo de muita relevância, pois Portugal nasce envolto à reconquista da península ibérica pelos católicos sobre os muçulmanos. Os aristocratas, embora mais controlados do que em outros países, também são relevantes. É gerenciando a autonomia e as disputas das elites que Portugal domina vastidões.

Se a Coroa enfrentava complicações para controlar seu pequeno território, na imensa colônia americana, separada pelo oceano Atlântico, as dificuldades de centralização foram ainda maiores e Portugal se fazia presente por meio de súditos destacados, que, relacionados e amparados pelo rei, tornavam-se poderosos localmente. Autores como Gilberto Freyre (2003) sublinham a autonomia da vida nos latifúndios açucareiros e o poder dos senhores. Porém havia um claro sentido mercantil nos empreendimentos coloniais. Quando se descobre o ouro, a Coroa logo percebe que deveria controlar de perto a exploração, pois, como esse mineral é moeda universal, ele se esvairia sem uma forte postura proativa, tributária e fiscalizadora (CAMPOS, 2002: 15). Ou seja, quando são reveladas as minas de ouro, a Coroa tenta reduzir a autonomia local e faz esforços especiais para vencer o desafio de introduzir seu aparato administrativo no sertão indômito da colônia e controlar a exploração.

Porém, distante das instituições do reino, o isolado sertão, ainda mais independente que o litoral açucareiro, não era um “*espaço vago e neutro de poder [...] mas era uma região em*

*que transbordavam as relações de mando e as vontades conflitantes de homens [...] valentes”* (SILVA, 2007: 133). Havia ali uma figuração específica que inter-relacionava as pessoas, um mandonismo rural, “*norteado pela possibilidade de reconhecimento público dos pares e da capacidade legitimadora da justiça costumeira para a conquista e manutenção dos espaços de domínio*” (Ibidem, p. 154). Valores como “*a honra, fama pública, vingança, valentia, virilidade*” eram estruturantes desse universo político (ROMEIRO, 2008: 85).

Quando o ouro é revelado e a Coroa portuguesa se interessa pelos sertões, essa estrutura de poder e de relações pessoais, baseada em uma cultura política sertaneja de mandonismo, continuará importante, mas a proximidade com o reino e com a corte ganha relevância crescente. Portanto, consideramos dois centros de autoridade: um constituído por relações locais de mandonismo e outro constituído por relações com o rei; dois tipos de relações de interdependência entre as pessoas: uma que é regida pela potência, pela soberania, pela defesa da honra, pela violência, que estruturava as relações de poder local, e outra regida pelas relações de dependência com a Coroa, guiada pelo respeito, pela submissão, pela dependência e pela vassalagem. As pessoas desse contexto agem, de modo geral, levando em consideração pressões que envolvem, entre outras, essas duas figurações.

Como essas figurações influenciam na vida dos indivíduos e até que ponto elas se contradizem ou se complementam?

Pode-se pensar numa possível congruência ou complementariedade entre elas, uma vez que a Coroa, impossibilitada de agir por si só, associa-se aos potentados, justamente porque eles dominam o sertão. Para esses poderosos locais, essa aproximação com o reino era interessante, pois, apesar das diferenças com o caso francês apresentado, na colônia também vigorava uma sociedade estamental em que os indivíduos eram desiguais e a proximidade com o monarca elevava a importância social das pessoas. O cargo público e a comissão do rei, por exemplo, transformam seus titulares em portadores de autoridade, infundindo “*o acatamento aristocrático aos súditos*” (FAORO, 2001: 204). Portanto, é possível pensar que a associação com o rei oficializava um domínio já existente no âmbito local, estruturado na lógica da cultura política sertaneja. Mas, se num primeiro momento, de guerra contra nativos, conquista territorial e procura de ouro, a aproximação com os rudes sertanistas é interessante para a Coroa, num segundo momento, de colonização e administração de riquezas, esses insubmissos mamelucos tornam-se inconvenientes.

Portanto, apesar das aproximações, quando Portugal intenta administrar as ricas jazidas, as incongruências e inconsistências entre as lógicas que regem essas figurações são bastante

relevantes, o que dificulta a ação dos indivíduos influenciados por essas estruturas, que, muitas vezes, indicam caminhos contraditórios. A Guerra dos Emboabas faz parte de um movimento que mina o domínio dos poderosos locais e fortalece o poder central, pondo fim a “*Era dos Potentados*” na região mineradora (CAMPOS, 2002). Havia um forte intento régio de controlar os empreendimentos em torno da mineração, limitando outros centros de poder e, nos anos posteriores, aparatos administrativo, fiscal, militar e judiciário estavam cada vez mais presentes, indicando também uma maior relevância da figuração da corte. Isso não quer dizer, porém, que o mandonismo e a cultura política sertaneja não continuaram influentes nos *lócus* mais isolados do poder institucionalizado, mas que diminuem sua relevância na medida que avança o processo de centralização.

Dessa maneira, nos primórdios da ocupação das minas, as pessoas que lá viviam estavam conectadas por cadeias de interdependências locais, estruturadas no mandonismo, e também em cadeias de interdependências extra locais, estruturadas nas relações mercantis com centros comerciais e nas relações políticas de submissão com centros que irradiavam o poder do rei. Observando esse contexto com as teorizações de Granovetter (1978 e 1983), percebemos que redes sociais de laços fortes – constituídas por indivíduos de convívio próximo e frequente, ligados por confiança e identificação – têm características e disponibilizam recursos diferentes daqueles provindos das redes sociais de laços fracos – com indivíduos diferentes, de localidades diferentes, que podem prover informações e recursos diferentes. Se os laços fracos podem fornecer recursos especiais, aproximando diferentes grupos, culturas e formas de viver, os laços fortes são mais envolventes e tendem a ter uma relevância especial para tomada de decisão.

O objetivo do trabalho foi, embasando-me principalmente em teorizações de Norbert Elias e utilizando da contribuição de historiadores e de relatos disponíveis, tentar responder à pergunta formulada parágrafos acima: como essas diferentes figurações, que ligam as pessoas por meio de diferentes tipos de redes sociais, comunicam-se e influenciam as atitudes dos primeiros poderosos das minas? As ações humanas têm influência de um emaranhado de figurações, pois as pessoas se envolvem em várias redes de laços sociais. Mas, dependendo da situação, algumas figurações podem ser mais relevantes do que outras para as tomadas de decisões. Quando indivíduos têm posições sociais centrais, de certa forma, mais tolhidas são suas ações. Ou seja, aqueles que são considerados muito poderosos, com ampla margem de decisão, pelo fato de se situarem em posições de destaque em determinadas redes sociais, podem também ser vistos como prisioneiros dessas cadeias de interdependência, tendo seus movimentos radicalmente enquadrados por essas lógicas das quais são importantes representantes.

Observando como as atuações de alguns atores históricos estão envolvidas com essas figurações, levanta-se a seguinte hipótese: Num primeiro momento, as pressões da cultura política sertaneja são mais relevantes, mas, na medida em que a centralização avança, pacifica-se a população e aumenta a importância da figuração da corte. Portanto, a Guerra dos Emboabas é um importante momento do processo civilizador brasileiro, pois está relacionada à pacificação de guerreiros, à interconexão de indivíduos, à centralização do poder, sentida na introdução de um forte aparato estatal, arrecadador, fiscalizador e punitivo, que, junto com o desenvolvimento das cadeias de interdependência, foi relevante para o desenvolvimento do controle dos impulsos, dos instintos e das paixões das pessoas.

Com a aproximação da Coroa, com o desenvolvimento do processo de centralização e do aparato administrativo nas minas, várias rebeliões aconteceram e, apesar dos recuos impostos ao poder central, no longo prazo, só serviram para atraí-lo (CAMPOS, 2002) e contribuíram para o processo civilizador ocidental, que, importante frisar, exterminou incivilizadamente outras sociedades e culturas.

Se a sociedade humana, de forma geral, torna-se, ao longo dos séculos, mais civilizada, muitas populações experienciaram como esse processo é composto por barbaridades. A história das minas do Brasil envolveu caça, extermínio e escravização de populações nativas brasileiras e africanas, destruição de modos de vida e imposição da cultura ocidental. Mas, num processo de longa duração, a partir do centro que consegue se impor, o contato entre pessoas diferentes, a interdependência que desenvolvem, obriga que elas se relacionem mais pacificamente. É essa a ideia do processo civilizador, que, ao longo prazo, por meio do contato, do desenvolvimento dos laços de interdependência, das pressões sociais, tornaria a humanidade mais civilizada, mesmo que essa civilidade seja erguida sobre extermínio, subjugação e exploração. E todo esse processo se dá a partir da reunião de pessoas em torno de um centro de poder que consegue se impor.

Assim, proponho um modelo simplificado do processo civilizador ocidental do interior do Brasil: de início, o território é dominado pelos indígenas. Posteriormente, esses povos fogem, ou são aniquilados, ou escravizados pelos europeus, substituídos por populações mamelucas, que, assimilando indivíduos e importantes elementos do mundo nativo, inserem doses da organização ocidental no novo mundo – as violentas bandeiras paulistas de preamento indígena e a ocupação mineradora e pecuária dos sertões marcam esse momento –; depois o sistema político e social mais centralizado, na forma de instituições e representantes governamentais oficiais, busca tomar as rédeas da sociedade, causando conflitos com o mundo

mameluco e seus potentados, reorganizando as hierarquias e se impondo. Essas mudanças são processuais e traços de organizações antigas podem perdurar, como perdura, por exemplo, o mandonismo ainda hoje, mas se percebe, de modo geral, um movimento no sentido centralizador e ocidentalizador. A Guerra dos Emboabas pode ser considerada um marco, talvez o primeiro, desse processo de subjugação do mundo mameluco e sertanejo, que, porém, não é totalmente superado. E isso beneficia a própria Coroa. Os sertanistas mamelucos expulsos das minas continuaram, na linha de frente, levando o mundo ocidental para o interior da América. Dizimaram outras populações indígenas, ocuparam outras minas, como em Pitangui, Cuiabá e Goiás, domesticaram sertões, novamente atraindo forasteiros e a Coroa, sempre abrindo as portas para o poder central e o mundo ocidental.

Nas Minas Gerais, a centralização política foi marcante. Lembro do Leviatã, um monstro usado por Hobbes (1974) para caracterizar o Estado absoluto, porque se implantou uma forte máquina administrativa, que tributava, julgava, ordenava e punia. A Guerra dos Emboabas é seu alvorecer porque, se antes dela a Coroa não conseguia nem mesmo castigar os sertanistas insubmissos, depois do levante percebemos a crescente presença do Estado, com um sistema tributário considerado abusivo e um aparato punitivo que, por exemplo, esquartejava perturbadores da ordem em eventos públicos e exibia as partes dos seus corpos em praças. Por isso, apesar de todas as dificuldades para a centralização, acredito que nas minas o governo foi um monstruoso Leviatã, mas adaptado ao contexto colonial: apesar do ideal absolutista, tem que lidar com interesses privados, com os esquemas e com os poderosos locais, inclusive membros do próprio governo, fortemente influenciados pelas possibilidades econômicas oferecidas pela extraordinária exploração mineral.

O Leviatã Mineiro, o governo das Minas Gerais do século XVIII, é um monstro específico do seu contexto. Há um complexo mundo de interesses privados e locais que devem ser gerenciados dentro de seu âmago para engolir riquezas mil, mesmo que grande parte delas lhe escape, devido à ação de potentados e autoridades locais. Mesmo assim, nas minas, configurou-se um poder central bastante forte, que se impôs, concentrou riquezas e constringiu rebeldes, como Felipe dos Santos e Tiradentes, executados e despedaçados.

## **2 DISCUSSÕES METODOLÓGICAS**

### **2.1 Método bibliográfico**

O método da pesquisa é a análise de parte da produção historiográfica que aborda direta e indiretamente o evento conhecido como Guerra dos Emboabas. Além de obras que tratam desse acontecimento especificamente, recorro a trabalhos sobre a administração portuguesa, sobre o interesse em metais preciosos no Brasil e sobre os sertanistas paulistas, comumente chamados de bandeirantes. O estudo das pesquisas científicas, a análise documental e do discurso são as ferramentas que utilizo para a construção do meu objeto.

André Cellard (2008: 295-316), em *A análise documental*, fornece importantes orientações sobre esse tipo de procedimento. Apresenta vantagens e desvantagens no plano metodológico, por exemplo, não há interferência da presença do pesquisador no discurso de quem é pesquisado, porém o pesquisador não pode exigir maiores esclarecimentos sobre nada. A análise documental demanda avaliações críticas dos discursos, é necessário que se leve em consideração o contexto em que são produzidos, quais seus interlocutores, o que está sendo dito nas entrelinhas, a autenticidade e confiabilidade do material. Confrontar fontes é um recurso importante. Essas orientações de Cellard são válidas para analisar o discurso dos envolvidos, mas também para entender diferentes discursos científicos acerca do tema.

## **2.2 Análise de conteúdo de fontes coevas**

Parte da reconstrução do período se dá por meio de relatos de pessoas que viveram os acontecimentos, como os forasteiros André Gomes Ferreira (CCM, 1999: 210-216) e José Álvares de Oliveira (Ibidem, p. 228-243), além do paulista Bento Fernandes Furtado (Ibidem, p. 166-193); pessoas que escutaram relatos sobre a época, como Caetano da Costa Matoso (Ibidem, p. 248-268), Rocha Pita (1878) e o padre Antonil (1982); e cartas de envolvidos, como de Borba Gato e Bento do Amaral Coutinho. Todo material que uso está publicado.

Diferentemente do que o historiador poderia fazer, não fez parte dos meus métodos de pesquisa vasculhar arquivos em busca de novas fontes, nem ler documentos escritos com caligrafia de época. Os sociólogos normalmente não utilizam de tais procedimentos, nem estão preparados para fazê-lo como os historiadores<sup>5</sup>. Tenho acesso a grande parte dos documentos

<sup>5</sup> Goldthorpe (1991), crítico do enfraquecimento das fronteiras entre sociologia e história, chama a atenção para o fato dos historiadores serem treinados para a pesquisa histórica, podendo fazê-la muito melhor que os sociólogos (CALHOUN, 1998: 858). Diferenciar sociologia e história observando os métodos que cada uma utiliza fornece uma simplificação interessante sobre as diferenças das disciplinas. A história se especializa no trato com evidências de humanos que viveram no passado, enquanto as ciências sociais têm muitos métodos especializados em coletar

referentes ao contexto, pois eles foram achados, compilados e publicados pelos pesquisadores especializados nesses métodos. Os relatos estão principalmente no Códice Costa Matoso (CCM, 1999) e as cartas principalmente no livro *Emboabas* (MELLO, 1979).

### **2.3 A construção do material empírico por meio do trabalho dos historiadores**

Apesar de limitadas, são riquíssimas as fontes da época e fornecem informações e detalhes fundamentais. Porém, uma visão mais abrangente do contexto é construída com o estudo do abundante material produzido pelos historiadores. Esses pesquisadores, contando com diversas fontes, podem reconstituir um contexto muito mais amplo do que aquele percebido pela testemunha. A obra de Adriana Romeiro (2008) é a mais completa já produzida sobre o assunto até então. Além da consulta das fontes históricas tradicionalmente acionadas e outras novas encontradas (ROMEIRO, 2008: 29), a autora também contou com produções de vários historiadores, considerando diferentes abordagens, problematizações e críticas. Assim, foi possível reconstruir a narrativa de forma mais irrestrita do que o fazem as testemunhas coevas, que são parciais, estão mergulhadas nas paixões contextuais e, apesar de verem seu entorno com detalhes, encontram-se impossibilitadas de ver o quadro maior, pelo fato do ambiente circunvizinho tampar sua visão mais ampla. Vários são os elementos que compõem os fenômenos sociais, mas os indivíduos percebem “*apenas um cantinho, estreitamente limitado por seus sentidos e sua faculdade de atenção*” (BLOCK, 2002: 70).

É o que observamos quando comparamos os relatos do Códice Costa Matoso com a reconstrução dos historiadores, que, de forma geral, fornecem informações mais completas e menos enviesadas. Contar com várias contribuições, vários olhares, de diversos historiadores e testemunhas, possibilita uma construção mais rica do que é estudado.

Não poder fazer trabalho etnográfico, vivenciando o contexto, interagindo com os sujeitos, impossibilita a produção de informações muito importantes. Mas esses métodos utilizados pelo etnógrafo também têm seus problemas e não garantem que se trabalhe com

evidências de humanos contemporâneos aos pesquisadores, como entrevista e etnografia. Mas, como se verá, o elemento temporal como limitador das disciplinas não é definitivo, uma vez que a sociologia também se debruça sobre o passado, assim como a história se debruça sobre o presente.

evidências puras, algo impossível. Todos esses procedimentos influenciam na resposta dada pelo objeto estudado, pois ele também é um sujeito e reage a esses processos<sup>6</sup>.

Não há como acessar os objetos plenamente, pois “*A realidade objetiva não pode ser capturada*” (DENZIN, N. & LINCOLN, 1998: 04). Não o faz o etnógrafo, que convive com seu sujeito/objeto, nem o historiador, por meio de suas fontes. Os métodos de pesquisa fornecem apenas indícios do que é observado. E os indícios são selecionados de acordo com algum recorte. Os dados não são coletados no campo, mas são construídos e escolhidos, o pesquisador é sempre peça importante. O objeto está além dos indícios que o pesquisador consegue perceber pelo seu método. Por isso, o pensamento crítico é a base da ciência, pois possibilita a problematização e a identificação dos equívocos. Dessa maneira, poder contar com a contribuição de diversos pesquisadores é muito enriquecedor para qualquer estudo.

Só posso acessar meu objeto por meio dos trabalhos de historiadores e é esse material que me fornece indícios do que se passou nesse período de fundação da sociedade mineira. A partir deles, utilizo modelos sociológicos para tentar compreender aquele contexto.

A relação entre sociologia e história oferece interessantes discussões. Para Braudel, sociologia é uma “*ciência global*”, como pretendiam construir Durkheim e Simiand, e história é “*uma investigação cientificamente conduzida*”, uma ciência complexa, com regras e métodos mutáveis, pois “*há tantas maneiras, discutidas e discutíveis, de abordar o passado, como atitudes para encarar o presente*” (BRAUDEL, 1965: 11). Ele entende que entre sociologia e história há diálogo de mão dupla:

[...] reduzir todas as nossas oposições a um duvidoso contraste entre o passado e o presente? Destes dois vizinhos, um introduz-se no passado, o qual, ao fim e ao cabo não constitui o seu domínio específico, em nome, admitamo-lo, da repetição; o outro penetra no presente em nome de uma duração criadora de estruturas e destruturas, e também de permanências. [...] Repetição e comparação por um lado, duração e dinamismo pelo outro (Ibidem, 21).

6 Bourdieu (2003) discute diversos problemas envolvendo o trabalho de campo e a relação dos pesquisados e pesquisadores e faz uma série de observações metodológicas, uma vez que essa relação humana é muito influente no resultado da pesquisa.

Como esses campos de pesquisa mantêm relação, o sociólogo, quando se envolve com a história, “*não pode estar deslocado: ali encontra os seus materiais, os seus utensílios, o seu vocabulário, os seus problemas, até as suas incertezas*” (Ibidem, p. 18).

## 2.4 História e Sociologia

Fazer análises sociológicas com base na história não é algo novo. Na verdade, todos os autores clássicos procederam dessa maneira. Para Durkheim, é por meio da história e da etnografia comparadas que a sociologia se constrói (RODRIGUES in DURKHEIM, 1978: 17). A sociologia tenta explicar as relações sociais construindo generalizações teóricas e simplificações a partir da observação do ser humano em sociedade. Seu objeto é sempre único, diverso, contextual e complexo. Mas, a partir dele, busca-se chegar a modelos mais gerais de explicação. Não se trata apenas de atitude mental, o sociólogo parte do perceptível, tem como base “*coisas*” – objetos – que existem no mundo. Essas coisas, as relações entre os homens, são captadas por meio de trabalhos de campo, quando o objeto está disponível no tempo, ou utilizando o trabalho de historiadores, que olham para os homens do passado.

Norbert Elias, ao estudar a sociedade de corte, também se debruçando sobre o passado, por meio do trabalho de historiadores, faz algumas observações metodológicas relevantes. Ele entende que o conhecimento sociológico se difere do histórico não devido à dimensão cronológica (análise do presente ou do passado), mas devido ao foco nas redes de interdependência entre as pessoas, diferentemente da análise dos historiadores, que olham de modo mais restrito para os acontecimentos e para o indivíduo, supostamente livre e autônomo, senhor de suas decisões (CHARTIER in ELIAS, 2001: 07)<sup>7</sup>. A ideia é que, por trás das atitudes das pessoas, mesmo de um soberano autocrata ou de um potentado do sertão, existem lógicas coletivas que regem modos de pensar, julgar e agir. Dessa forma, para se entender realmente os contextos históricos, deve-se abarcar a dimensão sociológica das ações individuais (ELIAS, 2001: 58), só assim pode-se entender “*a elasticidade*” da “*margem de decisão*” (Ibidem, p. 48)

7 Esse trabalho é de 1930 e o prefácio de 1960 (CHARTIER in ELIAS, 2001:10), a simplificação é elucidativa, mas, a situação é mais complexa e os historiadores também debatem essas questões. A escola francesa dos Annales, justamente nessa época, já começa a discutir esses temas. Lucien Febvre, Marc Block, Fernand Braudel são alguns de seus nomes mais relevantes. Debruçam-se sobre períodos de longa duração para compreender acontecimentos históricos mais pontuais (AGUIRRE ROJAS, 2013: 57-58) e rompem barreiras disciplinares com outras ciências sociais (BARROS, 2010).

das pessoas e mesmo os mais poderosos estão limitados, pois não existem indivíduos isolados, “*mas o que se observa de fato são homens que se desenvolvem nas e pelas relações com outros homens*” (Ibidem, p. 49).

É essa forma da percepção histórica — a ênfase em eventos singulares e figuras históricas individuais, como um primeiro plano bem nítido, diante dos fenômenos sociais, como um segundo plano visto de modo relativamente desestruturado — que obstrui em grande medida o caminho de uma formulação clara da relação entre pesquisa histórica e sociologia. A tarefa da sociologia é trazer para o primeiro plano justamente aquilo que costuma aparecer na pesquisa histórica como segundo plano desestruturado, tornando tais fenômenos acessíveis à investigação científica como o nexos estruturado dos indivíduos e de seus atos. [...] os homens singulares não perdem [...] o seu caráter e valor enquanto homens singulares. Porém eles não aparecem mais como indivíduos isolados, cada um totalmente independente dos demais [...]. Na análise das figurações, os indivíduos singulares são apresentados [...] como sistemas próprios, abertos, orientados para a reciprocidade, ligados por interdependências dos mais diversos tipos e que formam entre si figurações específicas, em virtude de suas interdependências (Ibidem, p. 51).

Para Elias, a maneira que trabalham alguns historiadores enfatiza demasiadamente os indivíduos – percebem nos eventos singularidade, individualidade e independência – e a maneira que trabalham alguns sociólogos – de modo determinista – enfatiza demasiadamente as estruturas coletivas (Ibidem, p. 54). As duas concepções levariam ao erro (Ibidem, p. 52). Dessa maneira, ele propõe uma abordagem sociogenética, que observa as características da figuração social, e psicogenética, que circunscreve “*a economia do habitus psíquico engendrado por essa figuração*”, sempre atentando para os “*equilíbrios instáveis e suas tensões móveis*”. Ou seja, seu procedimento visa examinar simultaneamente as estruturas sociais e psíquicas (CHARTIER in ELIAS, 2001: 25), pois elas estão interconectadas.

Elias discorda de historiadores que somente valorizam trabalhos que usam fontes coevas e documentos originais, considerando sem valor demais produções. Para Elias, a pesquisa documental é importante, possibilita adentrar no plano sociológico dos problemas (ELIAS, 2001: 30-31), mas, se limitada a esse procedimento, considera a investigação incompleta (Ibidem, p. 44). Além disso, argumenta que esses trabalhos são particularistas e restritos, apesar de elevarem e enriquecerem os dados singulares, não promoveriam continuidade e desenvolvimento de conexões, pois carecem de teorias anteriores que possibilitam desenvolvimentos posteriores (Ibidem, p. 32). Sem teorias, que garantiriam um foco objetivo para a pesquisa, os historiadores ficariam mergulhados na subjetividade, influenciados por seus contextos e trajetórias pessoais, distribuindo louvores e censuras, luz e sombras aos indícios com que se deparam, como se tudo fosse óbvio. Faltaria aos historiadores o apoio firme de hipóteses ou teorias (Ibidem, p. 34). Dessa maneira, Elias questiona a objetividade desse tipo

de história, entendida como uma avaliação heterônoma (influenciada por fatores externos ao próprio objeto), condicionada ideologicamente (Ibidem, p. 43). Ou seja, para Elias, a sociologia se diferencia também por compreender que, sem modelos de conexão adequados e autônomos (não influenciados por fatores externos ao objeto), as formulações ficam submetidas ao arbítrio do pesquisador (Ibidem, p. 32).

Essas contribuições de Elias, da primeira metade do século XX, são bastante elucidativas das diferenças e aproximações possíveis entre história e sociologia e alguns aspectos discutidos atualmente são similares. A partir de 1970, impulsionada por movimentos que buscavam mudar a sociedade e as relações de poder, a sociologia histórica ganha nova força, buscando desnaturalizar condições sociais, criticando o funcionalismo. Além de permitir testar teorias, preenchendo lacunas no conhecimento empírico, e analisar aspectos de continuidade ou ruptura de padrões sociais, a sociologia histórica, principalmente marxista e weberiana, buscava problematizar premissas que embasavam teorias sociológicas (CALHOUN, 1998: 849), jogando luzes nas condições que selecionaram as narrativas vigentes e permitiram que fossem proeminentes em detrimento de outras (Ibidem, p. 854).

O professor Craig Calhoun (1998) oferece um panorama das questões que envolvem a sociologia histórica mais recentemente, apresentando as discussões entre seus críticos, adeptos da utilização de teorias generalizantes, e seus defensores, apologistas de análises mais particularistas. Calhoun argumenta contra escolhas excludentes entre esses enfoques (CALHOUN, 1998: 848), entendendo que ambos são importantes (Ibidem, p. 868-869), como também argumentou Elias (2001: 44).

Entre críticos da sociologia histórica destacam-se Kiser e Hechter (1991), eles defendem perspectivas nomotéticas, que buscam a formulação de leis gerais, de ampla cobertura, e enfatizam a centralidade de explicações causais, baseadas em deduções de modelos abstratos (CALHOUN, 1998: 847). Entendem que a sociologia histórica se aproximou muito da história e do estudo de partículas específicas do mundo e se distanciou da teoria geral (Ibidem, p. 846), seus métodos seriam demasiadamente indutivos, utilizando narrativas e não lógicas dedutivas e explicativas (Ibidem, p. 852). O procedimento particularista dificultaria o teste e o falseamento de proposições e, portanto, não contribuiria para o avanço das teorias gerais (Ibidem, p. 853). Como visto, Elias (2001: 32) também criticou o olhar excessivamente particularista e defendeu as teorizações gerais e sua importância para o progresso científico.

Partidários da sociologia histórica, como, Somers, Skocpol (1980), Quadagno e Knapp (1992), trabalham com perspectivas idiográficas, mais focados nos contextos históricos, nos

casos específicos, nas narrativas (CALHOUN, 1998: 856). Eles rebatem os críticos, apontando que a discussão sobre a necessidade de buscar conhecimento generalizável se aplica a toda a ciência e, na sociologia, a utilização de métodos como survey e etnografia já evocam essa discussão, portanto, trata-se de uma questão muito mais ampla, que não se restringe ao uso da sociologia histórica. Além disso, a sociologia histórica e as perspectivas idiográficas seriam cientificamente mais rígidas que outras propostas (Ibidem, p. 850). A utilização de explicações gerais, deduções e insights são vistos com desconfiança, pois violentariam as especificidades dos objetos (Ibidem, p. 854), enquanto a abordagem histórica, por se focar na precisão descritiva e no detalhe empírico, seria mais rigorosa (Ibidem, p. 855), valorizando as percepções e narrativas dos sujeitos.

Nessa perspectiva, entende-se que a ciência social deve também buscar a compreensão dos fenômenos sociais por meio das interpretações dos próprios atores históricos. Critica-se as perspectivas nomotéticas, que consideram as pessoas objetos e não sujeitos (Ibidem, p. 864), mecanismos e não agentes, desconsiderando a voluntariedade (Ibidem, p. 865), considerado que as leis humanas são invariáveis como as leis da física (Ibidem, p. 856). Lembrando W.I. Thomas<sup>8</sup>, os fenômenos têm consequências reais quando as pessoas os consideram reais, portanto parte da explicação de aspectos da sociedade está nas narrativas dos envolvidos (Ibidem, p. 866). Também as teorias gerais compõem relatos narrativos, arbitrários, juízos de valor estão presentes nos processos científicos, não há dedução pura e neutra dos elementos do mundo (Ibidem, p. 862). Nunca será possível articular perfeitamente as teorias e os fatos (Ibidem, p. 863), tanto que as teorizações universais são indefinidamente revisadas, o progresso científico não é linear (Ibidem, p. 861).

Calhoun entende que nem mesmo os historiadores valem-se de um indutivismo radical, existem perspectivas que guiam suas narrativas, mesmo que não sejam anunciadas. Comparativamente, os sociólogos históricos deixam suas teorias mais explícitas (Ibidem, p. 855). Ele reconhece que a explicação causal e o modelo geral são elementos difundidos nas ciências sociais (Ibidem, p. 864), conjuntos de ferramentas disciplinares diferentes, produtivos

8 Nos Estados Unidos, em 1932, o Last National Bank gozava de saúde financeira, porém, depois que falsos boatos declaravam a sua insolvência, ocorre uma debandada de clientes, o que ocasiona uma real falência do banco (MERTON: 1968: 516). Essa situação se explica com o famoso teorema sociológico de W. I. Thomas: "*Se os indivíduos definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências*". [...] *Aplicável instrumentalmente a muitos, senão à maior parte, dos processos sociais* (Ibidem, p. 515).

para tipos de problemas específicos (Ibidem, p. 860)<sup>9</sup>. Como os defensores da sociologia histórica, entende que as particularidades e as narrativas podem ajudar a construir, embasar e testar teorias (Ibidem, p. 846). Numa perspectiva conciliadora, propõe que as pesquisas históricas, e as perspectivas idiográficas de modo geral, fornecem “*enquadramentos, cenários e limites*” para as teorizações gerais (Ibidem, p. 858). Ou seja, o posicionamento de Calhoun é semelhante ao de Elias (2001: 52-54) e o debate continuou similar.

Esse impasse epistemológico que envolve história e sociologia, na verdade, abarca o procedimento científico como um todo: qual a forma apropriada de fazer pesquisa científica? Valendo-se de teorias que organizam o mundo, portanto enquadrando eventos; ou tentando se afastar das teorias, portanto singularizando eventos, e buscando um olhar supostamente neutro sobre os fatos? Acredito que os dois lados estão certos e errados: não é possível olhar os fatos de modo neutro (como denunciam perspectivas mais sociológicas), pois sempre utilizamos modelos e teorias, provindos dos grupos sociais que participamos, para fazê-lo. Esses modelos e teorias fornecem interpretações dos objetos, distorcendo os fatos (como denunciam alguns historiadores e adeptos dos estudos particularistas). Essas perspectivas me parecem irremediavelmente emaranhadas, pois os modelos são construídos a partir das percepções da experiência empírica, contextual e particular, portanto, enviesadas, mas, ao mesmo tempo, é com base nesses modelos e categorias, socialmente reproduzidas, que é possível perceber os objetos do mundo e elaborar algum tipo de conhecimento sobre eles.

## **2.5 Questões epistemológicas: a importância dos modelos e simplificações**

Todos os nossos objetos de conhecimento são construídos e categorizados utilizando modelos gerais. Desde o nascimento somos inseridos em redes sociais que nos ligam a outros indivíduos, do passado e do presente, que nos ensinam modos de compreender o mundo e guiar nossas ações. A partir das influências das coletividades que participamos, são constituídos modelos gerais em nossa mente e, com o uso deles, damos sentido a tudo. O idioma é um bom

<sup>9</sup> Habermas dedicou-se a distinguir dimensões da vida social que podiam ser bem compreendidas por meio das narrativas dos agentes e aquelas dimensões que seriam distorcidas por esses mesmos relatos (CALHOUN, 1998: 868-869).

exemplo, entendemos e expressamos o mundo com os conceitos que ele fornece. Mesmo os objetos científicos são vistos por meio de enquadramentos.

Além desses modos coletivos de pensar, dessas teorias gerais de entendimento, os métodos que utilizamos para analisar os objetos também os distorcem e simplificam. As metodologias produzem dados enviesados sobre uma parcela limitada do objeto, ignorando uma variedade de elementos que compõe toda sua complexidade. Porém, é só com suas utilizações, dos métodos e dos modelos, que podemos tornar inteligível o mundo caótico: “*De fato, a ciência social deve [...] construir o modelo, a explicação geral e particular do social, substituir, a uma realidade empírica e desconcertante, uma imagem que seja mais clara, mais fácil de explorar cientificamente*” (BRAUDEL, 1965: 20). É justamente esse o sentido da modelação de tipos ideais, utilizada por historiadores e sociólogos:

O discutido “tipo ideal”, expressão-chave na discussão metodológica de Weber, refere-se à construção de certos elementos da realidade numa concepção logicamente precisa. [...]. Usando essa expressão, Weber não queria introduzir um novo instrumento conceptual. Pretendia, simplesmente, dar plena consciência ao que os cientistas sociais e historiadores vinham fazendo quando usavam palavras como “o homem econômico”, “feudalismo” [...]. Sentia que os cientistas sociais tiveram a escolha de usar concepções logicamente controladas e não-ambíguas, que, por isso, estão mais afastadas da realidade histórica, ou usar conceitos menos precisos, mais ligados ao mundo empírico. O interesse de Weber em comparações mundiais levou-o a considerar extremos e “casos puros” (GERTH e MILLS, em: WEBER, 1982: 78).

Com os tipos ideais, que são modelos teóricos, pode-se comparar e classificar casos particulares e reais. Trata-se de uma forma de reduzir a complexidade da realidade, simplificando-a e agrupando-a, tornando-a inteligível e compreensível. Durkheim utilizava para isso o que podemos chamar de tipo médio – construído estatisticamente, como fez ao estudar o suicídio, ou por meio do estudo de várias etnografias, como faz ao estudar a proibição do incesto (RODRIGUES in DURKHEIM, 1978: 21). O tipo ideal é teórico, composto de modo idealizado, com todos os atributos que o objeto perfeito teria, ele não existe no mundo real, e o tipo médio é empírico, estatístico, ele tenta conceituar o objeto levando em conta características determinantes, sempre percebidas nos variados objetos singulares. Apesar de diferentes, ambos são modelos que simplificam a realidade, utilizados para analisá-la e entendê-la. Trata-se de um processo de busca de inteligibilidade. “*Pensar é lutar para impor ordem*” (MILLS, 1959: 240). E fazemos isso descobrindo, descrevendo, fixando tipos, ordenando, focalizando e distinguindo, num processo que nos leva “*a procurar padrões e tendências, encontrar relações que possam ser típicas e causais*” (Ibidem, p. 240).

Buscamos ordenar o mundo, dar significado às coisas e eventos que percebemos. Construimos narrativas que dão sentido ao caos da natureza. Não há passividade: “*Para fazer uma ciência, será sempre preciso duas coisas: uma realidade, mas também um homem. A realidade humana, como a do mundo físico, é enorme e variegada*” (BLOCH, 2002: 128).

Para buscar uma compreensão dos variados objetos que se oferecem a nossa percepção e vislumbrar suas características, utilizamos métodos específicos, como ver, ouvir e cheirar. Esses procedimentos possibilitam que se analise uma parcela limitada do objeto pesquisado. Dependendo do atributo que é analisado, um ou outro procedimento pode ser mais apropriado e alguns podem não ser disponíveis. É importante notar que esses métodos nos dão recortes do objeto, portanto, produzem uma simplificação da sua complexidade. Essa simplificação e esse recorte, fundamentais para o processo de conhecimento, são altamente dependentes do observador, que enfoca sua atenção, faz os recortes e escolhe como pesquisar. Consequentemente, o produto dos métodos não corresponde automaticamente ao objeto observado. Apesar disso, enquanto as metodologias provêm resultados satisfatórios, elas continuam a ser usadas. E, na medida que são testadas, são aperfeiçoadas.

Os métodos científicos utilizados pelas ciências humanas – como entrevista, survey, etnografia, análise documental – também seguem essa lógica. Todas essas são metodologias para se abordar algo. Porém, ao mesmo tempo em que possibilitam a análise do objeto, distorcem-no. O que qualquer tipo de método de observação fornece é um indício do que é observado e não o objeto em si.

A história, a sociologia, a arqueologia e até a medicina se constituem desta forma: por meio de recortes da realidade e de simplificações do objeto e do mundo, feitas com base em indícios, conta-se toda uma história do que é estudado. Quem também procede dessa forma é o caçador em busca de sua caça, lendo os sinais que ela deixa na selva, tentando chegar até ela e muitas vezes tendo sucesso<sup>10</sup>. O mundo, os eventos históricos, as sociedades, os indivíduos, a história da caça, são impossíveis de serem entendidos em todos os seus aspectos, mesmo porque, não temos acesso a todos os seus atributos:

Como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, (segundo a feliz expressão de François Simiand), um conhecimento através de vestígios. Quer se trate das ossadas emparedadas nas muralhas da Síria, de uma palavra cuja forma ou emprego revele um

10 Ver GINZBURG, 1989.

costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena antiga (ou recente), o que entendemos efetivamente por documentos senão um "vestígio" quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar? (BLOCH, 2002: 73).

Por meio dos indícios captados, categorizamos o que é percebido, com base em uma modelagem mais geral, relacionada a outros eventos do mundo, similares ao objeto para o qual atentamos. Percebendo indícios, criamos ordem e só assim é possível entender o mundo, sabendo que necessariamente o simplificamos e o distorcemos.

Aproximando o som e a verdade (ou o conhecimento sobre nossos objetos, científicos ou não), podemos fazer uma analogia: o som somente é disponível quando se propaga em algum meio, ar ou água, por exemplo, e, ao passar através desses meios, sofre variações, de forma que o ruído que chega ao ouvinte não é mais exatamente o que saiu da fonte. Porém, é somente através de algum meio que temos acesso ao som. Ele não se propaga no vácuo. Assim também são nossos objetos de conhecimento, só podemos os observar valendo-nos de algum meio, como nossas percepções, preconceções, categorias, paradigmas, cultura, recortes, simplificações e modelos, que se relacionam com nosso tempo, com nosso espaço e com nosso ambiente social, com as pessoas com as quais nos relacionamos.

Por isso a atitude crítica é sempre importante. A história do observador influencia sua visão. É identificando os equívocos que melhoramos os modelos, tornando-os cada vez mais úteis, ou cada vez mais razoáveis e consistentes. Aliás, é justamente por terem eficácia na ordenação do mundo que continuamos a usá-los. Ou seja: enquanto nossos modelos levarem-nos ao encontro de nossas caças, ou ao nosso objeto, mesmo sem saber todos os seus detalhes, continuaremos utilizando-os, tentando melhorá-los, até que apareça uma forma de explicação do mundo mais eficiente<sup>11</sup>.

Os mapas são exemplos de simplificações do espaço. São úteis justamente porque o mundo inteiro, em toda a sua complexidade, é caótico. Perdidos, recorremos a simplificações para nos orientarmos. Fazendo os recortes adequados, a miniaturização do espaço o torna inteligível, permitindo que tomemos um caminho.

11 Ver Kuhn, 1962.

Portanto, os modelos, apesar de artificiais, são fundamentais e inevitáveis. Impomos ordem, artificialmente, e construímos enunciados, buscando padrões e tendências, distinguindo e agrupando itens, mesmo sabendo que a complexa verdade não pode ser capturada e que a categorização é sempre artificial, pois os objetos são, na verdade, únicos. Em outras palavras, para entendermos os objetos, reduzimos a sua complexidade e os observamos com nossos modelos, agrupando-os em categorias que contêm elementos similares, de acordo com algum recorte subjetivo. Quando achamos que estamos olhando nossos objetos diretamente, sem modelos, nem simplificações, provavelmente isso não passa da incapacidade de identificar a lente pela qual eles estão sendo vistos, ou o modelo pelo qual eles estão sendo simplificados.

Um homem, suponhamos, caminha por um atalho de montanha; tropeça e cai num precipício. Foi preciso, para que esse acidente acontecesse, a reunião de um grande número de elementos determinantes. Entre eles, a existência da gravidade, a presença de um relevo, resultante de longas vicissitudes geológicas, o traçado de um caminho [...]. Será portanto perfeitamente legítimo dizer que, se as leis da mecânica celeste fossem diferentes, se a evolução da Terra tivesse sido outra, se a economia alpina não se fundasse na transumância sazonal, a queda não teria acontecido. Pergunta-se porém qual foi a causa? Todos responderão: o tropeço. Não é de modo algum que este antecedente fosse mais necessário ao fato. Muitos outros o eram no mesmo nível. Mas, entre todos, ele se distingue por diversas características mais evidentes; vinha por último, era o menos permanente, o mais excepcional na ordem geral do mundo [...]. A realidade nos apresenta uma quantidade quase infinita de linhas de força, todas convergindo para o mesmo fenômeno. A escolha que fazemos entre elas pode muito bem se fundar em características, na prática, bastante dignas de atenção; não deixa de se tratar sempre de uma escolha (BLOCH, 2002: 155-156).

## 2.6 As coletividades fornecem “*repertórios de formulações*” e “*conhecimentos*”

Portanto, é fazendo escolhas que se constrói o conhecimento. Mas essas escolhas não são simplesmente individuais. O entendimento do mundo perpassa a utilização de referências, de fórmulas e de simplificações, que nos são fornecidos pelos nossos grupos sociais. Isso acontece na produção científica e também no processo de produção e utilização do conhecimento prático do mundo cotidiano.

Nossas referências relacionam-se estreitamente com os laços sociais que estruturam nossas vidas. Pertencer a um grupo, ser paulista, emboaba, mineiro, sociólogo ou historiador, permite que se tenha referências específicas, provenientes dessas coletividades, o que ordena o entendimento do mundo e influência nas atitudes tomadas. Quando a coletividade é um grupo coeso, fechado, isolado, ou que conecta seus membros por meio de forte identificação coletiva, essas referências podem ser ainda mais fortes, por serem as únicas ou as dominantes, as

confiáveis, as que demarcam o pertencimento e a distinção, e assim têm grande influência no ordenamento do mundo de seus membros, oferecendo também formas de julgar e de agir.

Uma conclusão de Romeiro (2008: 319), sobre as minas setecentistas, é que o “*repertório de formulações e práticas políticas*” utilizadas na época do levante dos emboabas estava presente no imaginário das pessoas nos acontecimentos posteriores da região. O direito de conquista, por exemplo – caro aos paulistas, engendrado nas lutas no Nordeste no século XVII, contra índios e quilombolas, que envolvia o discurso da empreitada “*à custa do seu sangue, vidas e fazendas*”, sem auxílio da metrópole – foi referência para reivindicações utilizadas pelos mineiros, ao longo do século XVIII, em suas rugas com a Coroa (Ibidem, p. 317). Também foram referências as formulações políticas ligadas à Restauração (Ibidem, p. 318), que legitimavam rebeliões contra autoridades e poderosos abusivos, como teriam feito os emboabas contra os paulistas. Ambos esses discursos, da Restauração e do direito de conquista, estavam presentes na Inconfidência Mineira, em 1789 (Ibidem, p. 319).

Elias, em “*Sociologia do conhecimento*” (2008), sustenta que também os saberes científicos são marcados pelas formas de pensar dos grupos em que se inserem os indivíduos, ressaltando a herança cultural, a contribuição coletiva. O conhecimento de um período é proveniente de uma acumulação (ELIAS, 2008):

[...] o avanço e a expansão do conhecimento em sua forma científica – que, em alguns campos, se tornaram mais ou menos autocontínuos – são, meramente, a mais avançada fase da expansão do conhecimento humano, expansão esta que se dá de maneira extremamente vagarosa e errática, porém – se vista através de longos períodos – cumulativa e continuamente em movimento [...]. Por essa razão, o conhecimento que as pessoas possuem em dado período é oriundo de um longo processo de aquisição de conhecimento desde o passado (ELIAS, 2008: 532).

Nas minas setecentistas, o conhecimento das pessoas (apesar de não científico, de modo geral), suas práticas e imaginário político também guardam relação com as referências coletivas que envolvem suas vidas.

Não há escapatória: as formas de entender o mundo que os indivíduos têm não são simplesmente momentâneas, contextuais e desestruturadas, elas guardam relações com as acumulações sociais do passado e com as redes de interdependência social nas quais se está inserido. Não somos tábulas rasas, nem mesmo os cientistas, como o etnógrafo, que vai ao campo, ou o historiador que pesquisa em fontes primárias, são intelectualmente puros e não observam seus objetos sem preconceitos, ou desvinculados de toda a cadeia de conhecimento

de que fazem parte. Sempre vemos o mundo de uma forma simplificada, por meio de concepções e modelos fornecidos pelas coletividades em que nos inserimos. Essas concepções distorcem, mas descomplicam o caos da realidade, elas possibilitam que formemos entendimentos sobre o mundo, tornando-o inteligível e orientando nossas ações.

As figurações sociais também são fundamentais para o cientista, que percebe o mundo influenciado pelas referências dos grupos acadêmicos que integra. É por ser sociólogo que eu uso referências sociológicas para entender o conflito dos emboabas. Eduardo Canabrava Barreiros (1908-1981) era historiador e também cartógrafo, assim, ao se debruçar sobre a Guerra dos Emboabas, preocupou-se com aspectos geográficos e cartográficos dos acontecimentos. Provém principalmente de seus livros *Roteiro das Esmeraldas – A Bandeira de Fernão Dias Pais (1979)* e *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua Geografia (1984)* os mapas da região no final deste trabalho.

Se são com os conhecimentos coletivos acumulados ao longo do tempo que entendemos o presente, este, o entendimento do próprio presente, é também relevante na produção do conhecimento. Como o meio influencia na propagação do som, o próprio som também influencia o meio, modificando suas propriedades, fazendo-o vibrar, deslocar-se, expandir-se, quebrar-se. Justamente por causa do próprio conhecimento, o cientista, que é um meio, ao mesmo tempo em que afeta o conhecimento, também é afetado por ele, o que influi na sua forma de ser meio, de perceber e de transmitir o conhecimento. Há a ideia de que uma pesquisa de campo, por exemplo, muda para sempre o pesquisador<sup>12</sup>. Ser atravessado por qualquer tipo de conhecimento, sociológico, histórico, científico ou não científico, influi no pensar das pessoas, portanto, em algumas de suas propriedades, como faz o som, promotor de vibração nos meios em que se propaga.

## **2.7 O método científico e a importância da crítica**

O cientista também percebe seu objeto por meio de formulações, métodos, modelos e paradigmas próprios da sua formação acadêmica, das suas trajetórias e experiências. Ele também está inserido em contextos espaciais, temporais e sociais que influenciam sua pesquisa.

<sup>12</sup> Ver OLIVEIRA (2007: 09).

Recortar, simplificar, comparar, categorizar e teorizar são atividades do pensamento humano comum e também do procedimento científico. A diferença é que o cientista sabe das dificuldades para produzir conhecimento e desenvolve métodos e críticas para descobrir e afastar os equívocos, no intuito de melhorar as percepções, modelos e explicações.

Trabalhar com um objeto fartamente estudado facilita a crítica. Quando um etnógrafo estuda um grupo social que só ele tem acesso, impressões equivocadas do pesquisador sobre seu objeto dificilmente podem ser reconhecidas por seus leitores. É mais difícil criticar pesquisas que se debruçam sobre objetos pouco estudados, mas se o foco for a Guerra dos Emboabas, por exemplo, há muito material para a consulta, apesar do corpo documental da época ser limitado. A variedade de pesquisas permite uma maior contraposição dos achados, facilitando a crítica, elemento fundamental para o desenvolvimento científico.

Uma crítica fundamental que se faz a trabalhos comparativos é que, buscando aproximar casos distintos, dão pouca ênfase aos contextos específicos. A indistinção é uma grande ameaça à história (SOUZA, 2006: 60), por isso é importante ficar atento às peculiaridades do objeto, pois nossas teorias, modelos e métodos, imprescindíveis para o conhecimento, também simplificam as complexidades. Laura de Mello e Souza (2006: 75) sublinha a necessidade do “*cuidado com o contexto*”, mas considera “*promissor combinar análises específicas e enquadramentos gerais, bem como problematizar e questionar modelos explicativos*”. Os estudos comparativos “*mostram a riqueza das situações particulares*”, mas também “*invocam o valor das relações*”.

Cada caso, processo ou elemento da sociedade é específico e têm suas configurações próprias, mas é nos valendo de determinados pontos de vista, fazendo aproximações dos casos abordados com teorias mais gerais, que produzimos conhecimento sobre algo. Portanto, os nossos objetos de estudo podem ser construídos a partir de diversas possibilidades.

## **2.8 “Intricada trama de infinitos fios [...] complexos desenhos e padrões”**

Portanto, resumindo e concluindo: Nenhum método fornece a verdade sobre o objeto em análise, mas possibilita perceber indícios distorcidos do que ele realmente é. São ferramentas imprescindíveis que produzem representações de parcelas da complexidade do que é observado, por meio de recortes que interessam ao pesquisador. A partir dessa simplificação,

o observador categoriza o objeto, utilizando modelos e perspectivas que lhes são próprias e que guardam estreita relação com as figurações nas quais se envolve. Assim damos sentido ao mundo, simplificando e relacionando.

Na tentativa de ordenar o caos da realidade, nós a simplificamos e criamos modelos e teorias que possibilitam categorizar os objetos que percebemos. Mas os objetos são complexos e, de acordo com o interesse do estudo, fazemos recortes que nos permitam abordar somente alguns de seus aspectos, julgados relevantes. Porém, não percebemos esses aspectos diretamente. Precisamos de métodos para captá-los, mesmo que de modo distorcido.

Enquanto esses métodos e modelos simplificadores conseguirem explicar satisfatoriamente seus objetos e resistir às críticas que recebem, eles serão utilizados. O caçador procede da mesma forma: ele dá um significado para determinada pegada e, obtendo sucesso na caçada, continua a utilizá-lo quando vê pegadas similares. Ele ignora infinitos elementos, variáveis e interpretações e se foca em determinados indícios para construir sua explicação do mundo. Os elementos que percebe são sempre únicos, mas, simplificados e enquadrados em categorias, podem tornar inteligível a história altamente complexa da presa.

Ou seja, dos objetos do mundo, percebemos apenas indícios que compõem uma infinita gama de possibilidades de entendimento.

O que mais surpreende nos estudos históricos sobre a Guerra dos Emboabas é a convicção presumida de que é possível, sim, escrever a história total do acontecimento, reconstituindo-o tal como ele se passou, com sua pleora de detalhes e pormenores. [...]. Mas o tema está longe de encaixar-se numa imagem tão linear. O acontecimento – como de resto, todos os fatos históricos – assemelha-se muito mais a uma intrincada trama de infinitos fios, que se conectam e desconectam incessantemente, oferecendo ao historiador os mais complexos desenhos e padrões. É por essa razão que não cabe aqui, como quer a vaga neopositivista que hoje ameaça engolfar a historiografia – proceder um relato do que efetivamente se passou. Mesmo porque os protagonistas desta e de todas as histórias jamais têm condições de captar a verdade dos acontecimentos (ROMEIRO, 2008: 29).

Dessa forma, vejamos alguns dos fios dessa intrincada trama que alguns historiadores, com seus modelos de inteligibilidade e simplificação, articularam:

### **3 - REVISÃO DA LITERATURA**

Testemunhas, cronistas e historiadores, há séculos, abordam elementos relevantes para o contexto da Guerra dos Emboabas. São de interesse os estudos sobre os descobridores das minas – os sertanistas paulistas (conhecidos atualmente como bandeirantes) –, sobre a corrida do ouro, sobre a atuação política e administrativa da Coroa portuguesa no Brasil e sobre a Guerra dos Emboabas em si, um levante dos forasteiros contra os descobridores das jazidas.

São essas as fontes que me permitem analisar a importância de algumas redes de interdependência que conectam indivíduos, chamadas por Norbert Elias de figurações. Simplifico a realidade, valendo-me de recortes que realizo e interesses que tenho devido ao meu lugar temporal, espacial e social<sup>13</sup>. Assim como o historiador também o faz. A produção desse pesquisador está longe de ser objetiva e espelho do puro retrato do passado. Ele também está à mercê do seu contexto, afogado em seu meio social, como os próprios indivíduos históricos, objeto de seus estudos.

Portanto, para entender os relatos e trabalhos sobre a Guerra dos Emboabas é necessário entender minimamente quem são as pessoas que produziram esse material, em que contexto escrevem e quais as coletividades que as influenciam. Se Elias considera que para entender contextos históricos é preciso “*abarcara dimensão sociológica*” em que se inserem os indivíduos envolvidos (ELIAS, 2001: 58), o mesmo é verdade para se entender os relatos e a produção historiográfica sobre a Guerra dos Emboabas e todos os objetos de esforço intelectual de modo geral. Como explicado por André Cellar (2008), a análise documental exige que se conheça contextos e interlocutores dos produtores dos documentos. Isso também é verdade para se entender os discursos historiográficos.

Dessa maneira, a apresentação da revisão da literatura, além de identificar parte do que já foi produzido sobre o objeto, apontando algumas semelhanças e diferenças, também conta com uma superficial abordagem do contexto em que foram produzidos os materiais mais antigos, de autores afetados mais claramente com o tema. Sobre os historiadores posteriores aos meados do século XX, não há análises sobre as condições de suas produções.

13 Eu, por exemplo, sou belo-horizontino e vivo embrenhando-me em cachoeiras e galgando os picos da região, palco dos acontecimentos em estudo. O fascínio com a história colonial do Brasil e o deslumbramento com a geografia local, além de ser natural da região, explicam um pouco do interesse no tema.

### 3.1 A produção do historiador se sujeita ao seu contexto temporal e social

Diferentemente da história, o conhecimento histórico pode se transformar: “*O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa*” (BLOCH, 2002: 75).

A percepção das evidências científicas, históricas ou etnográficas, sempre dependerá do contexto do observador e das figurações em que ele se insere, pois elas fornecem formas de ver o mundo, filtros, disposições, padrões morais e de julgamento, paradigmas e modelos. Quem nos mostra isso de modo detalhado é Kátia Maria Abud, com uma obra importantíssima sobre o bandeirismo, movimento que levou ao descobrimento das minas.

Em 1985, ela apresenta *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista – o bandeirante*. São analisadas as produções sobre os sertanistas paulistas, conhecidos como bandeirantes, observando como guardam relação com o contexto dos autores e por isso há variedade de interpretações sobre o objeto histórico (ABUD, 1985).

Jesuítas espanhóis iniciaram, no século XVII, a “*legenda negra*”, chamando os sertanistas paulistas de assassinos e caçadores cruéis de índios (ABUD, 1985: 02). Mais tarde, no começo do século XVIII, surgem trabalhos que visavam sustentar o domínio português nas conturbadas minas e assim, de modo geral, também negavam méritos aos paulistas (Ibidem, p. 204). Somente no final dos setecentos, quando a decadência do ouro leva comerciantes forasteiros a se estabelecerem em São Paulo, disputando com os nativos, é que trabalhos que constroem a “*legenda dourada*” dos sertanistas paulistas aparecem (Ibidem, p. 60). Esses trabalhos, movidos por uma “*sensibilidade ressentida*” e desejo de restauração da imagem (SCHNEIDER, 2016: 98), valorizam os feitos dos exploradores do sertão, tidos como construtores da nacionalidade, ligando as longínquas regiões brasileiras. Destacam-se as obras dos eruditos paulistas Frei Gaspar da Madre de Deus e de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (ABUD, 1985: 04). No século XIX, os feitos do bandeirismo foram pouco acionados, só reacendendo com o destaque econômico de São Paulo com o café, no final do século. A destacada posição econômica do estado contrastava com sua marginal posição política, o que causava desconforto na elite (Ibidem, p. 206). Com a prosperidade econômica, principalmente a partir dos historiadores do Museu do Ipiranga, fundado em 1895, recomeça-se uma maior valorização histórico-cultural de São Paulo e seu povo. No começo do século XX, período áureo da produção histórica sobre o bandeirismo, historiadores como Ellis Jr., Taunay e Paulo Prado

novamente resgatam a história do sertanista, exaltando-o, construindo uma narrativa que sustentasse a pretensão paulista de alcançar centralidade no cenário político (Ibidem, p. 05). É principalmente a partir desses trabalhos que se consolida a imagem desses sertanistas como sendo os bandeirantes, figuras altivas, com vestimentas imponentes e respeitáveis botas.

Na época da Guerra dos Emboabas, os paulistas eram reconhecidos por sua bravura, por suas capacidades e habilidades de sertanistas, de caça e guerra ao índio, mas não eram considerados, no âmbito do reino, uma nobreza hereditária respeitável, muito pelo contrário, afinal, tratavam-se de mamelucos que perambulavam pelos sertões maltrapilhos e descalços. Porém, há duas dimensões do discurso histórico: “*conhecimento produzido sobre determinado objeto e a utilização que dele faz a sociedade*” (Ibidem, p. 05). Quando o contexto exigiu, foi fundamentada uma imagem do paulista relacionando-o ao bandeirante e suas qualidades, como iniciativa e valentia, o que o capacitava para ser liderança ou símbolo nacional (Ibidem, p. 207). Assim: “*O discurso histórico intervém numa realidade social, ou seja, naquela em que foi produzida [...]. A produção histórica não é neutra*” (Ibidem, p. 05).

Kátia Maria Abud mostra que a percepção do mundo intervém na produção histórica e a produção histórica intervém na percepção do mundo. Assim como todo conhecimento. As cadeias de interdependência que ligam os indivíduos têm alta relevância no conhecimento que produzem, nos julgamentos que têm e nas verdades que acreditam.

### 3.2 Escritos antigos

Os primeiros escritos relevantes para a temática são trabalhos de jesuítas que, ao longo do século XVII, ocupavam a bacia do rio Paraguai catequizando os nativos, concentrando-os nas “missões” ou “reduções”. Esses aldeamentos foram atacados por homens do planalto de Piratininga, terríveis caçadores e escravizadores de índios (ver figura 03). Produções religiosas que abordavam as obras da Igreja entre os índios americanos denunciaram aqueles bandos de homens brutos e violentos, que matavam e escravizavam muitos gentios. O padre Antônio Ruiz de Montoya (1585-1652) escreve a *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús, en las Provincias del Paraguay, Parana, Uruguay y Tape* (1639), identifica os agressores como homens de “*San Pablo*”, “*San Vicente*”, “*Santos*” e outras vilas vicentinas e relata suas investidas (MONTROYA, 1639: 15). Objetivava mostrar às autoridades a necessidade de defender as missões (Abud, 1985: 91). O padre Nicolás Del Techo (1611-1685),

em *Historia de la Provincia del Paraguay y de la Compañía de Jesús* (1673), também detalha as seguidas agressões dos “mamelucos”, que destruíam os aldeamentos (TECHO, 1897: 229-236). Esses escritos tiveram relevante influência na imagem dos paulistas na Europa e no reino português (ABUD, 1985: 03).

Durante os seiscentos, esses homens de São Paulo especializaram-se no sertanismo e na guerra brasílica (adaptada ao meio, versátil e adepta às emboscadas) e foram requisitados para combater, além dos nativos, quilombolas e outros inimigos (ROMEIRO, 2008: 196). Os homens do planalto de São Paulo, que ganharam destaque em aprisionar e combater índios, também se interessavam por metais preciosos que, segundo lendas e notícias antigas, existiam no interior do continente (HOLANDA, 2000: 47-48). Em meio às suas expedições pelo interior, encontram ricas jazidas de ouro de aluvião, passíveis de serem facilmente exploradas.

No final do século XVII, os paulistas revelam essas minas, depois de incentivos da Coroa, que, desde o século XVI, fazia esforços para achá-las (HOLANDA, 2000: 43-74). Com a revelação das ricas jazidas minerais, uma vigorosa corrida do ouro ameaça desorganizar a decadente economia agrária da colônia. O padre João Antônio Andreoni, conhecido como Antonil (1649-1716), em *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* (1711), considera que as jazidas minerais representavam uma maldição e não uma benção e descreve vários elementos da nascente sociedade mineira. Entre suas fontes estava uma testemunha que acompanhara a primeira autoridade real que viajou até as minas, o governador Artur de Sá e Meneses, nos primeiros anos da exploração oficial (TAUNAY in ANTONIL, 1982: 04) (Ver figura 06). Antonil alerta para os perigos da riqueza fácil, diz que as minas ajuntam gente de péssima qualidade, que os potentados e bandidos reinam, denuncia o perigo do despovoamento e abandono das lavouras de açúcar e tabaco, as reais riquezas do Brasil. Seu discurso, que antecipa em algumas décadas ideias defendidas pelos fisiocratas europeus, estava alinhado com vários governantes e poderosos agro latifundiários, que dominavam o cenário econômico. Porém, sua obra é censurada na época, pois detalhava os caminhos das minas. A exposição dessas rotas não agradou ao Conselho Ultramarino<sup>14</sup>, que temia o interesse dos inimigos externos nas jazidas (SOUZA, 2006: 87), pois Portugal estava envolvido na guerra de Sucessão Espanhola e era ameaçado por França e Espanha. O livro foi escrito contemporaneamente aos primeiros anos de ocupação das minas, disponibiliza muitos dados econômicos e é fonte de

14 O Conselho Ultramarino era um órgão português que administrava as colônias, as possessões de além-mar, fora criado em 1642, logo após a Restauração, e refletia a crescente importância do Brasil (SOUZA, 2006: 88).

todos os historiadores que estudam o tema.

Nuno Marques Pereira (1652-1733), português ou baiano, teria vivido nas minas e acompanhado o chefe dos emboabas, Manuel Nunes Viana, a quem pediu patrocínio para seu livro, provavelmente recebido (RODRIGUES, 2011: 31). Escreve o *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* (1728), supostamente contendo elementos do agrado do chefe emboaba (ABUD, 1985: 46). Trata-se de uma imaginada viagem de um peregrino pelo Brasil colonial, visitando as minas a partir da Bahia, denunciando a ruína da sociedade devido às feitiçarias, superstições, vícios, promiscuidade com negras e índias, relaxamento dos costumes, ganância pelo ouro, ambição, soberba, avareza e inveja. O personagem principal apresenta conselhos e pensamentos baseados na moral católica (RODRIGUES, 2011). Os paulistas, figuras destacadas dessa sociedade decaída, são terrivelmente avaliados (ABUD, 1985: 46).

Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) publica *História da América Portuguesa* (1730). Historiador baiano, admirador da colonização lusitana (ABUD, 1985: 46), é a principal referência para estudos favoráveis aos emboabas (ROMEIRO, 2008: 15), acusado de ouvir somente fontes dos forasteiros e de não recorrer a documentos. É o primeiro historiador que trata diretamente sobre o tema (TAUNAY, 1951: 245), por isso, apresento de modo mais estendido o que ele nos conta: o conflito se dá devido às insolências dos paulistas, que estavam muito poderosos. O ambiente nas minas era turbulento e havia necessidade de governo formal para garantir sossego e paz. A população se dividia entre naturais de São Paulo e vilas de sua jurisdição, chamados paulistas, e os forasteiros vindos de todos os lugares (não paulistas), chamados emboabas. As dissensões teriam se iniciado com o revide enfurecido de forasteiros, depois de um ato tirano de um paulista contra um humilde recém-chegado. Em Caeté, Júlio César e Jerônimo “*Poderoso*” – paulistas chamados por Pita de “César” e “Pompeu” de Roma, por sua soberba – acusam de furto de uma clavina a um homem inocente, que é defendido por Manuel Nunes Viana, português “*alentado e poderoso*”, que desafia os paulistas. O desafio é recusado, maculando-lhes a honra, que pretendem restaurar atacando Manuel Nunes Viana. Os paulistas ajuntam parentes e armas, mas o poderoso forasteiro também reúne gente armígera em sua volta, levando à desistência dos paulistas e uma momentânea paz. Porém, um assassinato, possivelmente injusto, de um paulista por emboabas, faz com que os enlutados novamente se armem e assentem que, no próximo dia dez de janeiro, iriam assaltar a todos os forasteiros das minas e “*passá-los a ferro*” (PITA, 1878: 373). Acreditando nesses boatos, independentemente de serem ou não verdadeiros, os ameaçados armaram-se e fizeram de Nunes Viana seu governador. Organizados e numerosos, os forasteiros expulsam os paulistas de

Sabará, de Cachoeira e do Rio das Mortes, onde alguns paulistas rendidos foram massacrados. O governador nomeado pelo rei vai às minas, mas boatos de que ele iria prender os forasteiros fizeram com que estes não permitissem sua entrada na região. Acusavam-no de favorecer os paulistas e explicavam que estavam levantados devido às tiranias dos mesmos. O governador não consegue a pacificação e retorna ao Rio de Janeiro. Alguns meses depois, os emboabas estavam desentendidos com seu chefe e, temerosos das consequências do levante, submetem-se ao novo governador. Viana é banido das minas, são nomeadas novas autoridades e o governador vai tentar pacificar os paulistas. Estes, expulsos das minas, teriam chegado em suas casas e sido desprezados e injuriados por suas mulheres, que exigiam a vingança. Formado o exército, começam a marcha, no caminho, encontram o governador, que falha em dissuadi-los, e fazem cerco aos emboabas no Rio das Mortes. Temerosos de forças que viriam em auxílio dos sitiados, fogem os paulistas, depois de oito dias de cerco. O reforço chega e persegue, em balde, os paulistas que voltam para São Paulo, dando fim ao conflito (PITTA, 1878: 370-381). Muitos elementos de sua narrativa são utilizados por outros historiadores.

Em 1735, o português Luís Gomes Ferreira lança o *Erário Mineral*. É trabalho pioneiro de medicina em português, apresenta as experiências de um cirurgião-barbeiro na região da mineração. Como muitos, larga família e segue para as ricas jazidas que se anunciavam no interior da colônia americana. Por meio de suas contribuições, é possível perceber aspectos da difícil jornada e da árdua vida dos mineradores, principalmente dos escravizados. Acidentes e doenças eram abundantes. Tem vários pacientes e utiliza tratamentos peculiares, como à base de urina, sangue menstrual, sangrias, fezes de animais, metais, aguardente e ervas locais. Esteve nas minas entre 1708 e 1733 e parece não ter participado dos conflitos. Os paulistas e seus índios, conhecedores do ambiente e de possíveis tratamentos medicinais, eram preciosas fontes de informações para ele (FERREIRA, 2002).

Em 1752, o padre Manoel da Fonseca (1703-1772) escreve *A Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*. Padre Belchior (1644-1717) teria contribuído para a catequização no Brasil e forneceu muitas informações sobre as perigosas e conflituosas minas, lugar de vícios e desordens. Desaconselha esse destino, aconselhava o retorno ou sublinhava a necessidade de muita cautela àqueles que pensavam em buscá-lo, pois previa uma “*grande revolução*” (FONSECA, SD<sup>15</sup>: 201). Segue o relato de Rocha Pita ao falar do conflito. Explica que eram

<sup>15</sup> “SD” significa “sem data”.

aplicadas leis ao arbítrio dos poderosos, que eram principalmente paulistas, possuidores de muitos índios escravizados. Poderosos e insolentes, os paulistas referiam-se aos estrangeiros com o pronome de tratamento destinado aos escravos (Ibidem, p. 204-205). Frente aos boatos de que os paulistas iriam matar a todos os emboabas, os forasteiros, “*fundados somente nos desastres passados, se uniram entre si*” (Ibidem: 208). Nos seus escritos, a honra, a reputação e a fama se mostram muito importantes e impulsionaram várias atitudes (FONSECA, SD: 201-217). É simpático aos portugueses (ABUD, 1985: 45).

Em meados do século XVIII, outros jesuítas fazem publicações denunciando os sertanistas vicentinos. Com base nos trabalhos dos padres do século anterior, Charlevoix (*História do Paraguai*, 1757) e Dom Joseph Vaissette (1685-1756) revigoram a imagem bárbara e violenta daqueles homens deixada pelos padres das missões destruídas (ABUD, 1985: 92). Denunciam-nos pela recusa dos valores cristãos e normas do Antigo Regime, pela mestiçagem, barbárie, ímpeto autonomista e republicano (ROMEIRO, 2008: 228).

Aproximadamente na mesma época, entre 1749 e 1752, o ouvidor Costa Matoso, em Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto), reúne documentos e encomenda relatos a antigos moradores que pudessem testemunhar sobre o início da ocupação do território mineiro e produz a mais importante compilação sobre a Guerra dos Emboabas e aqueles tempos. Esse material está contido no *Códice Costa Matoso*. É uma fonte importante, apresenta regimentos, testemunhos anônimos, de viajantes dos primeiros tempos e de participantes das primeiras bandeiras. Por exemplo, há a contribuição de José Álvares de Oliveira – português que participa de episódios do conflito e ressalta a insolência dos paulistas – e também de Bento Fernandes Furtado – paulista, filho de um dos primeiros descobridores, denunciante da ingratidão dos forasteiros. Muitos acreditam que o relato de Bento, por ser bem escrito, teria sido redigido pelo poeta Cláudio Manoel da Costa (TAUNAY, 1981: 14).

Cláudio Manoel da Costa (1729-1789), poeta e inconfidente mineiro, nutre-se de textos reunidos por Costa Matoso para escrever os fundamentos do poema *Vila Rica* (1773), retomando a história de Minas e o levante dos emboabas. Vê nos paulistas a insurgência contra a metrópole exploradora e se inspira para a Inconfidência (ABUD, 1985: 36).

Em 1771, José Joaquim da Rocha (1737-1807), português, cartógrafo militar, escreve a *Descrição Geográfica, tipográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*, com informações técnicas de sua experiência profissional no território mineiro e também provenientes de relatos que acessara. Fora comandado por Tiradentes e denunciado por fornecer

mapas aos inconfidentes, o que negou. Para ele, depois que o primeiro governador, Artur de Sá, veio às minas e voltou para São Paulo, pulularam tumultos na região, onde as leis não eram respeitadas, quadro que se altera somente depois da Guerra dos Emboabas e a fundação das primeiras vilas pelo governador Antônio de Albuquerque (ROCHA, 1995).

Reagindo aos trabalhos dos padres jesuítas, no final do século XVIII, dois historiadores paulistas, eruditos e pesquisadores de documentos, destacam-se por apresentar obras que valorizam os sertanistas de São Paulo: Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) e seu primo, Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), parentes de velhos paulistas notáveis, como Fernão Dias de Paes Leme. Só depois da descoberta das minas é que se cria um discurso que valoriza as bandeiras, o que não foi buscado com o aprisionamento de índios, mas que poderia ser logrado com o grande serviço de descobrimento dos metais preciosos. Entre outras obras, Pedro Taques e Frei Gaspar escrevem, respectivamente, *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica* (1771) e *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, (1797). Apesar de não usarem o termo bandeirante, o movimento sertanista e conquistador é posto em lugar de destaque na sociedade paulista, que seria nobre e gloriosa. Destaca-se o caráter militar e a importância das lideranças que organizavam aquelas tropas valorosas, que combatiam índios, quilombos, estrangeiros e ainda descobriam metais preciosos. Suas obras se diferenciam na apreciação da mestiçagem: enquanto é escondida em Pedro Taques, é valorizada em frei Gaspar. A imagem do sertanista paulista que criaram fixou-se e muitos serviram-se dela posteriormente, chamando-os de bandeirantes (ABUD, 1985). Esses dois paulistas, que enalteciam a imagem do seu povo, criticaram Rocha Pita por ser favorável aos emboabas e por fazer pouca pesquisa documental (SOUZA, 2006: 144).

No século XIX, a imagem criada por Pedro Taques e Frei Gaspar se reproduz principalmente nas penas de viajantes e poetas. Augustin de Saint-Hilaire (1779-1853) formula o conceito de “*Raça de Gigantes*” utilizada em vários de seus relatos de viagens, como na *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da província de São Paulo* (2002), impressionado com os longos e difíceis trajetos dos sertanistas paulistas (ABUD, 1985: 205). Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), militar, diplomata e notório historiador brasileiro, em obras como *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal* (1870), sustenta que os paulistas viviam em um território enorme, sem motivos para respeitar leis e determinações de autoridades inexistentes. Destaca-se por denominar o levante dos emboabas como “*guerra civil*” (TAUNAY, 1951: 245).

### 3.3 Escritos recentes sobre os sertanistas paulistas

Nas primeiras décadas do século XX, impulsionada por historiadores ligados ao Museu do Ipiranga, uma expressiva produção retoma o bandeirismo gloriosamente, o paulista é exaltado como uma “*sub-raça superior*”, aventureira, que conquistara e unificara o imenso território brasileiro (ABUD, 1985: 207). Nessa época, também no Brasil, muitos historiadores estavam focados exclusivamente em documentos, principalmente inéditos, e entendiam que a historiografia só evolui com novas fontes, evidências inquestionáveis dos fatos, e não com novos pontos de vista. Acreditavam na ausência da crítica do historiador (Ibidem, p. 167), apesar das interpretações enviesadas que apresentavam acerca da superioridade da raça e da mentalidade paulista (Ibidem, p. 179).

Depois de 1950, os historiadores produzem em contextos menos envolvidos com o objeto, sem as pressões políticas que tinham os pesquisadores influenciados pelo Museu do Ipiranga. Além disso, muitos autores passam a dar importância à interpretação dos documentos, aos contextos e pressões sociais para se entender a ação dos atores históricos.

O mineiro Diogo de Vasconcelos (1843-1927), contando a *História Antiga das Minas Gerais* (1901), é referência para a temática. Para ele, não havia pátria quando da Guerra dos Emboabas, mas vários particularismos regionais, separados do distante poder central. Considerava os paulistas os argonautas do Brasil (ROMEIRO, 2008: 17), homens acostumados a se impor pela pólvora, enquanto os reinóis eram pessoas mais articuladas externamente, ligados aos seus compatriotas dos grandes centros, e que por isso conseguiam algumas vantagens (TAUNAY, 1951: 249). A Coroa não podia destacar tropas para as minas e, vivendo naquele ambiente anárquico, os partidos se extremavam e as possibilidades de conflitos aumentavam, pequenos desentendimentos se tornavam grandes acontecimentos. As insolências dos paulistas começam a ser revidadas e o levante ocorre (VASCONCELOS, 1974). É muito criticado por não apresentar fontes, mas é conhecido por ser dedicado pesquisador de arquivos (ROMEIRO, 2008: 18) e poderia ter consultado também fontes orais e epistolares de que não

se tem notícia<sup>16</sup>. Alguns o criticam por exagerar e romantizar acontecimentos<sup>17</sup>. Não pode ser criticado por não levar em conta as pressões sociais que envolviam as ações dos indivíduos, pois o colorido que dá aos eventos, dando detalhes que muitos duvidam que tenha tido acesso, consideram aspectos sociais relevantes para aquela sociedade. Ele sublinha a importância de elementos como a honra, a reputação, a coragem e a religiosidade, todos relevantes para aquele contexto, segundo a historiografia de modo geral.

Capistrano de Abreu (1853-1927), em *Capítulos de História Colonial* (1907), estrutura a Guerra dos Emboabas como um evento de oposição entre portugueses e colonos que não mais aguentavam a exploração metropolitana, dando origem a um sentimento de nativismo e orgulho dos regionais e ódio contra os estrangeiros (ROMEIRO, 2008: 19). Era simpático aos paulistas, mas questionou a violência contra os indígenas, sendo acusado de antipático ao bandeirismo (ABUD, 1985: 165-166). Segundo ele, os paulistas tinham grande desprezo pelos emboabas e “durante o prazo de sua prepotência entre a serra da Mantiqueira e a do Espinhaço, nas primeiras décadas da anarquia incompreensível, entregaram-se aos maiores excessos e só a força deu leis” (ABREU, 1998: 156).

Basílio de Magalhães (1874 – 1957) estuda *A expansão geográfica do Brasil Colonial* (1915) e considera que as bandeiras paulistas foram imposições econômicas (ANDRADE, 2008: 18). Destaca que elas triplicaram a colônia americana, que tiveram diferentes ciclos, alguns que contavam com a presença do estado, outros mais associados à iniciativa privada, e se preocupa com caminhos, datas e nomes (ABUD, 1985: 176). Também creditou importância ao isolamento geográfico dos paulistas, uma raça mameluca, que viva cercada por serras e matas, diferente do povo litorâneo. Viviam com muita independência no planalto, cometendo atos de insubordinação e caçando indígenas, ao mesmo tempo em que conquistavam territórios e buscavam riquezas minerais. Somente aqueles mamelucos, acostumados com a natureza do Brasil, para realizar aquele tipo de empreendimento (MAGALHÃES, 1935).

Alfredo Ellis Jr. (1896-1974) é o principal expoente da vertente racial que constrói o paulista como raça mestiça superior. Têm várias publicações sobre o tema, por exemplo, *Raça de gigantes* (1926), *Populações paulistas* (1934), *Capítulos da história social de São Paulo* (1944), *Meio século de bandeirismo* (1946). Ele busca fazer uma sociogenia paulista: utilizando

16 Conforme, por exemplo, ANDRADE (2008: 23) e SANTOS (1952: 103 e 256).

17 Boxer (1963: 91), por exemplo.

conceitos evolucionistas, como superioridade racial, seleção e progresso, além de determinismo geográfico, argumenta que a mistura do índio e do branco, naquelas condições, originaram uma sub-raça superior (ABUD, 1985: 141-142).

Oliveira Viana (1883-1951) também defendia que a gente de São Paulo era especial e propõe a superioridade do homem branco (*Populações Meridionais do Brasil, 1920*), que destaca como formador da raça paulista (ABUD, 1985: 152). Considera a administração portuguesa incompatível com a sociedade brasileira, marcada pela dispersão, ruralização e mandonismo (SOUZA, 2006: 34). Além de arianos, os paulistas seriam aristocratas e potentados locais (Ibidem, p. 110). Os cabos de tropas das bandeiras, seus líderes, bravos, audazes, fortalezas morais, transpareciam o eugenismo acumulado. A metrópole, oferecendo privilégios e cargos, teria os estimulando às empresas exploratórias. O latifúndio dominava o Brasil e estruturava também as bandeiras: expedições aramadas, lideradas por autocratas, cercados por familiares, agregados, tropas de mamelucos, escravos e capelão. Essa organização é também transportada para as terras auríferas (VIANNA, 2005: 137-145).

Alcântara Machado (1901-1935) apresenta um trabalho peculiar. Em *Vida e Morte do Bandeirante* (1929), ele estuda as condições econômicas e sociais da vida dos paulistas, pesquisando em inventários e testamentos de moradores de São Paulo, dos séculos XVI e XVII. Enfatiza o cotidiano e pessoas corriqueiras, desmistificando aspectos como a riqueza e a nobreza dos paulistas pintadas por Taques (ABUD, 1985: 160). Chama a atenção para o excesso de armamento desses homens (ROMEIRO, 2008: 215), inclusive arco e flecha (ROMEIRO 2008b: 171). Para o autor, os grandes feitos são raros e ocasionados por conjunturas cotidianas, dessa forma, aspectos da moradia, do vestuário e da alimentação seriam relevantes para entender os paulistas, inclusive as grandes realizações. Sustenta que a maioria era pobre e lutava contra várias dificuldades. Isolados, os artigos importados eram caríssimos: uma cortina ou um vestido valiam mais que propriedades imóveis ou benfeitorias. Não eram nobres, opulentos e cultos, mas empobrecidos, rústicos e austeros. As bandeiras foram solução para suas urgentes situações e faziam parte de uma tradição envolvente. A maioria dos homens participava, iniciavam-se pré-adolescentes e também contavam com experientes idosos. Era liderada por chefes respeitados e capazes, que muitas vezes se embrenhavam até morrer, com idades bastante avançadas. Preavam índios, sua grande riqueza na época. Com o achado das minas, as cidades paulistas ficam despovoadas de homens e os inventários acusam enriquecimento que se esvai com a decadência da mineração (MACHADO, 1972).

Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958), na *História Geral das Bandeiras Paulistas* (1924-1936), enfatiza a expansão territorial. Sustenta que a miscigenação seria de um tipo superior em São Paulo, pois a inferioridade do sangue indígena era, aos poucos, diluída no sangue ariano. A dizimação dos nativos teria sido desculpável, pela grande conquista do interior do continente, assim como a escravidão, pelo projeto de colonização (ABUD, 1985: 172-174). Apesar de apologista da pesquisa documental (Ibidem, p. 167), estava envolvido em certas cadeias de pensamento e apresenta preconceitos contra índios e negros. Sobre a Guerra dos Emboabas, entende que a reação paulista foi natural, tendo em vista a independência em que viviam e a repulsa ao esbulho que sofriam (TAUNAY, 1951: 285). Sustenta que os emboabas gozavam de vantagens devido às relações que tinham em outras praças, acessando crédito e mão de obra africana (Ibidem, p. 249). Aponta que coletividades podem se formar em oposição a outros grupos, assim, sertanistas taubateanos e paulistas, que tinham suas rusgas, ajuntaram-se ante a ameaça dos forasteiros que invadiam as minas (Ibidem, p. 252). Outro episódio similar aconteceu logo depois do levante emboaba, quando o Rio de Janeiro foi invadido pela esquadra francesa de Duguay-Trouin e teria ocorrido um “*movimento de solidariedade lusitana. Paulistas, reinóis e os demais brasileiros, céleres marcharam lado a lado contra o assaltante de sua grande cidade do Sul*” (Ibidem, p. 285).

Cassiano Ricardo (1894-1974) publicou *O negro da bandeira* (1938) e *Pequeno ensaio de bandeirologia* (1959). Trabalhou no departamento de Imprensa e Propaganda de Getúlio Vargas no Estado Novo e procurou na história justificativa para o governo autoritário e centralizador. Utilizou a figura do sertanista, já usada nas lutas do Estado de São Paulo, em 1932, como símbolo. Para ele, a sociedade bandeirante incluiu, além do branco e do índio, o negro e preconizava a formação do Estado brasileiro, de caráter popular e democrático, mas pragmático, avesso aos sistemas parlamentares e tagarelas, centralizado nas mãos do chefe, envolto em uma autoridade pessoal, disciplinadora, forte, justiceira e paternal. Alinhado aos ideais nacionais que se procurava construir, o bandeirismo representava a autoridade, a disciplina, a obediência e a hierarquia (ABUD, 1985: 193-198).

Myriam Ellis contribui com *As bandeiras na expansão geográfica do Brasil*, em uma importante coletânea organizada por Sergio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira* (1960), onde vários estudos pertinentes estão disponíveis. Segundo Myriam Ellis, elementos “*geográficos, econômicos, sociais e psicológicos*” fizeram da vila de São Paulo o centro do bandeirismo, que penetrou o território brasileiro heroicamente, marcando a história do país (ELLIS in HOLANDA, 2007(a): 300). A Serra do Mar foi um dificultador das

comunicações com o litoral e fez com que os paulistas se voltassem para o sertão, onde buscavam o índio, “*remédio para a sua pobreza*” (Ibidem, p. 305). As bandeiras eram empreendimentos coletivos, realizados com o financiamento de uns e a coragem de outros. Uma tradição, iniciavam-se adolescentes que se espelhavam em experientes senhores. (Ibidem, p. 306). Participavam pais, filhos, irmãos, tios, sobrinhos, genros, havia “*notável espírito de solidariedade e colaboração*”, tratavam-se de “*verdadeiros clãs*”. O isolamento permitiu a endogamia, garantindo o desenvolvimento das “*características físicas e psicológicas do tipo humano paulista que levou avante o bandeirismo*” (Ibidem, p. 307). Os sertanistas tinham grande interesse no apresamento de índios, o ouro atraía a Coroa e ela teve que se associar aos paulistas para viabilizar as pesquisas minerais (Ibidem, p. 319-321).

Sérgio Buarque, também na *História Geral da Civilização Brasileira* (1960), esclarece questões sobre *A Mineração: antecedentes luso-brasileiros*. Segundo ele, a ocupação do Brasil não se justifica somente pela pretensão de proteger a conquista, mas se vincula à esperança de achar fabulosas riquezas, como sugeriam as notícias do Peru (HOLANDA, 2007(b): 265). Conta como vários esforços foram empreendidos em busca de metais preciosas e que as pobres jazidas de ouro de aluvião encontradas próximas a São Paulo, a partir do final do século XVI, foram importantes para o descobrimento e a exploração de grande vulto que se dará com a descoberta das abundantes jazidas (Ibidem, p. 277). Em *Metais e pedras preciosas*, ele aborda a época rica da mineração. Considera que a bandeira de Fernão Dias (1674-1681) provavelmente encontrou as jazidas, mas que os paulistas só as revelaram em 1693 e 1694 (Ibidem, p. 290-291). Muita gente foi atraída e se formou uma sociedade sem governo bem ordenado (Ibidem, p. 297- 298).

John Monteiro (1956-2012) tem foco nos indígenas e sustenta que o apresamento era um grande interesse econômico dos paulistas, que não objetivavam conquistar terras para o rei (SOUZA, 2006: 110), mas escravizar as populações. Em *Negros da Terra* (1994), explica que a economia paulista era voltada para a caça ao índio, que era escravizado e vendido. Todas as atividades econômicas de São Paulo – agricultura, pecuária, sertanismo – demandavam o índio e dizimaram suas populações. Foram introduzidos como escravos na sociedade colonial, eram explorados pelos senhores, com quem também tinham laços estreitos, aproximados pela participação nas redes de compadrio e pelo catolicismo – o batismo dava aos índios nome e religiosidade comuns aos dos senhores (MONTEIRO, 1994: 154-160).

Enquanto alguns consideram os sertanistas paulistas, chamados pela maioria dos

historiadores de “bandeirantes”, homens abomináveis, outros os consideram gloriosas figuras da história brasileira por causa de suas expedições. Alguns acreditam que as bandeiras eram fruto de um nobre espírito conquistador de terras, próprio dos senhores aristocráticos que eram, outros acreditam que seus notáveis empreendimentos eram fruto de sua pobreza e isolamento. O que se considera, de forma geral, é que os paulistas formavam um grupo de colonos peculiar, isolado e diferente do resto da sociedade portuguesa, muitíssimo relacionado ao indígena, a quem caçavam e com quem se misturavam (discordam disso somente Pedro Taques e Oliveira Viana), que varriam os sertões em grupos armados, compondo núcleos locais de poderosos relevantes para a organização político-administrativa da colônia.

### **3.4 Trabalhos sobre a administração colonial**

Muitos autores se debruçam sobre os desafios administrativos do Império português. Para possuir vastos domínios, a Coroa se associava a súditos poderosos, delegando poderes, e sempre fora atraída pelo ouro. Portugal também estava associado à Igreja e imaginários que proviam dessa instituição têm grande importância na organização da sociedade colonial.

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), em *Visão do Paraíso – os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* (1958), mostra como a religião tinha papel importante na ordenação do mundo ibérico (HOLANDA, 2000: IX). Imagens do jardim do Éden influenciaram a ocupação do novo mundo. A América era aproximada ao Paraíso, diferentemente da Europa, a natureza era farta em todas as estações (Ibidem, p. X), tudo era presente de Deus, estava ao alcance da mão, não se exigia grandes esforços do homem. Enquanto os puritanos, no Norte, almejavam plantar seu jardim, com trabalho e virtudes morais, os ibéricos eram atraídos pelo Eldorado (Ibidem, p. XXIV) e pelo horto de delícias, que não demandavam maiores esforços (Ibidem, p. XV). Os portugueses adaptavam os mitos e os tornavam plausíveis ante os indícios e suas experiências (Ibidem, p. XIX). O autor sustenta que o Dourado, muito falado entre os castelhanos, ganha consistência no Brasil ao se associar rios mitológicos, repletos de tesouros, com o rio São Francisco (Ibidem, p. 74). Desde o primeiro século da ocupação portuguesa, várias expedições exploraram essa bacia hidrográfica, procurando nascentes e lagoas. A mitológica Serra Resplandecente, também muito procurada, foi identificada como Sabarabuçu (Ibidem, p. 45-46) e, em suas redondezas, realmente se achou abundante ouro. Holanda cogita que esse local já era conhecido pelos paulistas no início do

século XVII, mas que temiam perder sua liberdade se o revelassem (Ibidem, p. 64). Preferiam vender índios, pois nessa atividade não deviam impostos à Coroa, como aconteceria com a exploração oficial do ouro (Ibidem, p. 65).

Essa obra permite visualizar como os significados que os homens dão ao mundo dependem de suas tradições coletivas. No caso específico, atesta a importância da religião para a colonização. Mas, além da influência religiosa, a colônia foi organizada pelas autoridades regionais e da Coroa. Os próximos autores debruçam-se sobre os desafios administrativos no Brasil, onde redes de interdependências locais formavam polos de poder que desafiavam a centralização.

Sérgio Buarque de Holanda destaca, nas *Raízes do Brasil* (1933), o pouco aparato administrativo português, que colonizava de modo mais fluido e liberal, quando comparado à força centralizadora dos espanhóis (SOUZA, 2006: 38-39). O personalismo exagerado, que empoderava os potentados, atrapalhou a formação de uma sociedade mais coesa e igualitária. Em terra de barões, são perseguidos os ganhos particulares (HOLANDA, 2006: 51). Entre os paulistas, porém, “*a inércia difusa da população colonial adquire forma própria e encontra voz articulada*” (Ibidem, p. 235).

Caio Prado Júnior (1907-1990), sobre a *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), sustenta que a colonização brasileira tem como objetivo explorar os recursos disponíveis e prover ganhos econômicos para a metrópole (PRADO JÚNIOR, 1961: 13-26). Como não havia unidade territorial, mas várias regiões distintas, a administração, formalmente muito centralizada, encontrou dificuldades. Reunindo autoridades, deixou grandes áreas desamparadas, muito distantes dos centros de poder. O Conselho Ultramarino, que, do Reino, administrava as colônias, era exemplo disso. A administração era cheia de incoerências, pouco regulada por normas, pressionada pelas circunstâncias e ditada pelo arbítrio das autoridades locais (Ibidem, p. 299-302). A exploração das minas, reservas minerais recentes e superficiais, arranhava o solo e passava adiante, drenando a vultuosa riqueza e deixando destruição natural e ruína (Ibidem, p. 166). Com a mineração, diferentemente da agricultura e outras empresas exploratórias, tentou-se um regime de maior controle e disciplina (Ibidem, p. 169), porém, também foi ineficiente (Ibidem, p. 334). Normalmente, a arrecadação dos tributos era feita por particulares, que arrematavam o direito de cobrança, pois a Coroa raramente estava aparelhada para isso. Ocorriam várias irregularidades, favorecimentos e extorsões (Ibidem, p. 320). A metrópole se valia dos poderosos locais para exercer a ordem nos diferentes contextos coloniais.

As tropas de ordenança, por exemplo, eram como polícias e fazer parte delas garantia notoriedade e respeito. Oficializando a autoridade informal dos potentados, o rei aproveitava-se da lógica hierárquica contextual e da força dessas figuras e conseguia se efetivar na direção da colônia (Ibidem, p. 325-326). O branco, o negro e o índio foram reunidos com o único objetivo de viabilizar empreendimentos econômicos e as relações de subordinação entre escravo e senhor cimentaram essa sociedade (Ibidem, p. 340). Somente a exploração, a escravidão e a centralidade da família são traços comuns dessa desagregada população (Ibidem, p. 344-346). O que realmente importava era o proveito do rei e da sua corte (Ibidem, p. 361). A vida colonial era marcada pela incoerência, instabilidade, pobreza, dissolução dos costumes, inépcia e corrupção dos administradores (Ibidem, p. 355).

Raymundo Faoro (1925-2003), em *Donos do Poder – A formação do patronato político brasileiro (1958)*, faz um longo estudo sobre a história administrativa de Portugal e do Brasil, observando a formação e a atuação de um estamento burocrático patrimonialista – um corpo administrativo particularista, composto pela nobreza e pela burguesia – que, interessado nas vantagens dos negócios, posições, privilégios e monopólios régios, associa-se ao monarca. Também a Coroa, minguada de recursos, dependia dessa associação. No século XVII, o rei se associa aos sertanistas paulistas para combater índios e buscar ouro (FAORO, 2001). O bandeirante é basicamente um militar, com promessas de privilégios e posições, ele realiza perigosas expedições, muitas vezes utilizando de seus próprios recursos, mas obedecendo a desígnios do Estado, o que lhe dá autoridade nos sertões (Ibidem, p. 187). O cargo público e a comissão do rei transformam seus titulares em portadores de autoridade, sendo obedecidos como aristocratas (Ibidem, p. 204). Os empreendimentos coloniais eram tutelados pela Coroa, com ideais mercantilistas, as capitânicas hereditárias e a exploração do sertão não eram iniciativas autônomas (Ibidem, p. 135). Faoro observa que o estamento tem o estilo de vida da nobreza, suntuosa e perdulária, que se distingue e marca seu prestígio sendo improdutiva e ociosa, desdenhando do trabalho e da produção, relacionados ao escravo. Até mesmo a burguesia, ao compor o estamento, acomoda-se ao “*estado maior vigente*”, buscando reproduzir esta forma de viver (Ibidem, p. 85). Portanto, guardando semelhanças com a análise de Elias sobre a sociedade de corte, Faoro destaca o papel do Estado na constituição do Brasil e a formação do estamento burocrático, reproduzidor da ordem dominante. Os donos do poder se valem da burocracia estatal para seu domínio (SOUZA, 2006: 32). Nas minas, algo similar ocorre: oficialmente, as jazidas minerais eram propriedade do rei (FAORO, 2001: 274), porém, como os paulistas as descobriram e se associaram à Coroa, ficando incumbidos de administrá-

las, portavam-se como seus donos e eram intolerantes com os recém-chegados, quadro que colaborou muito para o conflito dos emboabas.

Antônio Manuel Botelho Hespanha (1945-2019), em *As vésperas do Leviathan* (1986), problematiza a centralização do poder em Portugal no século XVII. Ele mostra como quadros estruturais limitam e condicionam o poder central (HESPANHA, 1987: 764). Escassez material, de contingente humano (Ibidem, p. 754), descentralização demográfica (Ibidem, p. 746), utilização de recursos administrativos informais – como funcionários honorários, não pagos, não profissionais – (Ibidem, p. 747), funcionários pouco numerosos e frouxamente controlados, militarização descentralizada, dificuldades para a promoção de um imaginário em torno do poder central que legitimasse as relações de poder (Ibidem, p. 749), limite jurisdicional e político nos âmbitos da propriedade, intra-doméstico e familiar (Ibidem, p. 751), autonomia dos grupos sociais (Ibidem, p. 752), grande relevância do direito consuetudinário e local, proteção dos conselhos (Ibidem, p. 754), além de uma máquina burocrática autônoma e patrimonializada eram entraves para a centralização administrativa. A Coroa tem que lidar com a autonomia dos poderes periféricos (Ibidem, p. 756), há “*uma preeminência simbólica, ligada a uma função reguladora da esfera de autonomia das partes*” (Ibidem, p. 757), mas ela não goza de poder absoluto (Ibidem, p. 759). O Leviatã ainda não estava presente, “*mas a sua aurora distingue-se já*” (Ibidem, p. 760). Apesar do foco da obra ser a administração do território de Portugal, vários desses elementos, que limitam o poder central, estão também presentes na colônia americana, impondo obstáculos ainda maiores para a centralização (CAMPOS, 2002: 16). Muitos aspectos tratados nessa obra ajudam a entender a administração colonial, nos seus sertões e nas minas de ouro.

Maria Verônica Campos, em sua tese de doutorado *Governo de Mineiros, “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”, 1693 a 1737* (2002), orientada por Laura de Mello e Souza, analisa a centralização do poder nas minas, na época de abundância do ouro, focando-se em aspectos administrativos e tributários, nas disputas entre facções e autoridades e nos motins que se deram. Segundo ela, Portugal percebe a necessidade de instalar na zona mineradora “*um aparato administrativo diferenciado*”, com rigor gerencial, para a apropriação das riquezas minerais, que, por meio do comércio entre os particulares, esvair-se-ia sem o recolhimento dos direitos régios (CAMPOS, 2002: 14). Mas a aproximação da Coroa nem sempre era bem-vinda. Muitos particulares viam a colonização americana como fruto de um pacto, onde muito fora feito às suas expensas, merecendo, portanto, privilégios, o que ressalta a ideia de contrato com o rei, que, por seu lado, tentava impor a ideia de *imperium*

(Ibidem, p. 19). Os potentados, principalmente nas zonas pecuaristas e no sistema de preamento indígena paulista, com patentes das tropas de ordenanças, eram eficazes no controle da população local, mas se tornavam força desestabilizadora quando tinham seu poder ameaçado por autoridades régias, que geralmente se faziam mais presentes quando atraídas por oportunidades econômicas (Ibidem, p. 21). Assim, ocorreram muitas revoltas, as leis tinham pouca eficiência, mais valiam os costumes locais e as redes clientelares e domésticas, as autoridades régias locupletavam-se das riquezas do rei, entravam em conflitos entre si e com os poderosos, formando um quadro de grandes dificuldades administrativas (Ibidem, p. 22-23). Mas a Coroa se esforça para controlar os potentados, os funcionários régios, a administração e a fiscalidade (Ibidem, p. 401). Com retrocessos e avanços, a Coroa vai se fortalecendo (Ibidem, p. 411), rompendo com o princípio da contratualidade entre rei e descobridor e estabelecendo o princípio da submissão do vassalo ao soberano (Ibidem, p. 408). A cultura paulista, marcada pela caça ao índio e pela guerra, é constituinte da incipiente sociedade mineira (Ibidem, p. 24). A autora chama de “*Era dos Potentados*” o período entre 1673 e 1709 (Ibidem, p. 26), que culmina na Guerra dos Emboabas, oportunidade importante para a Coroa adiantar a domesticação daquela insubmissa população. Paulistas e forasteiros rebeldes vão se deslocando para os sertões mais distantes, onde mais tarde reagem à presença metropolitana, que, aos poucos, também chegava aos rincões mais afastados (Ibidem, p. 399). Os diversos motins, até 1737, teriam aniquilado a “*rede de potentados surgida no alvorecer de Minas*” (Ibidem, p. 401).

Carla Anastasia, analisando *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas* (2005), percebe que existiam “*direitos costumeiros nas Minas do século XVIII*” e polos de poder soberanos (ANASTASIA, 2005: 11). As relações sócio-políticas se estruturavam pela violência, que era exercida por negros, mulatos, alforriados, bandidos e desvalidos – de quem se esperava essas ações – e também exercida por potentados e autoridades. Principalmente nos anos iniciais, formaram-se territórios de mando estruturados por tirania, intimidação e agressividade, o Estado não tinha presença marcante, as legislações eram atropeladas pelos costumes vigentes e somente a partir da Guerra dos Emboabas a Coroa intervém e se estabelece um controle mais efetivo (ANASTASIA, 2005).

Laura de Mello e Souza, em *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII* (2006), analisa como a autoridade portuguesa, o sol, afetava as conjunturas locais e atuações individuais nas sombras coloniais, que, apesar da influência metropolitana, apresentavam dinâmica própria. Para analisar o começo da ocupação das minas, é preciso olhar para a sociedade paulista, onde os ricos e poderosos eram aqueles que tinham

muitos índios escravizados. Mas, no contexto do reino, a íntima relação com os indígenas era desqualificante. Os mamelucos foram ainda mais estranhados com a descoberta das minas e com as disputas que se deram. A mestiçagem, a autonomia, a oposição ao aparelho do Estado, características dos sertanistas, foram decisivas para os acontecimentos e para as formas de atuação da Coroa (SOUZA, 2006). Enfocando alguns “*enquadramentos*” e “*indivíduos*” da administração colonial portuguesa, Laura demonstra que estruturas mais gerais são relevantes para as ações das pessoas nos contextos regionais.

Célia Nonata da Silva, em *Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII* (2007), propõe o conceito de *cultura política mestiça* para designar as formas de poder nas regiões de fronteiras de minas. O que estruturava o universo político era a soberania, a honra, a fama pública, a valentia, a vingança, as amostras de virilidade e coragem (ROMEIRO, 2008: 85). As estruturas sócio-políticas no sertão se formaram em volta dos grandes potentados e proprietários, pela necessidade de proteção, formando-se relações de mandonismo. Assim, o sertão não era “*espaço vago e neutro de poder*” (SILVA, 2007: 133), mas região constituída por territórios de mando de poderosos, sustentados em teias de solidariedades locais. As minas, nos primeiros anos, constituíam “*uma sociedade sertaneja [...] calcada em relações cotidianas conflituosas por poder e prestígio, permitindo o domínio dos potentados em determinadas regiões e seus séquitos de bandidos*” (Ibidem, p. 157).

Francisco Eduardo de Andrade, em *A Invenção das Minas - empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América Portuguesa* (2008), define as minas como uma região diferente do indômito sertão da pecuária e do litoral agrário. Nas minas, os poderes político e econômico se estruturam em torno dos descobrimentos, regidos não por códigos jurídicos, mas por representações e imaginários dos sertanistas-descobridores. Os inventores das minas não foram os mineiros, mas os bandeirantes, pois esse empreendimento exigia um saber sertanista e militar. As bandeiras não visavam somente expandir o território, ou conquistar riquezas, há também um sentido sociopolítico: ser reconhecido como descobridor de minas legitimava a autoridade de poderosos, inclusive com suporte religioso. Andrade acredita que a Igreja e o Estado incentivaram os descobrimentos. Um descobridor, por suas virtudes e qualidades, por seus sacrifícios, doação, generosidade, submissão à Coroa, era um postulante a ganhar títulos de nobreza, que cimentavam a associação dos súditos e do rei no Antigo Regime. Portanto, apesar da centralidade da iniciativa dos paulistas, as bandeiras não foram ações meramente privadas e o Estado não estava totalmente ausente. Também nas minas, desde as primeiras revelações, em 1694, até a criação das primeiras vilas, em 1711, seria equivocado

pensar em ausência completa de autoridades político-jurídicas. Os cargos criados, desde os primeiros anos, atestam a presença da Coroa (ANDRADE, 2008). Acerca das questões administrativas, apesar das divergências, há elementos concordantes entre os autores apresentados. Se alguns entendem que o governo da Coroa foi importante para os empreendimentos coloniais e outros entendem que ele estava praticamente ou totalmente ausente, ninguém nega a importância dos poderosos locais. Utilizando-se do Estado, incentivado ou associado a ele, ou ainda totalmente alheio a ele, os centros de poder privado são sempre vistos como fundamentais na organização política e social do Brasil.

À primeira vista, a descoberta das almeçadas minas, a concentração populacional e o domínio de potentados num sertão longínquo, afastado dos centros de autoridade portuguesa, representariam grandes problemas para a administração. Porém, o poder central aproveita-se dos conflitos e se fortalece após a Guerra dos Emboabas, tema de uma série de trabalhos.

### 3.5 Trabalhos sobre a Guerra dos Emboabas

No começo do século XX, sobre esse conflito, uma historiografia repetitiva se concentra na legitimidade das reivindicações de paulistas e emboabas, na questão do nativismo e em questões econômicas (ROMEIRO, 2008: 16).

José Soares de Mello (1898-1971), professor preso, em 1943, por fazer apologia à democracia, publica *Emboabas* (1929). Considera o conflito um “*momento de formação da nossa consciência nativista na marcha da Independência nacional*” (BANDECCHI in MELLO, 1979: VIII). As disputas teriam ocorrido entre paulistas, representantes brasileiros, e emboabas, representante dos portugueses. Valoriza muito as fontes documentais e apresenta várias cartas dos envolvidos. Pesquisa documentação inédita da esfera governamental e não percebe revolta da Coroa contra os paulistas, como acusava Rocha Pita (ROMEIRO, 2008: 20-21). Destaca o poder dos sertanistas “*no deserto imenso e adusto*”, onde se extinguíam os “*ilimitados poderes*” de representantes do rei, como o fidalgo D. Rodrigo Castelo Branco, desobedecido e assassinado pelo paulista Borba Gato (MELLO, 1979: 26).

Aureliano Leite (1886-1976) era advogado, político e historiador mineiro, mas participou das revoluções de 1924, 1930 e 1932, portanto, fora bastante envolvido com São Paulo (MAYER, 2009). Escreve *O Cabo-Maior dos Paulistas na guerra com os Emboabas* (1942), biografia de Amador Bueno da Veiga, figura de “*nobre-sangue*” (LEITE, 1942: 13),

líder do exército paulista que sitiou os emboabas na última batalha do conflito. É grande admirador dos paulistas, diz que tinham muitos escravizados, eram poderosos e não podiam aceitar que estranhos explorassem as riquezas arduamente descoberta por eles (LEITE, 1942).

Carlos Affonso dos Santos analisa *As lutas entre Emboabas e paulistas e suas consequências* (1952). Lembrando Euclides da Cunha, que exalta a Amazônia como último ato da Criação da América, Carlos considera o planalto central brasileiro a inauguração dos trabalhos divinos, pois foi a primeira porção de terra sólida do continente (SANTOS, 1952: 11), e, bilhões de anos depois, quando penetrada pela colonização ocidental, ofereceu diversos obstáculos: imponentes serras e rios, índios agressivos, animais e insetos impertinentes, que só poderiam ser vencidos por uma raça afeita às dificuldades que o meio impunha (Ibidem, p. 12-15). Descreve o “*bandeirante*” como homem robusto, corajoso e frio (Ibidem, p. 16), descendente da “*raça indomável dos lusos*” (Ibidem, p. 17), que nascera em meio a sete séculos de combates com os árabes. No Brasil, nobres e altivas linhagens indígenas são misturadas ao sangue português, originando mamelucos audazes (Ibidem, p. 18), intemoratos e amantes da liberdade (Ibidem, p. 19). Seus arraiais eram “*verdadeiros castelos aguerridos*” (Ibidem, p. 22), seus chefes eram orgulhosos potentados, com basta escravaria, comandantes de bandos armados que se opunham até mesmo aos representantes do rei. Havia também divergências entre os sertanistas das vilas do planalto de Piratininga e até mesmo entre famílias de São Paulo, mas, ante a ameaça comum, agrupam-se todos contra os forasteiros (Ibidem, p. 51). A Guerra dos Emboabas seria resultado da agressividade dos descobridores das minas contra os adventícios (Ibidem, p. 23), tidos como aproveitadores. As diferenças políticas e étnicas foram centrais (Ibidem, p. 24), salientadas pelas disputas econômicas (Ibidem, p. 26). Apesar de bravos e severos, os paulistas eram hospitaleiros e inicialmente teriam acolhido os recém-chegados, proporcionando-lhes possibilidades de êxito naquele difícil ambiente (Ibidem, p. 42). Sustentavam que as minas deveriam pertencer aos descobridores (Ibidem, p. 54), dignos de todo o respeito dos forasteiros (Ibidem, p. 55). Estes acreditavam que tinham direito de despojar o que fosse encontrado nos domínios do soberano (Ibidem, p. 59) e, depois de instalados e favorecidos pela fortuna, defenderiam seus interesses vigorosamente (Ibidem, p. 60). O apoio de compatriotas do litoral e do Reino, que forneciam bens, escravos e dinheiro, foi muito útil para o logro dos reinóis nas minas (Ibidem, p. 74). Melhoram-se os caminhos e aumenta o número imigrantes. A partir de 1705, os paulistas revoltam-se e ficam cada vez mais agressivos (Ibidem, p. 84). Os emboabas, “*outrora tão tímidos e humildes, mas agora arrogantes e ciosos de sua força*” (Ibidem, p. 127), levantam-se e aclamam como governador a Nunes Viana, para

o autor, pessoa de boa índole (Ibidem, p. 227-228). É grande seguidor e defensor de Diogo de Vasconcelos e Rocha Pita.

Misturando pesquisa documental e inspiração literária, S. Suannes escreve *Os Emboabas* (1962). Como Soares de Mello, considera os paulistas representantes brasileiros, homens valorosos, enquanto os emboabas seriam autoritários e teriam deixado um legado político de plutocracia e mandonismo (ROMEIRO, 2008: 25). Sustenta que, naquele país de desordens, o respeito é assegurado pelas armas e pelos capangas acompanhantes, também armados, o que forçava a divisão da sociedade em dois partidos (SUANNES 1962: 29-38).

Isaías Golgher (1905-2000), como Varnhagen, volta a defender que *A Guerra dos Emboabas* (1956) foi uma guerra civil, destacando o despotismo dos paulistas, considerando-os representantes do poder arrecadador da metrópole, os agentes da engrenagem fiscal escorchante que todos eram forçados a transgredir. As insolências dos paulistas culminariam na eleição popular de Nunes Viana para governador das minas, episódio marcante na narrativa de guerra civil (ROMEIRO, 2008: 23-24). As interpretações de Golgher, destacadamente a identificação dos paulistas com a metrópole, são criticadas por Boxer (BOXER, 1963: 89).

Charles Boxer (1904-2000) estuda *A idade de ouro do Brasil* (1963) e salienta a miscigenação dos paulistas, que esposavam índias e escravizavam índios, e sua adoção aos conhecimentos e práticas nativas, muito úteis nos sertões. Sustenta que, na região das jazidas, as autoridades coloniais eram débeis e, se os mineiros tivessem se unido, poderiam ter desafiado a Coroa, mas o conflito possibilitou o fortalecimento do governo português. Os paulistas e os forasteiros não se davam: os primeiros achavam que tinham direito à propriedade da região, por tê-la descoberto (Boxer, 1963: 83). Há destaque para os diferentes estilos de vida. Os descobridores eram peculiares, sua fala indígena, independência, rusticidade e afinidade com o sertão eram avessos aos costumes dos forasteiros, cidadãos, lavradores, camponeses e portugueses. Até o plantel de escravizados era diferente: paulistas tinham mais índios, forasteiros tinham mais negros (Boxer, 1963).

Russell-Wood (1940-2010), discípulo de Boxer, procura encontrar constâncias na lógica imperial, porém também peculiaridades locais. Como Caio Prado, ressalta a descentralização e as especificidades dos contextos (SOUZA, 2006: 45-46). Em 1999, publica "*Identidade, etnia, e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso*" e sustenta que os paulistas eram um grupo étnico, com um senso de "*ser outro*", que perturbava os portugueses. Os paulistas afastavam-se do governo central, eram inacessíveis, autossuficientes

e móveis. Entre paulistas e emboabas, o lugar de nascimento era um desvio da questão principal: as diferenças culturais (Russell-Wood, 1999).

Na já citada coletânea *História Geral da Civilização Brasileira (1960)*, Odilon Nogueira de Mattos contribui com *A Guerra dos Emboabas*. Segundo ele, os paulistas destacavam que as minas foram descobertas com o gasto de suas vidas e de suas fazendas, o que seria um prenúncio das rivalidades que eclodiram entre as facções antagônicas que se interessavam pelo domínio da região. A exclusividade paulista, como pretendiam eles, era impossível. O governo não tinha meios para impedir a imigração (MATTOS in HOLANDA, 2007(a): 325). Depois de 1705, com trabalhos de mineração mais sofisticados, que exigiam desmonte de terras, verificou-se maior produtividade dos reinóis, financiados, “*conhecidos e amparados pelos compatriotas das praças marítimas*”. Os forasteiros, provenientes de todos os lugares do reino, mas principalmente baianos, passam a disputar com os descobridores a posse das minas (Ibidem, p. 326). O governo não conseguia impedir as ilegalidades. Nunes Viana controlava os negócios realizados pela Bahia e se torna o chefe dos forasteiros contra os agressivos paulistas, “*cada vez mais irritados contra a invasão de intrusos no território de sua conquista*” (Ibidem, p. 327). Com a criação das primeiras vilas, encerra-se o conflito. Derrotados nessa “*guerra civil*”, os paulistas descobrem novas jazidas minerais em Cuiabá e Goiás, alargando grandemente o território brasileiro (Ibidem, p. 334).

Adriana Romeiro, em *Paulistas e Emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII* (2008), esclarece que, de forma geral, os apologistas dos paulistas entendem o evento como um movimento de resistência ligado à emancipação do Brasil e os partidários dos emboabas enfatizavam que se tratava de uma era dos potentados. Vigorava a ação violenta dos poderes privados constituídos à margem do Estado naquelas regiões fronteiriças, onde a administração, a justiça e a soberania portuguesas tinham dificuldades de adentrar. O imaginário político, ao longo do século XVIII, seria tributário de ideias e práticas políticas de paulistas e emboabas observadas na época do conflito. Também as práticas do contexto conflituoso seriam relacionadas com tradições da época: a aclamação, promovida por emboabas, e a revolta contra monopolistas, promovida por paulistas, por exemplo, estariam em conformidade com a tradição daqueles grupos. As minas eram um barril de pólvora, a Coroa reconhecia a dificuldade de se estabelecer e se valia dos sertanistas poderosos, encastelados nos cargos criados pelo primeiro governador que esteve ali. A migração maciça ameaça as pretensões de monopólio e privilégios que tinham os descobridores, baseadas no direito de conquista. A versão dos forasteiros era de que a disputa se deu entre portugueses oprimidos

contra paulistas tiranos. Beneficiados pela legenda negra dos inimigos, famosos por suas insubordinações, os emboabas sustentaram argumentações mais afinadas com a lógica do Antigo Regime. A Coroa se aproveita do conflito e do enfraquecimento dos potentados para aumentar seu controle na região (ROMEIRO, 2008).

Para Tarcísio de Souza Gaspar, em *Bocas de Fogo no conflito entre forasteiros e paulistas* (2009), as murmurações e a opinião pública eram muito importantes no contexto. Seguindo Romeiro, considera que os boatos foram fundamentais na Guerra dos Emboabas, capazes de manipular reputações, mobilizar pessoas e levar a ações bélicas. Os paulistas teriam sofrido mais desgastes simbólicos, contribuintes para sua derrota. Os potentados, que concentravam riquezas e recursos humanos, formavam núcleos básicos dos rumores, que podiam causar temores generalizados e radicalizar as atitudes (GASPAR, 2009).

Sobre a Guerra dos Emboabas, os autores consideram diferentes interpretações, significados, motivos, dramaticidade e méritos. Mas não há muita discordância sobre os eventos ocorridos e todos falam de uma turbulenta sociedade de fronteiras, dominada por potentados, formada devido à corrida do ouro. Com os conflitos, os forasteiros expulsaram da rica região seus descobridores: os belicosos sertanistas paulistas.

Muitos historiadores, principalmente os mais recentes, levam em conta as estruturas sociais, políticas e econômicas que rondam os envolvidos nos primórdios das minas. Alguns exemplos são Laura de Mello e Souza, Adriana Romeiro, Célia Nonata da Silva, Francisco Eduardo de Andrade, Carla Anastasia e Russell-Wood. As fronteiras da história e da sociologia continuam tênues e entender os processos históricos, de longo prazo, é fundamental para a análise sociológica, permitindo observar como as figurações moldam as ações de indivíduos de diferentes gerações e como as pessoas reproduzem e atualizam os padrões sociais que as pressionam em seus contextos.

#### **4 A HISTÓRIA DOS PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DAS MINAS (PROCESSOS DE LONGO PRAZO)**

Para se entender as relações sociais que interligavam os indivíduos e influenciavam suas ações nos anos iniciais da ocupação das minas, é necessário abordar os processos de longa duração que levaram àquela situação. É brevemente resgatada a história de Portugal e da colônia

americana, observando suas condições administrativas. Há semelhanças com o processo de centralização geral, modelado por Elias. Posteriormente, o foco é na vida sertaneja, formada devido à interiorização da colônia, marcada pela criação de gado (não abordada aqui) e pelo sertanismo, que buscava pedras preciosas e índios.

#### **4.1 A Administração portuguesa: A tradição associativa entre Coroa e súditos**

O Estado português constituiu-se sobre a supremacia do rei e da sua relação com seus súditos. Esses traços são marcantes na história do reino e da exploração de suas colônias (FAORO, 2001: 25). A estratégia administrativa da Coroa de se associar aos particulares é fundamental para que se entenda, séculos depois, as relações de poder que se formaram nas minas nos primeiros anos de sua ocupação. Portanto, a figuração da sociedade de corte descrita por Elias ajuda a entender as estruturas de poder no reino português e também nas minas, apesar das peculiaridades desses contextos específicos.

Em Portugal, a Coroa está imersa em uma configuração de poder que guarda relações com a organização da sociedade de corte francesa, embora encontre contextos peculiares. Falta-lhe recursos financeiro e humanos e, desde cedo, alinha-se até mesmo com estratos sociais mais baixos para se sustentar e realizar seus empreendimentos diversos. Além disso, tem uma fortíssima relação com a Igreja.

Na França, a partir de 800, avanços inimigos são contidos e as fronteiras tornam-se relativamente estáveis (ELIAS, 1994(a): 61). Não havia espaços vazios na Europa, ao mesmo tempo em que a população crescia (Ibidem, p. 62). A terra, essencial para a produção e sinônimo de riqueza, torna-se escassa, alguns dos muitos filhos dos senhores não tinham territórios para herdar e novas áreas começam a ser almejadas (Ibidem, p. 68). No século X, cavaleiros franceses auxiliam os monarcas ibéricos na guerra contra os árabes e se estabelecem na região. É o caso de Raymundo da Casa de Borgonha, que se casa com uma filha do rei Afonso VI de León. Henrique e Dona Teresa assumem o controle do território chamado de Portocale. O filho desse casal, depois de vencer a própria mãe e lutar pela independência, será o primeiro monarca de Portugal, Dom Afonso Henriques, no trono de 1128 até 1185 (SARAIVA, 1997: 23-25).

Nos primeiros reinados portugueses, a monarquia vale-se do clero e de setores da sociedade ligados aos núcleos urbanos populares. Geraldo “Sem Pavor”, por exemplo, não era

nobre, mas foi um notável líder militar de D. Afonso Henriques (Ibidem, p. 27). As vocações comerciais de Portugal rapidamente também fornecem outros importantes aliados. Assentamentos agrários – administrados por ordens monásticas, militares, conselhos municipais, ou colonos livres – desenvolvem-se, a população e a comercialização de bens aumenta, pequenos proprietários e uma emergente classe de negociantes prosperam. A população judaica intermediava o comércio entre cristãos e muçulmanos, a moeda começa a se fazer necessária e se expande a classe urbana (Ibidem, p. 28). No Norte, a sociedade tinha uma organização aristocrática mais tradicional, mas, no Sul, estabeleceram-se municípios e os primeiros colonos ganharam privilégios de cavaleiros feudais. “*O rei estava bem ciente do valor político de quem vivia nas cidades ou era dependente dos municípios; eles eram seus aliados naturais em qualquer conflito com a nobreza* (Ibidem, p. 29). Representantes dos maiores povoados passam a ter direito de voto nas cortes ou parlamentos, junto ao clero e à aristocracia (Ibidem, p. 30). Organizam-se mercados estatais, prospera a exportação de vinho, azeite e mel e se desenvolve o comércio marítimo (Ibidem, p. 31).

Portanto, na sociedade capitalista nascente em Portugal, destaca-se o poder econômico da burguesia (FAORO, 2001: 42) e, na segunda metade do século XIV, a aristocracia territorial tinha seu domínio político ameaçado pelas comunas e conselhos, suportes da monarquia, além dos burgueses das cidades litorâneas. Em 1348, a grande peste teria matado quase um terço da população (Ibidem, p. 52). As heranças e riquezas se concentram (Ibidem, p. 53), a mão de obra se torna escassa, muitos herdeiros de terras preferiam vendê-las e viver na cidade, os plebeus também buscavam os centros urbanos (SARAIVA, 1997: 32-33).

No reinado de D. Fernando I (1367-83), a situação era turbulenta, a produção agrícola estava baixa e o perigo de guerra civil era latente. Com a morte do rei, parte da nobreza, ameaçada pelo poder financeiro dos burgueses, que se associavam cada vez mais à Coroa, apoia, para a sucessão do trono, a filha do finado monarca, Beatriz, casada com o rei João I de Castela (FAORO, 2001: 59). Mas o irmão ilegítimo do falecido rei, D. João, mestre da Ordem de Avis, reivindica o trono, com apoio de setores da população portuguesa que temiam por sua autonomia. Instala-se a crise sucessória de 1383-85. Um grande exército de Castela, enviado pelo marido de Beatriz, invade Portugal para assegurar os direitos sucessórios, mas, mesmo com o apoio de grande parte da nobreza portuguesa e forças superiores, a invasão fracassa. Muitos nobres portugueses são mortos. Dom João assume (1385-1433), primeiro monarca da Dinastia de Avis, que dura até 1580. Emerge uma nova nobreza, mais submissa ao rei (SARAIVA, 1997: 33-35) e é reforçada a aliança da Coroa com seus súditos (FAORO, 2001:

27). Os nobres, ainda com privilégios, porém mais domesticados, dividem sua posição abaixo do soberano com a burguesia (Ibidem, p. 34).

Portanto, há aproximação da monarquia até mesmo com estratos sociais mais baixos, mas continua relevante a lógica da sociedade de corte apresentada por Elias, a proximidade com o monarca garante destaque social e o controle do equilíbrio do poder entre as elites é fundamental para o poder central. O Estado português dirige os empreendimentos econômicos e a ordem patrimonialista burocrática, composta por burgueses e nobres, submete-se a ele e executa as atividades administrativas, militares e empreendedoras do país (Ibidem, p. 44). Além da aristocracia natural, que tem seu título passado de geração em geração (HESPANHA, 1987: 461), aparece também a nobreza política, pessoas não fidalgas, mas prestigiadas por realizar funções importantes, principalmente na área da ciência e da milícia (Ibidem, p. 464). Os súditos do monarca têm grande autonomia (Ibidem, p. 385) e o comércio prospera: “*concentrava-se em Portugal o centro das transações mundiais do comércio, bolsa da Europa, ninho das especulações de toda sorte*” (FAORO, 2001: 78). Como nas cortes francesas, a dinâmica de diferenciação aristocrática e a proximidade com o rei também marcavam a sociedade:

A burguesia, nesse sistema, não subjuga e aniquila a nobreza, senão que a esta se incorpora, aderindo à sua consciência social. A íntima tensão, tecida de zombarias e desdêns, se afrouxa com o curso das gerações, no afidalgamento postigo da ascensão social. A via que atrai todas as classes e as mergulha no estamento é o cargo público, instrumento de amálgama e controle das conquistas por parte do soberano (FAORO, 2001: 205).

Trata-se da lógica da sociedade de corte: um ambiente “*carregado de tensões*”, onde os homens buscavam “*proteger suas posições, demarcando-as contra os níveis inferiores*” e se aproximando dos “*superiores*”, lutando por distinção e regalias, “*qualquer perda de privilégio significava um esvaziamento de sentido de suas existências*” (ELIAS, 2001: 95). Essas condições favoreciam o poder central. Em Portugal, por meio do cargo público e da associação, o rei controla as elites e expande seus domínios e negócios.

O reino português, dirigido por um estamento patrimonial – funcionários do governo que buscam vantagens particulares –, estabiliza-se economicamente com o capitalismo comercial, tornando-se uma grande empresa de tráfico (FAORO, 2001: 48-49). Lisboa era um grande centro de negócios e muitos burgueses ali investiam, além disso, a nobreza ansiava por títulos e terras, assim articulou-se a campanha para conquistar Ceuta, praça irradiadora do

comércio africano, muito cobiçada (FAORO, 2001: 78). Como também havia o ideal cruzado, uma vez que a conquista levaria a guerra santa aos mouros, antigos inimigos muçulmanos, obtinha-se as bençãos da Igreja (Ibidem, p. 79). O rei, a nobreza, o clero e a burguesia colaboraram na empreitada bem-sucedida, em 1415, marco do início da expansão marítima portuguesa. A aventura converte-se em empresa regular, Portugal, comandando seus súditos, expande-se “*pela ocupação militar, pela exploração mercantil e pela evangelização*” (Ibidem, p. 82). Negócios importantes eram de propriedade da Coroa, que normalmente os delegava a particulares (Ibidem, p. 80). A associação com os súditos era um meio para se garantir o fim maior de toda a empresa ultramarina: a exploração das colônias (PRADO JÚNIOR, 1961: 26). O aproveitamento das minas também exigiu relações com poderosos, mesmo sem sangue nobre.

#### **4.2 Os primeiros envolvimento com o mundo nativo**

Com a descoberta da América, a esperança de se encontrar ricas jazidas minerais é grande entre os conquistadores ibéricos. O novo continente foi idealizado com elementos característicos do jardim do Éden, impregnado com visões do paraíso. As terras americanas seriam abundantes, com muitas maravilhas e riquezas ao alcance das mãos, sem exigências de grandes esforços para captá-las. Falava-se em seres bizarros, mulheres guerreiras, civilizações, lagoas, rios e montanhas abundantes em metais preciosos (HOLANDA, 2000). Os portugueses sonharam com essas fabulosas imagens de eldorados, pois os índios teriam indicado existir metais preciosos, no interior do continente (LIMA JUNIOR, 1965: 21).

Mas nada de destacado valor é visto, as oportunidades econômicas ali não eram claras. Lucros mais certos e vultuosos poderiam ser conseguidos traficando os produtos das Índias. Isso não impediria, porém, que se buscasse rendimentos naquele território. Além de naufragos e degredados, alguns homens eram deixados entre os nativos, para serem futuros interpretes e viabilizarem os negócios que se mostrassem viáveis (BUENO, 2016).

A primeira oportunidade comercial concreta foi explorar a abundante madeira da tintura com cor de brasa, já conhecida pelos europeus. O negócio torna-se monopólio régio, mas concedido ao comerciante Fernão de Loronha (Ibidem, p. 129). Foram construídas, ao longo da costa, feitorias fortificadas para armazenamento do pau brasil, recolhido pelos nativos aliados, e proteção contra indígenas e navios inimigos (PRADO JUNIOR, 1981: 16).

No atual litoral paulista, desde a primeira década do século XVI, alguns dos primeiros europeus que ali viviam empreendem outro negócio, a venda de índios adquiridos entre os prisioneiros das guerras nativas. Na região dos povoados de Tumiaru, futura São Vicente, e Cananéia, figuras como Antônio Rodrigues e João Ramalho se tornam grandes traficantes de escravos, respeitados entre os nativos (ELLIS in HOLANDA, 2007(a): 309).

João Ramalho foi um náufrago ou degredado, pelo menos desde 1508 no Brasil. As histórias em torno dele compõem uma espécie de mito fundador dos paulistas. Seria o “*patriarca dos mamelucos*” (BUENO, 2016:139), antepassado de grandes homens, como frei Gaspar da Madre de Deus (ABUD, 1985: 88) e Fernão Dias Pais Leme. Pedro Taques de Almeida Pais Leme, também seu descendente, disse que João Ramalho era “*homem nobre de espírito guerreiro e valor intrépido*”, que caíra nas graças de um líder indígena, o “*rei Teviriça*”, esposou uma de suas filhas, casou seus herdeiros entre os nativos, fez importantes alianças, escravizou, combateu índios, fundou a vila de Santo André e iniciou a ocupação de Serra Acima. Quando, em 1532, Martim Afonso de Souza chega para colonizar a região, João Ramalho é figura importantíssima e é agraciado com sesmarias (LEME, 2004: 75).

Ter relações pacíficas com tribos locais era fundamental, “*o casamento e o concubinato tornaram-se formas importantes através das quais os portugueses firmaram sua presença entre os índios do Brasil*” (MONTEIRO, 1994: 34). A união de João Ramalho com a filha de um líder local facilitou muito a associação dos Tupiniquim com os portugueses (Ibidem, p. 29-30). Comumente os europeus viviam “*amancebados com muitas negras*”, como chamavam as índias, e com grandes proles (BUENO, 2016: 120).

Além da associação com a população local, os colonizadores também se aproveitaram das dinâmicas conflituosas entre eles, “*uma das chaves do êxito – ou fracasso – dos europeus, na busca pelo controle sobre a população nativa*” (MONTEIRO, 1994: 28). Esses fatores foram comparativamente favoráveis no litoral do atual estado de São Paulo, onde, aproveitando-se das disputas locais, os colonizadores fizeram aliados e conseguiram fonte de renda, escravizando e vendendo os prisioneiros das guerras. A região, ainda antes de 1530, fica conhecida como “*Porto dos Escravos*” (ELLIS in HOLANDA, 2007(a): 305). A associação com poderosos locais e a manipulação das disputas entre eles são ferramentas dos poderes centrais de forma geral. Para se colonizar aquele vasto e populoso continente, essas estratégias foram especialmente importantes.

João Ramalho contribuiu decisivamente para a colonização das novas terras. Mesmo constituindo um polo de poder local, que podia mobilizar 5 mil índios em um dia (MONTEIRO, 1994: 34), ele é um agente do processo de centralização, iniciando a ocidentalização do novo continente. O jesuíta Manoel da Nóbrega, que colonizava pela evangelização, faz críticas a Ramalho, por ser “*um português totalmente indiginizado*”, mas reconhece sua importância. Impregnado da América, esse europeu viabiliza a entrada da civilização ocidental naquele mundo exótico. Quando chega à região, Nóbrega descobre que Ramalho “*têm muitas mulheres ele e seus filhos, andam com irmãs e têm filhos delas tanto o pai quanto os filhos. Seus filhos vão à guerra com os índios, e suas festas são de índios e assim vivem andando nus como os mesmos índios*” (Ibidem, p. 30). Gerou vários descendentes (BUENO, 2016: 139-140) e contribuiu para que se originasse uma população mestiça, marcada por tradições indígenas e portuguesas, que se especializa no sertanismo e penetra o continente, os primeiros agentes colonizadores ocidentais de muitos rincões.

Porém, nos primeiros anos do século XVI, o objetivo principal de Portugal não era colonizar o Brasil, mas traficar as valorizadas especiarias asiáticas. Partindo da premissa de que o mundo é um globo, alguns navegantes procuraram por rotas marítimas, através do novo continente, buscando acesso ao Oceano Pacífico e às Índias. O estreito só será descoberto em 1520, por Magalhães, mas essas expedições foram importantes, pois levaram os navegantes para dentro dos maiores rios da América do Sul. No Norte, penetrou-se o rio Amazonas, um grande mar de água doce, cercado de floresta imensa, abrigo de muitos nativos. No Sul, essas buscas levaram à exploração do grande rio da Prata, assim batizado pois os europeus encontraram, na posse de nativos, um machado desse material. Os índios falavam sobre uma civilização e um rei abastados, que viviam em um eldorado, em altas montanhas, no interior do continente, de onde vinha aquele grande rio e aquela arma de prata (BUENO, 2016).

Animados com essas notícias, Aleixo Garcia e Francisco Pacheco, náufragos europeus que também viviam no litoral sul do Brasil, com dois mil índios, partem, em 1524, pelo caminho Peabiru, uma trilha indígena que ligava a região até a confluência do rio Paraguai e rio Pilcomayo, onde hoje se encontra a cidade de Assunção. Subindo esse último rio, teriam chegado nas fronteiras do território Inca e saqueado objetos de ouro e prata (BUENO, 2016, 115-116). Na volta, são duramente atacados por índios, muitos morrem, mas as notícias das riquezas chegam ao litoral e são efusivamente passadas a todos os navegantes, chegando nas cortes ibéricas, que preparam novas expedições (Ibidem, p. 117).

Esses boatos tornam o litoral sul do Brasil conhecido como “*a costa do ouro e da prata*” e contribuem para motivar a expedição de Martim Afonso de Sousa, colonizadora do sul do Brasil (ELLIS in HOLANDA, 2007: 316-317). O mito edênico das novas terras atraía os interesses e impulsionava a colonização (FAORO, 2001:122-123).

#### **4.3 A distância do poder central e as dificuldades das Capitânicas hereditárias**

Com a elevação do preço do açúcar (FAORO, 2001: 135), a ameaça de outros países europeus, principalmente da França, que também explorava o pau brasil e se interessava pela terra (Ibidem, p. 133), e essas notícias da expedição de Aleixo Garcia sobre terras riquíssimas, a Coroa portuguesa envia a primeira expedição colonizadora para a América, em 1531, capitaneada por Martim Afonso de Sousa (ELLIS in HOLANDA, 2007(a): 316).

Ele promove reconhecimentos no litoral e, depois de enviar expedições terrestres em busca de pedras preciosas ao interior e falhar em explorar o rio da Prata (BUENO, 2016: 133-139), ancora-se nos núcleos populacionais já existentes e na autoridade e poder de João Ramalho e outros europeus que já viviam na terra há décadas. Funda, em janeiro de 1532, a vila de São Vicente e, em seguida, outra vila acima da serra, S. André da Borda do Campo, aproveitando de povoados que ali já existiam (ELLIS in HOLANDA, 2007: 316-317).

Para o desalento português, também em 1532, o espanhol Francisco Pizarro subjuga o Inca Atahualpa. Tratava-se do rei que vivia em montanhas de prata (BUENO, 2016: 142).

Em 1534, Portugal, limitado em recursos, delega a ocupação da colônia para particulares. São instituídas as capitânicas hereditárias. A região das vilas fundadas em 1532 passa a pertencer à Capitania de São Vicente e Martim Afonso de Souza torna-se seu donatário (1533-1564) (ELLIS in HOLANDA, 2007: 316-317). Ele veio fascinado com as notícias e lendas de metais preciosos, mas também trouxe as primeiras mudas de cana plantadas no Brasil, em São Vicente. Constrói-se ali engenho e viabiliza-se a produção. O primeiro impulso colonizador do Brasil foi o latifúndio açucareiro, que não visou promover povoamento sólido, mas estabelecer produção agrária em larga escala. A costa brasileira precisava ser ocupada, pois as “visitas” de outras nações ameaçavam o domínio lusitano. O açúcar alcançava alto valor, seu mercado crescia e os colonizadores, que já cultivavam a cana em suas ilhas atlânticas, visaram se tornar grandes produtores.

Com o desenvolvimento do empreendimento, a partir da década de 1540, cada vez mais trabalhadores eram requisitados (MONTEIRO, 1994: 30). Com menos de 30 anos das lavouras de açúcar, a escravidão indígena se generaliza, mas com grande resistência e lutas dos nativos. Alguns posicionamentos da Coroa visavam limitar a escravização. Em 1570, por exemplo, permitia-se somente a guerra justa: contra indígenas agressores e rebelados, ou que se negavam a se submeter aos colonizadores (PRADO JÚNIOR, 1981: 21-22). Nesses termos, a guerra justa era facilmente provocada (ELLIS in HOLANDA, 2007(a): 305) e, muitas vezes, a reação indígena foi feroz e coordenada, eliminando ou ameaçando consideravelmente os invasores. Entre 1540 e 1560, a chamada Guerra dos Tamoios desafiou a colonização portuguesa na região do atual litoral sudeste brasileiro (MONTEIRO, 1994: 35).

Os portugueses fomentavam a guerra entre as tribos e esperavam adquirir e escravizar os prisioneiros, o que contrastava com a tradição local de canibalizar os guerreiros inimigos. Assim, os colonizadores não conseguiam tanta mão de obra como esperavam. Não só os índios captivos, como também os capturados, apresentavam resistência, como observado por um jesuíta que, ao negociar a compra de um índio prisioneiro de guerra que seria executado, viu o próprio condenado clamar aos captivos que não fosse vendido como escravo, mas assassinado e devorado, como valente guerreiro (Ibidem, p. 33). As relações de interdependência que orientavam a vida dos nativos chocaram o homem ocidental e foram usadas como justificativas para a sua evangelização, escravização ou eliminação.

Acima da serra, ao longo do Tietê, é onde se concentrava a maioria das aldeias indígenas da região (Ibidem, p. 29) e pra lá se encaminhou a civilização ocidental, em busca não só de escravos, mas também de catequizandos. Em 1554, os jesuítas instalam o Colégio de São Paulo, na colina que divide as bacias dos rios Anhangabaú e Tamanduateí, localização estratégica para posições defensivas (ELLIS in HOLANDA, 2007: 301-302). Ali reúnem-se brancos e mamelucos, protegendo-se dos contra-ataques de Tamoios e Carijós. Até os últimos anos do século XVI, esse povoado, no chamado planalto de Piratininga, origem da cidade de São Paulo, defende-se de várias investidas indígenas (ELLIS in HOLANDA, 2007: 310). Durante vários anos, os ataques nativos foram severos, mas *“apesar da relativa igualdade em termos estratégicos e tecnológicos, os europeus contavam com uma arma muito mais poderosa que as armas de fogo: as doenças contagiosas”* (MONTEIRO, 1994: 39).

Apesar das grandes dificuldades, organiza-se a produção do açúcar, a partir da iniciativa privada, e grande parcela de poder é direcionado para os capitães donatários. As capitâneas

objetivavam defender o território e estabelecer produção rentável para o comércio português (FAORO, 2001: 144). Burocratas e militares experimentados, fiéis à Coroa, chefiavam o empreendimento (Ibidem, p. 146). Eram tutelados pelo rei, mas se tornam muito poderosos (Ibidem, p. 142). Formam-se os latifúndios açucareiros, que organizavam a vida social na colônia, como mostra Freyre (2003). Configura-se uma formação social amplamente autônoma, desenvolvendo-se figurações específicas, que organizam localmente a vida.

Mas, apesar dessa autonomia, o empreendimento açucareiro tinha caráter mercantil e a Coroa cumpria importante papel para os fluxos comerciais, não se tratava de uma lógica comparável ao feudalismo (FAORO, 2001: 135). Todas as aventuras além-mar – as navegações, as conquistas, a colonização e a exploração de recursos – exigiam pessoal e investimentos que a Coroa não tinha (Ibidem, p. 244). Uma grande soberania local poderia atrair nobres com experiência militar e administrativa. A rentabilidade do negócio poderia atrair os investimentos dos burgueses. A população mais simples fora seduzida pela visão do paraíso (Ibidem, p. 141) e o grosso da mão de obra seria composta por escravizados. O monarca é figura central, está longe de ser absoluto, mas, regendo a autonomia das partes, mantém seu poder, expande domínios e lucra com diferentes negócios.

Tanto em São Vicente, como em Pernambuco, a produção açucareira prospera, pois contavam com disponibilidade de mão de obra indígena e bom relacionamento com parte deles, condições essenciais para o sucesso do negócio. A maioria das capitanias tiveram maiores dificuldades, isoladas e atacadas ferozmente pelos nativos (SCHWARCZ; STARLING, 2015: 53-55). O empreendimento fracassa de modo geral. A empresa mostrou-se complexa, os nativos apresentavam grande resistência e destruíram vários núcleos ocidentais. A maioria dos grandes senhores não conseguiam sustentar a atividade com um estado central tão ausente. A Coroa não tinha nenhum controle da colônia, não prestava auxílios substanciais para a colonização ou para a guerra contra os nativos ou estrangeiros. Era preciso aumentar a presença do poder central. Decide-se estabelecer o governo geral na Bahia de todos os Santos, entre as duas capitanias prósperas, em 1548 (Ibidem, p. 169).

#### **4.4 A centralização e a intensa busca pelo ouro levando o homem ao sertão**

A Coroa portuguesa preocupava-se com a administração descentralizada de sua colônia americana e nomeia Tomé de Souza para primeiro governador-geral, lotando-o na Bahia, em

1549. Sérgio Buarque (2007(b): 265) destaca que essa medida não se justifica somente com a pretensão de proteger a conquista portuguesa dos inimigos, mas se vincula à antiga e persistente esperança de se achar riquezas minerais. O governo geral é instituído apenas quatro anos depois de descobertas montanhas de prata no Peru. Renovam-se as expectativas, abundantes jazidas também deveriam existir em território português. Notícias e lendas dos sertões impulsionavam essas esperanças.

Filipe Guillén, degredado para o Brasil em 1539, participara de expedições em busca de minas que os nativos diziam haver no sertão (HOLANDA, 2000: 44) e, em 1550, anuncia que muito se falava de uma serra que “*resplandece muito*”, chamada pelos indígenas de “*sol da terra*” (Ibidem, p. 45). “*Começou-se a falar do Sabarabuçu, a serra resplandecente de prata, que fazia arder a imaginação e excitava a cobiça dos Reis de Portugal, ansiosos por emparelharem com os venturosos de Castela*” (LIMA JUNIOR, 1965: 22).

Várias foram as expedições em busca de eldorados, ainda no século XVI, depois das notícias de Filipe Guillén: Francisco Bruzza de Spinozza liderou uma expedição em 1554, Dom Vasco Rodrigues Caldas, em 1561, Martim Carvalho, em 1568, Sebastião Fernandes Tourinho, em 1573, e outros mais, como, Antônio Dias Adorno, Gabriel Soares e Marcos de Azeredo Coutinho (Ibidem, p. 22-24). “*Em suma, o que no Brasil se cuida encontrar é o Peru, não é o Brasil*” (HOLANDA, 2007(b): 266).

Por volta de 1570, Pero de Magalhães Gandalvo, um cronista português que redigiu tratados sobre a “*Província de Santa Cruz*”, terra “*vulgarmente chamada de Brasil*” (ABREU in GANDALVO, 2008: 19), reporta notícias indígenas de pedras verdes numa formosa serra resplandecente, o que levou à expedição capitaneada por Martim Carvalho. Essa expedição, que ocorreu antes de 1570, caracteriza, de forma aproximada, a região onde se encontrou ouro abundante<sup>18</sup>. Talvez o nome Sabarabuçu<sup>19</sup> já estivesse associado a essa montanha, mas ela foi nomeada dessa forma, em documento, somente em 1601, numa expedição oficial, saída de São Paulo, liderada por André Leão (HOLANDA, 2007(b): 69).

18 Ver GANDALVO (2008: 75-76).

19 Teodoro Sampaio explica que a “serra resplandecente” que se referia Gandalvo correspondia a “Itaberaba”, do tupi, que no aumentativo era “Itaberabaoçu”, que se corrompeu para “Sabarabuçu” (HOLANDA, 2007b: 46). As descrições dessa montanha, em várias épocas e capitânias, oferecem semelhanças que as correlacionam com as notícias de 1550, reportadas por Filipe Guillén (Ibidem, p. 47). As entradas iniciais, geralmente de inspiração oficial, tomavam quase sempre o rumo apontado por ele, buscando as nascentes do rio São Francisco (Ibidem, p. 53). Sabarabuçu é também alvo antigo e frequente.

Na Capitania de São Vicente, depois das primeiras buscas de Martim Afonso de Sousa, não se apagara o interesse em pedras preciosas e pesquisas ocorriam na região. Nos rios que descem das serras litorâneas, algum ouro de aluvião fora achado e já era explorado em 1552 (LIMA JUNIOR, 1965: 24). No final do século, diversas jazidas eram mineradas nos atuais estados de São Paulo e Paraná e mexeram com a imaginação esperançosa da Coroa, que pretendia transformar Paranapiacaba (A Serra do Mar) numa réplica dos Andes e se cogitou inclusive importar duzentas lhamas para transportar o metal (SCHWARCZ; STARLING, 2015: 108). Mas as jazidas não eram abundantes e foram de pouco proveito para Portugal. Os colonos, porém, valendo-se do baixo custo da exploração, tiveram rendimentos (HOLANDA, 2007(b): 283). O mais importante foi que essas experiências proveram importantes conhecimentos sobre a mineração de jazidas superficiais (Ibidem, p. 277).

Para alguns, esse parco ouro aluvial era indício da existência de minas abundantes. Era o que pensava D. Francisco de Sousa, sétimo Governador-geral do Brasil, que administrou entre 1592 e 1602. Foi um dos grandes entusiastas das riquezas minerais e, certo de que existiam no interior do continente, teria estimulado várias expedições, que partiram de diversas partes do território, mas a região sul lhe chama mais atenção. Atraído pelo ouro de aluvião, em 1599, ele mesmo vai a São Paulo e, nos anos de 1601 e 1602, patrocina as expedições de André Leão (que cita Sabarabuçu) e Nicolau Barreto, que adentram o território profundamente, mas não teriam encontrado as ricas jazidas (ELLIS in HOLANDA, 2007(a): 311). Entre 1609 e 1611, volta a exercer um cargo relacionado à questão, assume o posto de governador das capitanias do sul e superintendente das minas do Brasil. Nessa ocasião, estabelece-se em São Paulo e traz aparato administrativo para as pesquisas metalíferas, com diversos especialistas em mineração e em engenharia (HOLANDA, 2007(b): 279). Ele organiza novas jornadas ao interior, especialmente em busca de Sabarabuçu e região, porém não tem sucesso (ELLIS in HOLANDA, 2007: 318). O sucessor de D. Francisco, Salvador Correia de Sá, apesar de experimentado nas minas de Potosí, não tem o mesmo entusiasmo que seu antecessor (HOLANDA, 2007(b): 281).

Há um momento de desinteresse em relação às supostas jazidas da colônia americana. A Coroa, em 1620, volta sua atenção para a exploração das minas africanas de Monomotapa, para onde vão os especialistas vindos com D. Francisco de Sousa (Ibidem, p. 282). Essas movimentações exemplificam como as pedras preciosas exerciam um efeito centralizador, chamando a atenção do poder central e incentivando o aumento do aparato estatal. A busca por tesouros minerais atraiu Portugal e contribuiu com a povoação da região sul da colônia, ainda

na primeira metade do século XVI, e, no começo do século XVII, levou representantes da Coroa para São Paulo. As pedras preciosas, além de atrair o aparato administrativo, contribuíram com o sertanismo, a linha de frente da expansão ocidental no território.

Depois dos esforços de D. Francisco, até meados do século XVII, as expedições continuam saindo da região de São Paulo, porém prioritariamente organizadas por particulares e buscando os indígenas (ELLIS in HOLANDA, 2007: 311), que continuavam sendo escravizados e vendidos para o litoral agroexportador. Tinham um quinto do valor dos africanos, mas, nessa época, seu preço subia, pois, os holandeses, inimigos, dominavam os portos angolanos e restringiam o mercado de negros da África (FAORO, 2001: 185).

#### **4.5 Os sertanistas de São Paulo e Serra Acima – A caça ao indígena**

Na região do atual estado de São Paulo, desde os primórdios da ocupação portuguesa no Brasil, originou-se uma população mameluca que se notabilizou por caçar índios e metais preciosos pelo interior do continente. Essas expedições, chamadas de bandeiras, consistiam em grupos de sertanistas, liderados por poderosos chefes, que comandavam familiares, compadres e índios escravizados. Numerosos, agrupados e armados, eles impunham suas vontades pelos sertões e foram fundamentais para a composição da turbulenta sociedade que se forma quando reveladas as minas.

A baixada santista, próspera inicialmente com a cana, também acabou encontrando sérias dificuldades. Sofreu com ataques de piratas e, em 1615, com um derradeiro assalto de holandeses, desiste-se do negócio (SCHWARCZ; STARLING, 2015: 55). Esse litoral, cheio de mangues insalubres, é muito estreito, tendo a íngreme Serra do Mar limitando a planície costeira, o que também dificultava a agricultura. A povoação ocorreu principalmente acima da serra, no altiplano chamado de planalto de Piratininga<sup>20</sup>, onde os jesuítas instalaram o colégio de São Paulo. Nesse planalto, localizado entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, cortado pelos rios Tietê e Paraíba, florescem também outras vilas, como Taubaté e Guaratinguetá.

20 O nome Piratininga (peixe seco), vem de um trecho do rio Tamanduateí, afluente do Tietê, onde suas enchentes deixavam, em suas margens, peixes que secavam ao sol. Essa área, antiga Várzea do Carmo, é onde se encontra hoje o Parque D. Pedro II, próximo do local da fundação de São Paulo. Pelo fato desse trecho nomear todo o planalto, percebe-se sua importância geográfica para os nativos (NEVES, 2007: 200).

Separado bruscamente do litoral, da influência e do controle metropolitano, aquele núcleo de povoamento se organizava conforme relações políticas, sociais e econômicas próprias. Praticavam policultura de subsistência e continuavam voltados para a captura e venda do índio, o negro da terra (ELLIS in HOLANDA, 2007(a): 300-305). Se, no litoral, a riqueza estava vinculada à produção de cana de açúcar, no planalto de Piratininga, a posse de índios é o que distinguia os poderosos (SOUZA, 2006: 151).

Esses novos habitantes do altiplano eram peculiares. Os colonos brasileiros se concentraram na linha costeira, como caranguejos, ficaram arranhado o litoral, banhados pelo mar, conforme a célebre imagem de Frei Vicente de Salvador (PETRONE in HOLANDA, 2007(b): 244). Nas capitâneas litorâneas, mais voltadas para Portugal, formou-se uma sociedade nos moldes da metrópole, com instituições, estruturas e modos de vida aproximados aos dos colonizadores (SOUZA, 2006: 149). Mas a região de Serra Acima era mais isolada e pouco integrada ao comércio metropolitano. A estrutura burocrática demorou a chegar ali (CAMPOS, 2002: 31). A parca influência do reino e a robusta miscigenação, biológica e cultural, com o índio, originou um mundo parcialmente autônomo e diferente.

Essa miscigenação e independência contribuíram enormemente para o sucesso de um tipo social muito importante para o processo colonizador: o sertanista. As pessoas da região destacam-se por essa atividade. A miscigenação proporcionou aos paulistas referências, conhecimentos e tradições mais aproximadas ao mundo nativo e que muito auxiliaram na hercúlea tarefa de desbravar e dominar o novo mundo. Contudo, distantes da Coroa, autônomos e acostumados a se impor pela força, esses homens, primeiros agentes da colonização portuguesa nos sertões, tornam-se polos de poder local nessas fronteiras territoriais e frequentemente oferecem resistência ao avanço do poder central. Mas, apesar de suas peculiaridades, os paulistas tinham como referência básica o mundo português, eram católicos e, de modo geral, reconheciam a autoridade do rei. Portanto, observando-se o quadro geral, esses mamelucos são figuras importantíssimas para a colonização e para o processo civilizador ocidental e muito disso graças às suas origens e referências indígenas.

Depois de vencer a forte resistência que tribos locais impuseram e de escravizar os nativos das redondezas, os paulistas vão buscá-los cada vez mais longe, introduzindo-se no continente, favorecidos pela geografia da região. Dali acessava-se a difícil, porém única, rota para o litoral; para as outras direções, diferentes bacias fluviais facilitavam as jornadas. São

Paulo era um “*trampolim para o sertão*”, entroncamento natural de caminhos já usados pelos povos nativos (ELLIS in HOLANDA, 2007: 301-302).

O estabelecimento de Piratininga, desde a era de 1530, na borda do campo, significa uma vitória ganha sem combate sobre a mata, que reclamou alhures o esforço de várias gerações. Deste avanço procede o desenvolvimento peculiar de São Paulo. O Tietê corria perto; bastava seguir-lhe o curso para alcançar a bacia do Prata. Transpunha-se uma garganta fácil e encontrava-se o Paraíba, encaixado entre a serra do Mar e a da Mantiqueira, apontando o caminho do norte. Para o sul estendiam-se vastos descampados, interrompidos por capões e até manchas de florestas, consideráveis, às vezes, mas incapazes de sustarem o movimento expansivo por sua descontinuidade. A este apenas uma vereda quase intransitável levava à beira-mar, vereda fácil de obstruir, obstruída mais de uma vez, tornando a população sertaneja independente das autoridades da marinha, pois punhado de homens bastava para arrostar um exército (ABREU, 1998: 107-108).

Mas mesmo com a barreira geográfica da Serra do Mar, era possível que se estabelecessem relações mais estáveis com o reino. Na altitude e latitude da cidade de São Paulo, seria possível empreender rica lavoura, plantando muitos alimentos europeus. Porém, “*o meio agiu como evaporador; os paulistas lançaram-se a bandeirantes*”<sup>21</sup>. As bandeiras eram “*partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena. O nome provém talvez do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra*” (Ibidem, p. 108). Para Faoro, a bandeira tem suas origens na organização militar portuguesa e designava uma espécie de companhia (FAORO, 2001: 223) liderada por chefes honrosamente condecorados, representantes do rei (Ibidem, p. 227). No Brasil, as expedições com maior incentivo régio se destinavam principalmente às pesquisas minerais.

Organizados em grupos belicosos, contando com o incentivo régio, ou somente com a livre iniciativa, os paulistas, valendo-se da rede de caminhos, lançam-se ao interior do continente, dando às costas ao litoral colonial e à metrópole. Desbravaram vastidões, em surpreendentes aventuras. Destacavam-se por sua autossuficiência e mobilidade, o que

21 Segundo Taunay, a palavra “*bandeirante*” foi usada pela primeira vez em 1676, pelo Conselho Ultramarino, “*mas somente a partir de 1740 aquela palavra se tornou de uso correto*” (ABUD, 1985: 76). Durante o século XX, a maioria dos historiados chama os sertanistas paulistas de bandeirantes, mesmo quando se referem ao começo de suas atividades, ainda no século XVI, quando não eram assim reconhecidos. Apesar disso, seus leitores entendem perfeitamente qual o grupo em voga, tratam-se dos sertanistas paulistas, que mais tarde ficaram conhecidos dessa maneira. Porém, esses exploradores não eram chamados de “*bandeirantes*” na época da Guerra dos Emboabas, portanto, eu evito o termo. As formas mais comuns nos relatos da época (CCM, 1999) são “*paulistas*”, “*homens de Serra Acima*” e “*moradores do Planalto de Piratininga*”. Alguns historiadores, como Suannes (1962) também usam “*planaltinos*” e “*piratininganos*”. O termo “*paulista*”, utilizado primeiramente pelo Padre Antônio Vieira (1608 -1697), também estava a se consolidar (Souza, 2006: 128).

ocasionou episódios de insubmissão, mas, de forma geral, foram grandes agentes colonizadores, prestadores de grandes serviços para a Coroa.

Esses sertanistas pareciam ter uma paixão deambulatória, “*andavam por meses, ou anos, normalmente descalços como índios, com os pés esparramados e os artelhos virados para dentro, de modo a aliviar o cansaço e facilitar o ritmo da caminhada, invariavelmente em fila indiana*”, enfrentando nativos canibais, animais e doenças nos sertões (SCHWARCZ; STARLING, 2015: 109). Os escravizados carregavam pólvora, ferramentas, cordas para amarrar os cativos, eventualmente sementes, sal e alguns poucos mantimentos. Partiam de madrugada, pousavam de tarde, com tempo para caçar, pescar, extrair mel e palmito e colher frutos (ABREU, 1999: 108). Enquanto exploravam os sertões, plantavam roças nos ermos para serem posteriormente colhidas (SOUZA, 2006: 151). Também se suplementavam com as roças indígenas e destruí-las era uma forma de submeter os nativos (ABREU, 1999: 108). Eram bastante adaptados à vida nos sertões e tinham uma dieta variada:

[...] todo o gênero de caças, antas, veados, macacos, quatis, onças, capivaras, cervos, e aves: jacus, gaviões, pombas e outros muitos pássaros; e muitas vezes cobras, lagartos, formigas e uns sapinhos que dão pelas árvores, e outrossim mais uns bichos muito alvos, que se criam em taquaras e em paus pobres. [...] mel de abelhas, cocos, palmitos de muitas castas, o grelo de samambaia, carás do mato, raízes de pau e outras mais variadas que inventava a necessidade. Não lhes faltava peixe, [...] o coziavam em taquaras quando era miúdo, o grosso assavam (CCM 1999: 218).

Quando “preavam” índios, avançavam sorrateiramente e atacavam violentamente, suas armas de fogo causavam estragos: “*à primeira investida morrem muitos dos assaltados e logo lhes desmaia a coragem; os restantes, amarrados, são conduzidos ao povoado e distribuídos segundo as condições em que se organizou a bandeira*”. Com os Caiapós aprendem a queimar os matos circunvizinhos às aldeias para atordoar as vítimas (ABREU, 1999: 109).

No século XVI, os paulistas atacaram os numerosos tupiniquins do Tietê e alto Paraíba, mas depois tiveram que os caçar mais longe. Seguindo para o ocidente, chocaram-se com a expansão espanhola conduzida pelos jesuítas, que fundaram missões, em 1610, na margem oriental do rio Paraná (Ibidem, p. 110). As missões, ou reduções, jesuítas eram povoados que reuniam muitos índios, diligentemente catequizados e socializados pelos padres, produzindo bens diversos, como algodão, matéria-prima das roupas que passaram a vestir. “*Não se imagina presa mais tentadora para caçadores de escravos*” (Ibidem, p. 111).

As disputas pelo indígena com os jesuítas deram aos paulistas a reputação de terríveis caçadores de índios. Entre 1619 e 1640, as frequentes bandeiras destruíram as reduções das regiões do Ivaí, Guairá, Itatim, Tape e Uruguai (ABUD, 1985: 30) (Ver figura 03). Nessa época, os padres escreveram sobre os paulistas e suas violentas práticas, difundindo a “*legenda negra*” que envolveu os exploradores (ABUD, 1985: 03). O relato de um ataque a uma missão jesuíta, em 1637, exalta a violência contra os indígenas para sensibilizar o leitor contra os paulistas, mas também dá uma ideia dos horrores cometidos: “*com espadas, machetes e alfanjes, lhes derrubam cabeças, trancam braços, desjarretavam pernas, atravessavam corpos. Provavam aço de seus alfanjes em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar-lhes os membros*” (ABREU, 1998: 112). A religião tem fundamental importância no mundo do colonizador e essa imagem do paulista se propaga.

Mas os feitos dos sertanistas também proveram uma “*legenda dourada*” (ABUD, 1985: 03), reputando-os como bravos, resistentes e capazes, uma elite guerreira, requisitados muitas vezes pela Coroa para empreendimentos bélicos e exploratórios. Um dos feitos mais notórios, que nos dá ideia das aventuras vividas por esses homens, é o seguinte:

Em 1651, após uma longa marcha pelos sertões, alguns remanescentes da grande expedição do mestre-de-campo Antônio Raposo Tavares chegaram a Belém do Pará tão castigados por doenças, fome e ataques de índios que, segundo o padre Antônio Vieira, “os que restavam mais pareciam desenterrados que vivos”. No entanto, acrescentava o mesmo padre, a viagem “verdadeiramente foi uma das mais notáveis que até hoje se tem feito no mundo”: durante três anos e dois meses os integrantes da tropa haviam realizado um “grande rodeio” pelo interior do continente, embora nem mesmo soubessem por onde andavam. Perdidos na imensidão da América, só descobriram que haviam descido o grande rio Amazonas quando suas precárias e improvisadas embarcações alcançaram o entreposto militar do Gurupá, na foz do Xingu, sendo disto informados pelos estarecidos soldados do forte (MONTEIRO, 1994: 07).

Na época das missões jesuítas, a vida dos paulistas seria “*um constante ir e vir e trazer e vender índios; [...] na vila inteira de S. Paulo somente haverá um ou dois moradores que não se entregam ao comércio de gado humano, indo em pessoa ou mandando filhos e agregados ao sertão*” (MACHADO, 1972: 227). Até os homens pobres eram orgulhosos e, em busca de índios para os servir, arriscavam-se nas bandeiras (SUANNES, 1962: 21).

O sertanismo era uma tradição fortemente distintiva, “*sente o vicentista o poder misterioso do sertão. Não há fugir-lhe. Nele está o destino da raça. [...] O sertão é a atualidade de todos os dias*”. Os veteranos contam suas incríveis histórias e “*nos olhos dos curumins*

*acende-se o desejo de afrontar as mesmas aventuras*”. O sobrinho de Fernão Dias Pais tinha 16 anos quando acompanhou o tio em busca das esmeraldas (MACHADO, 1972: 225). Notícias de meninos, com até 12 anos de idade, participando das expedições escandalizavam a justiça, que chegou a destituir tutores por isso, o que demonstra a distância entre a cultura paulista e a do reino. “*Na época o sertão é a escola por excelência. Face a face com a natureza o homem aprende a contar com as próprias forças, coisa essencial numa terra em que tão frouxa e demorada se revela ação do poder público*” (Ibidem, p. 226).

Diferentemente da lógica da corte, onde as pessoas reúnem-se em torno do rei (ELIAS, 2001: 61), como “*nobres parasitas*”, dispendo de confortos, abundância e luxo devido à interdependência com o monarca (Ibidem, p. 63), os paulistas, acostumados a viver isolados nos sertões, são autônomos. Segundo Elias, pessoas que não estão conectadas a uma rede de interdependência e a um centro de poder que controla a violência contam consigo próprias para sua segurança e todos os demais empreendimentos. Aqueles que vivem dessa maneira são mais desconfiados e belicosos, não apresentam condutas sociais tão moderadas, nem impulsos e paixões tão controladas quando se compara com grupos sociais emaranhados em maiores redes (ELIAS, 1994(b): 381). Os sertanistas eram considerados homens briosos, intolerantes de injúrias e de atos servis (SUANNES, 1962:21).

Relativamente isolados da Europa, esses indivíduos formam redes de interdependência local bastante diferenciadas daquelas que conectavam os súditos com o rei. Os costumes locais e a palavra empenhada valiam mais que os documentos escritos e as normas oficiais do reino (SANTOS, 1952: 50). Entre o poder central e esses homens, as relações eram muitas vezes conflituosas: “*Dentro de seus latifúndios eram os potentados paulistas verdadeiros soberanos, de uma força incontrastável. A organização militar ali dentro era quase perfeita e muitas vezes fizera recuar os próprios dragões dos governadores*” (Ibidem, p. 45).

O chefe das expedições sertanistas, líder de um grupo armado, era todo poderoso, “*senhor da vida e morte de seus subordinados*” (ABREU, 1998: 108). Subjugando e escravizando índios, “*acostumou-se o bandeirante paulista a fazer de seus ideais, de sua vontade, leis que se sobrepujam às do longínquo Portugal*” (SANTOS, 1952: 54). Essas experiências preconizam a lógica dos potentados do sertão, que se impõem pela força, sustentados pela coletividade ao seu redor, compondo uma figuração que articula os indivíduos por meio de relações clientelares e de mandonismo.

O sertanismo (ou bandeirismo, ou bandeirantismo) seria um modo característico de vida, marcado pela liberdade e insubmissão (SCHWARCZ; STARLING, 2015: 111), que orientava as concepções e ações dos seus participantes, inclusive a postura perante o rei. Além de promover a mediação entre homem e natureza, marcava a personalidade e organizava a vida social daquelas pessoas, forjando um povo desapegado, adaptável, móvel, corajoso, independente, livre, orgulhoso, cheio de peculiaridades (SOUZA, 2006: 151).

Sóbrios, tenazes, afeitos à fadiga, os devassadores do sertão não teriam, nesse ponto, exigências profundas que fossem estímulo ao progresso. Alguns, os mais respeitados, fazem-se transportar em redes, carregadas pelos índios. Esse modelo de veículo seria pouco usual longe dos sítios habitados, onde se apagavam os derradeiros vestígios da vida civil. E se chegou a ser usado, por algum cabo de bandeira, durante as extensas jornadas, através de terras desconhecidas — como fazem crer vários depoimentos —, é lícito supor que, quando não servisse apenas para alívio dos enfermos e achacosos, fosse um modo de afirmar ostensivamente a própria superioridade ou dignidade. O mais frequente, porém, era depender cada qual de si mesmo e dos ardis que pode inspirar a prática de um mundo hostil (HOLANDA, 2014: 60-61).

Ser carregado, “*como modo de afirmar a superioridade*”, mostra que, mesmo nos longínquos sertões, há penetrações de uma figuração aristocrática, que diferencia indivíduos por meio de bens, usos, costumes e privilégios. Assim como a conduta e os privilégios dos cortesãos os diferenciavam dos demais, ser carregado é um tipo de regalia que permite que se leia a “*ordem social*” (CHARTIER in ELIAS, 2001: 14). Dessa forma, por mais que haja uma lógica que valoriza o capitão robusto, capaz e independente, valer-se do privilégio de ser carregado, num ambiente completamente adverso, distanciando-se do esforço e do trabalho, como um aristocrata, pode também ser um marcador de distinção social, o que demonstra que existia penetração da lógica cortesã nas concepções e condutas dos sertanistas.

Tratava-se de um povo mameluco e as influências do reino eram sentidas, mas as referências nativas eram mais presentes. Estavam tão adaptados ao meio ambiente local que, mesmo nas vilas, quando necessitados de alimentos ou amedrontados, realizavam as “*montarias*”: buscavam refúgio e comida nos matos (CCM, 1999: 218). Tanto os índios do litoral como do interior contribuíram genética e culturalmente. Muito importantes foram os índios guaranis, amansados pelos jesuítas, chamados em São Paulo de carijós. Eram numerosos os escravizados das reduções, utilizados para várias funções. “*Esses índios, devidamente amestrados, serviam também para as conquistas de outros; eram o grosso das forças dos bandeirantes, cujo papel se limitava ao de oficiais*” (ABREU, 1998: 112).

Esse ambíguo processo de exploração e integração do índio à sociedade ocidental foi fundamental para a colonização, pois permitiu uma melhor utilização dos recursos e conhecimentos que eles disponibilizavam. Comumente, a escravização se sustentou na ideia de benevolência do senhor escravocrata em relação ao índio: “*Menores necessitados, filhos: foi nesse sentido que o discurso paternalista dos colonos aproximava-se da política indigenista da Coroa, apesar de tantas outras contradições*” (MONTEIRO, 1994: 141). Um belo exemplo é o discurso de Maria do Prado, grande proprietária de escravizados: “*Declaro que não possuo escravo algum cativo mas somente possuo como é uso noventa almas do gentio da terra as quais tratei sempre como filhos e na mesma formalidade os deixo a meus herdeiros*” (Ibidem, p. 140). A contradição é medonha: ela sustenta que trata os índios como filhos, mas eles não compartilham da herança, pois fazem parte dela.

Percebemos aqui um tipo de relação observada por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, quando sustenta que condições de confraternização e mobilidade social peculiares do Brasil amortecem os choques entre tantos antagonismos que constituem historicamente essa sociedade (FREYRE, 2003: 117), sendo o principal deles entre escravo e senhor (Ibidem, p. 116). Essas relações marcam a família, instituição central para a formação do Brasil, que constitui a “*aristocracia colonial mais poderosa da América*” (Ibidem, p. 81). Ele se foca no senhor de engenho, que tem grande poder em seu latifúndio, cercado de seus agregados, separado da metrópole pelo mar. No sertão, ainda mais isolados e independentes do reino, os potentados também têm nos laços familiares e comunitários sua sustentação social e política.

Oliveira Viana aproxima a lógica das bandeiras à organização da grande propriedade produtora de açúcar. Para ele, o chefe bandeirante não é somente o líder de uma horda guerreira, ele comanda todo um latifúndio móvel, com parentes, compadres, escravizados, mamelucos, padres, etc. É esse aparato, com base na família, que sustenta o domínio dos paulistas nos sertões (VIANNA, 2005: 138) e nas minas:

Ora, para os homens do Planalto de Piratininga a empresa do descobrimento era acima de tudo uma empresa familiar, em torno da qual se reuniam parentes, amigos e agregados. No Planalto, as armações que seguiam para a região mineradora assumiam as mais variadas combinações: os custos da jornada eram divididos entre os familiares, que concediam indígenas, alimentos, armas ou empréstimos de ouro, contando com os lucros resultantes da jornada ou simplesmente fazendo-o a título de empréstimo. Como observa Muriel Nazzari, se a família representava o pilar da sociedade paulista do século XVII, o princípio organizador era o clã familiar – a ampla parentela que conduzia “os negócios, travava as lutas, disputava o poder político e organizava as bandeiras” (ROMEIRO, 2008: 113).

Mas a família paulista carregava uma mácula naquele mundo de diferenciação aristocrática: o sangue miscigenado, a descendência indígena, o amálgama entre cultura europeia e local (RUSSEL-WOOD, 1999: 103). No Reino Português, nascidos fora da metrópole eram marginalizados, o que piorava com a mestiçagem (Ibidem, p. 112). Relacionados à sua descendência, outros elementos rebaixavam os paulistas. A distinção era de extrema relevância nas sociedades estamentais, como a lusitana, e “*os sinais exteriores indicativos de graduação*” definiam as posições dos indivíduos (SOUZA, 2006: 151).

É emblemático o comentário de um bispo de Pernambuco, referindo-se ao famoso bandeirante Domingos Jorge Velho, que combatia indígenas nordestinos no século XVII. Segundo o religioso, Domingos nem falava português, necessitava de intérprete para se comunicar e muito se parecia com os indígenas inimigos. O bispo exagera, o que evidencia o peso da legenda negra que recaía sobre os paulistas. Mas realmente eles eram diferentes dos outros colonos e dos reinóis, comumente aprendiam primeiro a língua indígena, materna, mas também falavam português (ROMEIRO, 2008: 229). A variação linguística é muito utilizada para se diferenciar grupos regionais (BOURDIEU, 1989: 128).

#### **4.6 A identidade regional Paulista**

Por todas suas peculiaridades, por sua autonomia, por sua diferenciação, por sua descendência e cultura mamelucas, alguns historiadores consideram os paulistas da época das bandeiras um grupo étnico. Outra possibilidade é considerá-los um grupo regional, pois, apesar de distintos dos demais súditos do monarca, faziam parte da sociedade portuguesa. Mais do que isso, eram peças importantíssimas para a expansão da civilização ocidental.

Bourdieu (1989) debruça-se sobre algumas questões que envolvem diferenciar e classificar grupos humanos. Os geógrafos, por exemplo, tendem a enfatizar elementos territoriais, economistas observam origens, destinos, fluxos e custos, enquanto sociólogos são mais sensíveis para as representações e questões políticas que envolvem essas classificações (BOURDIEU, 1989: 107-110). Para se identificar identidades regionais ou étnicas, há bons recortes utilizados tradicionalmente, como habitar em região demarcada por limites geográficos bem definidos, como rios e cordilheiras, participar de cadeias de interdependência econômica,

ou apresentar cultura e costumes similares, como falar o mesmo idioma. Porém, a definição de critérios normalmente depende de um jogo de força e interesses. Formam-se representações da realidade, supostamente contendo critérios objetivos de diferenciação, que acabam por “*fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito*” (Ibidem, p. 114). As reivindicações regionalistas são militantes, apresentam “*um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras*” (Ibidem, p. 116), são esforços que buscam pautar a organização do mundo (Ibidem, p. 125). Portanto, a definição dos critérios de distinção é contextual, sendo necessário “*reconhecer a contribuição dada à construção do real pela representação que os agentes têm do real*” (Ibidem, p. 129).

É justamente levando em consideração as representações dos agentes envolvidos, forasteiros e paulistas, que alguns autores, como Russel-Wood, consideram que estes homens compõem um grupo étnico:

Os paulistas eram uma anomalia para os portugueses natos. De um lado, eram de ascendência portuguesa, falavam português, praticavam o catolicismo, eram capazes de feitos heroicos, demonstravam coragem indiscutível, e sua vila de São Paulo tinha os equipamentos administrativos e institucionais e edifícios públicos tanto civis quanto religiosos - de uma vila portuguesa. De outro lado, muitas vezes, tinham sangue ameríndio, falavam as línguas indígenas, tomavam índias como esposas e concubinas, opunham-se as autoridades civis e religiosas e mostravam desdém aos representantes da Coroa e aversão a leis, alvarás e ordens-régias. Embora não tão marginalizados como o foram os ciganos e os cristãos-novos, que eram sistematicamente exilados da Metrópole e hostilizados no Brasil, os paulistas tinham em comum com esses grupos o fato de constituírem um grupo étnico (RUSSEL-WOOD, 1999: 113).

A diferenciação cultural de grupos envolve processos de antagonismo, que se acumulam ao longo da história. A estigmatização, que é uma forma política de destacar um grupo regional, pode reificar os critérios de diferenciação, num ciclo histórico de antagonismo que estabiliza as oposições. É o que acontece, por exemplo, com alguns grupos de colonizados que sublinham suas diferenças históricas e culturais para reivindicar tratamentos diferenciados ao colonizador (BOURDIEU, 1989: 115). “*A reivindicação regionalista [...] é também uma resposta à estigmatização que produz o território de que, aparentemente, ela é produto*” (Ibidem, p. 126). O impulso autonomista, ao negar a hetero-determinação, reproduz o estigma de forma invertida (Ibidem, p. 127). Os paulistas argumentavam que eram mesmo diferentes dos demais, eram especiais, aptos aos mais louváveis e hercúleos trabalhos. Consideravam-se uma elite guerreira, tinham identidade e valores culturais próprios, baseados na bravura e na honra (ROMEIRO,

2007: 535). Ao destacar o merecimento de sua gente, que arcava com o custo das expedições, o sertanista paulista Jorge Velho também sublinha que as pessoas de sua região eram diferentes e especiais:

[...] nossas tropas com que imos à conquista do gentio bravo desse vastíssimo sertão, não é de gente matriculada nos livros de Vossa Majestade, nem obrigada por soldo, nem por pão de munição; são umas agregações que fazemos alguns de nós, entrando cada um com seus servos de armas que tem e juntos imos ao sertão deste continente não cativar (...) senão adquirir o Tapuia gentio brabo e comedor de carne humana (LEME, 1998(III): 62-63 in ABUD, 1985: 19).

Portanto, os paulistas consideravam-se participantes de uma coletividade específica, distintos do resto dos colonos e portugueses. Identificavam uma ascendência original, iniciada com a união de João Ramalho e Bartira, nome indígena da filha do cacique Tibiriçá, nos primórdios da ocupação portuguesa. Apesar de andarem descalços, eram orgulhos de si e de seus antepassados, tidos por aristocratas (BOXER, 1963: 85). Viviam geográfica e economicamente isolados, tinham um estilo de vida peculiar, com linguajar e modos próprios, independentes e autônomos, compartilhavam ascendência comum e cultivavam características culturais específicas que os diferenciavam das demais pessoas (RUSSEL-WOOD, 1999: 103).

Fredrik Barth (1976) considera basicamente que a etnicidade constitui-se sobre a ideia de “nós” e “eles”, sendo, portanto, opositiva e implicando uma categoria de excluídos (ROMEIRO, 2008: 232-233). Para ele, a descendência, apesar de comum, não é elemento necessariamente determinante de pertencimento étnico. Uma identidade étnica é idealmente identificada quando se observa determinadas características especiais e diferenciais, como conteúdos morais, éticas específicas, ou sinais evidentes, como vestimenta. Essas especificidades podem se relacionar com descendência biológica ou percebida, ou à formação/ criação recebida, mas, mesmo sem esses elementos, alguns indivíduos podem ser considerados pertencentes a determinadas etnias, pois apresentam, como os demais membros, características especiais que demarcam os limites do pertencimento. Ou seja, “*a classificação de indivíduos e grupos locais como membros de um grupo étnico dependerá do grau em que eles mostrarem características particulares dessa cultura*” (BARTH, 1976: 13). Não existem critérios fixos para se distinguir grupos étnicos ou regionais, essas classificações dependem das representações dos grupos envolvidos, algo que pode mudar ao longo do tempo. O que importa é que sempre existirão elementos que distinguem membros e não membros.

Os paulistas se enquadram nessa sistematização, pois se reconheciam e eram reconhecidos como grupo distinto, enfatizavam orgulhosamente suas peculiaridades culturais e históricas, como língua, habilidades sertanistas, moral guerreira e independente, e se opunham aos forasteiros, tanto de Portugal, como do Brasil.

[...] o que deriva do domínio da etnicidade não são as diferenças culturais empiricamente observadas, mas as condições nas quais certas diferenças culturais são utilizadas como símbolo da diferenciação [...]. Nesta perspectiva, o emprego do epíteto 'emboaba' pelos paulistas para nomear os forasteiros é revelador da existência de um grupo étnico, à medida que estabelece uma fronteira cultural entre estes e os não-paulistas, a partir da dicotomia entre descobridores e adventícios (ROMEIRO, 2008: 233).

Já no século XVII, distinguia-se a orgulhosa elite paulista, mestiça e indômita, caçadora de índios (SOUZA, 2006: 152). Essa situação perdurou mesmo após o fim do isolamento, quando melhoraram as comunicações, no início do século XVIII, graças ao ouro:

Embora os caminhos e as picadas resultassem em maior mobilidade e comércio, os quais derrubaram as barreiras entre as comunidades de "Serra Acima" e os enclaves costeiros nos primórdios do século XVIII, o componente indígena - língua, valores, vida doméstica, costumes e habilidades - continuou a distinguir os paulistas, que se orgulhavam de seu senso de identidade coletiva (RUSSEL-WOOD, 1999: 104).

Como mostra Barth (1976: 13), mesmo quando diferentes grupos étnicos convivem e se influenciam, se persistirem elementos exclusivos de um ou outro grupo, persistem também os limites étnicos. As características especiais que demarcam etnicidades podem se modificar, assim como as formas e o alcance desta demarcação, o que importa é que sempre existirá uma forma de diferenciação. Por mais que várias atividades e relações sejam permitidas com não membros do grupo, sempre haverá restrições e proibições: *“as fronteiras étnicas são, em cada caso, conservadas por um conjunto de características culturais. Portanto, a continuidade da unidade étnica depende da persistência de diferenças culturais”* (BARTH, 1976: 48).

E as persistentes diferenças culturais que marcavam os paulistas ecoavam na forma como se portavam perante à Coroa. Como eram mais isolados e autônomos, não se subordinavam ao monarca como os demais vassalos. Tinham histórico de insubordinações perante o rei e suas autoridades, reforçando ainda mais a diferença e o estigma. Eram considerados rebeldes, pois comumente agiam pressionados por lógicas sociais e políticas

locais, muito mais sólidas e presentes que as pressões emanadas das relações com o rei e sua corte. Na verdade, como assinalou Bourdieu (1989:124), a reivindicação do pertencimento regional visa conservar ou transformar as relações de poder e as vantagens, econômicas e simbólicas, que podem estar envolvidas com a identidade social. Distinguindo-se como especiais, os paulistas forçavam as relações com a Coroa para outro nível.

Seguindo a lógica absolutista, a ideia é que o rei, por ser um ente superior, com direitos divinos, já merece, de antemão, o serviço e a submissão de seus súditos, pois essa condição de vassalagem, com figura tão nobre e elevada, constituiria uma dádiva impagável. Mas os paulistas não se portavam como meros vassallos do rei, uma vez que costumavam prestar serviços em busca de recompensas (ROMEIRO, 2008: 238). Eles eram muito requisitados para, além de adentrar sertões, combater colonos rebelados, como ocorreu contra o quilombo de Palmares, contra índios nordestinos e até mesmo contra o rei do Congo (Ibidem, p. 196-198). As teorizações sobre a dádiva compõem um esquema muito utilizado para pensar as relações entre a Coroa portuguesa e seus súditos (SOUZA, 2006: 73).<sup>22</sup>

Em muitas cartas, o rei é chamado de pai e os vassallos seriam seus filhos, mostrando vinculação e subordinação. Entre os paulistas, no entanto, a retribuição régia não era magnanimidade, mas fruto de acordos e, quando desrespeitadas suas cláusulas, pelo rei ou seus representantes, eles ameaçavam abandonar os empreendimentos para os quais eram solicitados (ROMEIRO, 2008: 239). Sobre isso, dizia Domingos Jorge Velho “*que se bem estamos obrigados em razão de leais vassallos a não faltar ao serviço de nosso rei e senhor, isso não nos priva de solicitarmos nele aquelas conveniências que são justas e inescusáveis*” (ROMEIRO, 2008: 242). Domingos ressalta sua submissão, mas se atreve a julgar as decisões do rei e cobrá-lo sobre o que considera inescusável. Há, portanto, uma forma diferente de ver o mundo e um atrevimento que extrapola as relações de vassalagem.

[...] na economia do dom subjazesse a ideia de uma troca de favores, levando, assim, à obrigatoriedade da retribuição, invariavelmente o polo inferior fazia questão de vincar a sua posição de obediência devida, independentemente da concretização do pedido. Ora, se a linguagem vazada nos requerimentos e petições enviadas ao rei seguia uma fórmula marcada pela subserviência, no caso dos paulistas, eles se recusavam a enquadrar suas negociações nos moldes de uma relação entre polos de poder desiguais. O tom reivindicativo e contratualista de suas petições parecia

22 A historiadora Laura de Mello e Souza reconhece o potencial interpretativo desse viés, mas sustenta que, ao longo do século XVIII, valores mais pragmáticos substituem o dom (SOUZA, 2006: 73).

desprezar acintosamente todos os preceitos que mediavam a relação entre o príncipe e seus vassallos (ROMEIRO, 2008: 239).

Os paulistas negociavam de forma abusada, que rompia “*com os padrões políticos do antigo regime*”. Seus serviços eram oferecidos mediante prêmios pré-estabelecidos (ROMEIRO, 2007: 530-531). Apesar de configurarem um disparate para a lógica da corte, no sertão, a insubmissão e a exigência de melhores condições em negociações, que envolve a defesa contra a descompostura, são elementos importantes para as estruturas de poder e compõe o imaginário político. Até mesmo perante o rei fora perceptível esse traço.

Por isso, a fidelidade dos paulistas era questionada e destaca-se sua insubordinação. Vários episódios reforçam essa imagem, situações nas quais desrespeitam, ameaçam, expulsam e matam autoridades régias. Um episódio especialmente relevante para a fama de insubmissos ocorreu em 1641, quando Amador Bueno, um poderoso paulista, foi aclamado como rei (ROMEIRO, 2007: 231). Seria declarada a independência de São Paulo, mas o aclamado rejeitou o movimento e reiterou seus votos de lealdade ao monarca português (BENTES MONTEIRO, 1999: 07). Reforça-se a lenda negra: “*por sua localização geográfica e pela fama de seus habitantes, a cidade de São Paulo durante o século XVII ganhou o epíteto de a Rochela do Brasil, ou a Rochela do sul, numa alusão à cidade francesa de La Rochelle*”<sup>23</sup> (LADURIE, 1994, apud BENTES MONTEIRO, 1999: 23-24).

Portanto, há elementos para que se considere os homens do planalto de Piratininga um grupo étnico, afastado do mundo português e, em algumas situações, concorrente. Mas, por outro lado, é possível também argumentar que a diferença entre paulistas e os outros súditos da Coroa portuguesa não era tão grande a ponto de se poder falar em diferença étnica. Os paulistas podem ser vistos como uma extensão da população ocidental, um grupo regional, mas integrado ao mundo português.

Havia entre eles a ideia de que Portugal constituía um centro respeitável de poder. O aclamado Amador Bueno, por exemplo, logo recusou a coroação e deixou clara sua posição de súdito. Mesmo isolados, autônomos, insubmissos, de modo geral, os sertanistas reconheciam o poder do rei e também buscavam associar-se a ele. Esses homens eram grandes apreciadores de

23 Cidade com fama de independente, de maioria calvinista, foi cercada em 1573, depois do massacre da noite de São Bartolomeu, quando recrudescia a perseguição contra protestantes, mas resistiu e teve sua liberdade religiosa tolerada, somente submetida em 1628 (LADURIE, 1994, apud BENTES MONTEIRO, 1999, p. 23-24).

títulos, comissões e mercês régias (SCHNEIDER, 2016: 90), pois, marginalizados, buscavam se nobilitar, aproximando-se do rei.

Antônio Pais de Sande foi governador da Repartição Sul da Colônia, que englobava São Paulo, entre 1693 e 1694, e conhecia muito bem os paulistas. Segundo ele, sustentavam “*uma imagem que oscilava entre a liberdade e a valentia ou a fidelidade e os bons serviços prestados ao rei, na afirmação de sua liberdade e oposição à autoridade externa, ao mesmo tempo que se mostravam ávidos pelas honras e mercês régias*” (CAMPOS, 2002: 42). Essas dicotomias, que impulsionam os sertanistas para perto e para longe do monarca, são bastante elucidativas do emaranhado de figurações que pressionavam as ações desses indivíduos e também deixam claro que o mundo português é uma referência importante para esses homens.

Além disso, eram católicos fervorosos, o que oferecia laços, condutas e interpretações de mundo comuns. Celebravam orgulhosamente a descendência portuguesa e sublinhavam que teriam herdado louváveis características de seus pais ibéricos. Se a aclimatabilidade, a miscibilidade e a mobilidade favoreceram o conquistador português (FREYRE, 2003: 72), essas características também estariam presentes entre os paulistas, descendentes dos próprios lusitanos miscigenados com o índio. Carlos Afonso dos Santos, além de louvar a descendência portuguesa dos paulistas, herdeiros de um povo guerreiro, inteligente e organizado, compara os sertanistas aos grandes navegadores: se os portugueses cruzaram o mar, foram principalmente os paulistas que conquistaram o interior, dominaram os selvagens e descobriram as minas (SANTOS, 1952: 19). Alcântara Machado (1972: 224) diz: “*Entre o marinheiro e o sertanista são transparentes as afinidades. Resultam das muitas que aparentam o sertão e o oceano. [...] é o mesmo assombro, é a mesma impressão de infinito e de eternidade, é a mesma vertigem*”.

Por esse prisma, podemos pensar que os paulistas eram um grupo regional, que assim se reconheciam e eram reconhecidos, com marcantes particularidades que procuravam frisar, diferenciando-se dos demais súditos do rei português. Mas seriam filhos de Portugal, tinham como importante referência o mundo português e prestaram relevantes serviços para a Coroa. Não se tratariam de distintas etnias. Talvez uma diferença étnica mais nítida seja concebível entre os ocidentais e os nativos americanos, o que imediatamente evoca o problema das distinções regionais também entre os índios. Portanto, agrupar pessoas sempre incorrerá em uma simplificação com base em um critério contextual e opositivo, de modo que o que é considerado grupo em um recorte e em algum contexto, desmantela-se em relação a outros. Os próprios paulistas, por exemplo, tinham suas diferenças.

No planalto de Piratininga, além de São Paulo, havia outros vilarejos, similares em muitos pontos, inclusive nas atividades econômicas. A população se espalhava em várias vilas nas margens do rio Tietê – como Mogi das Cruzes, Parnaíba, Itu e Sorocaba – e rio Paraíba – como Jacareí, Taubaté e Guaratinguetá (ABREU, 1998: 116). Havia rivalidades entre os sertanistas de Taubaté e os de São Paulo, por exemplo. Apesar das diferentes vilas, sua comum situação, localização e interesses econômicos fizeram com que todos os naturais de Serra Acima fossem, no contexto da Guerra dos Emboabas, chamados indistintamente de “*paulistas*”, pois “*o local de nascimento passou a ter uma importância decisiva: ser natural e morador das vilas de Serra Acima distrito de São Paulo conferia ao requerente os foros de grande sertanejo e homem experimentado nos descobertos*” (ROMEIRO, 2008: 256).

Mesmo entre os habitantes da vila de São Paulo é possível que se busque critérios de diferenciação, como o familiar. Rugas e lutas importantes tomaram lugar entre algumas famílias paulistas, como Pires e Camargos (SANTOS, 1952: 51). Mas, em outros contextos, em outros tempos, com outros critérios de distinção, opostos aos forasteiros que invadiam as minas, por exemplo, podem ser considerados uma coletividade que se distinguia dos homens não oriundos do planalto de Piratininga.

Portanto, como os paulistas formavam um agrupamento especial e diferente dos portugueses e demais súditos, que se destaca pelo sertanismo e devido à miscigenação com os nativos, alguns os consideram um grupo étnico. Mas são pessoas relacionados a Portugal, biológica e socialmente. Apesar de marginalizados, faziam parte da sociedade portuguesa, tanto que eram seduzidos com títulos, que os aproximavam da corte, para promover atividades relacionadas à colonização ocidental, em nome da monarquia. Por isso, podem também ser vistos como um grupo regional, pertencentes ao agrupamento humano ocidental e português, e não como um grupo com especificidades suficientes para ser considerado uma etnia à parte.

Grupo étnico ou regional, durante o século XVII, os sertanistas do planalto de Piratininga, chamados de paulistas, posteriormente conhecidos como bandeirantes, notabilizaram-se por combater índios e adentrar sertões. No final desse século, Portugal, que passava por crise econômica, volta a estimular, de modo mais ativo, a procura de metais preciosos na colônia e autoriza o governo do Rio de Janeiro a incentivar esses reputados sertanistas com promessas de honrarias e títulos de nobreza (BOXER, 1963: 58).

## 5 OS HOMENS NOS SERTÕES MINEIROS

### 5.1 A descoberta das minas

Provavelmente os paulistas já conheciam as minas antes de as revelar e resistiram em o fazer, temendo ingerências da Coroa e que aquelas riquezas fossem tiradas deles. Assim, quando a localização das jazidas foi divulgada, atraindo multidões, os sertanistas tinham um forte sentimento de posse, o que foi bastante relevante para o conflito que ocorreu.

Os relatos, notícias e mitos das jazidas brasileiras, desde o século XVI, fazem várias referências à serra de Sabarabuçu e às nascentes do grande rio São Francisco (HOLANDA, 2000). Essas descrições são compatíveis com o local onde de fato foi encontrado o ouro. As almeçadas riquezas minerais concentravam-se numa região montanhosa, atualmente chamada de quadrilátero ferrífero, abrigo da nascente do rio das Velhas, principal afluente do São Francisco, portanto, uma de suas principais nascentes. Um dos maiores picos da área é Sabarabuçu, hoje chamada de Serra da Piedade, com 1746 metros de altitude, cume da região metropolitana da cidade de Belo Horizonte. É avistável de muito longe, um marco referencial na paisagem (ver fotografias). Em suas fraldas, fugindo do quadrilátero montanhoso, corre o rio das Velhas. Um monte tão destacado na região, resplandecente quando iluminado pelo sol devido aos seus minerais, noticiado e buscado há séculos, com rios repletos de ouro superficial por perto, próximo da nascente do principal afluente do rio São Francisco, dificilmente não teria sido percebido pelos sertanistas em suas andanças no século XVII.

Alguns contemporâneos diziam que as minas da região não eram aproveitadas porque os paulistas temiam que “*caíssem em mãos intrusas as riquezas achadas*”. O já citado governador Antônio Pais de Sande sublinha que os paulistas temiam a sujeição se fossem reveladas as jazidas. Segundo ele, ainda no início do século XVII, os sertanistas assassinaram um mineiro, funcionário do governador geral D. Francisco de Sousa, que, tendo conhecido a rica região aurífera, propagaria sua localização. Manuel João Branco, em 1636 também faz referência ao caso (HOLANDA, 2007 (b): 284). Em 1658, Jaime Comas também teria descoberto ricas jazidas, mas, supostamente, fora assassinado, com a participação de Pedro de Sousa Pereira. Este homem também estaria envolvido no desaparecimento de um índio vaqueano, incumbido de mostrar Sabarabuçu a Álvaro Rodrigues do Prado. Essas histórias dão crédito “*à velha suspeita dos tesouros que os de São Paulo preferiam dissimular, temendo os rigores do fisco e as opressões dos agentes da Coroa*” (Ibidem, p. 286).

Tudo isso mostra como os paulistas, no planalto e principalmente nos sertões, estavam mais afastados da lógica da corte. Súditos mais envolvidos em cadeias de interdependência com o rei estariam mais pressionados a revelar as minas à Coroa, vislumbrando posições de destaque. Os paulistas, porém, fizeram esforços para que as jazidas ficassem em segredo. Como sertanistas, promoviam o avanço da civilização ocidental no território, mas, quando eram descobertas riquezas, resistiam ao controle metropolitano.

Portanto, são vários os indícios de que já se explorava ou conhecia metais preciosos no território das futuras Minas Gerais, desde primórdios do século XVII, porém, a partir de meados da década de 1620, como já explicado, intensifica-se o apresamento de índios, valorizados pela indisponibilidade de negros devido à invasão holandesa e seu domínio no litoral africano. A caça ao índio era empresa disponível para os paulistas e não atraía a cobiça da Coroa com a cobrança de impostos (CAMPOS, 2002: 33).

Mas, a partir de meados do século XVII, a Coroa volta a incentivar as bandeiras de pesquisa mineral (FAORO, 2012: 191). Havia indícios do conhecimento da lendária região:

É de 1664 o primeiro documento oficial que faz referência explícita ao descobrimento das Minas dos Cataguás e sertões do Caeté, denominação primitiva de Minas Gerais. As penetrações que, até então, vinham se fazendo pela capitania da Bahia passaram a sair da região de São Paulo, o que conferiu aos paulistas hegemonia no início da ocupação do território das Minas, somente ameaçada a partir de 1700, quando se tornou incontrolável o fluxo migratório para as minas de ouro (ANASTASIA, 2005: 28).

Devido à grande procura, o conhecimento da região das minas provavelmente se devia às antigas pesquisas minerais. Os índios viviam principalmente em áreas florestais e de cerrado e, no território que fora descoberto o ouro, nos campos rupestres entre o rio Paraopeba e o rio das Velhas, havia um vazio demográfico (VENÂNCIO in LAGE; VILLALTA, 2007: 87). Os sertanistas não podiam dizer que a região já era conhecida, pois isso seria a confissão do crime de manter oculta as minas do rei. Os relatos dos primeiros descobrimentos falam que as expedições estavam atrás de índios da Casa da Casca (CCM, 1999: 169), que aparentemente se tratava de região do vale do rio Doce, sudeste da região das minas. Mas, se o ouro foi descoberto por pessoas que procuravam índios, provavelmente isso também ocorreu antes. Como essa expedição, muitas outras anteriores já tinham passado nas redondezas das minas e, tendo em

vista as lendas dos eldorados, dificilmente não foram atraídas pelos cumes da região e acharam o farto ouro que faiscava no leito dos rios.

O fato da Coroa solicitar, em 1672, a Fernão Dias Paes Leme (1608-1681), um reputado sertanista paulista, que fizesse uma expedição com o intuito específico de procurar pedras preciosas que diziam haver nos sertões de São Paulo corrobora com a suspeita de que as minas já eram conhecidas antes do anúncio oficial (BARREIROS, 1979: 21). O rei dá toda autoridade a Fernão Dias, inclusive sobre a vida dos seus comandados, tinha “*patente de governador e administrador das esmeraldas, com poder de soga [corda grossa] e cutelo [instrumento usado para decapitação]*” (CCM, 1999: 186). Esse tipo de autoridade oficializava o poder local dos chefes sertanistas, mandantes de tropas armadas.

Na época da bandeira de Fernão Dias, os paulistas já conheciam o território. O Capitão Matias Cardoso, justamente por ser “*conhecedor velho desses sertões*”, fora um dos comandantes. A expedição partiu com rumo certo, direto para a região da lendária Sabarabuçu (LIMA JÚNIOR, 1965: 26) e ainda mandaram, com antecedência, que se plantassem roças de milho no caminho de São Paulo, até o Serro do Frio, nas redondezas da atual Diamantina (Ibidem, p. 28). Portanto, pelo menos desde o começo da década de 1670, já se havia bastante conhecimento sobre a área, revelada somente nos últimos anos desse século.

A expedição de Fernão Dias passa a Serra da Mantiqueira, adentrando o atual Estado de Minas Gerais, rumando para o norte, atravessa o rio Paraopeba, segue para leste, subindo a atual Serra da Moeda, desce para o rio das Velhas e o segue, novamente para o norte, passando pelo entroncamento com o rio Sabará e outros rios mais, que deram muito ouro, aos pés da Serra de Sabarabuçu. Plantam algumas roças pela região e se estabelecem no Sumidouro, redondezas da atual cidade de Lagoa Santa, onde permanecem por quatro anos e fazem pesquisas minerais em extensa área. Fernão teria partido em busca de esmeraldas (BARREIROS, 1979: 62-64) mas, na região de Sabarabuçu, ficaram muitos a sua espera, sinal que alguma importância havia naquelas paragens (Ver figura 04).

Como a exploração das minas era um negócio de elevado interesse, a Coroa planejava ter maior controle sobre a atividade. Assim, apesar da autoridade dada a Fernão Dias, o rei comissiona o espanhol D. Rodrigo Castelo Branco, em 1677, para averiguar as minas do Brasil, inclusive Sabarabuçu. Sua expedição conta com a ajuda de paulistas, seu capitão-mor era Matias Cardoso, que, mais uma vez, subia aos sertões de Sabarabuçu, nas nascentes do rio das Velhas. Chegam a região por volta de 1681 (CAMPOS, 2002: 36-38).

Na ausência de Fernão Dias, Manuel de Borba Gato, seu genro, assume a posição de lugar tenente e se desentende com Castelo Branco, pois não reconhece sua autoridade e nega auxílios (CCM, 1999: 186). Borba estava em uma situação delicada: submeter-se à autoridade estrangeira, depois de todos seus árduos trabalhos, seria desonrar a confiança de seu sogro e protetor e uma demonstração de fraqueza para quem deveria ser um intemorato sertanista. Porém, rebelar-se contra o fidalgo nomeado pelo rei seria uma afronta ao próprio monarca.

Mas as estruturas do poder régio não estavam presentes naquele bravio e incivilizado sertão. Castelo Branco é assassinado pelo próprio Borba, ou por seus pajens. Sabendo disso, os acompanhantes do morto teriam jurado esquarterar Gato, que, com seus homens, menos numerosos, simulam, com tambores e tiros, a chegada de Fernão Dias comandando “*grandes tropas de parentes e amigos poderosos*”. Os contrários, amedrontados, “*àquela mesma noite despejaram o sítio [...] e até agora não tornaram a São Paulo, de envergonhados deste caso*”. Os pusilânimes teriam começado a criar gado nos sertões do São Francisco e, mais tarde, ajudariam a abastecer as minas (CCM, 1999: 187).

Esse relato é contado por Bento Fernandes Furtado, um paulista que vivera na época da Guerra dos Emboabas. Se não podemos confirmar que o narrado realmente aconteceu, podemos considerar sua narrativa como uma evidência da importância da valentia e da honra para esses homens. A suposta fuga de uma tropa mais numerosa por indução ao medo seria uma mácula digna de se internar no sertão e não mais voltar ao convívio dos seus, por vergonha. Elias (2001: 95) também observa que o isolamento é uma alternativa de muitos que se sentem envergonhados, não aceitos, ou incompatibilizados com as normas sociais.

É também possível que a fuga dos acompanhantes de Castelo Branco tenha a ver com o temor de que a Coroa os penalizasse por falharem na proteção de seu representante. Borba teria escondido-se nos sertões do rio Doce justamente por temer a mão do monarca. Esses receios indicariam que, apesar das distâncias, o poder régio é também considerado, temido e respeitado. Nesse tempo de isolamento, Borba torna-se grande conhecedor da região e das reservas minerais, vivendo como poderoso cacique, por 16 anos (CCM, 1999: 188).

A expedição do assassinado Dom Rodrigo Castelo Branco era uma tentativa de aproximar o descobrimento das minas, que a Coroa já suspeitava ter acontecido, à iniciativa régia e aumentar o controle da região, em detrimento dos caudilhos (FAORO, 2001: 192). Como mostra Hespanha, a estratégia de centralização da Coroa, além de esforços de controle dos meios financeiros e dos meios militares, perpassa também controlar o saber, na medida em

que busca constituir narrativas oficiais, distintas das considerações locais, que davam suporte à máquina político-administrativa da monarquia (HESPANHA, 1987: 370). O grupo dominante tem o poder de “*construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo*” (BOURDIEU, 1989: 14). É esse lugar que a Coroa quer ocupar e tenta assumir a centralidade nas narrativas sobre os descobrimentos.

Mas o assassinato do fidalgo D. Rodrigo, em agosto de 1682 (FRANCO, 1989: 182), suspendeu o avanço da Coroa e “*os paulistas continuaram explorando o ouro clandestinamente, até que novos esforços régios fossem despendidos para obter o manifesto oficial do ouro, na década de 1690*” (CAMPOS, 2002: 25). Monteiro também acredita nisso:

No que diz respeito ao ouro, contudo, é difícil acreditar que as várias expedições que varriam esses sertões ao longo das décadas de 1640 a 1690 não tivessem reparado na sua existência. Um indício da sua circulação em São Paulo antes do descobrimento formal — isto é, quando Carlos Pedroso da Silveira avisou ao governador Castro Caldas em 1694 — está no inventário do comerciante português Gonçalo Lopes, falecido em 1689, deixando um espólio superior a 12 contos de reis, incluindo mais de 6 contos em dinheiro amoedado e 207 oitavas de ouro em pó. Poucos anos antes, num atestado passado pela Câmara Municipal de Parnaíba, este mesmo comerciante figurava entre os principais credores de Fernão Dias Pais (MONTEIRO, 1999: 89-90).

Uma testemunha anônima, que chega ao Rio de Janeiro em 1692, diz que somente se tinha notícia de um ouro limitado em Paranaguá, onde quem conseguisse cem oitavas de metal (cerca de 350 g) era considerado rico (CCM, 1999: 244-245). O credor de Fernão Dias Pais tinha o dobro, o que corrobora com a tese de Monteiro.

A divulgação das minas significava a obrigação de pagar quintos e de dividir as riquezas. Quando se achava jazidas minerais de fácil exploração nos sertões, a tendência era a exploração sigilosa. É o que teria acontecido nas minas de São Vicente, no século XVI (HOLANDA, 2007(b): 275), nas jazidas diamantíferas (Ibidem, p. 272), nas minas baianas da Jacobina e Rio de Contas, no século XVIII (Ibidem, p. 318), e também nas minas que seriam chamadas Gerais, no século XVII (Ibidem, p. 290-293). Os indícios apontam que os primeiros avisados sobre riquezas minerais entre os paulistas eram familiares e amigos.

Norbert Elias critica o olhar burguês para o mundo aristocrático (ELIAS, 2001: 85). Segundo ele “*Nas sociedades pré-industriais, a riqueza mais respeitada era aquela que não havia sido conquistada pelo esforço, aquela pela qual não era preciso trabalhar, portanto uma*

*riqueza herdada*” (Ibidem, p. 91). Pensando na figuração da corte, prestar grandes serviços ao rei poderia nobilitar de forma muito desejável o indivíduo, numa sociedade em que nada valia mais do que o status social. Entretanto, a distância do reino e os laços pouco consolidados com a Coroa faziam com que a decisão de revelar imediatamente as minas para a metrópole fosse menos provável. O que temos aqui é algo peculiar. Se, na sociedade estamental, os dominantes desqualificam o trabalho e o lucro, no Brasil, os trabalhos terrivelmente extenuantes das bandeiras são exaltados. Na verdade, se considerarmos os sertanistas como uma espécie de elite guerreira e se sublinharmos o caráter bélico das expedições, concilia-se a exaltação desses trabalhos com uma atividade valorizada nas antigas cortes: a guerra. Além disso, no Brasil, de forma geral, a ascensão econômica possibilitou uma “*posição social privilegiada*” (FRANCO, 1997: 239) e isso até mesmo para os mamelucos paulistas enriquecidos por meio do tráfico humano e da exploração mineral. Esta atividade posteriormente enriqueceu e fez mudar de vida inclusive pessoas escravizadas.

As minas constituíram um mundo com novas possibilidades e arranjos sociais, distinto da sociedade europeia, onde títulos e profissões eram herdados há séculos. Um “*reino de imprevisibilidade*”, que, para muitos, deveria ser foco de esforço ordenador, colocando as pessoas em seu devido lugar (SOUZA, 2006: 160), “*a sociedade em movimento, característica das Minas, amedrontava os nobres*” (Ibidem, p. 163). Com variadas fontes de riqueza e sem nobrezas hereditárias, são diversos os indivíduos que buscam postos militares em busca de status e honra (Ibidem, p. 169). Como os regimentos tradicionalmente só podiam ser ocupados por pessoas destacadas, em 1766, um ministro estranha o excesso de nobres em Minas, uma vez que existiam cinco regimentos (Ibidem, p. 170). Esse fato mostra tanto a grande penetração dos particulares no Estado, como a importância que teve o poder central e a relevância da lógica das cortes. Portanto, em vários contextos, como nas minas, o enriquecimento permite alcançar relevância social, como faziam os grupos burgueses, ligando-se, assim, à lógica de diferenciação do Antigo Regime.

Dessa maneira, não é possível pensar na procura e na exploração de minas de ouro, historicamente ligadas à cobiça, sem imaginar que não haja a centralidade de intentos econômicos, apesar de estarem envolvidos mais elementos.

[...] os homicídios do enviado de dom Francisco de Sousa e de dom Rodrigo castelo Branco tinham algo em comum: [...] a fim de manter ocultas as minas de ouro, foram eliminados os enviados do rei. Dessa forma, os paulistas garantiam a continuidade da exploração sigilosa e davam uma demonstração de poder e cacifes para uma negociação (CAMPOS, 2002: 44-45).

Em toda a história da exploração do ouro, os mineiros tentaram ao máximo o enriquecimento, burlando leis, escondendo-se da Coroa e de seus impostos. Mas outras questões são relevantes. Quanto aos paulistas, a preservação de sua autonomia teria sido uma preocupação que colaborou para a ocultação das minas (CAMPOS, 2002: 43).

Cogitar que eles já estavam minerando antes de revelarem as riquezas ajuda a entender o forte sentimento de posse que tinham e sua agressividade com os forasteiros. Por volta de 1694, depois de negociações (SCHWARCZ; STARLING, 2015: 111), os homens do planalto revelam oficialmente a localização das minas.

## 5.2 Negociação e Revelação das minas

Depois do assassinato de D. Rodrigo Castelo Branco, no início dos anos 1680, a Coroa suspende momentaneamente suas ações que visavam o controle dos sertões e suas minas (FAORO, 2001: 193). A partir de 1690, a metrópole realiza novos esforços para que se revelem as jazidas, embalde inicialmente devido à incapacidade dos representantes régios de convencerem os paulistas (CAMPOS, 2002: 41). Antônio Pais de Sande, o já citado governador da Repartição Sul, em 1693, fora também repreendido pelo Conselho Ultramarino por não lograr tal feito (Ibidem, p. 42). Justificando-se, ele produz relatório esclarecedor. Sande achava que os paulistas mantinham ocultas as minas porque temiam atrair a presença de autoridades metropolitanas e perder sua liberdade. Para ele, a revelação das jazidas perpassava encarregalos do negócio e lhes conceder títulos e privilégios, aproveitando que os cobiçavam muito. Sua “*posição marginal no mundo luso-americano*” incentivava-os a prestar serviços para o rei, pois isso aproximava-os das cortes (Ibidem, p. 43).

A aproximação com os exploradores, que permitiu a revelação das minas, perpassou a promessa de nobilitação e teve sucesso principalmente porque provocou dissensões entre os grupos de sertanistas. Houve uma velada negociação “*na qual os paulistas conseguiram fazer valer os seus interesses, [...] ampliando consideravelmente as promessas de recompensa aos descobridores*” (ROMEIRO, 2008: 249). Para acessar as ricas jazidas, totalmente dependente dos sertanistas, a Coroa, em 1693, prometia “*o foro de fidalgo da Casa Real, os hábitos das três ordens militares, com tença que fosse adequada, retirada do rendimento das minas descobertas*” e, em 1694, o rei D. Pedro II promete o “*senhorio das lavras, com a obrigação*

*única de pagamento do quinto*” (CAMPOS, 2002: 46). Essas promessas incentivavam a disputa entre os que exploravam as minas, diminuindo as chances de acordos entre eles e favorecendo que se aproximassem do poder central.

Cria-se um contexto de disputa entre os vários sertanistas de Serra Acima que exploravam a região das minas, pelo menos desde a expedição de Fernão Dias. Segundo Bento Fernandes Furtado, os naturais de São Paulo e de Taubaté tinham suas desuniões e até evitavam explorar as mesmas jazidas (CCM, 1999: 172). Eles tiveram desentendimentos antes e depois da Guerra dos Emboabas. Os moradores de São Paulo eram orgulhos de sua vila quase três vezes maior que Taubaté, que também tinha habitantes briosos. Nas minas, “*se não se chegou a haver violências de parte a parte, estabeleceu-se pelo menos atitude mútua reservada, pouco cordial e distante*” (TAUNAY, 1951: 252). Os taubateanos tinham a vantagem de controlar as passagens da Mantiqueira, nas gargantas do Embaú e Piracaia (CAMPOS, 2002: 46).

Com as novas promessas do rei, aqueles que mineravam sigilosamente ficavam ameaçados uns pelos outros, pois quem manifestasse as jazidas seria considerado descobridor e teria privilégios (Ibidem, p. 45). Como aumentava o número de exploradores do sertão, tornava-se mais difícil manter oculta a região (Ibidem, p. 46) e taubateanos provavelmente avaliaram que era melhor revelar sua localização e receber as recompensas, do que perder essas mercês para outros que o fizessem (Ibidem, p. 50). Valendo-se da desarticulação dos sertanistas, a Coroa consegue que se revelem as minas.

Os relatos das descobertas oficiais contam o seguinte: em 1693, a expedição de Antônio Rodrigues de Arzão, “*homem sertanejo, conquistador do gentio dos sertões da Casa da Casca, com outros muitos naturais das outras vilas de Serra Acima*”, assaltava índios e, com a experiência adquirida nas minas da região de São Paulo, acha ouro no leito dos rios. Severamente atacados pelos nativos, fogem para o litoral do Espírito Santo (CCM, 1999: 169), onde Arzão registra as três oitavas (aproximadamente 10 gramas) de ouro que encontrara. Regressam pelo mar, mas o descobridor adocece e, impossibilitado de se aventurar, explica a Bartolomeu Bueno, Miguel e Antônio de Almeida a localização dos seus achados, num lugar que denominavam Itaverava (pedra reluzente) (Ibidem, p. 170). Bartolomeu e os Almeidas empreendem a expedição e, achando ouro, enviam notícias para seus parentes das vilas de Serra Acima para que fossem ampliar os descobrimentos (Ibidem, p. 171).

Com as orientações recebidas, uma expedição dos taubateanos Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e Manuel Garcia Velho vai ao sertão de Itaverava e encontra Miguel de

Almeida, que tinha índios aprisionados e ouro que já minerava, com o qual compra armamento da nova expedição, melhor aparelhada. Salvador e Manuel ainda mineram mais doze oitavas (aproximadamente 42 gramas) na região e voltam a Taubaté, onde são visitados por amigos e parentes, entre eles, Carlos Pedroso da Silveira, “*homem principal daquela vila*”. Ele leva o ouro ao governador da repartição sul, Sebastião de Castro e Caldas, no Rio de Janeiro, e é nomeado capitão-mor de Taubaté, provedor dos quintos (Ibidem, p. 171-172). Pelo pioneirismo, os taubateanos foram privilegiados nas primeiras nomeações da Coroa e tiveram um “*curto período de domínio*” (CAMPOS, 2002: 46).

Mas foi breve e parcial a proeminência dos taubateanos. Eles eram grandes sertanistas, porém sua primordial participação nas descobertas oficiais do ouro não ganhou destaque, pois ficaram reconhecidos como “paulistas” todos os naturais do planalto de Piratininga. Como o título de descobridor possibilitava vantagens políticas e econômicas (ANDRADE, 2008: 334-336), os moradores da vila de São Paulo procuravam “*acachapar a versão oficial do descobrimento*”, tentando retirar dos seus parentes de Taubaté o pioneirismo, os direitos de descobridores e posições de mando. São Paulo era uma vila maior e com mais aparatos institucionais, visando o maior controle da situação, era vantajoso para a Coroa que se concentrassem ali os assuntos e o produto da mineração. Além disso, não havendo protagonismo de indivíduos específicos, sendo o descobrimento uma ação coletiva, não haveria obrigação de pagar prêmios pessoais, como prometido (CAMPOS, 2002: 53). “*Ao final do século XVII, a identificação do paulista ao descobridor conheceu tamanho sucesso que ambas as palavras tornaram-se sinônimas na documentação e nas narrativas coevas*”. Em contraste com os forasteiros, todos os naturais das vilas de Serra Acima, região de São Paulo, são tipificados como “paulistas”, sertanistas e descobridores (ROMEIRO, 2008: 256).

Portanto, revelam-se, enfim, onde estavam as jazidas: no centro do atual Estado de Minas Gerais, principalmente no quadrilátero ferrífero. No começo do século XVIII, exploravam-se também minas na região do rio das Mortes, região das atuais cidades de São João Del Rei e Tiradentes, mais próxima de São Paulo (ver figura 07), e no Serro Frio, mais ao norte, próximo da nascente do rio Jequitinhonha (nos arredores das atuais cidades de Serro e Diamantina). Esses lugares vão atrair um enorme fluxo migratório.

### 5.3 Corrida do Ouro

Vários estudos sobre migração esclarecem aspectos que ajudam a entender a corrida do ouro brasileira. Pessoas extremamente diferentes, com identidades étnicas ou regionais distintas, se aglutinaram em áreas inóspitas e longínquas do litoral povoado, disputando os recursos disponíveis. Formou-se uma sociedade de fronteiras, instável e conflituosa.

O descobrimento das minas desencadeou um dos processos migratórios mais importantes da história do Brasil. Foi impulso decisivo para povoar o interior e, devido à expulsão dos paulistas e seus achados minerais posteriores nos atuais estados do Mato Grosso e Goiás, agigantou as fronteiras brasileiras. Foram as minas de ouro que deslocaram o centro de poder político e econômico da colônia para o sudeste e, em 1763, o Rio de Janeiro passa a ser a capital. Apesar dos dados escassos, faltam estudos sobre esse êxodo.

Na virada do século XVII para o XVIII, a economia do açúcar passava por crise, sofrendo a concorrência das Antilhas (GOLGHER, 1956: 43). Quando se espalham as notícias das jazidas no sertão brasileiro, um forte incentivo econômico atrai as pessoas. A heterogeneidade socioeconômica é considerada um fator importante para os processos migratórios. Nessa perspectiva, as pessoas, quando migram, o fazem ou porque o lugar de destino é atrativo, ou porque o lugar de origem expulsa (RAVENSTEIN, 1980: 46). Teorias macroeconômicas debruçam-se sobre as diferenças socioeconômicas que dão impulso à migração (MASSEY, 1993: 433), que pode ser vista como um processo de realocação de recursos (STAASTAD, 1980). Quanto mais diversificado um território, maior o potencial para movimentações (LEE, 1980: 104), portanto, as flutuações econômicas influem nos fluxos humanos (Ibidem, p. 106). As macro condições são aspectos que pressionam as pessoas.

Os mais capacitados e adaptáveis normalmente são mais propensos a migrar e se estabelecer com sucesso (MARTINE, 1980). Os imigrantes que respondem principalmente a fatores atrativos do local de destino tendem a constituir uma seleção positiva, pois os mais afortunados são os que podem investir nessas mudanças, e os emigrantes que respondem primordialmente a fatores repulsivos, prevalentes no local de origem, tendem a constituir uma seleção negativa, pois carecem de recursos para resistir às pressões de expulsão. Os obstáculos intervenientes também influem no tipo de migrante. Ou seja, as características específicas do processo migratório selecionam seus participantes (LEE, 1980).

No contexto da descoberta das minas, a estagnação econômica da colônia e do reino é um elemento que pressiona as pessoas à emigração e a grande expectativa em torno das minas tem efeito altamente atrativo. Portanto, nesse sentido, os incentivos para a imigração para a

região aurífera eram duplos. Porém, a dificuldade do trajeto e do trabalho eram elementos que selecionavam pessoas mais vigorosas fisicamente. De forma geral, as mulheres migram mais que os homens, mas jazidas minerais atraem população predominantemente masculina e chama a atenção a velocidade e tamanho do fluxo (RAVENSTEIN, 1980: 84).

Em 1680, bem antes da revelação das minas, relatos apontam que a imigração de portugueses para o Brasil já era volumosa. A viagem à Índia durava aproximadamente seis meses, para o Brasil, algumas semanas. A maioria dos imigrantes vinha das províncias de Entre Minho e Douro, de Lisboa e das ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores. Mulheres brancas emigravam em menor proporção (BOXER, 1963: 33).

Depois da revelação do ouro, pessoas de todos os lugares foram povoando a região das minas e descobrindo novas jazidas (CCM, 1999: 222). Inicialmente, quem partisse do Sudeste usava caminhos utilizados pelos sertanistas de Serra Acima. Aparentemente eles eram figuras importantes nos primeiros deslocamentos. Disse Pais Sande que *“para acompanharem ao sertão até a serra de Sabarabussu não tem para isso préstimo de infantaria alguma do Brasil, não sendo Paulistas”* (GOLGHER, 1956: 37).

A cronologia das primeiras rotas do ouro é relativamente conhecida. Inicialmente, ou seja, lá pelos idos de 1696, os colonizadores utilizaram o Caminho Paulista, que implicava no penoso deslocamento de setenta e quatro dias entre o litoral e os então denominados sertões da Capitania de São Paulo. Em seguida foi utilizado o caminho que ligava Minas a Parati e cujo trecho terrestre, dependendo do número de paradas, podia ser feito em bem menos dias que no primeiro percurso (VENÂNCIO, 2000: 183).

Aproximadamente, de Santos para Ouro Preto, percorria-se 712 quilômetros, e, saindo de Parati, 560 quilômetros (ver figura 06). Esses caminhos eram difíceis, tinham trechos íngremes e os animais de carga tinham grandes dificuldades.

O caminho que vinha da Bahia era mais longo, mas margeava grandes rios e era mais plano. Atravessava-se o sertão nordestino e, ao se encontrar o rio São Francisco, seguia-se para suas nascentes, até o rio das Velhas, que levava até às minas, totalizando aproximadamente 1.150 quilômetros. Era possível cortar caminho e percorrer 870 quilômetros: chegando à

“Tranqueira”<sup>24</sup>, seguia-se para o sudoeste, até se encontrar o São Francisco, bem mais a montante (ANTONIL, 1982: 79) (Ver figura 05). Animais e águas podiam contribuir: “*Entre 1698 e 1705 o rio S. Francisco encheu-se de barcos, conduzindo às minas as multidões do reino e do nordeste armadas e maltrapilhas*” (TAUNAY, 1951: 257).

Apesar das imensas distâncias e dificuldades, a ideia de grande diferenciação de possibilidades econômicas entre regiões contribui para um enorme fluxo de pessoas, mesmo sem mudanças fundamentais nas tecnologias e condições de transporte e comunicação (LEE, 1980: 97; RAVENSTEIN, 1980: 25). Segundo Lee (1980: 105), informações animadoras e facilidade no transporte são fatores que contribuem para aumentar o fluxo migratório, porém, alguns atrativos, como o ouro, podem surgir repentinamente e impulsionar o processo (Ibidem, p. 97). Ou seja, há situações em que ocorre um repentino fluxo migratório e este impulsiona a melhoria das condições técnicas para a migração. Movimentos populacionais não são somente resultados de conjunturas estruturais, mas também fatores de transformações (BRANDÃO, 1974: 45). Em Minas, por exemplo, com o fluxo de pessoas, a Coroa firma contrato com Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes, ainda no final do século XVII, para construir um caminho ligando diretamente o Rio de Janeiro às minas.

Inaugura-se o Caminho Novo por volta de 1702, “*uma verdadeira revolução no tempo de viagem: o trecho entre o porto do Rio de Janeiro e as minas era realizado em apenas vinte e cinco dias*” (VENÂNCIO, 2000: 183). Por essa rota, percorria-se cerca de 300 quilômetros, por causa da necessidade de desvios imposta por acidentes geográficos (CCM, 1999: 250). O fluxo se intensifica. Porém, ainda assim, mesmo contando com animais de transporte, não era um trajeto fácil: “*Alguns viajantes do século XIX chegaram mesmo a comentar ironicamente que o trajeto para Minas Gerais feito a pé pelas florestas era vencido em bem menos tempo do que pelo Caminho Novo*” (VENÂNCIO, 2000: 185).

Essa rota possivelmente era uma antiga trilha indígena, pois já estava relativamente aberta e começou a ser utilizada já em 1701. Suspeita-se que os índios plantavam gramíneas no leito para evitar que a mata fechada o tomasse. Era uma região repleta de nativos, desde Borda do Campo (atual Barbacena), até o litoral. Eles ofereceram resistência, deixando a rota particularmente perigosa. Também se percorria trechos íngremes e de altitudes elevadas, mas era o caminho mais curto e, a partir dos primeiros anos do século XVIII, impulsionou o fluxo

<sup>24</sup> Região da atual cidade de Brumado

migratório, apesar de ser considerado concluído somente em 1725 (VENÂNCIO, 2000).

Formou-se um fluxo contínuo de pessoas. Além dos diferenciais socioeconômicos, a comunicação entre lugares de destino e origem é altamente relevante para o processo migratório (MASSEY, 1993: 435). Fluxos contrários são importantes, fornecem informações atualizadas, que mantêm ou modificam os imaginários (RAVENSTEIN, 1980: 50). O vai e vêm de pessoas, principalmente devido ao comércio, possibilitou que continuassem vivas as informações sobre a abundância do ouro, mesmo que a situação real fosse mais comparável a um jogo de azar (ROMEIRO, 2008: 64). Inovações tecnológicas também impulsionaram novos deslocamentos. Por volta de 1705, os lavradores começam a utilizar água canalizada dos córregos para desfazer os barrancos (CCM, 1999: 191) e “*logo se comunicou grandemente a todas as partes o invento*”, o que atraiu muita gente (Ibidem, p. 192).

Mesmo ante as dificuldades impostas, elementos atrativos e repulsivos contribuíram para um imenso fluxo migratório. A decisão de migrar normalmente envolve pressões coletivas, está além da mera expectativa de lograr vantagens econômicas e pessoais (MASSEY, 1993: 434-436). Banton (1983) não entende que a escolha racional é a principal motivação para o fenômeno, emoções e tradições são relevantes. Comportamento de manada, identificação carismática e outras influências sociais também compõem esses processos (RICHMOND, 1988: 45). As representações das coletividades que envolvem as pessoas são fatores muito poderosos. Também para os processos migratórios, a percepção do mundo depende das figurações sociais e tradições que conectam os indivíduos.

Sayad sustenta que, apesar das diferenças entre os estudiosos da migração, há um entendimento comum: trata-se de um “*fato social total*” que envolve geografia, demografia, história, economia, direito, psicologia, linguística, ciências sociais de modo geral, pois o espaço físico, onde as pessoas se deslocam, é também qualificado com sentidos culturais, econômicos e históricos (SAYAD, 1998: 15). Ele lembra que o imigrante é primeiramente um emigrante (Ibidem, p. 18), destacando as relações de força envolvidas já no processo de classificação, que enquadra os forasteiros como um problema vindo de fora. Os estabelecidos normalmente têm essa visão economicista e simplista. Sayad busca compreender o processo olhando os menos poderosos (Ibidem, p. 22). Para se entender os fenômenos migratórios é necessário que se valorize histórias, contextos e estruturas sociais que envolvem os diferentes imigrantes. Mesmo no caso específico, uma corrida do ouro, em que se destaca o fator econômico, podemos perceber outros elementos que incentivavam os fluxos de pessoas.

No caso dos sertanistas, por exemplo, sua tradição bandeirante, movediça e aventureira, favorecia a migração. E, além do fator econômico, foi relevante a honra que estava envolvida na situação. Os paulistas almejavam não só o enriquecimento, mas o prestígio que envolvia comandar a região dos valiosos minerais descobertos por eles.

A expectativa ao redor das minas era muito grande. Quando se anuncia a descoberta das jazidas, o imaginário e a *auri sacra fames* (maldita fome de ouro) adentram de vez no imaginário das pessoas que buscam enriquecimento rápido. Por mais que as condições de deslocamento fossem árduas, o imaginário fornecia grande incentivo, fazendo com que todas as barreiras impostas fossem encaradas. Além disso, as jazidas, que eram de ouro de aluvião, permitiam a exploração de qualquer um, até pessoas sem grandes possibilidades de investimentos. Porém, apesar das expectativas, o enriquecimento não era certo.

Não havia garantia de êxito econômico, ou domínio político, mas “*se os indivíduos definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências*” (THOMAS in MERTON, 1968: 516). Os paulistas acreditavam que os eldorados deveriam ser dominados por seus descobridores e todos esperavam enriquecimento com as jazidas. Independentemente de isso ser verdade, o que se viu foi uma multidão buscando a região e a esperança de domínio daqueles que a revelaram. Essas expectativas tiveram consequências reais: formou-se uma sociedade de fronteiras, isolada e tumultuada, que desafiava o controle régio; despovoaram-se vilas de São Paulo, regiões litorâneas e do reino; desarticularam-se sistemas produtivos, escassearam-se serviços, mão de obra e produtos. Autoridades chegaram a formular leis para impedir deslocamentos de pessoas e bens (BOXER, 1963: 65).

Mesmo com as dificuldades, moveu-se uma grande população e se constituiu nas minas um barril de pólvora: reuniram-se paulistas, orgulhosos descobridores que almejavam exclusividade, e forasteiros diversos, que queriam enriquecer-se rapidamente. Segundo Boxer (1963: 67), os imigrantes eram gente destemida, que não desistia facilmente. Em geral, não pensavam em se estabelecer, almejavam fazer riqueza e voltar ao local de origem. O cirurgião-barbeiro português Luís Gomes Ferreira, por exemplo, chegou em 1708 e regressou em 1733 (FURTADO in FERREIRA, 2002: 11).

Quão maior o número de escravizados, maior a propriedade que se podia adquirir para minerar, conforme o regimento de 1700. Mesmo assim, vários relatos (CCM, 1999; ANTONIL, 1982) falam que muitos homens livres pobres, sem escravos, infestavam a região, principalmente no início dos trabalhos, com ouro de aluvião abundante, precisando somente ser

colhido da superfície e separado do cascalho. O empreendimento não era exclusivo dos potentados, com seus numerosos escravizados, os desvalidos, com esperanças de enriquecimento, eram a massa da população.

Antonil (1982: 69) dizia que os imigrantes eram gente variada: “*brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos*”. Taunay (1951: 253) observa que “*Avolumara-se o enxurro de aventureiros; nele avultavam os portugueses natos, em sua maioria pobríssimos*”. O mesmo autor diz que, em 1702, Bento Fernandes estava em idade “*de se por à testa de uma exploração*” (Ibidem, p. 15), indicando que não se tratava de empreitada para qualquer faixa etária. Uma fonte anônima tinha entre 20 e 30 anos quando vai às minas, mas não se atreve a galgá-las enquanto não tem notícias de boas condições do caminho e disponibilidade de alimentos (CCM, 1999: 244-245). Mesmo homens feitos podiam ter dificuldades. Luís Gomes Ferreira, o cirurgião barbeiro, pela estrada da Bahia, adoentou-se (SILVA in FERREIRA, 2002: 45). Ele chegou em meio a levas de 3 a 4 mil reinóis por ano (Ibidem, p. 49). Um relato exagera no volume do fluxo, o que confirma sua relevância, e identifica marinheiros, soldados e aventureiros como pessoas atraídas para as minas:

Muitos navios, nos portos de Santos e Rio de Janeiro, foram abandonados pela tripulação, para quem era muito mais promissora a possibilidade de enriquecimento que os regatos auríferos traziam. O mesmo acontecia com os soldados da guarnição. Outros aventureiros vinham da Bahia, mas cerca de 10 mil indivíduos deixaram anualmente Portugal, com destino a Colônia, durante os sessenta primeiros anos do século XVIII (ABUD, 1985: 62).

De São Paulo, fala-se que iam às minas “*levas sucessivas [...] de homens válidos, levando a cidade a uma terrível situação de pauperismo*”, nos primeiros anos do século XVIII (ABUD, 1985: 62). Há relatos de paulistas empreendendo longas bandeiras, tanto muito jovens, como com idades mais avançadas<sup>25</sup>, mas, como visto, os sertanistas eram grupos especializados

25 Por exemplo, Fernão Dias começa a jornada das esmeraldas com sessenta e seis anos e morre, no sertão, oito anos depois. Manuel Preto, também em uma bandeira, teria morrido com 90 anos, atravessado por uma flecha, em plena floresta (MACHADO, 1972: 226).

nessas atividades e os viajantes anciões ou infantis deviam ser minoria. Pessoas mais frágeis tinham que contar com outras, mais vigorosas, para facilitar sua jornada.

Apesar da multidão atraída, a dificuldade da viagem era um grande limitador. Não há dados demográficos precisos para definir o perfil desses primeiros imigrantes, mas só chegavam às minas os capazes de caminhar por, no mínimo, 300 quilômetros, pelo Caminho Novo, ou, para os mais privilegiados, enfrentar o percurso no lombo de animais, modalidade que, pela Bahia, se encontrava mais facilidade, com caminhos mais planos, porém com quase o triplo da distância. De forma geral, só se chegava às minas com várias semanas de caminhada, atravessando centenas de quilômetros, florestas, rios e montanhas, enfrentando fauna e flora, possibilidades de assaltos, acidentes, doenças e falta de alimentos. Alguns senhores ou doentes podiam ser carregados em redes, mas, normalmente, dependia-se das próprias forças (HOLANDA, 2014: 61). Nas minas, vivia-se em um ambiente onde o poder era exercido pelos mais fortes. As vinganças e violência eram comuns. O trabalho era árduo, exigia longas estadias em córregos de água fria, desmontando barrancos, cavando buracos, fazendo barragens, vasculhando, peneirando e separando cascalho. Apesar da escassez de dados demográficos, pessoas pouco aptas fisicamente teriam grandes dificuldades. A maior parte dessa população provavelmente era composta de homens jovens e saudáveis, com uma enorme proporção de escravizados, indígenas e negros, estes mais abundantes com o passar dos anos.

A extração mineral exigia muito dos trabalhadores que, segundo testemunha, ficavam “*entregues à fome e ao rigor dos mais penetrantes frios*”. No gelado ribeirão do Carmo, por exemplo, só se trabalhava das dez até as três da tarde, com temperaturas mais amenas (CCM, 1999: 181). O cirurgião barbeiro salienta que também as mudanças de temperatura e outros variados elementos causavam muitas enfermidades (SILVA in FERREIRA, 2002: 60).

Os escravizados vigorosos eram disputados e mulheres eram raras e caras. Os africanos jovens sempre foram mais valorizados: no embarque em Luanda, a “*peça da índia*’ era um padrão que definia negros em idade ideal, entre 15 e 25 anos, e seus valores” (BOXER, 1963: 29). Esse padrão é anterior às minas, mas, com a exploração aurífera, essa questão não é esquecida. Nas minas, tudo era ainda mais caro: “*Um escravo robusto e moço custava, em média, cerca de 300 oitavas de ouro nas Gerais, na década de 1720, ou seja, o dobro do que custava no recôncavo baiano*”. Mulheres eram ainda mais caras e raras: “*Uma cozinheira poderia valer até 600 oitavas*” (SILVA in FERREIRA, 2002: 74). Alguns alugavam suas escravizadas (Ibidem, p. 86).

Havia raríssimas mulheres nos acampamentos de mineração nas primeiras décadas de exploração, antes de 1720. Os mais poderosos se orgulhavam de uma ou outra negra mina ou doceira que ostentavam, comprada a preço muito elevado. Os traficantes traziam poucas mulheres, não chegando a 15% dos comboios, pois não eram usadas como mão-de-obra nas lavras. Esse desequilíbrio da razão demográfica entre homens e mulheres também ocorria entre os colonos portugueses. Tratava-se de um fenômeno que veio marcar profundamente a sedimentação da sociedade mineradora, carregando de valores culturais machistas a formação das famílias e difundindo nos costumes a violência física e preconceitos discriminadores contra as mulheres (Ibidem, p. 85).

O grande número de crimes passionais pode estar relacionado à escassez de mulheres (Ibidem, p. 90). Outro possível indicativo desse desequilíbrio entre os sexos é fornecido pelo cirurgião-barbeiro, que socorria muitos homens abusados sexualmente. Ainda em 1776, 70% dos escravizados eram varões (Ibidem, p. 53).

Para Sérgio Buarque, o povoamento predominantemente masculino e a falta de mulheres, que têm papel decisivo nos rituais de cortesia e seriam força conservadora e estabilizadora, são importantes para a instabilidade daquela sociedade (HOLANDA 2007(b): 333). Elias também aponta que um elemento do processo civilizador, que se envolve com o monopólio da violência e com a transformação do guerreiro em cortesão, que passa a frequentar as cortes e conviver pacificamente com mais pessoas, é a crescente necessidade de controlar pulsões e instintos na presença dos demais, notadamente, na presença das senhoras (ELIAS, 1994(b): 381). Como o comportamento das pessoas é moldado pela coletividade ao seu redor, é realmente de se esperar que a presença ou ausência do sexo oposto tenha alguma influência na atuação dos indivíduos. Desajustes sociais foram nítidos:

O século XVIII assistiu à emigração em direção às Minas de significativa parcela de homens do norte de Portugal, especialmente das Províncias do Minho e do Douro. Eram quase sempre solteiros, mas alguns deixavam para trás a família e esposa e partiam em busca do sonho do Eldorado. [...] enquanto nas Minas a população era majoritariamente composta de homens, no norte de Portugal as mulheres se tornaram a maioria. Em ambas, isso resultou em casamentos tardios, número elevado de concubinatos, famílias extensas e abandono de crianças (FURTADO in FERREIRA, 2002: 12).

Resumidamente, podemos considerar 04 fatores relevantes nos processos migratórios, podendo se apresentar como elementos que incentivam ou que desincentivam a migração: 1- Fatores associados ao local de origem; 2- Fatores associados ao local de destino; 3- Obstáculos intervenientes; 4- Fatores Pessoais (LEE, 1980: 100). No caso em questão, o elemento

destacável é a atratividade do local de destino, que, com a fama de ouro fácil e abundante, tornou-se um lugar de oportunidades econômicas destacáveis. A estagnação econômica, exacerbada com a crise do açúcar, desencadeada pela concorrência holandesa, foi, de forma geral, fator de incentivo da emigração. Os obstáculos intervenientes mais notáveis eram os longos e perigosos caminhos, a sociedade violenta e o trabalho penoso. No caso, entre os fatores pessoais, destaca-se o vigor físico necessário para a formidável aventura e as motivações são principalmente econômicas e políticas.

O caminho era extremo “*para que nas minas não cheguem os fracos*” (SCHWARCZ; STARLING, 2015: 114). Nos anos iniciais de ocupação, escravizados, negros e indígenas, e homens livres, na maioria jovens ou adultos, eram provavelmente a maior parte dos imigrantes, provavelmente mulheres, crianças e idosos eram pouco numerosos.

Com a corrida do ouro, aproximadamente 30 mil pessoas, entre 1695 e 1705, chegaram às minas (ROMEIRO, 2008b), ocasionando crises de abastecimento alimentar, notadamente entre os anos de 1697 e 1702 (SANTOS, 1952: 93). Morreram mineradores e despovoaram-se jazidas. O paulista Bento Fernandes conta que um homem matou seu companheiro por causa de uma pipoca surrupiada das poucas que cada um tinha e conclui: “*a fome não tem lei*” (CCM, 1999: 175).

Algumas datas minerais eram temporariamente abandonadas por paulistas que iam sobreviver nos matos e eram ocupadas por recém-chegados, causando tumultos (TAUNAY, 1951: 248). O ambiente era tumultuado de forma geral. Os relatos apontam que os conflitos pululavam, principalmente por causa da soberba de alguns paulistas poderosos, que, “*queriam tributos de adorações*” (CCM, 1999: 193).

Reuniram-se grupos bastante diferentes, que viviam suas vidas e orientavam suas ações com base em padrões culturais diversos, disputando recursos econômicos, num ambiente sem intermediação de conflitos.

#### **5.4 Migração envolvendo grupo étnico e disputa por recursos escassos**

Quando processos migratórios ajuntam grupos de pessoas culturalmente distintas, concorrendo pelos recursos disponíveis, forma-se um ambiente potencialmente conflituoso.

Conforme Richmond (1988), as migrações no mundo pós-industrial são facilitadas pelas suas tecnologias, o que possibilita que grupos étnicos entrem em contato com uma frequência nunca antes observada. Guerras, perseguições políticas e desastres naturais impulsionam esses processos. Mas um elemento que se destaca na atualidade é a grande heterogeneidade socioeconômica. As migrações são impulsionadas pelas crises estruturais proporcionadas pelo capitalismo, que crescentemente aumenta sua eficiência, produzindo cada vez mais, com menos trabalhadores, gerando desemprego e falta de mercado consumidor. A desigualdade é grande, indivíduos e lugares concentram renda. Com as tecnologias de comunicação e transporte, informações e vias de acesso estão disponíveis para todos os lugares do mundo e é abundante a movimentação de pessoas.

O autor debruça-se sobre processos migratórios diferentes. Os países necessitados de pessoas normalmente incentivam a migração e dão mais valor ao estrangeiro, mas, quando experimentam recessão, tendem a fechar as portas (Ibidem, p. 09). Simplificadamente, precisando-se de trabalhadores, os imigrantes são mais bem tratados, mas, se os estrangeiros são vistos como ameaças, eles são hostilizados. A oposição reforça as divisões, contribuindo para o isolamento dos grupos, alimentando o conflito.

Richmond estuda o Canadá (1988: 10 a 14) e Austrália (Ibidem, p. 15-18), países que, por precisarem de mão de obra, incentivavam a imigração, preocupavam-se em eliminar preconceitos, integrar os imigrantes à sociedade e respeitar suas peculiaridades. No Reino Unido foi diferente: em 1983, os imigrantes eram 6% da população e quando o desemprego chegou a 11%, foram perseguidos (Ibidem, p. 19-23).

Como há variadas etnias em movimento no globo, conflitos variados podem ocorrer devido a diferentes características, condutas e visões de mundo, mas se destacam as disputas nas arenas econômica e política (Ibidem, p. 61). Quando os grupos prejudicados reagem, é possível que haja uma escalada da violência (Ibidem, p. 65).

É o que ocorre poucos anos após o começo da corrida do ouro em Minas. No contexto colonial, com tecnologias mais arcaicas, as migrações são mais raras que no contexto pós-industrial, mas, numa corrida do ouro, grandes fluxos de pessoas também são observados. Nas minas, além das disputas econômicas, a história específica desse processo migratório acirrava ainda mais os ânimos, pois a descoberta da região tinha sido feita com os gastos e esforços dos descobridores, que tinham a promessa de obter a propriedade da região. Perder o controle daqueles territórios, fruto de suas atividades heroicas, das quais tanto se orgulhavam, era uma

situação humilhante (SCHNEIDER, 2016: 100). As disputas não eram só econômicas e políticas, estava também no campo moral. Houve uma forte oposição dos paulistas contra os forasteiros, a quem ridicularizavam, em sua língua materna, chamando-os de emboabas. Estes, por sua vez, estranhavam os modos incivilizados dos mamelucos. Para Russel-Wood (1999: 117), havia muita dificuldade de “*negociação construtiva*” entre paulistas, forasteiros e a Coroa, o que desafiava a estabilização daquelas “*populações multiculturais*” que se ajuntam de modo “*instantâneo*”, sem “*chegar a uma certa coesão e espírito comunitário*” (RUSSEL-WOOD, 1999: 117). O resultado foi o levante dos forasteiros.

Etnias, grupos regionais ou nacionais, formam coletividades distinguíveis, têm histórias próprias, costumes específicos, identidade coletiva, laços de interdependência e solidariedade. Os fortes laços comunitários podem dificultar a integração social com pessoas diferentes. Richmond estuda grupos nacionais, como ingleses e canadenses, considerando-os etnias. É possível problematizar sua categorização, mas, esses povos, mesmo cheio de divisões internas, quando comparados com os imigrantes, formam coletividades com histórias em comum, distintas dos forasteiros, assim como os paulistas em oposição aos emboabas.

Por mais que os paulistas tivessem suas divergências, o que é próprio de todos os grupos humanos, eles compartilhavam um passado, viviam em uma região que é facilmente distinta geograficamente do resto da colônia, eram mamelucos, falavam um dialeto próprio, tinham vínculos consanguíneos, comungavam de traços culturais e atividades econômicas, destacavam-se no sertanismo. Os naturais do planalto de Piratininga eram pessoas bem diferentes dos forasteiros diversos que chegaram às minas.

Coletividades fechadas, em convívio com pessoas diferentes, podem passar por grandes transformações. “*Durkheim claramente considera migração como um dos fatores que levam para o colapso de comunidades*”: quando um grupo isolado tem contato com outras visões de mundo, seus sistemas de valores, que cimentam a coletividade, podem se enfraquecer. Alguns indivíduos podem até se sentir desorientados, num estado de “*anomia*” (RICHMOND, 1988: 30-31, tradução nossa). Pensando nos termos de Elias, o contato com o diferente, proporcionado pela migração, pode reorganizar os referenciais da vida, as cadeias de interdependência e as condutas.

Mas, os primeiros anos de exploração das minas era um tempo de disputas acirradas e a confraternização dos diferentes não encontrou terreno fértil. Muitos negócios eram monopolizados (ROMEIRO, 2008: 103) e não perfaziam redes abrangentes. A sociedade

articula-se pouco e opõe paulistas e forasteiros. Não houve substancial interdependência ou solidariedade entre os diferentes grupos, nem houve colapso de valores tradicionais, pelo contrário, os indivíduos, guiados por sua moral e senso de justiça coletiva, criam ânimos para a guerra.

A migração e a presença do forasteiro, ameaçando igualmente os diferentes sertanistas do planalto de Piratininga, promovem uma razoável articulação daqueles reconhecidos como descobridores, igualmente prejudicados pela situação. Ao mesmo tempo em que se opõem ao mais estranho, aproximam-se do mais familiar. Os laços domésticos se fortaleceram, mas o sistema social ficou desarticulado, os distintos grupos não se integraram, opuseram-se.

Constituiu-se uma explosiva sociedade de fronteiras, onde um belicoso grupo regional, descobridor das riquezas minerais, recebera promessas régias de as possuir exclusivamente, mas observara a invasão de forasteiros dispostos a disputar as possibilidades da rica região:

Os descobridores tornaram-se os proprietários dos ribeiros, de acordo com o que determinava a carta régia de 13-3-1694. Mal sabiam eles, porém, que possuir minas de ouro por si só não constituía ainda uma riqueza no sentido social e a sua posse não tornava mais seguras suas posições dominantes (GOLGHER, 1956: 42).

### **5.5 A cultura política mestiça, a lei dos mais fortes, os potentados no Poder.**

Essa grande corrente migratória, para uma região inóspita, longínqua e desprovida de controles formais, origina uma imagem de terra anárquica, que dominou o discurso coevo (ROMEIRO, 2008: 83). Porém, parece mais adequado pensar que os sertões se organizavam política e socialmente de uma forma peculiar, designada como “*cultura política sertaneja mestiça*” por Célia Nonata da Silva (2007) (ROMEIRO, 2008: 170).

O Conde de Assumar, governador de Minas entre 1717 e 1721, reforçando imagem da época, dizia que os mineiros resistiam a qualquer forma de governo e só respondiam à lei natural (Ibidem, p. 164). Mas, segundo Padre Pontes, havia poderosos que “*se intrometiam a fazer justiça*” (FONSECA, SD: 205). Se a Coroa não estava presente, “*só o despotismo e a liberdade dos facinorosos punham e revogavam as leis a seu arbítrio*” (COSTA, 1908: 126).

Tanto o relato de época quanto o discurso historiográfico escoram-se no pressuposto teórico de que a ausência de poderes institucionalizados – entendidos como poder do Estado – redundava necessariamente no caos absoluto, agravado, sobretudo, nas regiões dominadas pela *auri sacre fames* [...]. A imagem de um estado de natureza quase infernal pouco se presta à compreensão do processo de emergência dos pólos de poder privado que teve lugar nas Minas, uma vez que tende a negar a premissa de que estes se fundamentavam numa lógica particular, regida por códigos, valores e concepções específicos. Diferentemente das análises que enfatizam o seu caráter irracional ou intempestivo, a violência, tão típica da fase de povoamento do território mineiro, traduzia-se num universo cultural repleto de crenças e convicções coletivas (ROMEIRO, 2008: 84).

Até os mais críticos da sociedade mineira, como Antonil, acreditavam que mesmo aqueles homens truculentos, gananciosos e imorais respeitavam alguns costumes e práticas, como, por exemplo, para repartir as datas. *“Em meio à desordem, admitiam que havia ali algum tipo de ordem – mesmo que estranha às concepções políticas correntes –, amparada numa legitimidade reconhecida coletivamente”* (Ibidem, p. 85).

Os tribunais determinavam a vontade dos potentados, que se tornavam juízes, condenando e absolvendo a seu talante, as provas e a gravidade dos crimes eram menos relevantes. *“Assim, os seus desafetos eram invariavelmente passíveis da pena capital pela prática de atos de somenas importância, ainda que não ficasse devidamente provada a respectiva autoria”* (SUANNES, 1962: 29). O julgamento chamado de *“amigos do alheio”* é um exemplo colorido de violência e drama: *“Colocavam o meliante num círculo riscado no solo e obrigavam-no a reparar os prejuízos sem sair do lugar. No caso de não poder fazê-lo, aplicavam-lhe a pena de morte por decapitação”* (Ibidem, p. 29).

Carla Anastasia (2005) também entende que não há apenas caos em contextos de baixa institucionalização política, pois ocorrem consolidações de territórios de mando legitimados pela violência, como ela observou na região do rio das Mortes e do rio São Francisco. Potentados dominavam áreas nas quais a Coroa estava ausente (ROMEIRO, 2008: 85).

Célia Nonata da Silva propõe o conceito de *“cultura política mestiça para designar a natureza e as formas de exercício de poder, vigentes nas regiões fronteiriças das Minas Setecentistas”*. Nos sertões, valores como a honra, a fama pública, a valentia e a virilidade estruturavam o mundo social, *“o pensamento político mestiço pautava-se no poder da força, dada pela condição do herói, da mostra de jactância viril, também arrogada pela força da palavra”* (ROMEIRO, 2008: 85). O sertão se constitui com relações de clientelismo, formando figuras como o *“barranqueiro”*, capanga, ou jagunço, tipos façanhudos, resultados das

“relações de poder entre o potentado e outros homens que trabalhavam para seu comando que, agindo pelas relações de confiança representavam seu poder pela força e pelo facão” (SILVA, 2007: 109). Com a descoberta do ouro, essas relações também se deram, desenvolvendo-se o mandonismo nos sertões mineiros (Ibidem, p. 132). Essa é uma figuração muito relevante na estruturação da vida dos indivíduos nesse contexto, organizando as relações de poder e pressionando suas formas de ver e de agir:

A teia de solidariedade social mantinha sua força num código moral compartilhado por esta estrutura viril, fama e na palavra, ora fixando limites para a extensão do poder pessoal destes homens destemidos ora permitindo o seu desenvolvimento, através das alianças com as estruturas de poder local e com as elites, segundo o interesse dos grupos envolvidos. [...] os sertões foram estes codificadores de um universo mental, proporcionando uma sociabilidade identitária aos seus habitantes, por meio de um complexo arranjo sócio-cultural, calcado na transgressão de limites e da lei, nas formas grosseiras dos gestos e na busca pelo reconhecimento. Foram formas de subjetividade e sociabilidade, cujo sentido deve-se buscar a partir do processo de hibridismo que sofre a cultura barroca ibérica nas Américas (SILVA, 2007: 155).

Constituiu-se uma sociedade sertaneja e não um caos sem regras e sem estruturas hierárquicas. Essa formação tem também heranças do mundo português, como se vê na importância da honra, da coragem, da palavra dada, na hierarquização em torno de figuras centrais. Mas se trata de um mundo diferente da sociedade de corte, onde, ao invés de *formas grosseiras e transgressão de limites* (Ibidem, p. 155), as camadas dominantes deviam prezar pela “*elegância da atitude*” e pelo “*bom gosto*” (ELIAS, 2001: 129), além de se submeterem política e simbolicamente (CHARTIER in ELIAS, 2001: 21). Os sertões têm códigos próprios, mas há organização, estrutura de poder e normas, mesmo que instáveis e em disputa:

Nos primeiros anos da capitania das Minas, forma-se uma sociedade sertaneja calcada em relações cotidianas conflituosas por poder e prestígio, articulando valores e códigos morais do cotidiano, uma referência de costume rural, permitindo o domínio dos potentados em determinadas regiões e seus séquitos de bandidos. Esse código possuía uma ética potencialmente seminal, capaz de definir uma engenharia “político-moral”, articulando as formas de linguagem de poder de mando aos princípios de uma justiça comum das gentes. Uma simbologia representativa viril, cuja tradução produzia excitação e desordem, medo e insegurança sociais, características do jogo por poder (SILVA, 2007: 157).

As armas eram muito valorizadas. Os paulistas tinham gosto em exibi-las e possuíam arsenais incompatíveis com a defesa privada. Nos sertões, “*pelo seu número, media-se o poder de um homem*” (ROMEIRO, 2008: 215). Era preciso ter uma imagem de potente e ameaçador:

“Comentadas à boca miúda, as violências e insolências praticadas pelos poderosos iam incorporar-se à sua fama pública, juntando-se ao passado de façanhas e valentias”, por isso era importante a publicidade dos atos. A honra deveria ser defendida, “traduzindo-se na prática, pela disposição em não tolerar descompostura ou menor provocação, e, nessas circunstâncias, o recurso à violência era tido como uma conduta plenamente legítima, e até mesmo imperativa”. A insolência contra autoridades oficiais, que ameaçavam o domínio dos poderosos locais, era singularmente valorizada (ROMEIRO, 2008: 90). Na sociedade sertaneja, a aproximação com o rei não bastava para sustentar o poder.

Portanto, essa sociedade de fronteiras, região de disputas e conflitos, longe do poder oficial da Coroa, não é um ambiente anárquico, sem hierarquia política e social, sem códigos de conduta, onde os indivíduos podem fazer o que querem:

Ao contrário da tão propalada desordem política, o cenário político caracterizou-se antes por uma ordem de outra natureza, irreduzível às concepções tradicionais sobre o bom governo político. Os arranjos políticos e os equilíbrios sociais, ainda que frágeis, forjados no alvorecer das Minas, baseavam-se em regras definidas e coletivamente aceitas (ROMEIRO, 2008: 94).

Maria Sylvia de Carvalho Franco, observando os *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1997), na civilização paulista cafeeira do século XIX, percebe que populações marginalizadas da produção principal viviam também em um mundo onde o poder central é fraco e as redes de interdependência são curtas, em que a violência era um ajustamento das relações sociais frequente e esperado, que fazia parte das formas de relacionamento entre as pessoas. Apesar das diferenças entre as sociedades, muitos dos esclarecimentos da autora são elucidativos também para os primeiros anos das minas, onde igualmente o poder central é pouco presente e as cadeias de interdependência são restritas. Em ambos os casos, percebemos que os indivíduos se preocupam “em construir e conservar uma reputação de valentia”, aflorando rivalidades (FRANCO, 1997: 55). Nesses contextos, “inexistem canais institucionalizados para o estabelecimento de compensações formais”, as contendas significam a “tentativa de destruição do opositor” e a violência é “conduta legítima” (Ibidem, p. 51). Há uma “constante necessidade de afirmar-se ou defender-se [...], são altamente prezadas a bravura e a ousadia” e “a ação violenta não é apenas legítima, ela é imperativa” (Ibidem, p. 54). Lugares e eventos públicos, como arredores das igrejas e festas, fornecem oportunidades ideais para a realização de façanhas, que podem ser testemunhadas por muitos e ganhar ampla divulgação, reafirmando

ou construindo temíveis e respeitáveis reputações (Ibidem, p. 40). Um enunciado, que evidencia a importância da honra, é bastante elucidativo desses contextos sertanejos: “*O ultraje não pode ser tolerado pacificamente*” (Ibidem, p. 54). Os sertanistas paulistas também eram “*façanhudos e truculentos, quando se tratava de desagravar o seu orgulho melindrado e ou sua honra ofendida*” (SANTOS, 1952: 50).

Dentre os habitantes da região aurífera como um todo, essa lógica sertaneja também se torna fortemente presente:

Homens pobres ou ricos, livres ou cativos, todos cuidavam de preservar a honra, [...] uma vez que dela dependiam o respeito dos demais e o lugar social de cada um. Uma vez ultrajada, era imperioso repará-la e, de preferência, com sangue. [...] ser vencido, ludibriado, maltratado, desacatado eram formas de desonra, pois que implicavam o rebaixamento e o reconhecimento da supremacia do inimigo (ROMEIRO, 2008: 91).

O isolamento dos paulistas deu-lhes o “*hábito da solidão e ojeriza à sociabilidade, tirando-lhes as maneiras delicadas que devem caracterizar o cidadão. Tinham os defeitos da época, isto é, resolviam as suas dificuldades apelando para as armas*” (SANTOS, 1952: 50). Esse comportamento belicoso também foi imprimido pelas lutas contra índios e negros, ao longo do século XVII. As patentes militares e honorárias relacionadas à coragem e valentia eram muito apreciadas, queriam distinguir-se como uma nobreza guerreira (ROMEIRO, 2008: 237). Além de serem belicosos, preocupados com a honra, conectados por laços parentais, os paulistas tinham o costume de se reunir em conselhos (Ibidem, p. 236), o que mostra que eram um grupo associado e a força da coletividade é um importante sustento político nos sertões. O poder estava principalmente ligado ao número de pessoas vinculadas e sob o mando dos potentados (Ibidem, p. 87). Nesse tipo de sociedade de fronteiras, os laços sociais tinham peculiar importância e estabeleciam “*uma complexa rede de solidariedade verticais e horizontais*” que absorvia todos os tipos de conflito, pois toda a população se associava com os potentados e “*nada ficava sem vingança*” (Ibidem, p. 92).

Constituídos em bandos organizados em torno das relações de parentela, e distribuídos à volta dos ‘poderosos locais’, que, por sua posição na administração, gozavam de privilégios, inserindo-se nas redes de poder que se estendiam do sertão até a corte, eles inauguraram um padrão político singular aos olhos dos emboabas, baseado em ritos de violência e exibição de força física – tributários certamente da experiência sertaneja de apresamento (ROMEIRO, 2008: 264).

Como os paulistas eram colonizadores do continente, ainda antes da descoberta das minas, eles contribuíram para propagar essa lógica sertaneja nas sociedades rurais e dispersas que se formavam no interior da colônia, como no vale do rio São Francisco, para onde foram Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso criar gado (ROMEIRO, 2008: 253). Os sertanistas são elementos importantes dessa figuração social sertaneja, dominada por poderosos.

Armados e sustentados por coletividades, com a descoberta das minas, os paulistas também tiveram domínio sobre aquele ambiente. A Coroa não podia subjugar-los e se une a eles, consolidando sua autoridade. Portanto, não há ausência absoluta do poder central. A Coroa reconhece o poder regional, que muitas vezes se impunha sobre as instituições e vontades metropolitanas e, astutamente, dele se utiliza. “*Em vez de imposição da Coroa, nas Minas prevaleceu, sobretudo, o jogo complexo da acomodação*” (Ibidem, p. 316).

Para Francisco Eduardo de Andrade (2008), as descobertas das minas são utilizadas pelos poderosos para consolidar estruturas de poder já existentes. Para ele, a instituição das minas encontra sua “*significação no meio das tradições culturais, normas político-jurídicas e práticas ordinárias do cotidiano dos coloniais*” e são os sertanistas descobridores figuras centrais desse contexto, são suas práticas e representações imaginárias que ali vigoram, mais do que os códigos jurídicos (ANDRADE, 2008: 16). Para o autor, as ações de descobrimento, o desbravamento do sertão, o estabelecimento da fronteira territorial de colonização, consolidam um domínio já existente dos sertanistas-descobridores (Ibidem, p. 17). Esses poderosos, reivindicando a autoria de trabalhos valiosos, que só poderiam ser realizados por indivíduos destacados e virtuosos, religiosamente morais pelos seus serviços de sacrifício e doação, viabilizavam o reconhecimento e as mercês régias. O recebimento de patentes e a vinculação com a Coroa nobilitava os poderosos e legitimava seu domínio informal. Portanto, haveria um sentido sociopolítico do descobrimento, que confirmava estruturas de poder já existentes (Ibidem, p. 18). Quando o poderoso se torna descobridor, fundamenta-se seu lugar de comando e prestígio (Ibidem, p. 20). Assim, as formações sócio-políticas do sertão se relacionam com as estruturas de poder do reino e da Igreja.

Portanto, trata-se de um mundo peculiar, dominado pelos sertanistas. A Coroa utiliza esse domínio para avançar, na medida do possível, com sua centralização e controle. Nesse primeiro momento, desde a expedição de Fernão Dias, no começo da década de 1670, até a Guerra dos Emboabas, no final da década de 1710, pode-se considerar que, em Minas, vigorou

a era dos potentados (CAMPOS, 2002: 26), homens que tinham o domínio local por meio da violência e que consolidavam suas posições de mando reivindicando a autoria de feitos destacáveis, como a descoberta das minas (ANDRADE, 2008: 334).

Como já dito, a monopolização da violência é fundamental para o processo de estabilização do poder central e para a vida nas cortes, que conecta pessoas, exigindo delas maior controle dos afetos (ELIAS, 1994b). Portanto, a lógica da sociedade sertaneja, onde a arma, a insolência, a agressividade e a violência são caracteres distintivos, é um empecilho para o processo de centralização, porém, num primeiro momento, é a forma social capaz de domesticar essas fronteiras bravias e indígenas e o poder central se utiliza dela.

## **5.6 Cabecinha em corpanzil! A Coroa portuguesa e as elites locais**

Portugal tinha um território minúsculo e uma população pequena, mas a Coroa dominava um vastíssimo império e, para administrá-lo, precisava contar com as elites regionais, que potencialmente ameaçam o poder central.

A delegação de poderes é um padrão geral nos processos de centralização. Segundo Elias (1994(b): 37-39), quando as redes de interdependência não são tão desenvolvidas e as partes orbitam o poder central devido a sua proeminência bélica, as condições logísticas exigem que se delegue poderes para que se administre as regiões do império, o que acarreta no fortalecimento dessas partes delegadas. Quanto maior os domínios de um imperador, maior a necessidade de fazê-lo. Autoridades locais são potenciais entraves para os processos de centralização, mas, quando o poder central tem dificuldades, é preciso contar com elas. As monarquias europeias sabiam disso e arquitetavam estratégias para se proteger e manter um equilíbrio favorável ao seu domínio político.

Com população pequena e cofres vazios, Portugal tinha dificuldades até mesmo para administrar seu pequeno território (HESPANHA, 1987: 754) e demonstrava preocupação em controlar os contextos locais de poder. Os juízes de fora, sendo funcionários letrados, levavam o direito oficial, desestabilizando as lógicas regionais e favorecendo a centralização, mas ganhavam destaque nas hierarquias locais, fortalecendo-se pessoalmente. Porém, como eram de fora, constantemente movidos, estariam menos comprometidos com o contexto. O discurso oficial chamava atenção para essa situação (Ibidem, p. 275).

A centralização, imperfeita no espaço metropolitano, encontrou ainda maiores desafios na colônia. O rodízio dos ocupantes das posições de poder era também constante, mas, no Brasil, “*a estrutura de cargos e funções afastou-se progressivamente da patrimonialização prevalecente na Metrópole*”, onde eram comuns cargos vitalícios e estritamente ligados a uma classe aristocrática, com direitos hereditários. Na América foi mais comum a associação com particulares que podiam desempenhar as atividades de justiça, fazenda e guerra, as mais importantes do governo (CAMPOS, 2002: 16). Nos sertões, essa estratégia exigiu dúbias coligações: vários poderosos que ocuparam cargos oficiais eram suspeitos ou condenados por crimes graves, como assassinatos. Foi o caso dos paulistas descobridores Borba Gato e irmãos Pedroso e também o caso de forasteiros potentados, como Nunes Viana e os irmãos Bento do Amaral da Silva e Francisco do Amaral Gurgel (FRANCO, 1989).

Quando os potentados locais estão muito fortalecidos, o poder central usa estratégias para se impor, como, por exemplo, funda núcleos urbanos, que dissipam o poder, incrementando o aparato régio, ou atraindo os caudilhos para o governo e para a administração, convertendo-os em “*homens bons*” (FAORO, 2001: 176). Esta estratégia é uma espécie de “*curialização dos guerreiros*”, processo de transformação da “*aristocracia militar em nobreza de corte*”, um fenômeno frequente nas sociedades em que se concentra poder, sendo também fundamental para o processo civilizador, uma vez que se encaminha a pacificação das condutas e o controle dos afetos (CHARTIER in ELIAS, 2001: 09).

Mas Portugal não monopolizava a violência e outras atividades importantes, que eram delegadas a particulares (FAORO, 2001: 80), ressaltando a deficitária concentração do poder. Religiosos, guerreiros, comerciantes, burocratas e potentados contribuíram para impor ordem, manter a colônia (CAMPOS, 2002: 20) e cobrar impostos (FAORO, 2001: 234).

Revestidos de patentes e de uma parcela de autoridade pública, eles [poderosos senhores e mandões locais] não só ganharam em prestígio e força, mas se tornaram em guardas da ordem e da lei que lhes vinham ao encontro; e a administração, amputando-se talvez com esta delegação mais ou menos forçada de poderes, ganhava no entanto uma arma de grande alcance: punha a seu serviço uma força que não podia contrabalançar, e que de outra forma teria sido incontrolável. E com ela penetraria a fundo na massa da população, e teria efetivamente a direção da colônia (PRADO JUNIOR, 1961: 325-326).

Na França, Luís XIV e seus representantes controlam “*a ascensão social das ricas famílias burguesas, em interesse próprio e segundo lhes convém, por meio da concessão de*

*títulos de nobreza*” (ELIAS, 2001: 90). Essa dependência e associação necessária com os particulares foi fundamental para a expansão ultramarina e exploração do pacto colonial pelos portugueses. No interior da colônia, são os potentados quem precisam ser manipulados em prol dos interesses do rei, mas o mecanismo é o mesmo: a influência e o poder da Coroa aumentam quando ela se associa a súditos de destaque local, que podem fornecer bens ou serviços valiosos. Os títulos de nobreza e a posição de destaque empoderam esses particulares, ao mesmo tempo que os submetem a organização central. Mesmo dependente dos súditos, a expansão ultramarina e a exploração comercial das colônias se deram “*sob a égide da centralização monárquica*” (CAMPOS, 2002: 16).

Nos primeiros anos de ocupação das minas, Portugal tinha muitos problemas. Passava por período extremamente difícil financeiramente, devido à baixa do preço do açúcar e das dívidas da campanha de Restauração (SANTOS, 1972: 70). Também estava em guerra contra França e Espanha, por causa da sucessão do trono espanhol, e seus portos estavam em perigo de invasão, não podendo ficar desguarnecidos. “*Os problemas que vieram à tona estavam acima da capacidade administrativa dos quadros governamentais lisboetas*” (GOLGHER: 1956: 45). Era muito importante contar com os colonos poderosos.

Como o objetivo é a exploração econômica da colônia (CAMPOS, 2002: 26), quando alguma atividade chama a atenção da Coroa, ela se faz presente, incentivando, intervindo, participando e exigindo seus direitos (FAORO, 2012: 87-88). O negócio da monocultura canavieira necessitava de um centro intermediador, pois não havia demanda no local da produção e os agricultores não tinham acesso aos consumidores. Viabilizando e controlando esse comércio intercontinental, a Coroa conseguia garantir seus lucros com facilidade. Mas, como o ouro é moeda universal, passível de ser negociado sem intermediação, sua exploração exigia maior controle em comparação ao negócio do açúcar (CAMPOS, 2012: 11). Era preciso instalar-se na região mineradora (Ibidem, p. 14).

No entanto, adentrar os sertões e administrar as minas de ouro seria tarefa árdua. Os potentados, chefes das tropas de ordenança e auxiliares, importantes para o controle da população, tornavam-se força desestabilizadora quando tinham seu poder, seus privilégios e jurisdição ameaçados por autoridades régias, que geralmente se faziam mais presentes quando alguma possibilidade econômica era mais vistosa (Ibidem, p. 21). Nas minas, o que importava era a arrecadação dos quintos, também delegada, inicialmente, aos potentados que poderiam realizá-la, mesmo com os problemas que isso acarretava (PRADO JÚNIOR, 1961: 172). Os

estadistas estavam cientes do mandonismo que promoviam, mas sabiam da importância dos poderosos locais para manter a ordem (FAORO, 2001: 228) e arrecadar impostos (Ibidem, p. 234). Buscava-se controlá-los introduzindo-os na administração oficial, como dito acima, o que não era fácil devido ao seu espírito belicoso, rebelde e arrogante:

O caudilho, ao se ajustar à sociedade, com suas rotinas econômicas e sociais, integrava-se no fazendeiro ou no militar, este cada vez mais burocratizado. O trânsito não se processava com docilidade, certo de que o conquistador, extraviado nas distâncias, tendia a tornar autônomo seu poder. Os funcionários metropolitanos não encontraram a cômoda obediência, já tradicional no reino, dos senhores do campo. As armas comunicam arrogância e os feitos guerreiros sugerem rebeldia. O monstro, criado e estimulado pela Coroa, ameaçava, muitas vezes, voltar-se contra o centralismo e a sobrançeria dos poderes régios. Óbvio que o rei não toleraria a indisciplina. [...] [Mas] enquanto eram úteis à Coroa, todas as suas rebeldias mereciam discreta tolerância (FAORO, 2001: 191).

Entre Portugal e os paulistas havia uma dúbia relação. Apesar das insolências, existiam elementos que aproximavam essas pessoas à Coroa, principalmente os valiosos serviços de guerra e exploração que podiam prestar. Por exemplo, “*em pessoa, o rei dom Afonso VI escreve a Fernão Dias Pais, em 1664, incitando-o a assistir um enviado metropolitano na descoberta das minas*” (Ibidem, p. 191).

O intuito centralizador era buscado, mas os contextos e agentes regionais eram elementos muito significativos no jogo de poder colonial, totalmente influentes nas possibilidades de êxito da metrópole em seus empreendimentos. Nos primórdios das minas, essa situação era ainda mais delicada, pois os oficiais de fora sofriam severa resistência. Lembremos dos assassinatos envolvendo a revelação da região de Sabarabuçu. As autoridades régias designadas para exercer atividades na colônia tinham que agir de modo apropriado, sob a luz do monarca, mas também habilmente nas sombras coloniais:

Forjada por Vieira no final do século XVII [...] a metáfora do sol e da sombra ilustra bem o que era mandar e governar no império português, sobretudo depois da Restauração dos Bragança (1640). [...] na medida em que a irradiação de luminosidade permanece igual mesmo que a sombra varie, torna-se possível pensar no sol enquanto metáfora do poder temporal dos reis [...]. Assim, se em princípio as diretrizes metropolitanas deviam ser seguidas, a distância distendia-lhes as malhas, as situações específicas coloriam-nas com tons locais. Na sombra, por outro lado, os interesses metropolitanos se combinavam aos regionais (SOUZA, 2006: 11).

Era necessário que os administradores da colônia entendessem as limitações do poder que representavam. Precisavam saber lidar com os potentados, com suas insolências e crimes,

em busca do interesse metropolitano. O assassinato de D. Rodrigo Castelo Branco, em 1682, fora um terrível ato de insubmissão dos sertanistas, mas a Coroa não tinha o que fazer, pois a região e a população permaneciam apartadas de seu domínio. E a situação pouco mudara duas décadas depois, nos primeiros anos de mineração oficial. Os conselheiros do rei temiam “*uma grande rebelião liderada por paulistas furiosos, dispostos a submergir as Minas num turbilhão sem fim*” (ROMEIRO, 2008: 277). O governador Artur Sá e Menezes, no final do século XVII, é incumbido de aumentar o controle daquela área, com a velha fórmula administrativa do Reino:

[...] as minas dos Cataguases constituíam uma das regiões mais tensas do Império português, localizado fora do alcance da Coroa e dominada por aqueles que eram reputados os vassallos mais rebeldes de El-rei [...]. E, mais uma vez, a Coroa curvava-se ante o poder dos paulistas: para levar a cabo a sua missão, o governador devia contar com “os paulistas de maior poder, autoridade e zelo”, prometendo-lhes o foro de fidalgo e hábitos da Ordem de Cristo (ROMEIRO, 2008: 81).

As atividades sertanistas eram muito úteis para a colonização, porém seus agentes exigiam trato especial, “*os paulistas eram, quase sempre, uma pedra no sapato, e a arte de bem governar consistia muitas vezes em fazer com que o Estado metropolitano conseguisse tirar proveito desses homens difíceis*” (SOUZA, 2006: 140). Quando as elites são poderosas, eventualmente facções diferentes entram em conflito, possibilitando uma atuação do poder central no sentido de enfraquecer os potentados e se fortalecer (ELIAS, 2001: 89). Também na colônia, era importante que os administradores soubessem valer-se dos prêmios, dos castigos e dos conflitos para subjugar as elites (CAMPOS, 2002: 17).

### **5.7 Paulistas são nomeados para os principais postos**

O governador Artur de Sá e Meneses, entre 1697 e 1702, empreendeu um importante esforço de controle da região, notabilizando-se por levar um regimento às minas e firmar acordo com os descobridores (ROMEIRO, 2008: 51). Ele se aproxima dos sertanistas de São Paulo, que manifestam várias jazidas e consolidam sua posição, em detrimento dos taubateanos (CAMPOS, 2002: 47-49). A monarquia francesa valia-se das dissensões entre as elites para se fazer poderosa (ELIAS, 2001: 89), a Coroa portuguesa segue os mesmos passos. O que é bastante diferente do caso francês é que a elite nas minas é sertaneja, mestiça, rude, insubmissa

e com estilo de vida bastante peculiar. Mais importante do que o sangue nobre era o que esses indivíduos podiam oferecer.

Artur de Sá e Meneses foi o primeiro ministro da Coroa a ir às minas. Foi governador do Maranhão e Grão Para, entre 1687 e 1690, e viajara para área mineradora três vezes, entre 1697 e 1702 (ver figura 06), conhecia bem os paulistas e a mineração, que, no seu governo, aumentou de vulto. A forma como lidou com os sertanistas foi importante para conseguir que revelassem o ouro que já exploravam (ROMEIRO, 2008: 51).

Até mesmo Manoel de Borba Gato, suposto assassino de D. Rodrigo Castelo Branco, desembrenha-se dos sertões e consegue a promessa de perdão do governador, caso revelasse as minas de que teve conhecimento depois de quase duas décadas foragido. “*Lançou-se como humilde rato o Gato aos pés do seu benfeitor, agradecendo a promessa do perdão*” (CCM, 1999: 190). Poderoso no sertão, Gato selvagemmente teria assassinado o funcionário do rei, mas, ressabiado, esconde-se nos matos, temendo a Coroa. Depois, vendo a oportunidade, redime-se humildemente. Nesse período de transição, com a crescente presença da Coroa, tinham relevância tanto as relações de poder local, impostas pela força, como as ligações com a metrópole, estabelecidas pela submissão.

Em 1698, Artur de Sá e Meneses concedia a Borba Gato a patente de tenente-general da jornada do descobrimento de prata de Sabarabuçu, prometendo-lhe [...] ‘todas as honras, privilégios, liberdades e isenções, prós e percalços que diretamente lhe pertencerem em razão do dito posto’. Partiu, então, a expedição do governador junto com Borba Gato, no ano de 1700, com o propósito de manifestar o ouro do Rio das Velhas, descoberto no tempo de D. Rodrigo Castelo Branco (ROMEIRO, 2008: 55).

Quando Borba aproxima seus achados à expedição de Fernão Dias Pais, que teve suporte político da Coroa, ele associava suas ações de descobrimento e a si mesmo ao poder central, assim consolidava seu domínio (ANDRADE, 2008: 335-336). Aquele sertanista representava grandes possibilidades e acabou sendo perdoado pelo assassinato de Castelo Branco. Como salientou Laura de Mello e Souza, nas distâncias da colônia, “*os interesses metropolitanos se combinavam aos regionais*” (SOUZA, 2006: 11).

A atuação do governador Artur de Sá é exemplo claro dessa situação contemplada pela metáfora administrativa do sol e da sombra usada por Laura. Além de observar os interesses do rei e dos potentados locais, os atos do governador contemplam também a si. Ao contribuir com a ideia de que o descobrimento fora obra dos paulistas, ele colocava a região das minas sob sua

jurisdição, o que era motivo de disputa com o governador-geral da Bahia. No controle das jazidas, articulado com os poderosos locais, ele podia ganhar destaque administrativo (CAMPOS, 2002: 62) e locupletar-se de riquezas diversas. Sempre voltou com grande fortuna das suas viagens às minas (Ibidem, p. 64). Borba teria indicado pintas riquíssimas ao governador, que ajuntou 30 arrobas de ouro (CCM, 1999: 190) e, em retribuição, acarinhou Gato com o cargo de tenente general de Sabará. Outros paulistas assumiram postos nas Minas Gerais dos Cataguases (Região de Ouro Preto e Mariana): Garcia Rodrigues Velho torna-se guarda-mor e Domingos da Silva Bueno, procurador da Fazenda (CAMPOS, 2002: 50).

Os taubateanos, antigos ocupantes dos cargos, resistiram. Foi o caso de Salvador Fernandes Furtado, que distribuía datas, usurpando atribuições do novo guarda-mor, o que provavelmente gerou o primeiro motim da região. Essas confusões levaram novamente o governador Artur de Sá de volta às minas, em dezembro de 1699, quando se consolida de vez a proeminência dos moradores de São Paulo (Ibidem, p. 50-51).

Mas, com a chegada em massa de forasteiros, que ameaçava todos os sertanistas, as oposições entre os exploradores das vilas de Serra Acima ficavam cada vez mais em segundo plano. A despeito de suas divergências, os moradores de São Paulo e de Taubaté estavam interessados em aumentar seus feitos, valorizando-se como descobridores (CAMPOS, 2002: 55-56) e reivindicando privilégios e distinção. Os conflitos com os emboabas teriam sido bastante relevantes para “*desvanecer esta rivalidade*” entre “*os filhos do vale do Paraíba e os do vale do Tietê*”, que, apesar das disputas, eram aparentados (TAUNAY, 1951: 252). Assim, nesse contexto, eram reconhecidos todos como “paulistas”. O Conselho Ultramarino alargou a definição desse termo para “*todos os naturais de Serra Acima*” (ROMEIRO, 2008: 266). Os emboabas também chamavam os taubateanos de paulistas: o forasteiro José Alvares de Oliveira disse que os culpados pelos tumultos nas minas foram “*alguns paulistas prepotentes e arruaceiros como o taubateano Jaguara e José Machado*” (SANTOS, 1952: 100).

Confirmando a centralidade de São Paulo, nessa vila o governador elabora o regimento de 1700 para a mineração (CAMPOS, 2002: 51). É reformulada a velha legislação para “*garantir o domínio político dos paulistas, instalados nos cargos mais importantes*”. Em substituição ao provedor, o guarda-mor torna-se o principal cargo, responsável por resolver desordens e assuntos da mineração. “*Não resta dúvida que o cargo havia sido criado para ser preenchido por um paulista poderoso*” (ROMEIRO, 2008: 57). Mudança significativa foi a forma de divisão das jazidas que passou a privilegiar também os acompanhantes dos

descobridores. Esse ponto é um ajuste importante para agradar os paulistas, pois para eles “o *negócio da mineração*” era uma “*empresa familiar*” (Ibidem, p. 59).

Mas os sertanistas não estavam satisfeitos com os milhares de recém-chegados. Diziam que, para achar as minas, “*sacrificaram cabedais e vidas sem conta, desajudados e sem subsídios, nem mesmo da fazenda real, conjecturavam fosse o caso de lhes pertencer em pleno domínio a propriedade delas*” (VASCONCELOS, 1974: 15). Lembrando das promessas de 1694, que garantia a posse das minas aos descobridores, a Câmara Paulista envia, em 1700, carta ao rei, reivindicando a exclusividade para distribuir datas e terras. O rei recomenda que seja mantido o regulamento recém-criado. Era impossível impedir a imigração em massa e garantir exclusividade dos paulistas (MATOS in HOLANDA, 2007(a): 324-325).

Quando se descobre “*mananciais preciosos e abundantes*”, é recorrente que se abandone outras produções (VASCONCELOS, 1974: 16). Mesmo em São Paulo, onde a Câmara inicialmente era entusiasta da exploração mineral, em 1703, pede-se ao rei que suspenda o trabalho nas minas, pois os índios (trabalhadores) faziam muita falta e as lavouras, vilas e aldeias estavam abandonadas. Antes disso, “*ameaçado do mesmo, senão de muito maior dano, a Corte via o território do próprio Reino*” e, em 1701, impõe-se uma política de restrição, incidindo principalmente no caminho da Bahia (Ibidem, p. 17).

Ora, por estas e outras ordens [...] os paulistas, vendo-se delas excluídos, caíram na ilusão de pensar que o Rei os favorecia, como desejavam. E, visto que para executarem as ordens, os governadores deles se serviam, o fato é que passaram a considerar os forasteiros, como classe odiosa de infratores dignos de castigo. Eram então os paulistas, como primeiros povoadores, dominantes em toda a linha. Ocupavam os postos e ofícios, providos por Artur de Sá, encarregados, portanto, da perseguição aos forasteiros. Ao passo, pois, que viam resolvida praticamente a seu favor a posse do distrito, davam largas aos sentimentos naturais de domínio contra os turbadores intrusos (VASCONCELOS, 1974: 17).

Preocupada principalmente com o desabastecimento ocasionado pela corrida do ouro e pelos seus descaminhos, a Coroa, tentando restringir o fluxo de pessoas às minas, proíbe as jornadas que não fossem pelo caminho de São Paulo e incumbe aos paulistas de combater as irregularidades. Estes, que desejavam domínio pleno, sentiram-se satisfeitos e encorajados a sustentar suas posições de domínio legal pela força de suas armas e de seus bandos.

Pensaram os paulistas que as referidas ordens régias e as dos governadores vinham à lume apenas para lhes favorecer o meneio da recôndita gleba. Ledo engano que os anos não deixaram durar muito! Mas antes que a desilusão se lhes desfigurasse ante a realidade da comoção são eles que se fazem executores das determinações régias – são os loco-tenentes dos governadores, passando a considerar os forasteiros como gente odiosa, infratores das leis, dignos de castigos (SANTOS, 1952: 87).

Artur de Sá é o mentor da política de ilhamento (CAMPOS, 2002: 59), que ia ao encontro de seus intentos de garantir a jurisdição das minas, dos intentos paulistas de terem a exclusividade das jazidas e do intento da Coroa de restringir e controlar a região. Porém, o rei Dom Pedro II, que governou de 1667 a 1706, tinha sérias reservas quanto aos paulistas. Assim, objetivava-se ter maior controle da região, isolando-a da Bahia e também diminuindo o domínio dos sertanistas, e, para isso, a administração metropolitana buscou um caminho direto do Rio de Janeiro até as minas (Ibidem, p. 59).

Desde 1697, o governador planeja abrir essa rota, o que demandaria enfrentar serras íngremes e florestas densas. Ninguém melhor que os sertanistas para essa desafiadora obra. Depois da recusa de Amador Bueno, Garcia Rodrigues Pais assume a empreitada, em 1698. Projetava-se abastecer as minas com os rebanhos do sul e, ao longo desse caminho, poderia também haver potencial pecuário (CAMPOS, 2002: 60).

Em 1700, restringiu-se o comércio com a Bahia. Foram proibidas fazendas secas (bens não comestíveis) e molhadas (comestíveis), e, no ano seguinte, a proibição alcança escravizados e gado, apesar de só os currais do rio São Francisco terem rebanhos disponíveis para abastecer a região das minas (Ibidem, p. 60). Quanto à mão de obra, somente 200 africanos ficavam reservados aos paulistas por ano. Esse regulamento visava combater os descaminhos do ouro, evitar o desabastecimento das outras regiões e isolar São Paulo. Mas o contrabando e a utilização de rotas proibidas eram comuns (Ibidem, p. 61). Era praticamente impossível proibir o gado da Bahia, por falta de alternativas, e impedir a imigração, por falta de fiscalização (Ibidem, p. 68). Os paulistas mais potentes, nomeados pelo governador, detentores de poderosas redes de solidariedades locais, tinham a incumbência de combater as irregularidades e perseguir os imigrantes ilegais (VASCONCELOS, 1974: 17).

As “*tomadias*” dos produtos contrabandeados realizadas pelos paulistas originavam desordens. Eles tinham ganhos significativos fiscalizando mercadorias e caminhos (ROMEIRO, 2008: 108) e se abasteciam com os preciosos negros confiscados (Ibidem, p. 109). Nessa época, além da escassez da mão de obra, eram também escassos e caros os gêneros de

primeira necessidade (Ibidem, p. 110). A engrenagem fiscal, exercida pelos paulistas, era considerada abusiva e as transgressões eram comuns (GOLGHER, 1956: 66).

Apesar do domínio dos descobridores, trata-se de um momento em que avança o poder da Coroa. O regimento de 1700 foi um passo importante, houve submissão dos potentados ao governador. Esse ordenamento contemplava vontades dos poderosos, mas também os interesses de Portugal, que via sua influência aumentada. Visava-se aproximar as minas da metrópole, protegendo-as de nações inimigas, controlar a imigração e o despovoamento de outras regiões, além de melhorar a arrecadação dos quintos (CAMPOS, 2002: 57). A colaboração dos potentados era fundamental e empossá-los nos cargos principais era a forma de atraí-los. Devido ao ouro, a sociedade de corte adentrava o sertão e submetia os sertanejos.

As posições administrativas mais importantes, guarda-mor, procurador, tesoureiro e provedor, estavam ocupados por paulistas. Em troca do ouro, Artur de Sá lhes dera a “*supremacia política nas Minas*”. Aparentemente, as “*pretensões exclusivistas*” dos paulistas estavam satisfeitas (ROMEIRO, 2008: 58). Exercendo atribuições delegadas pelo governador, eles representavam o poder central, tinham incumbências administrativas, fiscais e policiais. Por isso, Isaías Golgher entende que “*o poder arrecadador era representado pelos Paulistas, de forma que a oposição ao tributo significava, na prática, estar contra estes últimos*” e que isso “*atraiu as massas populares para o lado dos emboabas*” (GOLGHER, 1956: 67).

Como eram os representantes régios, os descobridores tiravam vantagem de suas posições, sustentadas pelo discurso do direito de conquista:

Zona de fronteiras entranhada nos sertões do continente, as Minas constituíam certamente a região mais explosiva do Império, na qual a Coroa reconhecia a quase impossibilidade de estabelecer o domínio político, deixando-o a cargo dos paulistas, nomeados durante a chamada época de ouro do governador Artur Sá e Menezes. Encastelados em cargos e postos locais, eles assistiram, porém, à entrada maciça de forasteiros, emigrados de Portugal e das mais distantes regiões da América Portuguesa, minando paulatinamente as suas pretensões baseadas no direito de conquista (ROMEIRO, 2008: 31).

O direito de conquista é uma reivindicação que aproxima as figurações sertaneja e da corte: os sertanistas, notáveis pela capacidade de descobrir minas, de conquistar sertões e índios bravios, feitos que exigiriam força e imposição, justificam seus direitos fundiários filiando-se às normas do reino e se submetendo ao monarca. “[...] *os conservadores de então eram os aventureiros da véspera, isto é, os paulistas, desbravadores que, uma vez fixados nos arraiais*

*auríferos, desejavam explorar com exclusividade os veios sobre os quais tinham sido os primeiros a deitar olhos*” (SOUZA, 2006: 82).

Os sertanistas argumentavam que “*tinham chegado antes, e isto lhes daria mais direitos*” (Ibidem, p. 83). Como não só descobriram e divulgaram as minas, mas também receberam os forasteiros nos seus incipientes acampamentos de mineração, auxiliando-os, nos primeiros anos, quando chegavam abatidos e necessitados devido à árdua jornada, os paulistas entendiam-se provedores e anfitriões e também por isso esperavam supremacia na região.

## 5.8 A dádiva paulista

Redes sociais, que conectam os indivíduos, frequentemente se formam quando eles se presenteiam. A hospitalidade é um tipo de dádiva que teria o potencial de relacionar as pessoas. Como os paulistas reivindicavam de maneira enfática o descobrimento das jazidas e os primeiros esforços de ocupação e exploração, destacando que todo o empreendimento era fruto de seus investimentos e trabalhos hercúleos, aqueles que vinham “*nas suas águas*” (BOXER, 1963: 83) aproveitavam-se de seus labores e de suas incipientes estruturas:

A noção de direito de conquista estabelecia também uma temporalidade específica, dividida entre os que primeiramente haviam chegado à região, descoberto-a e conquistado-a ao gentio, e os adventícios ou forasteiros, que nada mais fizeram do que se instalar nos arraiais e povoados. Não é por acaso que praticamente todos os relatos de orientação pró-paulista desenvolvem o tema da generosa acolhida que a gente do Planalto dera aos forasteiros, recebendo-os caridosamente em seus arraiais e remediando-lhes a pobreza (ROMEIRO, 2008: 257).

Marcel Mauss (2003) explica que os presentes – as dádivas, ou dons – relacionam pessoas, coletividades ou entidades envolvidas, gerando necessidade de retribuição e/ou relações hierárquicas. Simplificadamente, quando se dá um presente, bem ou serviço, espera-se que haja algum tipo de retribuição ou reverência, originando relações sociais entre as partes envolvidas. Por meio de trabalhos etnográficos de terceiros, ele mostra como as dádivas constroem relações de interdependência que, apesar de diferentes em cada contexto, podem formar figurações sociais que associam indivíduos e coletividades por muitas gerações.

A dádiva produz alianças de vários tipos: matrimoniais, políticas (entre chefes, ou diferentes camadas sociais), religiosas (entre deuses e fiéis), econômicas, jurídicas e diplomáticas, incluindo as relações de hospitalidade. A vida social é um constante dar e retribuir, obrigações universais, mas organizadas de modo particular em cada caso (LANNA, 2000: 175). As trocas não são somente materiais, mas envolvem valores morais (Ibidem, p. 173). O ato de dar não está somente vinculado à generosidade e ao altruísmo, ele não é simplesmente desinteressado, há a expectativa de algum tipo de retribuição (Ibidem, p. 176).

A dádiva cria relações hierárquicas entre doador e receptor: “*o convite deve ser retribuído, assim como a ‘cortesia’*” e a “*dádiva não retribuída ainda torna inferior quem a aceitou, sobretudo quando é recebida sem espírito de reciprocidade*” (MAUSS, 2003: 294). Portanto, a dádiva está relacionada com estruturas de poder, estabelecendo hierarquias, relacionando chefes e vassallos, pois “*dar é manifestar superioridade, é ser mais, mais elevado, magister; aceitar sem retribuir, ou sem retribuir mais, é subordinar-se, tornar-se cliente e servidor, ser pequeno, ficar mais abaixo, (minister)*” (Ibidem, p. 305).

Aceitar favores pode constituir relações de poder de forma tão relevante que, em muitas situações, os recém-chegados procuram organizar seu próprio espaço, sem depender dos mais antigos. Isso teria acontecido nos primeiros momentos de exploração das minas, quando, segundo Bento Fernandes Furtado, paulistas preferiam procurar suas próprias jazidas do que minerar em regiões descobertas por taubateanos, e vice-versa (CCM, 1999: 172).

Em muitos processos migratórios, há uma dádiva não retribuída pelos imigrantes e a formação de um contexto que os inferioriza é muito comum. A ideia é que os recém-chegados adentram em um espaço já ocupado por pessoas mais antigas, que investiram e investem seus esforços e tempo para criar e/ou manter aquelas estruturas físicas, culturais ou institucionais. Espera-se do novato, do calouro, do imigrante, de todos aqueles que passam a usufruir de esforços mais antigos, respeito pela lógica vigente e reverência aos estabelecidos.

Quando chegam os forasteiros, a maioria deles sem experiência no contexto sertanejo e despreparados para a vida nas minas, contar com ajudas e hospitalidade era precioso. Vários são os relatos que dizem respeito à pobreza e às necessidades dos recém-chegados, “*graças, porém, à caridade dos paulistas, logo que entravam, uns achavam cama e mesa nas casas destes descobridores, outros recebiam o mantimento nas lavras, até que ajuntando ouro se habilitassem para viverem às suas expensas*” (VASCONCELOS, 1974: 25). A migração, tão

difícil, para uma conflituosa e perigosa região de fronteiras, exigia que os indivíduos buscassem amparos, como indica Borba Gato em carta lamuriosa sobre o levante:

Que isto seja castigo de Deus, como evidência se mostra, porque qual havia de ser o Baiense, por mais poderoso que fosse, que entrasse cá nestas Minas, senão fora o amparo que tinham nos Paulistas, que eu com o mei pagem o não confiscasse, nem qual era o pobre que chegava aqui, que para poder estar com sossego, se não fosse valer do Arraial de algum Paulista. (Carta de Borba Gato ao governador, 29 de novembro de 1708, in MELLO, 1979: 235-236).

Até mesmo o emboaba André Gomes Ferreira, que chega às minas em 1709, fornece relatos que identificam benevolência nos atos do “juiz *supremo*” Borba Gato:

A justiça que achei nestas minas do Sabará e Rio das Velhas foi o tenente general Manuel de Borba Gato, que era superintendente destas minas. [...] confiscava todos os comboios que vinham da Bahia e dos sertões, boiadas, cavalos e negros, [...] até ouro [...] também havia contendras, e como juiz supremo deferia a todos com muito agrado e desejava favorecer os confiscados (CCM, 1999: 210).

Portanto, há também a ideia de que os paulistas, designados para manter fora das minas os imigrantes provindos da Bahia, teriam dado proteção e hospitalidade a muitos deles. As determinações régias dependiam de uma série de fatores locais para surtirem efeito. Os representantes do rei, por exemplo, dependiam de condições práticas para agir, como a força necessária para se impor, mas também tinham seus próprios interesses. Borba, enriquecendo largamente, tinha motivos para evitar contendras: “*É que, sob seu teto, não havia apreensão de contrabando ou confiscação. Pondo-se e opondo-se contra as ordens do Rei, protegia os baianos, os quais, conforme asseveravam, não eram somente seus amparados senão seus filhos*” (SUANNES, 1962: 22). Essa idealização destaca que os paulistas, como pais bondosos e provedores, foram fundamentais para os emboabas, necessitados e frágeis, como filhos receptores de lar, proteção, alimentação e encaminhamento profissional. É isso que indica o paulista Bento Fernandes Furtado, falando sobre os emboabas:

[...] os mais deles, pobres, só com suas pessoas com o seu limitado trem às costas, animados mais do interesse que pretendiam que das posses, e muito mais confiados na caridade, amor e zelo com que os paulistas, naturalmente mais inclinados a fazer benefícios do que recebê-los, os recebiam amorosamente, dando cama e mesa a uns, a outros mantimentos, e a todos lavras nas suas próprias, com aquela liberdade e

generoso ânimo que naturalmente são dotados, granjeando por este modo, no agradecimento de alguns mais gratos, os nomes de pais e patronos benfeitores (CCM, 1999: 185).

São vários os relatos que falam da hospitalidade dos descobridores, mas eles são idealizados. Além disso, as boas vindas não teriam sido comuns após um período bem inicial da empreitada (VASCONCELOS, 1974: 25). Segundo Antônio Pais de Sande, os paulistas eram “*benéficos aos forasteiros*”, mas “*briosos*” e “*impacientes da menor injúria*” (SUANNES, 1962: 21). Bento Fernandes fala que “*muitos paulistas [...] observavam pacíficos, humanados ao bom trato e favor dos reinóis, recolhendo-os em suas companhias, favorecendo-os em tudo e aumentando-os dos baixos princípios com que às Minas chegavam*”, porém, alguns poderosos, como os irmãos Pedroso, “*levados de uma soberania de respeito, queriam tributos de adorações*” (CCM, 1999: 193).

Seguindo a lógica dos sertanistas, quando os emboabas iam às minas, se aproveitavam fartamente dos seus esforços e, chagando necessitados, contavam com abrigo, comida, remédios, informações, uma vez que eram árduos os caminhos e as condições de vida. Recebendo todas essas dádivas, os forasteiros deveriam ser respeitosos e agradecidos em relação aos provedores. Por isso o levante dos emboabas, mais tarde, trouxe à tona a tópica da ingratidão dos forasteiros (ROMEIRO, 2008: 258), pessoas que teriam sido recebidas e amparadas pelos paulistas que ali já se encontravam, mas não respeitavam àqueles que possibilitaram o rico empreendimento. A ingratidão salienta justamente o não reconhecimento ou pagamento da dádiva, situação repudiada pelos paulistas.

A denúncia da ingratidão aparece também em relação à Coroa, que nada teria investido nos descobrimentos e que normalmente descumpria suas promessas. Os paulistas consideravam que eles investiam vidas e fazendas, viabilizando a exploração mineral, enquanto a metrópole lucrava com os quintos. E não era a primeira vez: “*O fracasso das negociações com a Coroa, tanto em Palmares quanto nas Guerras do Açu, ficaria gravada para sempre na memória dos paulistas como sinal de ingratidão régia*” (ROMEIRO, 2008: 248).

Essa lógica da dádiva é bastante presente nas relações de mandonismo no sertão de forma geral, agregando diversos homens pobres que se submetem a poderosos, provedores de proteção e favores diversos. A utilização dos caminhos, por exemplo, aparentemente podia vincular os frequentadores com aqueles que controlavam as rotas e organizavam comboios. Se os paulistas tinham maior controle das rotas de São Paulo, o português Nunes Viana torna-se

figura central na organização das viagens da Bahia (ROMEIRO, 2008: 173). Forma-se um vínculo entre esse homem e os diversos imigrantes que chegavam do Nordeste, possibilitando um espaço de mando que veio a rivalizar com o poder dos paulistas, tanto que Borba Gato, quando ocorrem os conflitos, identifica os “baienses”, homens que chegavam pela estrada proibida da Bahia, como seus principais inimigos (Ibidem, p. 265).

Se o bom tratamento e a dádiva geram relações pacíficas, com base na lógica da gratidão, as insolências e agravos também pedem o revide, com base na lógica da virilidade e da valentia. A ingratidão e a agressividade produzem relações belicosas, principalmente no contexto da cultura política sertaneja, onde a honra e a fama pública não podem ser manchadas e não se aceita descompostura e abusos.

Sentindo-se ameaçados pela invasão dos forasteiros, os homens de Serra Acima logo manifestaram sua aversão e a animosidade fica patente (BOXER, 1963: 84). Aos sertanistas não interessava dividir as jazidas, tão arduamente descobertas, com ninguém fora de seu círculo íntimo, o que reforça a aversão ao forasteiro:

[...] por possuírem escravatura e lavras e por engrossarem a falange da Gente de Algo da Paulistânia, muitos deles tratavam os ilhéus, saloios [homem semicivilizado da província], alfacinhas [malandro lisboeta], e tripeiros [naturais do porto] por ‘vós’, tratamento dispensado aos tapanhunos, carijós, curibocas e quejandos. Não permitiam seu ingresso no lar, sob pretexto algum. Chamavam-lhes desprezivelmente de emboabas. [...]. Este apelido, no correr do tempo, estendeu-se a todos os forâneos, ou melhor, a todos que não eram paulistas (SUANNES, 1962: 22).

As teorizações sobre a dádiva ajudam a entender a fúria dos paulistas em relação à ingratidão dos forasteiros e também elucidam as relações de clientelismo daquela sociedade de fronteiras. Os indivíduos tinham que buscar a proteção de potentados e se formavam estruturas de mandonismo que ditavam o jogo do poder.

## **5.9 Malogro da Coroa ao tentar estabelecer seu governo político**

O governo de Artur de Sá e Meneses tornou a Coroa mais presente nas minas, mas também enriqueceu o governador e fortaleceu os potentados locais. Todos se locupletavam com o que era devido à Coroa. A migração estava descontrolada, assim como o contrabando e os descaminhos do ouro. Era preciso melhorar a administração. Artur de Sá é substituído por

Álvaro da Silveira e, em 1702, formula-se novo regimento, surgindo o posto de superintendente, com características centralizadoras (CAMPOS, 2002: 64).

O guarda mor, que era a maior autoridade, cargo “*concedido então aos paulistas poderosos*”, passaria a se submeter ao superintendente. Este, por também ter funções judiciárias, deveria ser nomeado pelo rei (ROMEIRO, 2008: 67). Suas atribuições destituíam governador e guarda-mor de prerrogativas e privilégios, o que gerou conflitos com os ocupantes desses cargos. Seria o responsável pela repartição das datas e nomeação de guardas-menores (responsáveis por repartir datas distantes), com jurisdição nas questões cíveis e criminais, como ouvidores-gerais e juízes de fora (CAMPOS, 2002: 64). As determinações do regimento de 1702, minando governadores e poderosos locais (Ibidem, p. 65), visavam primordialmente introduzir a justiça oficial na região (ROMEIRO, 2008: 68). Intenta-se proteger os humildes e combater os abusos dos poderosos, pois eram os desvalidos quem buscavam mais prontamente a exploração das jazidas, enquanto os ricos frequentemente deixavam lavras vazias, envolvidos em muitos negócios (HOLANDA, 2007(b): 313). Se o regimento de 1700 introduzia a Coroa nas minas por meio da associação com os poderosos, o novo ordenamento visava miná-los, aumentando ainda mais o poder central.

Em 1702, o desembargador José Vaz Pinto é nomeado superintendente das minas (ROMEIRO, 2008: 68). O português chega na região em maio de 1703 e fica até junho de 1704 (CAMPOS, 2002: 69). O paulista Garcia Rodrigues Pais estava vivendo em Sabará, confiscando contrabandos, como Borba. Aparentemente Vaz Pinto se associa a eles, inclusive em atividades ilícitas, mas o superintendente entra em conflito com Garcia (Ibidem, p. 70). O paulista acusa-o de repartir irregularmente datas do rio das Velhas. Governadores e outros potentados também se desentendem com o nomeado do rei (Ibidem, p. 71).

Tendo sua vida ameaçada, o superintendente foge às pressas das minas. O paulista Valentim Pedroso queria matá-lo por causa do intento de Vaz de devassar um suposto assassinato que havia cometido. Borba intervém, ciente que a responsabilidade poderia cair sobre si. Também Garcia temia as consequências dessas intrigas (Ibidem, p. 71). Valentim Pedroso e seu irmão Jerônimo, ainda adolescentes, acompanharam Borba Gato quando se revelou o ouro do rio das Velhas. Ficaram famosos por seu ódio contra os forasteiros e sua insubmissão contra autoridades metropolitanas. Depois da Guerra dos Emboabas, em São Paulo, teriam expulsado outro desembargador que os investigava (FRANCO, 1989: 68). Suas violências e insolências os tornavam temidos e respeitados nos sertões. Para Borba e Garcia,

ocupantes de cargos oficiais, mais conectados com a Coroa, era conveniente que protegessem aquele fidalgo indicado pelo rei. Porém, como autoridade sertaneja, também era importante que resistissem aos estrangeiros que ameaçavam seu poder.

Vaz Pinto teria ignorando instruções régias e abalado o poder das autoridades e dos paulistas (ROMEIRO, 2008: 73). Garcia Rodrigues teria cancelado as concessões de datas feitas pelo representante régio e se desentendido com ele, mas também é cogitado como seu protetor na volta para o Rio de Janeiro (Ibidem, p. 74).

Apesar de diferentes, todas as versões são unânimes em apontar como motivo da fuga o conflito com os paulistas mais poderosos do lugar. [...] não havia meios suficientes para se alcançar a obediência e o respeito dos mineradores, que simplesmente não reconheciam os ministros e funcionários nomeados por El-rei. [...] a chegada de Vaz Pinto colocou em xeque os equilíbrios de poder que se haviam cristalizado desde os últimos anos do século XVII, quando poderosos e potentados de toda sorte haviam se encastelado em nichos de poder privado, dominando a cena política da região (Ibidem, p. 76).

Os paulistas jactavam-se de terem expulsado Vaz Pinto. Trata-se de mais um exemplo da dúbia relação dos sertanistas com o poder central. Valorizavam posições de distinção e aproximação com a corte, mas quando representantes régios minavam seu poder local, eles reagiam de modo rebelde, o que também sustentava imagens de indômitos e façanhudos, valorizadas nos sertões: “*Ciosos de suas valentias, os poderosos orgulhavam-se, sobretudo, dos insultos às autoridades, particularmente odiadas, pois que ameaçavam o poder que encarnavam junto à comunidade*” (Ibidem, p. 90).

Os indivíduos, quando agem, podem extrapolar os limites de uma figuração social por estarem pressionados, resguardados ou influenciados por outras estruturas. Essa é uma situação que pode se tornar conflituosa, levar à ruptura, ou que pode demandar adaptações. Os levantados contra as autoridades reais, nesse contexto, ajustando suas condutas às figurações relevantes, sublinhavam que não estavam se levantando contra o monarca em si, mas contra governantes ruins, que não representavam o rei adequadamente (CAMPOS, 2002: 402). Essa era uma justificativa com base em tradição política utilizada desde a Restauração (ROMEIRO, 2008: 268). Entre 1641 a 1688, várias manifestações proclamavam “*viva o rei e morra o mau governo*” (SOUZA, 2006: 88). Assim, conforme a lógica sertanista local, sublinhava-se a potência, mesmo ante grandes autoridades, ao mesmo tempo em que se subordina ao monarca,

conforme as normas da sociedade de corte, embora forçando a relação e propondo novos limites. As figurações sociais e suas lógicas são móveis, atualizadas nos contextos específicos.

Borba Gato, em Sabará, e Baltazar de Godói, em Ouro Preto, assumem a superintendência das minas, concentram funções e se tornam as maiores autoridades. Os paulistas estavam ainda mais fortalecidos (CAMPOS, 2002: 72). Mantiveram-se “*à frente do governo da região, defendendo ciosamente seus interesses contra a intrusão de ministros enviados pelo rei, a exemplo de José Vaz Pinto*” (ROMEIRO, 2008: 254).

A região estava “*dominada por poderosos*” e “*permaneceu durante os primeiros anos do século XVIII nas mãos dos paulistas principais, que ocupavam os cargos e postos da Superintendência das minas*” (Ibidem, p. 121). A Coroa dependia do guarda mor, figura socialmente ancorada, que gozava de crédito e “*respeito de poderoso, por si, e por seus muito parentes, e amigos que de tudo há de valer-se*” (Ibidem, p. 122).

As insubordinações incomodam a Coroa, mas, por enquanto, continua evidente que, para fazer valer seus desígnios em terra tão distante, dependia dos poderosos.

### **5.10 A Coroa, mais uma vez, reconhece o poder dos paulistas**

Os paulistas botaram o superintendente da Coroa para correr. Nas longínquas minas, pouco importavam as relações que Vaz Pinto tinha com a Metrópole e com outros centros importantes. Independentemente da posição destacada que tinha na corte portuguesa, sem vínculos locais, ele não podia fazer valer suas determinações, nem garantir sua segurança.

Talvez o maior legado do episódio tenha sido precisamente o reconhecimento por parte da Coroa do poder inquebrantável dos paulistas e da própria incapacidade de submetê-los ao governo político. Ficou patente ao Conselho Ultramarino que a fuga do superintendente devera-se às grandes desordens dos paulistas (ROMEIRO, 2008: 77).

Situações como essa e como o assassinato do fidalgo Dom Rodrigo Castelo Branco, nos idos do século XVII, ajudaram a Coroa a entender que, para administrar determinadas regiões de minas e sua “*sociedade convulsionada, irreverente, refratária aos princípios da honra, hierarquia, tradição, era preciso ser homem do mundo*”, com experiência militar e feitos

heroicos. “*O sangue ilustre e a fidelidade ao rei não bastavam*” (SOUZA, 2006: 165). Tendo em vista a fuga do superintendente, o Conselho Ultramarino decide que a melhor solução é recorrer à velha estratégia de associação com poderosos locais:

Havia consenso entre os conselheiros de que os paulistas poderiam fazer valer a sua própria justiça, afinal ‘como aqueles homens são poderosos e aparentados poderão executar algum castigo nos delinquentes, e poderão ter melhor arrecadação dos quintos de Vossa Majestade’ [...] A conspirar contra a proposta, pairava, no entanto, o espectro da Rochela (ROMEIRO, 2008: 78).

[...] a dependência econômica das praças litorâneas e das mercadorias do Reino garantiria a submissão, ainda que relativa, dos paulistas. Diante da impossibilidade de fazer valer o novo Regimento, os conselheiros recomendavam o retorno ao Regimento de 1700, com a nomeação de um guarda-mor com jurisdição para devassar o descaminho do ouro em toda a região, sob a jurisdição criminal do ouvidor de São Paulo (Ibidem, p. 79).

A fuga de Vaz Pinto e a retomada do poder pelos potentados paulistas reiterava uma situação disseminada no Império, a dependência dos saberes, dos poderes e das organizações locais para se introduzir ordem política em territórios insubmissos (ROMEIRO, 2008: 80). As figurações locais, as formas como os indivíduos estão correlacionados regionalmente, tinham grande força para organizar as relações políticas e sociais.

Mas, apesar desse momento de empoderamento, o domínio dos sertanistas estava longe de ser consolidado. Com a estrada que ligava as minas à baía de Guanabara, a influência do Rio de Janeiro aumenta e os paulistas inquietam-se (ROMEIRO, 2008: 60). Da mesma forma que justificavam seu domínio na exploração das jazidas minerais, os descobridores destacavam o suposto direito de ter supremacia ou exclusividade em outros empreendimentos ligados às minas. Reivindicavam privilégios também nas concessões de sesmarias ao longo do caminho novo, que era aberto por Garcia Rodrigues Pais (MATOS in HOLANDA, 2007(a): 324-325). Os paulistas enviam uma representação contra a distribuição de terras a ‘*cariocas*’ (CAMPOS, 2002: 60). O que a Câmara de São Paulo fazia era reivindicar que as minas continuassem sobre sua influência (ROMEIRO, 2008: 61).

Encurralados, os conselheiros ultramarinos defendiam que todos os súditos, inclusive os cariocas, mereciam benefícios régios, como a doação dessas sesmarias, mas que os paulistas deveriam ser contemplados primeiramente, por serem os descobridores. Em 1702, o rei confirma a sugestão do Conselho (CAMPOS, 2002: 61), em 1703, reitera-se a proibição de novos caminhos ligando a região das minas e a Bahia. Recrudescia-se, portanto, o intento de

isolar as jazidas (Ibidem, p. 67). Apesar dessa política agradar os paulistas, o fluxo de forasteiros, incontrolável, era cada vez maior.

O ambiente era tumultuado e o domínio dos homens de Serra Acima não significava estabilidade do poder e uma sociedade pacificamente ordenada. Muito pelo contrário, as disputas e as violências eram latentes. Os paulistas, de modo geral, tornavam-se cada vez mais desrespeitosos com os forasteiros, que eram cada vez mais numerosos e poderosos, enriquecidos com os negócios. A disputa por recursos econômicos potencializa o conflito.

### **5.11 Aumento contínuo do número de forasteiros, tensão e violências paulistas**

Indignavam-se os paulistas com os forasteiros que se estabeleciam “*nas ricas terras descoberta por eles, por eles exploradas, e que consideravam como o seu apanágio por preço de suas fadigas e descomunais trabalhos*” (LEITE, 1942: 36). A imigração continuava, os tumultos aumentavam e, com a expulsão de Vaz Pinto, diziam que D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, governador entre 1705 e 1710, viria à região.

Tão conturbada era a situação nas Minas que pouco podia valer a jornada de D. Fernando. [...] Mesmo a expulsão de Vaz Pinto, que, num primeiro momento, havia devolvido aos paulistas o sonho de reinarem absolutos, empossados nos cargos e postos mais importantes, mal podia conter os focos de descontentamento que a cada dia se multiplicavam, fechando definitivamente o cerco em torno deles. E não tardaria muito para que mesmo a sua supremacia política sobre a região comesasse a esboroar-se, ante o avanço inevitável do grande contingente de forasteiros que se instalava a cada dia na zona mineradora (ROMEIRO, 2008: 82).

Amadurecia uma situação de desequilíbrio de poder em que um grupo excluído do controle da sociedade ganha relevância e pressiona as estruturas sociais para ter acesso a posições mais prestigiadas e ter maior participação política. A resposta da elite dominante a essa pressão, aceitando ou rejeitando a nova estruturação política, pode evitar ou provocar conflitos (ELIAS, 2001: 272). Assim como as elites aristocráticas tinham dificuldade de aceitar a burguesia em patamares sociais mais elevados e compartilhar com ela privilégios, o que contribuiu para a revolução burguesa (CHARTIER in ELIAS, 2001: 15), os paulistas não aceitavam ceder espaço aos forasteiros, cada vez mais poderosos.

A repartição das datas minerais sempre gerou problemas, principalmente porque os paulistas não queriam dividir as minas com os emboabas (ROMEIRO, 2008: 112). O regimento dava preferência aos descobridores e seus acompanhantes, mas isso não garantia que ficassem com as jazidas mais pingues. Em 1702, os sertanistas reivindicaram autonomia para dividir as minas como condição de as revelarem. Com o aumento dos forasteiros, essa situação se torna ainda mais complexa e a concorrência para o acesso às datas minerais é acirrada (Ibidem, p 113). A ameaça à exploração do recurso econômico e do domínio da região fez com que os paulistas cerrassem fileiras agressivamente contra os intrusos. As assuadas, ou correrias, típica dos paulistas, assustavam as pessoas (Ibidem, p. 89):

Frequentemente, os povoados e arraiais sobressaltavam-se com as assuadas promovidas por tropas fortemente armadas, que, entre gritos e berros, arrastavam corpos, exibiam cabeças e brandiam espadas, obrigando a todos a se recolherem aos ranchos e casas. O poder dos homens media-se, sobretudo, pelo número de pessoas que gritavam à sua volta, via de regra, parentes, vizinhos, homens livres pobres e forros (ROMEIRO, 2008: 88).

Além dessas intimidações, os paulistas tentavam de diferentes modos detratar os forasteiros, a quem, como já dito, tratavam por “vós”, pronome reservado aos escravizados (TAUNAY, 1951: 253). Esse tipo de tratamento mostra que há penetração da figuração aristocrática no sertão e que os indivíduos têm diferentes relevâncias sociais e políticas. Relacionar o inimigo ao escravo, além de sustentar o demérito em nível aristocrático, pode ser entendido como provocação própria da lógica do mundo sertanejo.

Os termos injuriosos aumentavam os ressentimentos. “*Emboaba*” significaria “*galinhas de pés cobertos de penas*” e era usado para difamar os estrangeiros, que não andavam descalços, como os paulistas (SCHWARCZ; STARLING, 2015: 112). Estes se consideravam tão superiores que transformam a ausência de calçados em vantagem (ROMEIRO, 2007: 536). Estar em contato com o chão, principalmente no contexto colonial, não é hábito de um aristocrata, que anda a cavalo, carregado por escravos (como alguns senhores sertanistas), ou, no mínimo, com calçados. Até o final do escravismo, entre os negros, não usar calçados era marca distintiva da condição de escravizado (CHALHOUB, 1990: 134). Na Guerra dos Emboabas, supostamente houve um discurso que busca estigmatizar aquele que usa botas. Utilizá-las seria amostra de falta de resistência e de habilidades que possuíam os bravos sertanistas, conhecedores do caminho e do caminhar.

A estigmatização seria um aspecto importante das relações de poder e se associa “*a um tipo específico de fantasia coletiva*” que “*justifica a aversão*”, transformando-a em um “*estigma material – é coisificado*” (ELIAS; SCOTSON, 2000: 35). Esse processo de coisificar a diferença relaciona-se ao destacamento de um traço que identifica o perseguido, o marginalizado, ou o inimigo. Assim, a diferença na aparência física, na cor, no cabelo, na roupa, no sotaque, nos calçados, ou na ausência deles, serve principalmente como sinal de reforço ou identificação para reconhecer grupos tratados como socialmente inferiores (Ibidem, p. 32). Portanto, mais importante que o conteúdo da estigmatização (uso de calçados, por exemplo), é que ela identifica um grupo marginalizado, pelo menos em algum sentido, normalmente devido a processos sociais e históricos e não por causa das diferenças usadas para estigmatizar. Como ocorreu nas minas, para justificar a superioridade ou privilégios, aqueles que os têm ou os reivindicam, tendem a criar uma narrativa, um imaginário, que justifique tanto sua boa condição, quanto a posição desprivilegiada dos desamparados:

[...] quando existem contrastes acentuados entre o destino ou a situação de duas pessoas, seja quanto à saúde ou à situação econômica, social ou outra qualquer, aquele que se encontra na situação mais favorável, por mais patente que seja a origem puramente "casual" da diferença, sente a necessidade incessante de poder considerar o contraste que o privilegia como "legítimo", a situação própria como "merecida", e a do outro como resultado de alguma "culpa" dele. Isto ocorre também nas relações entre grupos humanos positiva e negativamente privilegiados. A "lenda" de todo grupo altamente privilegiado é sua superioridade natural, às vezes até "de sangue" (WEBER, 2004: 197).

Ao mesmo tempo em que se aviltam os rivais, cria-se fantasia coletiva que justifica os privilégios. Os boatos são importantes na construção das imagens dos grupos. A fofoca depreciativa seria inseparável da elogiosa, ambas comumente exageradas. A imagem que um grupo tem de si estaria em relação de oposição com a imagem do grupo rival (ELIAS; SCOTSON, 2000: 121). A manipulação das imagens foi fundamental no contexto das minas.

Parece mais seguro afirmar que “*emboaba*” designava o forasteiro, oposto ao descobridor, essa parecia ser a questão mais importante. Se realmente o termo estava ligado à ridicularização dos calçados, é possível pensar que a distinção entre os grupos era coisificada na utilização desse acessório, que sublinharia a falta de expertise dos forasteiros no sertão. Mas provavelmente o uso do calçado é uma simplificação, pois há indícios que os paulistas, pelo

menos eventualmente, também os utilizavam<sup>26</sup>, mas, como o grupo se define pela distinção, fazer evidente a diferenciação do forasteiro seria um elemento relevante para demarcar o grupo de oposição. Um elemento muito lembrado é a língua, os paulistas também falavam idiomas nativos, além de usarem armas e práticas bélicas específicas<sup>27</sup>.

A oposição entre pessoas desses grupos gera tensas situações na conturbada região.

### **5.12 Paulistas ameaçados pelos forasteiros**

Nos anos iniciais, observou-se o domínio das minas pelos sertanistas. Entre 1673, pelo menos, e 1694, as jazidas foram exploradas clandestinamente pelos descobridores, enquanto a Coroa buscava a sua revelação. Entre 1695 e 1699, devido à iniciativa de anunciar as lavras, há certa preponderância política dos taubateanos. De 1700 a 1704, são os paulistas do vale do Tietê que predominam na ocupação dos postos mais importantes e, em 1702, resistem a um malsucedido esforço de controle da Coroa, que tentara instituir a Superintendência. Com a incontrolável imigração, de 1704 até 1709, a hegemonia dos homens de Serra Acima é mais claramente contestada. Os forasteiros, cada vez mais numerosos e poderosos, concorriam pelas datas, pelas posições políticas e pelas vantagens comerciais e os descobridores estavam cada vez mais insatisfeitos, situação que leva ao levante dos emboabas, que marca o fim da era dos potentados (CAMPOS, 2002: 25-26).

Durante essa época, os caudilhos poderosos eram as figuras principais da sociedade. Ricos e sustentados por redes de relações, compunham a elite da região em oposição fundamental com os homens pobres, que se distinguiam por não terem escravizados (ROMEIRO, 2008: 86). A riqueza, que permitia possuir pessoas e rede de apadrinhados, possibilitava o exercício da violência, viabilizando o poder e a ascensão social.

26 Alcântara Machado (1972: 81) nos mostra que paulistas tinham calçados, pelo menos para ocasiões especiais. Mas é importante lembrar que estamos em 1700, os calçados não eram os mais disponíveis dos bens e não deviam ser exatamente confortáveis. Dessa forma é razoável pensar que, na verdade, a maior parte da população mineira ficava, a maior parte do tempo, descalça, até mesmo homens brancos (ver: FERREIRA, 2002: 280).

27 Entre as armas de fogo, os paulistas preferiam a escopeta e a espingarda de pederneira, que têm canos longos, melhores para a guerra brasílica, de emboscadas, que praticavam, uma vez que o arcabuz exigia pavio e o fogo denunciava o esconderijo dos traiçoeiros, além de serem vulneráveis à chuva. Os Emboabas preferiam canos curtos e o bacamarte, espécie de escopeta, era a arma mais usada (Ibidem, p. 215-217).

[...] aqueles que se enriqueciam com os negócios da mineração ou do comércio podiam frequentemente alcançar uma posição social mais elevada aos olhos da população, conquistando [...] território de mando. Nesses territórios de mando, parentes, afilhados, vizinhos e agregados se articulavam em vastas cadeias clientelares, que se distribuíam por povoados e arraiais, unindo homens pobres aos poderosos locais em relações de dependência e obrigação (Ibidem, p. 87).

Como os paulistas inicialmente varriam os sertões, descobriam os metais preciosos e exploravam a região organizados coletivamente em torno de alguns poderosos, eles conseguiam, principalmente no início da ocupação, impor um certo domínio nas minas. Porém, com o enriquecimento e organização dos forasteiros, novos polos de poder se formam, organizados na mesma lógica sertanista: *“Cabecilhas improvisadas, à frente de clientes façanhudos, estes novos potentados, de recente grandeza se impunham pelo terror a povoações inteiras, como os bandos da Idade Média”* (VASCONCELOS, 1974: 26). Com isso, as relações de poder entre descobridores e forasteiros modificam-se:

Os lusitanos, a princípio, toleravam a insolência dos piratininganos. É que as conveniências os obrigavam a ser indulgentes. Todavia, logo que cresceram em número e se apatacaram, ganharam consciência do seu poderio e entenderam que, como os demais filhos de Deus, também tinham amor-próprio. Tomando rumo diametralmente oposto, eis que passaram a tratar os antigos benfeitores com arrogância e desdém (SUANNES, 1962: 22).

Manuel Nunes Viana é alguém que se enriquece e forma outro polo de poder, desafiando paulistas e a própria Coroa. Rico e bem relacionado, tornou-se capitão das tropas do nordeste, tinha por volta de 400 homens armados, alguns da Europa, e acobertava os comboios ilegais. Os paulistas incumbidos de confiscar tudo que vinha da Bahia, com a exceção do gado, liberado desde 1705, tinham grandes dificuldades com a situação e Borba Gato reconhecia a impunidade (ROMEIRO, 2008: 173). Esse português viria a ser a grande referência dos forasteiros e se destacou como potentado até depois da Guerra dos Emboabas.

Manuel Nunes tinha por volta de quarenta anos quando aparece nas minas, era natural de Viana do Castelo, cidade litorânea portuguesa que, no século XVII, tinha sua economia voltada para atividades marítimas e comercializava açúcar do Brasil. De família pobre, cresceu escutando histórias de navegantes e aventureiros das conquistas ultramarinas e presenciou considerável migração de seus conterrâneos para colônia. Veio para o Brasil em 1690, mas é obscura sua vida entre sua chegada e a Guerra dos Emboabas. Viveu em Salvador, onde teria

caído nas graças do governador geral D. João de Lencastro pela performance num duelo em que, em menor número e desarmado, defende-se com seu chapéu, toma as espadas dos contrários e mata pelo menos um deles. O governador lhe bane, com cartas de favor, para o sertão do São Francisco, onde se opulenta, favorecido por suas relações e fama de inimigo imbatível, destro com a espada (ROMEIRO, 2008: 156-158).

Com suas cartas de recomendação, torna-se um dos procuradores de dona Isabel Maria Guedes de Brito, que herdara 160 léguas de terras próximas à barra do rio das Velhas, o que torna Viana um poderoso potentado. Nos primeiros anos do século, presta relevantes serviços à Coroa, servindo como mestre de campo no combate aos índios nos rios São Francisco e Grande. Devido a essa atuação e sua proximidade com o governador-geral, obtém, em 1705, patente de Capitão-mor da freguesia de Nossa senhora do Bom Sucesso, no sertão. Como já dito, essa posição, nesse contexto, era dada a homens poderosos que podiam impor alguma ordem, com sua violência e séquito de agregados (Ibidem, p. 159). Segundo Taunay, “*criava-se naquele país bárbaro uma civilização pastoril e guerreira*” e nos arraiais fortificados da região “*concentravam-se famílias de bandeirantes dispersas e ricas*” (TAUNAY, 1951: 257). Como sertanistas paulistas, ao longo do século XVII, ocuparam o vale do rio São Francisco, dedicando-se a pecuária (ROMEIRO, 2008: 141), colaboraram para a instituição, também ali, da cultura política sertaneja, à qual se adapta muito bem Nunes Viana (Ibidem, p. 170).

Nessa época, Viana aparece nas minas, onde tinha escravizados lavrando, mas se notabiliza pela criação de gado e condução de comboios de todo o tipo de produtos, enviados ilegalmente por seus poderosos sócios de Salvador, para os núcleos mineiros, o que lhe deu fama de grande contrabandista (Ibidem, p. 160). Pelo caminho proibido da Bahia, levava gado, homens pobres, mercadorias e negros até as minas (Ibidem, p. 173), de onde voltava para Bahia, protegendo pessoas com ouro em pó minerado ou produto da comercialização do rebanho (Ibidem, p. 174). Era “*o sócio, o comanditário, ‘de grossa sociedade da Bahia’, organizador e chefe de verdadeira societas sceleris, o grande encaminhador dos que voltavam à Bahia sem pagar quintos*” (TAUNAY, 1951: 261). Nunes Viana era favorecido pelos círculos de poder de Salvador, principalmente pelo governador Lencastro, e carregava um discurso favorável aos seus aliados, detratava os paulistas e defendia que territórios mineiros deveriam ser considerados jurisdição baiana (ROMEIRO, 2008: 171). Porém, não era “*mero porta-voz*” de seus sócios litorâneos (Ibidem, p.172), potentado regional, estava mergulhado nas figurações locais e muito pressionado também por elas.

Tinha reputação de valente, violento, cruel, bom espadachim, justiceiro e protetor dos pobres. Posteriormente, veio a ser reputado por curandeiro e místico. Um dos únicos alfabetizados do contexto, tinha os livros *Portugal Restaurado* e *Mística da Cidade de Deus*, que utilizava para julgar e sentenciar, embasando-se em passagens escolhidas aleatoriamente. Também se falou que aderira a práticas e crenças dos africanos (Ibidem, p. 161). Anos mais tarde, o Conde de Assumar, seu grande inimigo, dizia que as pessoas acreditavam que ele tinha o corpo fechado e que conseguia ver através de paredes. Compara-o a Dom Quixote (Ibidem, p. 162). Portanto, além da força física e social, seria portador de força sobrenatural e assim sustenta sua liderança política também com bases no imaginário popular. Era temido e respeitado pelos seus subordinados, conseguia apaziguar conflitos e era destacada autoridade. Entendia a cultura política sertaneja e também a cultura política do Antigo Regime, assim, quando se dirigia a autoridades, apresentava-se como fiel vassalo (Ibidem, p. 164), mas, localmente, ancorado em relações de mandonismo e clientelismo, fazia-se dominante.

Em sua fazenda da Tábua, no caminho do rio São Francisco, tratava doentes, hospedava viajantes e protegia perseguidos, inclusive do aparato judiciário oficial. Fomenta uma imagem de campeão das justiças e protetor dos oprimidos (Ibidem, p. 167). Essa imagem é de grande importância, pois os emboabas sustentavam que o levante fora “*antes de tudo, a reação dos pobres à tirania dos paulistas poderosos: a clivagem entre pobres e poderosos é a pedra de toque das formulações emboabas*” (Ibidem, p. 172):

Viana tratou de construir um discurso político capaz de galvanizar as multidões pobres que vagavam pelas catas e lavras, empenhadas em faiscar o entulho deixado pelos mais afortunados. [...] o apelo à pobreza funcionava, ainda, como um instrumento valioso na luta contra os paulistas, tidos por homens ricos e poderosos, possibilitando a construção de uma alteridade capaz de estabelecer uma identidade social na massa amorfa de forasteiros (Ibidem, p. 166).

Apesar do apoio dos desvalidos, conforme padre Antonil (1982: 72), Nunes Viana era um dos homens mais ricos da região. Como o próprio Borba Gato, chegou a ter 50 arrobas (750 quilos) de ouro. Ainda mais rico que esses dois era Francisco de Amaral, outro importante forasteiro. Nesse trecho, relativo ao ano de 1710, Antonil revela a riqueza dos mais abastados das minas e Taunay sublinha que são mencionados oito paulistas, dois portugueses, um fluminense e um baiano (TAUNAY, 1951: 249). Portanto, apesar do destaque dos paulistas, outros poderosos já se faziam relevantes.

Enriquecidos e contando com agregados e escravos, os emboabas ameaçavam o domínio

paulista, disputando com eles, além das oportunidades econômicas, os postos administrativos e o mandonismo local (ROMEIRO, 2008: 31). Na região, formam-se muitos territórios de mando, fluidos e instáveis, pois os mais pobres, para sobreviver, tinham que se colocar “à sombra de um grande potentado local” (Ibidem, p. 88). Os forasteiros ganhavam prestígio e ameaçavam “as pretensões paulistas de hegemonia política” (Ibidem, p. 123).

Além do descontentamento dos paulistas com a intromissão de ministros de fora, irritava-os também a nomeação de forasteiros para cargos administrativos. Eles organizaram-se em torno de Garcia Rodrigues Pais, que se torna “*porta voz de seus patrícios*” e escreve carta ao rei pedindo que a arrecadação dos quintos continuasse com eles, “*as pessoas mais poderosas que assistem nas minas*”. Cita dezenas de candidatos e denuncia forasteiros que almejavam ocupar os cargos responsáveis por essas tarefas, como os irmãos Amaral, acusados de muitos crimes (Ibidem, p. 123-124).

Francisco do Amaral Gurgel e seu irmão Bento do Amaral da Silva, ainda antes da notoriedade que conseguem nas minas, tinham extensa ficha criminal. Eles teriam, em 1687, participado do assassinato de um provedor da fazenda real, no Rio de Janeiro, depois, foragidos em São Paulo, amotinaram-se com a mudança da cotação da moeda e logo estavam nas minas (FRANCO, 1989: 196). Entre 1701 e 1706, Francisco tinha o contrato de exclusividade da venda de gado para a região e se torna o homem mais rico dos sertões. Estabelece-se em Ouro Preto e era chamado “*capador de homens*” (ROMEIRO, 2008: 132).

O governador Lencastre cercava-se de poderosos locais, temidos e considerados perigosos, para sustentar seu governo. No Rio de Janeiro, também palco de disputas de potentados, ele já fazia alianças com tais figuras. Nas minas, segue o mesmo caminho (SANTOS, 2017: 161). Com Lencastre, as famílias aparentadas Amaral Gurgel e Amaral Coutinho conseguiram várias patentes e contratos (Ibidem, p. 163). Em 1706, Francisco do Amaral Gurgel é nomeado capitão-mor de Ouro Preto, subordinado apenas ao governador.

Assim, foram em balde os esforços dos paulistas. A configuração política da região mudava, alguns forasteiros tornaram-se poderosos, “*alterando significativamente os equilíbrios tradicionais e subvertendo a precária hegemonia paulista*” (ROMEIRO, 2008: 125). O governador Lencastre enceta um “*processo de enfraquecimento político dos descobridores*”, aumentando as tensões entre eles e os forasteiros (Ibidem, p. 31).

### 5.13 O Levante paulista - A reivindicação dos privilégios

Nos primeiros anos do século XVIII, aproximadamente 30 mil pessoas estavam nas minas (BOXER, 1963: 79). Em 1707, os forasteiros eram grande maioria e estavam por toda parte (Ibidem, p. 86). Eles eram muito numerosos em Sabará e Caeté, portas de entrada da estrada da Bahia. Em Ouro Preto e Ribeirão do Carmo (Mariana), mais próximos de São Paulo, a concentração de recém-chegados era menor (ROMEIRO, 2008: 213).

Durante muito tempo, os forasteiros teriam se deixado intimidar pela postura belicosa e truculenta dos descobridores. Segundo o emboaba José Álvares de Oliveira:

Assim principiou e cresceu a povoação, e com ela os insultos e insolências dos paulistas, estímulo principal do que adiante se verá. [...] não era necessário qualquer emboaba cair – bastava tropeçar –, fazendo tanto apreço da vida de um emboaba como à de um cachorro de que nasceu o dito vulgar: *ouvindo-se qualquer tiro, lá morreu cachorro ou emboaba*. Fiquem também como em esquecimento as repetidas assuadas que pela menor desconfiança vinham dar à povoação, entrando por ela com gente armigerada, o senhor na frente, de pé descalço, em ceroulas arregaçadas, catana talingada, patrona cingida, pistolas no cinto, faca no peito, clavina sobraçada e na cabeça ou carapuça de rabouço ou chapéu de aba caída, e a som de caixa e clangor de trombeta, vozeando: ‘Morram emboabas’ (CCM, 1999: 231).

Essa descrição idealizada de atitude truculenta refere-se a uma representação dramática (GOFFMAN, 2011: 36): como atores, os paulistas encenavam papéis que sublinhavam elementos confirmatórios da imagem social que queriam sustentar. Na lógica sertaneja, as armas, a disposição, a truculência, a intimidação e a força eram elementos que compunham as relações de poder. Com as assuadas, os paulistas buscavam associar sua imagem a essas características e submetiam os forasteiros a uma grande insegurança.

Os pobres moradores, tímidos a qualquer pressentimento de semelhantes barbaridades, não se dando por seguros em suas casas, fechadas as portas, buscavam os esconderijos dos morros, e assim armados de paciência [...] iam bebendo pelo vaso do sofrimento todos os dias mil sustos, até que os estômagos, demasiadamente repletos, vomitaram vinganças (CCM, 1999: 232).

Em junho de 1707, no Arraial Novo (atual São João Del Rei), uma turba emboaba lincha José Machado e seu tio Simão Pereira, dois paulistas famosos por suas insolências. Os forasteiros da região ficam temerosos e se fortificam (BOXER, 1963: 86), pois esperavam o

revide paulista. A vingança era um dos valores mais arraigados da cultura sertaneja. Devia ser espetacular ou estrondosa para impor medo e respeito (ROMEIRO, 2008: 89). Entrincheirados, os forasteiros aguardaram *“a invasão paulista, que tinham por sem dúvida, segundo seu violento pundonor não ficar sem um exemplar castigo um tão grave delito. Vieram, com efeito, incorporados”* (CCM, 1999: 232). Porém, achando os forasteiros guarnecidos, disseram que apenas queriam enterrar seus mortos. Mesmo amedrontados, os forasteiros voltam às suas casas, mas ficariam, dali para a frente, ainda mais desassossegados, *“sempre constantes e com cautela, fundada na desconfiança dos paulistas, que naturalmente conservavam as brasas do ódio debaixo das cinzas do disfarce”* (Ibidem, p. 233).

A insegurança crescia. Além da importância da vingança, os paulistas eram tidos por rústicos, desconfiados, sensíveis e acostumados à guerra, *“faziam pouco escrúpulo de tirar a vida de qualquer qualidade de pessoas, não só por mando de seus amos, mas também por leves agravos e alguns só presumidos”* (SUANNES, 1962: 29). Havia muitos motivos para os desentendimentos entre os descobridores e os recém-chegados:

[...] a antipatia entre paulistas e forasteiros possuía origens diversas, que iam desde alteridades culturais (notadas nos hábitos de vida distintos entre os dois grupos, tendo os paulistas fortes traços ameríndios), passando pelas disputas por cargos e mercês, até chegar ao confronto pelo domínio da estrutura econômica, nas tentativas de açambarcar as lavras e as rotas comerciais de abastecimento (GASPAR, 2009: 03-04).

O contrato das carnes, de posse de Francisco do Amaral Gurgel, desde 1701, findar-se-ia em 1706 (CAMPOS, 2002: 76). Ele tenta sua renovação, associando-se a outros forasteiros poderosos, Pascoal da Silva Guimarães, Manuel Nunes Viana, Sebastião Pereira de Aguiar, frei Firmo e frei Francisco de Meneses (SANTOS, 2017: 159). Favorecidos pelas ligações que supostamente tinham com o governador do Rio de Janeiro, eles arrematam o contrato, vencendo os demais interessados, inclusive paulistas, que criavam gado no São Francisco e no sul. Porém, alguns homens de Serra Acima, armados, opõem-se e não aceitam esse resultado. Sua reação agressiva visava proteger seus negócios e posições de mando, pois também foi impulsionada pelo descontentamento com a nomeação de Francisco do Amaral para capitão-mor de Ouro Preto. Os descobridores se entendiam merecedores de todos os tipos de privilégios, econômicos e políticos (ROMEIRO, 2008: 133-144).

Comumente, grupos que detêm posições dominantes as monopolizam e dificultam o acesso de estranhos (ELIAS; SCOTSON, 2000). Mas, nesse momento, os descobridores

estavam ameaçados pelos forasteiros, o que se evidencia com o mortífero revide no Rio das Mortes, com a nomeação de Amaral para capitão-mor e com o arremate do disputado contrato das carnes. Havia forte pressão sobre as estruturas sociais, reorganizava-se o “*equilíbrio flutuante das tensões*” (CHARTIER in ELIAS, 2001: 14), embora os sertanistas não aceitassem a nova situação que se configurava.

Inflexíveis e resolutos, os homens do planalto de Piratininga se opuseram à renovação do monopólio da carne. Sua capacidade de mobilização é importante, eles tinham tradições que legitimavam rebeliões contra abusos comerciais, uma espécie de “*economia moral dos pobres*”. Trata-se de um “*repertório de ação política típico das sociedades do Antigo Regime, apropriado de diferentes formas nos mais distantes pontos do Império português*” (ROMEIRO, 2008: 151). Os paulistas costumavam se mobilizar, violentamente se necessário, contra ações abusivas de comerciantes que comprometiam o abastecimento de bens alimentares (Ibidem, p. 149). Esse tipo de compreensão e de repertório de ações, proveniente dos laços sociais e tradicionais das pessoas, demonstram como as figurações sociais influenciam as condutas. Elas fornecem modos de julgar e agir, erigem interesses compartilhados e possibilitam a mobilização coletiva.

[...] se é verdade que uma dada população tende a ter um conjunto bem definido de estratégias para ação em defesa de interesses compartilhados, que é o resultado de um aprendizado cultural e da luta cotidiana dos atores, então é lícito afirmar que os motins de fome ou de subsistência faziam parte de um repertório de ação coletiva dos paulistas, instrumentalizados no contexto muito semelhante do monopólio das carnes (ROMEIRO, 2008: 151).

Os paulistas simplificavam e classificavam contextos completamente únicos, como o episódio do estanco das carnes de 1707 e outros mais<sup>28</sup>, numa categoria comum, fazendo com que o mundo se tornasse inteligível e a mobilização possível. Portanto, quando pessoas compartilham entendimentos, formam-se redes sociais que viabilizam a ação coletiva:

[...] unidos ‘em corpo de povo, sendo cabeças Domingos da Silva Monteiro e Bartolomeu Bueno Feio’, eles obrigaram Francisco do Amaral Gurgel a se retirar do negócio, partindo para sua fazenda no Bananal, enquanto frei Francisco de Meneses

28 Em 1710, por exemplo, houve o motim do sal, quando paulistas arrombam os armazéns de Santos em busca do produto que estava em falta no planalto, mas era estocado nos portos (ROMEIRO, 2008: 149).

‘prosseguiu avante, contra a posição dos dois paulistas, se passou das Gerais para o Sabará, onde tinha estado anteriormente e ali quis continuar a negociação que tinha arrematado e lhe foi embaraçada por Júlio César, D. Francisco Rendon, e outros paulistas. Dispostos a não ceder às exigências do frei, os paulistas reuniram-se em junta, fintaram uma grande soma e nomearam como procuradores D. Francisco Mateus Rendon e Júlio César Moreira, incumbindo-os de levar as reclamações até o governador (Ibidem, p. 135).

Se fosse necessário, os paulistas estavam dispostos a reclamar diretamente com o monarca. D. Francisco Rendon era descendente de família nobre espanhola, naturalizada em Pernambuco, elevada em reconhecimento pela luta contra os holandeses (VASCONCELOS, 1974: 37). “*Estávamos no tempo em que o gênero humano começava somente a ser cotado, como tal, dos fidalgos para cima*”, o povo não tinha direito de fazer representações ao rei, somente os nobres podiam entrar no paço e mesmo assim se tratava de situação delicada, pois a propagação de reclamações na corte associava-se aos perigos de insurreição (Ibidem, p. 38). Ou seja, apesar de isolados pela Serra do Mar e evidentemente diferentes dos demais colonos, os paulistas não estavam totalmente alheios à figuração da corte e seus meandros.

Pensar em ir ao rei, a despeito do governador, sugere que os paulistas conheciam a participação ilícita de Lencastre no negócio. O governador assustou-se, temeu que a questão chegasse ao monarca e acatou o requerimento dos paulistas, suspendendo o contrato. A notícia desse levante alarma o Conselho Ultramarino, que recomenda investigação para punir os excessos. O rei, no entanto, sensível aos moradores, decidiu pela anulação do contrato (ROMEIRO, 2008: 136). Punir os envolvidos também demandava um aparato administrativo que a Coroa não tinha (Ibidem, p. 305).

O levantamento paulista de 1707 é diferente do levante emboaba, que ocorre no final de 1708, mas estão conectados. O primeiro evento foi mais restrito, ficando limitado aos vilarejos de Ouro Preto e Sabará, mas acirrou o ódio entre os partidos e contribuiu para o levante Emboaba que se deflagrou no ano seguinte (Ibidem, p. 155).

#### **5.14 Levante Emboaba - A articulação dos forasteiros em torno de Viana**

Como os emboabas sustentavam que os paulistas eram soberbos e insubmissos, o levante contra o contrato das carnes, ato de grande prepotência, “*prestava-se bem ao intento de justificação e legitimação do levante liderado por Manuel Nunes Viana*” (Ibidem, p. 155).

O emboaba Bento do Amaral Coutinho articula as rebeliões, “*colocando-as sob a perspectiva do despotismo dos paulistas contra os pobres e oprimidos forasteiros*” (Ibidem, p. 154). O argumento principal dos emboabas era o “*abuso de poder, como a opressão e a vontade de potência*” dos sertanistas. Bento do Amaral compara os paulistas aos faraós do Egito, sublinhando a falta de liberdade dos forasteiros. Mesmo Bento Fernandes Furtado, nossa testemunha de Serra Acima, dizia que alguns conterrâneos seus eram muito arrogantes e soberbos (Ibidem, p. 265). Os motivos alegados para o levante indicam que o comportamento soberano dos paulistas, ligado à figuração sertaneja, não seria condizente com a posição de súditos do rei, o verdadeiro senhor das minas, a quem deveriam prestar submissão e respeito.

Mas, para além do desrespeito à hierarquia do mundo aristocrático, pairava localmente um novo equilíbrio político, com novos atores relevantes, apesar da resistência dos dominantes de aceitá-los em posições de poder. Em 1708, Nunes Viana, o pai dos pobres, era figura capaz de desafiar os mais poderosos paulistas.

Vista mais de perto, a deflagração do conflito armado resultou do atrito entre dois territórios de mando, liderados por um paulista e um forasteiro, este último suficientemente fortalecido para confrontar a autoridade do grupo então dominante. No centro do conflito, estava a questão da honra, ligada inextricavelmente ao poder (ROMEIRO, 2008: 93).

No Caeté, baianos tinham agrupamento “*de pessoal poderoso e rico [...], residência também de paulistas apaixonados e prepotentes*”. No final de 1708, o descobridor Jerônimo Pedroso de Barros e seu cunhado Júlio César Moreira, “*ambos apotestados*”, na porta da igreja, investem contra um forasteiro pobre (VASCONCELOS, 1974: 30). Um relato anônimo conta que uma espingarda teria sido emprestada por um paulista a um emboaba, mas fora extraviada. Sem se entenderem, o emboaba busca o amparo de Nunes Viana e o paulista recorre a Jerônimo “*Poderoso [...], por este ter também bastante escravos, e naquele tempo, quem tinha vinte ou trinta era respeitado entre os mais*”. Viana tinha 80 espingardas e solicita ao paulista que escolhesse uma delas. Embalde, pois este estava resoluto, queria a sua arma e nada resolvem (CCM, 1999: 197-198). Importante lembrar que a igreja e suas proximidades eram locais que reuniam pessoas, portanto, palco ideal para façanhas.

Diogo de Vasconcelos entra em detalhes e diz que os poderosos “*avançaram de palavras sobre palavras até o desafio*” (VASCONCELOS, 1974: 30), Nunes Viana convida-os ao embate, recusado pelos paulistas “*com pretextos mais seguros que honrados*” (PITA, 1878:

372). Sai moralmente vitorioso o português, que assistiu à missa tranquilamente enquanto os paulistas tinham se recolhido. Os “*mexericos diabólicos*” diziam que os reinóis riam da covardia de Jerônimo, que “*remoía-se triste do papel que fizera*” (VASCONCELOS, 1974: 31). O constrangido potentado teria laços parentais com Fernão Dias, era um dos primeiros descobridores da região do Caeté e lhe amargurava “*a dor de se ver batido e suplantado na terra, que ajudou a desbravar com tantos sacrifícios seus e de seus antepassados*” (Ibidem, p. 31). Aquela injúria, portanto, pode ser vista em um sentido mais coletivo, representando a situação mais geral, na qual os paulistas se viam escanteados e desrespeitados em uma região arduamente descoberta por eles.

A consequência foi que os parentes e amigos fustigados pela vergonha, que nenhuma outra havia maior que um homem se acovardar, coligaram-se para o feito da desforra. Verdade ou não, o certo é que correu de plano o boato de estarem os paulistas ajustados para darem uma noite na casa de Manuel Nunes Viana, e botarem ali tudo e todos a ferro e fogo (VASCONCELOS, 1974: 31).

A relevância da coragem e da honra para a figuração que interconectava os paulistas se destaca nesse episódio. Segundo essa narrativa, o questionamento da moral de Pedroso afetava toda sua coletividade, que se mobiliza em torno da desforra da honra maculada. Borba Gato era também seu parente (Boxer, 1963: 88) e, como representante do rei, tinha margens mais amplas para agir.

O Regimento de 1702 facultava ao superintendente atribuições de expulsar das minas pessoas desnecessárias, que contribuía para o desvio dos quintos, e resolver conflitos diversos (ROMEIRO, 2008: 175). Sustentar-se em suas ligações oficiais com a Coroa parecia ser o pulo do Gato. No dia 12 de outubro de 1708 (BOXER, 1963: 88), ele publica um edital e manda pregá-lo na igreja de Caeté. Seu conteúdo determinava a expulsão de Manuel Nunes Viana das minas. Mas a autoridade de representante régio não foi suficiente para intimidar Viana, que, rodeado de armas e apaniguados, desobedece ao superintendente Borba. A população se polariza em torno dos potentados, “*envolvidos numa questão de honra voltada para a sobrevivência social deles: recuar, ceder ou fugir significava aniquilar a reputação e destruir a fama que gozavam*” (ROMEIRO, 2008: 176). Estavam, portanto, em jogo a reputação, a fama e o respeito, valores importantes na lógica do Antigo Regime (Ibidem, p. 185), mas que, na figuração sertaneja, construía-se pela força e pela soberania e não pelos modos aristocráticos e proximidade com o monarca.

O poderoso forasteiro “*aproveitou a situação para fazer uma exibição pública de força política sobre o superintendente*”, desobedeceu às ordens e respondeu o edital dizendo desconhecer a autoridade do descobridor (Ibidem, p. 176). A defesa da honra estava em jogo, Gato não podia mostrar fraqueza e recuar. Ele publica outro edital, reitera a expulsão de Viana, acusa de amotinadores àqueles que o ajudassem e ameaça confiscar suas mercadorias. Isso gera uma “*onda violenta de saques aos bens dos forasteiros [...] incendiando os ânimos e abrindo caminho para o confronto armado*” (Ibidem, p. 178).

A dificuldade de Borba de expulsar Viana mostra que a aplicabilidade das normas vigentes dependia da existência de condições práticas. O que era oficialmente estabelecido muitas vezes esbarrava na força dos potentados e na tradição local. A Coroa lidava frequentemente com isso, agora foi a vez de Borba Gato. Estar amparado em um grupo com muitos companheiros armados era essencial para qualquer empresa nas minas, inclusive aplicar a lei. Mas outras lideranças já angariavam em seu entorno pessoas e armas suficientes para contestar os paulistas.

O conflito entre Nunes Viana e Jerônimo Pedroso por uma espingarda é fundamental para o entendimento dos embates. [...]. Ambos os lados transformaram um confronto envolvendo questões amplas, sobretudo os limites de ação dos poderosos locais, e o respeito aos representantes da Coroa, competências e jurisdições em querelas individuais. [...]. Por isso, as descrições detalhadas de insultos e conflitos banais de entremeio com batalhas e choques coletivos. Desta forma, ficava em segundo plano a usurpação de poderes ‘pertencentes’ à Coroa ou somente por ela transferíveis, elevada a preservação da honra ao primeiro posto como motora do conflito. Além disso, a honra coletiva e individual se confundiam. Para a manutenção de suas posições, os potentados de ambos os lados tinham a necessidade de se firmarem como valentes e poderosos, portanto, com poder para ocupar posições que de outra forma se transfeririam para membros do outro grupo ou para representantes do rei. A inserção ainda confusa e indefinida da Coroa em Minas, com atribuições superpostas e partilhadas com os membros das facções em luta, e a política de ‘dividir para governar’ também abriam espaço para conflitos aparentemente individuais envolvendo problemas de honra ultrajada, mas que em realidade envolviam disputas por cargos e poder (ROMEIRO, 2008: 85).

Nunes Viana, “*dispondo de ouro às arrobas, e de uma clientela numerosa e dedicada*”, ignorou as ameaças do Gato e angariou gente em torno de si no intuito de se defender dos paulistas que, diziam os boatos, preparavam um ataque. Ele tinha muitas armas e convoca seus apaniguados para, em sua casa em Caeté, verdadeira fortaleza, defenderem-se (VASCONCELOS, 1974: 32). Este foi o primeiro ensaio de levante, ocorreu depois dos editais, homens armados percorriam as ruas e obrigavam os moradores a “*engrossar a multidão de*

*amotinados que se dirigia à casa forte de Nunes Viana*". O superintendente fica amedrontado e se mobiliza para pacificar os ânimos (ROMEIRO, 2008: 191).

Reuniram-se cerca de 200 paulistas e 600 emboabas. Gato tentava evitar o conflito (Ibidem, p. 191). Para ele, autoridade, uma rebelião evidenciaria sua incapacidade de manter a ordem, enfraquecendo sua imagem ante a Coroa. Os paulistas, percebendo a gigantesca movimentação de gente e pressentindo a guerra, reúnem-se em conselho e sossegam. Alguns eram amigos de Viana, há entendimentos e as coisas se acalmam (VASCONCELOS, 1974: 32-33). Apesar da importância da coragem e das façanhas admiráveis, os paulistas, praticantes da guerra brasílica, não demonstravam impulsos heroicos e suicidas nos embates, mas eram estratégicos e precavidos. Pressentindo a derrota, resignavam-se (Ibidem, p. 51).

Apesar de superada a contenda causada pela espingarda, os ânimos continuavam exaltados, "*o tempo era de borrascas*" (Ibidem, p. 33). Ainda em outubro de 1708, o cunhado de Jerônimo Pedroso estava endividado e teria ido a Sabará vender barris de aguardente. Sem muita demanda pelo produto, ordenou que fossem vendidos por qualquer preço, o que foi interpretado pelos forasteiros como "*uma senha dos paulistas*", mancomunados para matar os líderes emboabas. Essa situação teria causado mais mobilizações (ROMEIRO, 2008: 192).

Duas mil armas se levantaram e José Pardo, um respeitado paulista, fora assassinado (Ibidem, p. 184). No Caeté, os bastardos de José teriam matado um português na rua, de dia, e supostamente se abrigaram, ou fugiram, ajudados por Pardo, que tem sua casa cercada, mas os assassinos não são encontrados. Os forasteiros matam o próprio morador, acusado de acobertar os fugitivos. Os paulistas ficam indignados, o finado era prestigiado, porém cada lado tinha seus mortos e novamente cessam as ofensas (VASCONCELOS, 1974: 33-34).

No entanto, a vingança dos belicosos e orgulhosos homens de Serra Acima era esperada e corre um boato de que "*os paulistas em conluio no Rio das Velhas tinham deliberado matar num só e mesmo golpe a todos os forasteiros moradores no distrito das Minas, [...] cairiam sobre os forasteiros e os passariam a ferro e bala*". As vésperas sicilianas estavam marcadas para o dia 10 de janeiro, na hora da missa, em todos os arraiais. "*Ainda que falso e imaginário, este boato seguiu o seu curso, e produziu todo o efeito calamitoso... À vista dos precedentes e da cegueira dos ânimos, os forasteiros creram piamente em tal embustice*" (Ibidem, p. 33-34).

Naquela altura, pouco importava se os boatos eram verdadeiros, o que interessa é que assim foram considerados e por isso suas consequências serão reais. As reações dos indivíduos

ante as situações das suas vidas se dão devido aos significados que atribuem a essas situações e não ao que elas são de fato. As pessoas dão sentido ao mundo com suas percepções e formulações, vinculadas às redes de interdependência em que se inserem. As consequências das ações das pessoas estão ligadas a esse entendimento atribuído.

Na sociedade sertaneja, a mostra de força era estruturante do poder e os paulistas investiam na imagem de violentos e belicosos, de pessoas que não se deve desacatar. Lutando para manter e justificar a posição de dominação, num contexto em que a valentia e a violência eram relevantes, a exibição de seu armamento, as assuadas e demonstrações de truculência envolvidas nessa lógica de poder tornavam críveis os boatos sobre os terríveis planos dos homens do planalto e contribuíram para aglutinar pessoas contra eles. Os sertanistas eram reféns de sua fama: “*o imaginário negativo que se constituiu em torno dos paulistas contribuiu extraordinariamente para conferir verossimilhança aos rumores de um grande morticínio liderado por eles*” (ROMEIRO, 2008: 220).

Esta notícia [da represália paulista] verdadeira ou falsa tiveram por firme os Forasteiros, porque a sua prevenção os não fez vacilar entre a dúvida e a certeza; e juntando-se logo os Povos do três lugares, Sabarabuçu, Caeté e Rio das Velhas, caminharam a buscar Manoel Nunes Viana, e o elegeram por seu Governador, e de todos os Povos das Minas, para refrear os insultos dos Paulistas, e os obrigar a viverem sujeitos ao julgo das Leis do Reino, e não às do seu próprio arbítrio, pelas quais só se governam (PITA, 1878: 373).

Pita, contemporâneo, justifica a reação emboaba argumentando que os paulistas eram desrespeitosos, insubmissos e soberanos, portanto afastados da lógica aristocrática do Antigo Regime. Outros relatos coevos “*constroem uma versão do conflito estruturando-o a partir dos eventos mais imediatos, apreendidos como uma sucessão coordenada de ação e reação, projetada sobre o pano de fundo da questão da honra ultrajada*” (ROMEIRO, 2008: 184).

Como “*o ultraje não pode ser tolerado pacificamente*” (FRANCO, 1997: 54), nesse contexto, o domínio local demandava a defesa da reputação, portanto aqueles que acreditam que o motivo da Guerra dos Emboabas foi a “honra ultrajada” fornecem indícios de que relações de poder estavam em jogo.

### **5.15 Os Conflitos e a expulsão dos paulistas**

Viana se aproveita dos boatos de ataques dos paulistas e mobiliza forças para atacar os inimigos em Sabará. Frei Francisco de Meneses, um dos poderosos forasteiros impedidos de assumir o contrato das carnes, não disposto a tolerar esse ultraje pacificamente, teria sido o mentor da primeira ofensiva emboaba. Atacaram dois flancos simultaneamente (ROMEIRO, 2008: 192). Fortificados, os paulistas foram surpreendidos por um incêndio provocado por flechas que vinham dos morros mais altos. Com o arraial em chamas, o ataque forçou a fuga desordenada dos paulistas. Os emboabas conquistam Sabará (VASCONCELOS, 1974: 46).

Manuel Nunes Viana tentava evitar violências desnecessárias e teria mandado soltar os prisioneiros, o que começa a lhe causar desgastes. Os baianos e pernambucanos, muitos veteranos da guerra dos Palmares, “*não entendiam solução de batalhas, que não fosse a do extermínio e da escravidão*” (Ibidem, p. 46). Segundo a descrição de Vasconcelos, muitos dos forasteiros eram também homens belicosos, afeitos à bruteza do sertão e, para esses tipos, a piedade contra inimigos podia ser uma atitude controversa. Diferentemente do que poderiam prescrever os mandamentos cristãos, “*oferecer a outra face*” não fazia parte do código de conduta sertanejo (FRANCO, 1997: 54).

Viana metia-se em uma delicada situação: aceitava posições de comando sem ser nomeado pelo rei, o que poderia ser considerado crime de lesa-majestade, e condenar inimigos, elevando-se a juiz, poderia caracterizar outra ousadia contra o monarca. Por outro lado, não penalizar os contrários e permitir que saíssem livres para futuras agressões era uma postura polêmica em meio a muitos levantados.

Outras clivagens mais se faziam relevantes. Por não ganharem postos de comando dos exércitos formados, alguns poderosos abandonaram Viana e voltaram a Caeté, com a reclamação de que somente reinóis eram contemplados nas posições de liderança (VASCONCELOS, 1974: 47). Portanto, como todos os grupos humanos, os forasteiros tinham suas diferenças, apesar de se ajuntarem contra os descobridores.

Em fins de novembro de 1708, expulsos de Caeté e Sabará, os paulistas seguem no sentido de São Paulo e acampam em Itatiaia e Rio das Pedras, com 400 armas. Espalham-se boatos de que atacariam os vilarejos de Ouro Preto e Antônio Dias, lugares com muitos paulistas (ROMEIRO, 2008: 192). “*Os rumores espalharam o medo*” e os forasteiros da região se mobilizam. Em Ouro Preto, um paulista tenta incendiar as 16 arrobas de pólvora que ali estavam em posse dos emboabas. A munição é salva, mas o vilarejo arde em chamas. Viana e suas forças partem em defesa dos seus (Ibidem, p. 193).

Os forasteiros, mais numerosos, novamente teriam vencido os inimigos na batalha que supostamente ocorrera em Cachoeira do Campo<sup>29</sup>. O problema dos prisioneiros teria sido, mais uma vez, palpitante. Capitaneados por Bento do Amaral, os naturais da América queriam o extermínio dos paulistas, a maioria mestiços e índios. Viana, seus oficiais e os frades votavam pela libertação, o que ocorreu por ordem do líder português. Exigiu-se dos libertados a promessa de abandonar as minas e não pegar em armas em revide (VASCONCELOS, 1974: 51). Vasconcelos parece separar de modo muito simplificado os colonos americanos, como mais bárbaros e vingativos, e os europeus e religiosos, como mais acometidos e pacíficos. Pela proximidade com o reino e objetivo de regresso, isso pode até fazer sentido, como também pensaram os conselheiros ultramarinos (CAMPOS, 2002: 94 (nota)), mas provavelmente entre todos esses subgrupos emboabas havia os menos e os mais vingativos. De qualquer forma, faz sentido pensar que variava a tolerância com os inimigos e que os mais sertanejos queriam se vingar dos ultrajes.

O prestígio de Viana teria se abatido pela metade. Para reforçar sua posição de liderança, a estratégia usada foi sublinhar seu alinhamento com a Igreja, aproveitando que alguns religiosos eram seus aliados. “*Determinaram, pois, revestir o ditador com o direito divino, privilégio dos governantes legítimos e assim legitimá-lo à face das turbas*”, de modo que se apresentasse “*sagrado, acima dos outros caudilhos e igual às mais autoridades postas por Deus*” (VASCONCELOS, 1974: 52). Teria sido consagrado, agora “*não era ali um simples potentado, que se impunha pelo levante e pelas armas [...] e sim um ministro do poder divino [...]. Ninguém poderia dali em diante ofendê-lo, e maldizê-lo sem sacrilégio*” (Ibidem, p. 53). O poder e prestígio local ganhavam maior consolidação com os favores do rei, como já visto, mas como Viana não tinha prerrogativas oficiais de comando nas minas e sua moral local estava abalada, contar com o reconhecimento religioso proveria um suporte importante. Isso teria ocorrido no final de dezembro de 1708 (GASPAR, 2009: 08).

Seguindo o resumo de André Gomes Ferreira, testemunha, foi nesse momento, quando os paulistas são expulsos para o Rio das Mortes, em que Viana fora oficialmente aclamado. Aparentemente, ele se refere ao evento que Vasconcelos considera consagração religiosa. Não há dúvidas, porém, de que se trata de um momento muito significativo: Viana teria jurado aos levantados “*bem os governar e defende-los do rigor dos paulistas*” (CCM, 1999: 223), uma vez

<sup>29</sup> Essa batalha é detalhadamente narrada por Diogo de Vasconcelos (1974: 47-51), mas não é abordada pela maioria dos historiadores. Taunay critica-o por não apresentar fontes (TAUNAY, 1951: 270).

que esse “partido” estava “*muito poderoso naqueles distritos, usando da liberdade e insolência em que costumavam viver, e conservando o ódio entranhável contra todos os forasteiros*” (PITA, 1878: 373). Ordenou a prisão dos poderosos paulistas Domingos Silva Monteiro e Bartolomeu Bueno Feio e os enviou para Sabará. Intimidados, vários paulistas evadiram (RUSSEL-WOOD, 1999: 107). Viana refreara-os “*dos seus insultos*” (CCM, 1999: 223). O despotismo e as afrontas aos forasteiros, sentidos em um nível local, foram articuladas com a usurpação da autoridade do rei e abuso do poder:

[...] a principal tópica da legenda negra, aquela que se prestava bem às necessidades do momento, era a imagem do paulista como mal vassalo [...]. E o fizeram ao estabelecer uma clivagem fundamental: a que opunha, de um lado, os poderosos, sinônimo de paulistas, e do outro, os pobres ou emboabas, vítimas da opressão dos primeiros. Tratava-se de reconhecer que os primeiros, valendo-se dos postos e cargos locais mais importantes, haviam constituído verdadeiros pólos de poder privado à volta do poder que emanava do rei, do qual deveriam ser os mais fiéis representantes (ROMEIRO, 2008: 263).

A denúncia de que os paulistas abusavam do poder destacava sua insubmissão ao monarca, portanto, evidenciava o desalinhamento com a figuração da corte. Como as minas pertenciam ao rei, todos os súditos deveriam ter o direito de explorá-las. A soberba dos paulistas e a presunção de posse daquelas riquezas, apesar da promessa régia, era denunciada pelos forasteiros como afronta ao monarca, reforçando aspectos da legenda negra. Os emboabas articularam o discurso da pobreza à falta de poder político, sustentando que eram submetidos, desprivilegiados e maltratados pelos arrogantes paulistas (Ibidem p. 264).

São essas as justificativas que usa Viana para aceitar a aclamação popular e liderar o levante. Mas ele também ordena prisões e coloca aliados em postos administrativos (CCM, 1999: 199). Sustentado pelo seu poder local, mas sem nomeação do rei, alguns entendem que “*se arrogou despoticamente à autoridade, criou lugares, deu postos, e procedeu a outros atos de quem aspirava não só ao governo, mas ao domínio*” (VARNHAGEN, 1877: 897).

Os paulistas foram sendo derrotas e recuando, de Sabará, para região de Ouro Preto e depois para o Rio das Mortes, cada vez mais próximos de São Paulo. Os forasteiros haviam dominado o atual quadrilátero ferrífero, com a exceção do Ribeirão do Carmo, hoje Mariana, que era reduto de paulistas e taubateanos e não foi invadida (CAMPOS, 2002: 88).

Segundo Vasconcelos, os forasteiros tentaram dominar o vilarejo do Ribeirão do Carmo (VASCONCELOS, 1974: 55) e também Guarapiranga, mais ao sul, mas foram rechaçados.

“*Acostumados a vencer*”, teriam se abatido. O fracasso no campo de batalha era um fator que poderia desestabilizar as estruturas de poder e a moral das forças. Dessa forma, os líderes teriam feito conselho e decidido “*fazer guerra sem tréguas aos moradores do Carmo, até que se restaurasse o prestígio das armas dos emboabas*”. Mas notícias alarmantes chegam do Rio das Mortes (Ibidem, p. 56).

Entre Ouro Preto e São Paulo se encontram as atuais cidades de São João Del-Rei e Tiradentes, na época, Arraial Novo e Ponta do Morro, nos arredores do rio das Mortes. Ali reuniam-se muitos paulistas que fugiam das batalhas perdidas. Os emboabas, temendo vinganças dos numerosos adversários, pediram socorro a Nunes Viana. Bento do Amaral é enviado com uma tropa, em fevereiro de 1709 (GASPAR, 2009: 09).

Vasconcelos (1974: 57) explica que, por causa da soltura dos prisioneiros, Bento do Amaral “*insuflava o descontentamento*” contra Nunes Viana e, quando solicitou o comando da diligência ao Rio das Mortes, Viana aquiesceu, pois seria conveniente afastá-lo. Famoso por suas violências, muitos paulistas teriam fugido ao saber que Bento comandava as tropas inimigas. As pessoas procuram harmonizar a imagem que têm de si e a imagem que os demais têm delas, buscam a “*comprovação de seus valores por parte das outras pessoas*” (ELIAS, 2001: 94). Assim como o cortesão deve manter a etiqueta correspondente à sua nobre posição social, o caudilho violento também tem uma reputação a zelar.

Bento não encontra os inimigos e envia um destacamento para averiguar se fugiam para São Paulo. Próximo ao rio das Mortes, encontram um bando de paulistas, em um capão<sup>30</sup>. Talvez estivessem ali para evitar a perseguição daqueles que evadiam (VASCONCELOS, 1974: 57). Gabriel de Góis, o líder dos paulistas, era reputado combatente dos Palmares e os emboabas decidiram se retirar em busca de reforços, mas o recuo foi considerado “*ato de covardia e nisto os carijós romperam com insultos na mais estrondosa assuada, com impropérios e desafios aviltantes*” (Ibidem, p. 58). Esses detalhes narrados por Vasconcelos podem ser postos em dúvida, mas estão de acordo com o entendimento geral de que a honra, a coragem e o insulto eram elementos que compunham a cultura local.

Tal ultraje não poderia ser tolerado pacificamente e Bento do Amaral avança contra os inimigos. Bem posicionados dentro da mata, os paulistas castigam os agressores, até que Bento

30 Mata isolada, cercada por área sem vegetação.

decide cercar o capão. Depois de dois dias, um mensageiro paulista se entrega e negocia a rendição de todo o grupo. Apesar dos louvores à coragem, as práticas bélicas dos paulistas estavam mais ligadas à surpresa e à vantagem estratégica e não ao embate glorioso de peito aberto: “[...] *batiam-se denodadamente enquanto venciam mas em percebendo o princípio da derrota, resignavam-se, e como ovelhas, entregavam-se mansos à garra dos carniceiros*” (VASCONCELOS, 1974: 51). Fica acordado que se entregariam e teriam suas vidas poupadas, porém, foram assassinados, por mando de Bento do Amaral. Esse lugar e esse episódio ficam conhecidos como Capão da Traição (Ibidem, p. 58-59).

Diogo de Vasconcelos fala em 300 mortos, enquanto Taunay acredita que não passaram de 50, mesmo assim, seriam humildes mamelucos e bastardos, excetuando-se o capitão Gabriel de Góes. Afonso dos Santos discorda, pois se as vítimas fossem de menor valor social, a comoção não seria grande e o governador não teria receio de comunicar o acontecido ao rei (SANTOS, 1952: 155-156), análise que faz sentido, uma vez que, como visto, no contexto do Antigo Regime, as pessoas têm valores diferenciados.

Esse episódio ganha destaque. Além de usar de ardis, contrariando a moral da guerra tradicional, que valoriza a lealdade e a honra, Bento condena indivíduos à morte, atribuição exclusiva do rei (VASCONCELOS, 1974: 90), que, no ano seguinte, recomenda que ele fosse destituído de todos os cargos que tinha (FRANCO, 1989: 377). Apesar dos sertanejos apreciarem a palavra e a promessa dada, aquela atitude se destacava pela crueldade e violência, garantindo grande notoriedade aos envolvidos. No sertão, “*quanto mais terríveis as violências, maior era o respeito que angariavam*” (ROMEIRO, 2008: 90). Como o governador D. Fernando Mascarenhas de Lencastre procurava cercar-se de potentados para sustentar seu poder nos sertões (SANTOS, 2017: 161), talvez Bento, que já tinha proximidade com o governador, procurasse consolidar essa fama de potentado violento e temível.

Para Goffman, em todas as sociedades, normalmente as pessoas se apresentavam perante os outros de maneira idealizada (GOFFMAN, 2011: 43). Dessa forma, elementos que dão notoriedade e que formam a fachada do indivíduo “*fazem de cada homem seu próprio carcereiro; esta é uma coerção social fundamental, ainda que os homens possam gostar de suas celas*” (Idem, 2002: 18). Bento do Amaral, fugitivo do Rio de Janeiro, poderoso e temido no sertão, estava cada vez mais preso e condicionado pela sua fama de violento que lhe dava notoriedade. Portanto, é possível pensar que mesmo seu poder, que pode pressupor liberdade,

limitava suas escolhas, orientando-o para um caminho violento, pois o indivíduo tende a incorporar os valores que lhe dão reconhecimento social (Idem, 2011: 41).

Pessoas ainda mais poderosas, como Manuel Nunes Viana, por estarem entrelaçadas em várias figurações que sustentavam seu poder, tinha ainda mais pressões para agir. Segundo Elias, “*Quanto maior o país, maior a réputation do soberano, mas com isso também aumentam as coerções a que ele está submetido e a exigência de dedicação do soberano para mantê-la*” (ELIAS, 2001: 152). Portanto, as mesmas estruturas que podem permitir amplas margens de manobras para poderosos, ao mesmo tempo restringem, condicionam, limitam e induzem seus atos. Até mesmo os potentados mineiros, aparentemente dominantes e livres nos sertões, sofriam relevantes pressões sociais.

Manoel Nunes Viana, recebendo as notícias do massacre, fica “*transtornado de horror*”, pesava-lhe a responsabilidade de ter cedido o comando a Bento do Amaral. “*Por muito que resistiu nem toda vez se libertou da pressão moral e da influência perniciosa de seus sequazes, a cujas paixões e caprichos nem sempre se opôs por falta do prestígio, que sua autoridade não podia lhe dar*” (VASCONCELOS, 1974: 61). Viana, considerado por Vasconcelos o primeiro ditador das minas, não era, dessa maneira, totalmente ditador e poderoso, capaz de impor seus desígnios de forma ilimitada. Suas atuações estavam inseridas em uma complexa rede de interdependências que o associava aos homens em sua volta, mas também à Coroa e às autoridades régias.

Após o Capão da Traição, o levante teria passado por momento de desânimo, temia-se uma interferência do governo régio. Nunes Viana perdia prestígio e controle. No Caeté, os baianos Sebastião Pereira de Aguiar e Luís Couto, os mais poderosos, estavam em aberta oposição contra o português. Sebastião teria inclusive mandado notícias ao governado do Rio de Janeiro, oferecendo assistência contra Viana, o que teria sido rejeitado, pelo temor de piorarem as contendas (Ibidem, p. 62).

No Rio de Janeiro, centro administrativo das minas, as notícias eram alarmantes e as riquezas não chegavam aos portos. Os poderosos que tinham negócios nas minas fazem pressão e o governador D. Fernando, instruído por um Conselho, viaja para a região conflituosa com grande comitiva e muitos soldados. Em abril de 1709, chega até o Rio das Mortes, onde convoca os dissidentes, busca a pacificação, há frágeis entendimentos preliminares e ele decide partir para a região de Ouro Preto, onde estavam os líderes forasteiros, teoricamente pacificados. Porém, “*a eficiente máquina de boatos dos emboabas*” propaga rumores de que eles seriam

castigados, acorrentados e presos no Rio de Janeiro e os supostamente ameaçados rapidamente se mobilizam (ROMEIRO, 2008: 283).

Os boatos das intenções punitivas do governador tiveram grande efeito, pois eram plausíveis. Temiam os levantados, sabiam que seus atos poderiam ser entendidos como grande afronta ao monarca. Além do massacre no Rio das Mortes, nomearam um governador, usurpando prerrogativa do rei, o que configuraria crime de lesa-majestade. “*Consciente disto e do risco das iras em que tinham incorrido, o ditador e seus oficiais, réus de morte, se consideraram perdidos. Ajuntaram-se, pois, e por último resolveram não permitir que D. Fernando penetrasse na Serra, custasse o que custasse*” (VASCONCELOS, 1974: 64). O governador, nas vésperas de ir ao encontro dos forasteiros, de nada suspeitava, pois Viana já tinha prometido entregar armas e postos. Por isso Mascarenhas rejeitou a companhia dos paulistas. “*Contava com o prestígio pessoal de sua representação, e com as suas quatro companhias de dragões [...] quando lhe faltasse de todo o efeito do terror*” (Ibidem, p. 65).

Os emboabas estranharam o avanço do governador e seus dragões, pois não havia aviso formal de sua ida e nem de guerra. Como já demonstrara intentos pacíficos, não poderia estar animado para o combate, “*era ele um fidalgo e não daria tão má prova de si*” (Ibidem, p. 65). A etiqueta da corte é “*um indicador altamente sensível e um instrumento de medida bastante confiável do prestígio e valores dos indivíduos em sua estrutura de relações*” (ELIAS, 2001: 33). Um aristocrata, governador nomeado pelo rei, todo poderoso em terras de sua jurisdição, tinha seu comportamento condicionado pela sua posição social. Até mesmo para guerrear, quando afloram instintos agressivos, uma conduta específica era esperada.

Pouco valeu seu prestígio de representante do rei, os boatos de suas intenções punitivas contribuíram para uma grande agitação. Os forasteiros estavam mobilizados para a guerra quando receberam o governador, no Rodeio da Itatiaia (CCM, 1999: 223), região da atual cidade de Congonhas. Nunes Viana avisa a D. Fernando que não deveria contestar as nomeações promovidas pelos emboabas, caso contrário, “*o povo impediria a sua entrada*” (ROMEIRO, 2008: 285). Um anônimo relata que “*toda a gente que estava de guarda ao dito Viana clamava com vozes descompostas: ‘Fora dom Fernando e venha o nosso governador!’, dando a este muitos vivas, e descompuseram ao senhor dom Fernando*” (CCM, 1999: 223). O governador, intimidado e se sentindo ameaçado, volta apressadamente para o Rio de Janeiro.

Enquanto isso, em São Paulo, as mulheres dos paulistas supostamente os injuriavam pela fuga. Pressionavam os homens para recuperarem as minas e se vingarem dos emboabas.

Não há comprovação dessa situação, incorporada à memória do evento (ROMEIRO, 2008: 194-195), mas é muito provável que a pressão pela retomada das minas fosse mesmo grande. Lembremos que, para os paulistas, a exploração das minas era empreendimento coletivo, muitas pessoas, mesmo sem ir a região, tinham investimentos no negócio (ELLIS in HOLANDA, 2007(a): 306). Além do prejuízo econômico, havia o prejuízo sociopolítico. A expulsão das minas que tinham descoberto e todas as agressões sofridas maculavam a honra daqueles homens e “*o ultraje não pode ser tolerado pacificamente*” (FRANCO, 1997: 54).

Escandalizados os Paulistas da mortandade que por ordem do Amaral se tinha feito no Capão da Traição, se recolheram a S. Paulo com ânimo de se despicarem: e convocados os moradores, lhes propuseram a desgraça sucedida, as fazendas e reputação; e declarando-lhes juntamente com graves razões intenção que tinham de se vingarem, lhes pediram adjutório, animando-os à empresa com a eficácia que costuma subministrar a honra gravemente ofendida. [...] em breve tempo alistaram mil e trezentos homens (FONSECA, SD: 211).

Os paulistas não esperaram amparo do rei, mas organizaram suas forças para a ação autônoma. Escolhem como Cabo-Maior, capitão de todas as tropas, o poderoso Amador Bueno da Veiga, bisneto daquele que fora aclamado rei em 1641. Frei Francisco de Meneses, em nome dos emboabas, levava ao reino os quintos do rei e, seguindo o admirador dos paulistas, Aureliano Leite, “*o suborno pelo dinheiro – vinha a colocar em terrível perigo a causa dos descobridores das Minas. Convenceram-se os bandeirantes, e com razão, que só por suas próprias mãos lograriam obter a justiça que lhes fugia*” (LEITE, 1942: 78).

Apesar do poder de mobilização da honra melindrada, os paulistas demoraram a contra-atacar. A estação chuvosa, que, na região, concentra-se no final e no começo do ano, deixara o caminho intransitável, atrapalhando os intentos vingativos, assim como a falta de sal nas vilas de Serra Acima (Ibidem, p. 79). Mas, em abril de 1709, com o fim das chuvas, os paulistas insistem com Amador Bueno, que não tinha interesse nas minas e tenta evitar a aventura, dizendo já ter quarenta e cinco anos e que existiriam outros mais capacitados para a missão (Ibidem, p. 80-81). Porém, sua participação era imprescindível: “*Na verdade, só Amador Bueno da Veiga, aliado à sua parentela, podia concorrer com a metade do exército: em escravaria, armas, munição, equipamentos, víveres e transportes*” (Ibidem, p. 86). Rejeitar a posição abalaria sua moral ante seus patrícios. Condicionado pelas redes de interdependência, não havia liberdade para a escolha da paz e do amor, o destino do Amador seria mesmo levar a guerra aos emboabas.

Essa perspectiva sugere que Bueno era tão poderoso e necessário que estava obrigatoriamente vinculado àquela empreitada coletiva, totalmente emaranhado na lógica de sua coletividade, mesmo que pessoalmente não lhe interessasse o comando. “*Se um indivíduo tem de dar expressão a padrões ideais na representação, então terá de abandonar ou esconder ações que não sejam compatíveis com eles*” (GOFFMAN, 2011: 46). Como não há separação entre vida privada e vida pública nesse contexto, não cabia a Amador alegar motivos de ordem pessoal para recusar a posição social.

Eram necessários meses para que informações das minas chegassem aos administradores em Portugal, que estavam preocupados em proteger o Rio de Janeiro de franceses e espanhóis. Por isso, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, experimentado na administração colonial, é nomeado governador. No final do primeiro semestre de 1709, chegando às minas essa notícia, os emboabas enviam, à Guanabara, frei Miguel Ribeiro, amigo do novo governador, dizendo que o esperavam de braços abertos, “*querendo viver tranquilos e sujeitos às leis e aos ministros de Sua Majestade*” (VASCONCELOS, 1974: 72).

O outro emboaba em missão diplomática, frei Francisco de Meneses, favorecido por ligação com poderosos da corte, consegue que seus relatos tenham credibilidade e sugere o indulto (ROMEIRO, 2008: 303). Em agosto, o rei dá liberdade para o governador Albuquerque decidir como agir em relação ao conflito, sugerindo resoluções brandas, mesmo o perdão, menos para Nunes Viana e Bento do Amaral (VASCONCELOS, 1974: 74).

O tamanho do império e as grandes distâncias do centro decisório tornavam complexo o exercício do poder. “*Até onde podia apertar sem que a corda arrebentasse?*” (SOUZA, 2006: 15). Não eram claras as formas de lidar com as alterações<sup>31</sup> e, nos primeiros anos do século XVIII, a insurreição dos vassalos era temida (Ibidem, p. 89). “*Por isso, tornava-se imprescindível exercer o castigo sem romper a barreira da justa medida*” (Ibidem, p. 103). No caso em questão, a maioria dos membros do Conselho Ultramarino achava que a pacificação deveria ser buscada com moderação, sem intuito de punir (ROMEIRO, 2008: 289). Além de mostrar magnanimidade e benevolência, a decisão do indulto também levava em conta as dificuldades de aplicação de castigos, num contexto de ameaça de agressão estrangeira e num lugar muito afastado da Bahia, de onde talvez se pudesse mobilizar tropas suficientes para controlar o levante (Ibidem, p. 304). O conselheiro Antônio Rodrigues da Costa temia que o

31 “*Termo que então se designava revoltas e motins*” (SOUZA, 2006: 103).

perdão geral fosse visto como fraqueza (Ibidem, p. 290). Apesar das recomendações, afastado da luminosidade do soberano, o governador tinha certa liberdade para tomar suas decisões conforme exigissem as sombras coloniais.

Com comitiva discreta, D. Antônio foi direto a Caeté, reduto de emboabas desentendidos com Manuel Nunes Viana. Sentindo a influência de Viana, o governador entende ser conveniente afastá-lo da região. O potentado se apresenta, entrega o governo e acata à expulsão com tranquilidade (VASCONCELOS, 1974: 74). Aliado da rede de apoio local que outrora dispunha, a margem de ação de Nunes Viana se reduzia. Ele não tinha mais o suporte social necessário para desafiar o governador, como fizera em Itatiaia. Seu apoio fora quebrantado pelo representante do rei, que se vale das dissensões das elites, estratégia básica para centralizar poder (ELIAS, 2001: 89), para reestabelecer o domínio metropolitano.

Depois disso, Albuquerque pretendia também desmobilizar os paulistas. Porém, sua clemência com os emboabas não surtira bom efeito entre os homens de Serra Acima (LEITE, 1942: 86-87). Para eles, expulsar Nunes Viana não era suficiente: “*Urgia repor os paulistas nas suas legítimas propriedades. E isto Dom Antônio não obtivera. Os danos sofridos não se repararam. Os prejuízos morais e materiais exigiam uma reação retumbante*” (Ibidem, p. 87).

O exército paulista parte em 24/08/1709. O objetivo da expedição comandada por Armador Bueno era restituir aos paulistas suas minas e não permitir hostilidades. O governador Albuquerque os encontra em Guaratinguetá, estima serem dois mil, maioria negros, índios e mamelucos. Havia poucos brancos, entre eles os líderes. Albuquerque fica indignado com a distribuição de patentes (ROMEIRO, 2008: 195), que davam ao exército paulista um ar de oficialidade, apesar de estarem agindo impulsionados por suas redes de interdependências locais, desautorizados pela Coroa. Reunidos em grande exército, encontravam-se soberbos e insolentes e como, nos sertões, descomprometidos a autoridade era indicador de valentia, este foi um momento que exigiu cautela ao governador:

[...] chegando a encontrá-los na estrada de Guaratinguetá, e topando-os, disse aos cabos que todos eram vassallos de el-rei de Portugal, e quisessem retroceder outra vez para São Paulo, e que ficava por sua conta dar parte a Sua Majestade, e que ele mandaria tomar conhecimento de alguns desacatos que lhe tivessem feito e castigar os delinquentes, o que eles não quiseram de nenhuma sorte demitir nem retroceder, mas, antes, pela língua da terra, disseram os cabos: “*Mandemos matar este puto emboaba!*” É como o senhor governador Antônio de Albuquerque tinha governado o Maranhão, sabia a língua, e um frade que o acompanhava, e disse logo [...] ‘vamos seguindo viagem’. [...] caminharam de dia e de noite (CCM, 1999: 201).

Novamente um representante do rei era desobedecido e ficara imponente ante a potências. Para os paulistas, empoderados por suas fileiras, a reconquista das minas devia ser realizada mesmo contra as determinações do governador, mesmo porque aprendiam nos sertões a “*contar com suas próprias forças*” e que a ação metropolitana era “*frouxa e demorada*” (MACHADO, 1972: 226). Restou a Albuquerque recolher-se ao Rio de Janeiro e enviar urgente aviso aos forasteiros do Rio das Mortes para se prepararem (CCM, 1999: 201).

Recebendo as notícias da aproximação do exército inimigo, os emboabas, já alarmados, reuniram-se numa fortaleza. Eram 260 brancos e 500 negros, alguns armados, que formaram uma companhia, os outros tinham foices e paus (ROMEIRO, 2008: 195). O português José Alvares de Oliveira, um dos chefes emboaba, fornece precioso relato: mais de dois mil combatentes marchavam bem formados, “*debaixo de um estandarte grande encarnado (que se disse trazia a efígie de São Paulo)*” (CCM, 1999: 237). Ele tenta sublinhar que aquele exército marchava em nome dos paulistas e não em nome do rei.

Os agressores tomaram casas e igreja, cercando seus inimigos, que eram fortemente alvejados e passavam sede, remediada por um poço aberto improvisadamente. Os paulistas exigiam que depusessem as armas para o fim do cerco, mas o autor do relato responde que os sitiados estavam “*todos firmes na resolução de morrerem ou ficarem bem*” e que não entregariam as armas, pois elas eram “*de el-rei*” (Ibidem, p. 237). Mais uma vez, frisava que agiam como fiéis vassalos da Coroa, em oposição aos paulistas, insolentes e autônomos. Esses elementos confirmavam um dos traços da legenda negra dos paulistas: a aversão às normas do Antigo Regime (ROMEIRO, 2008: 228). Como já vimos, essa aversão não é absoluta, há penetração crescente da lógica estamental no mundo sertanejo, impulsionada pelo ouro. Mas, naquele momento, os paulistas queriam conquistar suas reivindicações, como autônomos, potentes e insubmissos sertanistas.

Os forasteiros também denunciavam e repudiavam as práticas traiçoeiras de guerrear dos inimigos, algo que também os distanciava dos modos fidalgos. Vinculando-se à Coroa, as práticas militares dos emboabas tinham como referência os exércitos tradicionais, rigidamente hierarquizados, performadores de organizadas manobras campais, com desenhos e estratégias convencionais. Os paulistas, ao contrário, eram especializados e conhecidos pela guerra bráslica, enganadora, traiçoeira, adepta de emboscadas, assaltos e oportunismo, práticas vilipendiadas pelos reinóis (ROMEIRO, 2008: 180-181).

Durante o cerco, vários atos de coragem são apontados, mostrando a importância dessa característica tanto no âmbito sertanejo como no âmbito do reino. Mas os emboabas frisam que os paulistas aproveitavam, covardemente, de suas posições privilegiadas. Alguns cavaleiros, por exemplo, teriam abandonado a fortaleza e, heroicamente, combatido um grupo de paulistas, que *“dando a conhecer o seu valor, se deixaram ficar no campo, retirando-se os mais às casas, donde a peito coberto, e com pontaria certa danificaram muito aos emboabas”*, matando a maioria dos honrados e corajosos cavaleiros (FONSECA, SD: 216).

Dois emboabas *“de ânimo intrépido [...] se ajustaram com mais alguns ambiciosos de nome a fazerem, na madrugada de domingo, uma saída com o projeto de desalojar os paulistas, queimando-lhes as casas de onde faziam contínuo fogo”*, mas as imediações aparentavam estar vazias e, depois de desconfiarem de armadilha, descobriram que os sitiados realmente abandonavam o cerco. Os paulistas patrulhavam as estradas e sabiam que chegavam socorros, até granadeiros foram enviados do Rio de Janeiro (CCM, 1999: 239). Fugindo para São Paulo, teriam sido perseguidos (Ibidem, p. 224) e bloqueado os caminhos para proteger sua retaguarda (SANTOS, 1952: 193). Para Aureliano Leite (1942: 95), a fuga do exército paulista foi uma *“operação digna das grandes páginas históricas”*.

Os emboabas tiveram oitenta mortos e feridos (ROMEIRO, 2008: 188), sobre os paulistas, as informações são incertas, Santos (1952: 193) fala em apenas 20 mortos, pois tinham muita vantagem no cerco, bastava apontar qualquer coisa sobre a muralha dos entrancheirados que era fatalmente alvejada, perigo que não permitia aos sitiados mirar e atirar com precisão. Mesmo com essas vantagens, os paulistas não conseguiram desalojar os sitiados e tiveram que fugir. Segundo o chefe da resistência emboaba, o episódio foi vergonhoso para os paulistas que *“deram costas, deixando abatida pela fuga aquela soberba com que, altivos, entraram a ela [...] Junto com a queda da soberba perderam também o respeito do seu honroso nome depois de tantos anos pelas suas insolências adquirido”* (CCM, 1999: 239). Ele chama a atenção de que o respeito que tinham os paulistas se dava pelas insolências e que aquela fuga quebrantava os motivos de sua respeitabilidade. Com base na lógica da figuração sertaneja, ele descaracteriza os paulistas como aptos ao domínio local.

E, com o fracasso, a imagem de Amador Bueno teria sido maculada. Enquanto Luís Pedroso comandou iniciativas mais agressivas, Amador teria se mantido mais afastado das pelepas (SANTOS, 1952: 190), pois teria se entendido com o governador, assumindo postura mais moderada. *“Dizem que por esse motivo incorreu no desgosto dos seus contemporâneos”*

(Ibidem, p. 192). O líder de um dos maiores exércitos do conflito não impunha suas vontades soberanamente, suas ações eram pressionadas pelas suas redes de interdependência social. Num mundo onde há foro privado, talvez Bueno poderia ter recusado a posição de mando, alegando motivos de ordem íntima, como indisposição para a guerra. Mas, devido à sua importância social, estava fortemente pressionado por laços locais, que o impulsionavam para a agressividade, e por laços com o poder régio, que exigiam moderação.

Para os paulistas, nem o respeito ao rei, nem o preceito cristão do perdão eram as referências a se seguir naquele momento, pois os ultrajes sofridos não podiam ser tolerados pacificamente (FRANCO, 1997: 54). O Cabo Maior dos paulistas, Amador, por não ter enquadrado suas ações de acordo com elementos relevantes para a sua coletividade íntima, teria se desmoralizado. Herdeiro do trono de São Paulo, caso seu bisavô tivesse aceitado a aclamação, poderia ser rei, no entanto, por não tomar as atitudes esperadas para alguém de sua posição, perdia o respeito dos seus patrícios. Nas cortes, ou nos sertões, sofrendo pressões familiares, ou governamentais, não representar o papel esperado para as posições sociais que se ocupa pode levar ao desprestígio (ELIAS, 2001: 95).

## 6 CARACTERÍSTICAS GERAIS E RESULTADOS DO CONFLITO

A Guerra dos Emboabas foi um importante momento do processo civilizador brasileiro, contribuindo para domesticar os sertões e seus habitantes. Mas, apesar de sua importância, o evento tem suas dimensões aumentadas e o nome “guerra” não seria o mais apropriado. “Levante” é o melhor termo<sup>32</sup>. Sublinha-se que se tratou de disputa entre facções sociais e não um movimento contra o rei, por isso governadores e autoridades falam de guerra civil. Esse discurso oficial omite o fato de que várias insolências foram cometidas contra a Coroa e seus representantes, os dois grupos ameaçaram governadores, por exemplo. A forma de nomear as alterações “*dependia das conveniências, da forma de punição escolhida e dos desdobramentos posteriores do movimento*” (CAMPOS, 2002: 405). A prudência, fazendo vista grossa e evitando castigos severos, visava evitar a “*total ruína*” das minas (ROMEIRO, 2008: 291). As resoluções da Coroa também estão enquadradas em meio à lógica do poder que as envolvem:

32 Maria Verônica Campos (2002: 404) traz maiores explicações sobre como eram consideradas as alterações no século XVIII, suas gravidades e penas.

como condenar e não ter meios para executar a condenação é um imenso sinal de fraqueza, minimiza-se os atos de insubmissão. Como mostrou Elias (2001), até mesmo os reis têm limitações para agir, mas depois da Guerra dos Emboabas, a Coroa encontrou um melhor equilíbrio social e político e se torna mais poderosa nesses sertões.

Os paulistas foram derrotados nas batalhas, que aconteceram entre outubro de 1708 e novembro de 1709 (ROMEIRO, 2008: 196). Há poucos registros sobre a época e os acontecimentos são nebulosos (Ibidem, p. 191). A documentação conhecida menciona confrontos armados em Sabará, incêndio em Ouro Preto e no Rio das Mortes, os embates no Capão da Traição e o cerco final ao Arraial Novo (Ibidem, p. 190). As batalhas foram raras e as baixas provavelmente foram poucas (Ibidem, p. 187). Foram utilizadas numerosas espingardas, algumas pistolas, espadas, adagas, facas (Ibidem, p. 215), foices, lanças, arco e flecha. Como os vilarejos eram improvisados, com edificações de pau-a-pique e palha, o fogo foi artifício recorrente, com satisfatórios resultados (Ibidem, p. 218). O boato também foi recurso importante (Ibidem, p. 219), melhor manejado pelos forasteiros (Ibidem, p. 220). O desfecho se deu principalmente no “*campo das representações ideológicas*” e não no campo de batalha (Ibidem, p. 182).

A ambiguidade marca o conflito: os paulistas, conhecidos por sua insubmissão, descobriram as minas e as revelaram, ganhando posições administrativas, fiscais e policiais, possibilitando ganhos para a Coroa; enquanto portugueses e moradores do litoral, mais envolvidos com Portugal, levantaram-se, escolheram líder próprio e causaram tumultos. Mas os paulistas, “*mesmo assim, foram quase unanimemente retratados nas fontes coevas, [...], como traidores vis*” (SOUZA, 2006: 155). Foram relevantes as memórias burocráticas e religiosas que destacavam a legenda negra dos sertanistas: insolentes, insubmissos, mestiços e perigosos, portanto, inapropriados para colonizar e administrar jazidas minerais.

Os emboabas, melhores relacionados no reino, puderam transformar a contenda em um conflito entre paulistas, insubmissos, que abusavam do poder, e portugueses, vinculados ao reino e observadores de suas leis. Na verdade, os inimigos dos paulistas não eram os portugueses especialmente, mas todos os forasteiros, com destaque para os “*homens que entram pela estrada proibida da Bahia*”, segundo Borba Gato. O termo “*emboaba*” foi admitido de forma restrita pelos conselheiros régios, que falam de “*antagonismo entre paulistas e os ‘homens do Reino’*” (ROMEIRO, 2008: 266).

[...] os conselheiros opinavam ser mais provável os paulistas serem o motivo da perturbação, *‘pela experiência que se tem da sua exorbitância e pouco temor às justiças de Vossa Majestade, conservando-se há muitos anos na posse da impunidade com que cometem cada dia mortes e violências atrocíssimas, o que se não acha nos homens que vão do Reino, costumados a viver debaixo do julgo das leis e magistrados e tendo muitos deles suas casas e famílias dessa parte para onde determinavam voltar e o não poderão fazer sendo culpados gravemente’* (CAMPOS, 2002: 94 (nota)).

Ressalta-se que, por estarem extremamente envolvidos com redes de interdependência social com a metrópole, os portugueses teriam suas ações mais contidas, enquanto os paulistas não tinham suas maneiras suficientemente reguladas por sua vida indômita e livre nos sertões. Como guerreiros não vinculados a um centro de poder, as *“limitações mais pacíficas do entrelaçamento social que tendiam a impor uma profunda transformação às pulsões não pesavam ainda de maneira constante e uniforme em sua vida”* (ELIAS, 1994(b): 381).

Eram reconhecidas suas habilidades e requeridos seus serviços, mas os conselheiros *“recusavam-se a considerar tal fato o título de legitimidade de quaisquer pretensões paulistas de se arrogarem o domínio do sistema de poder local”* (ROMEIRO, 2008: 260). Repudiavam *“a ideia da administração das Minas em mãos de uma elite mestiça – de origem mameluca, sobre a qual recaía o peso secular da legenda negra”*. Objetivava-se estabelecer o governo oficial, sendo necessário realizar *“o alijamento dos paulistas poderosos dos cargos e postos locais”* (Ibidem, p. 270). O levante emboaba foi um evento muito positivo para os propósitos centralizadores da monarquia, os forasteiros realizaram para a Coroa a necessária e difícil missão de enquadrar os sertanistas no papel de *“meros descobridores”* (Ibidem, p. 318). Muitos conselheiros entendiam que a colonização exigia homens de hábitos sedentários e não sertanistas. A imagem de descobridores que construíram e promoveram, justificando suas pretensões de privilégios nas minas, agora lhes desqualificava para o domínio da região (Ibidem, p. 260). A aproximação com o sertão, que outrora permitira dominar as minas, agora, que a Coroa estaria mais próxima, era um grande inconveniente para a centralização administrativa e para os modos cortesãos.

Em novembro de 1709, com poucas informações do levante, a Coroa comunica a Albuquerque que ele fora nomeado governador, por três anos, da nova província de São Paulo e Minas do Ouro, separada do Rio de Janeiro, subordinada somente ao governador-geral da Bahia. O Conselho entendia que os paulistas eram os mais capacitados para empreender os descobrimentos de ouro, por isso sua província vinculou-se diretamente às minas, o que seria

do agrado deles, porém, ao mesmo tempo, a Coroa visava aumentar sua presença na região. “A supremacia dos paulistas é substituída, então, pela ideia da conciliação” (Ibidem, p. 308).

As insubmissões dos paulistas e a distância social que os separava do monarca incomodava a Coroa, que providencia um retrato do rei para ser levado a São Paulo, simbolizando o abraço e o amparo régio sobre aqueles filhos rebeldes (Ibidem, p. 309). Esses vassallos, distantes da corte, vivendo mergulhados em suas próprias referências, entendiam e julgavam o mundo de forma bastante peculiar. Contavam consigo mesmo para realizar seus empreendimentos, para se defender e para reivindicar o que consideravam justo. As figurações que os conectavam em redes mais próximas frequentemente eram as estruturas que mais orientavam suas ações. Mas, devido à febre do ouro, a metrópole avança nos sertões e, com o simbólico retrato do rei e com a reforma administrativa, as cadeias de interdependência dos paulistas vão se tornando mais complexas e ligadas ao poder central.

O conflito entre os paulistas e os forasteiros também colaborou para novos achados mineirais e nova expansão territorial. Depois da “*derrota sofrida na Guerra dos Emboabas*”, os sertanistas, ainda nas primeiras décadas do século XVIII, revelam mais jazidas no longínquo oeste, ocupando Goiás e Cuiabá, muito além do que estabelecia o tratado de Tordesilhas, e, até meados do século, definem-se, basicamente, os limites territoriais do Brasil atual (ELLIS in HOLANDA, 2007(a): 300-323). Desde 1665, bandeiras paulistas exploravam a região entre a bacia do Prata e do Amazonas e se depararam com a serra dos Martírios, outra lendária fonte de metais preciosos (FRANCO, 1989: 372). “*Com a deserção havida nas Minas-Gerais dos elementos de São Paulo, logo após o final da guerra dos emboabas*”, experientes sertanistas, como Bartolomeu Bueno da Silva, que já havia estado na serra dos Martírios, embrenharam-se novamente no centro do continente (Ibidem, p. 373).

A ideia de perderem de todo modo a posição de árbitros independentes, ou déspotas, como viviam em suas respectivas paragens, deu-lhes em ira; e esta não teve limites em Bartolomeu Bueno da Silva, o famoso aventureiro, que devia passar à história com o título de Anhanguera. Foi sempre inimigo dos reinóis, e nenhuma parte quis tomar na conciliação, promovida pelo governador Albuquerque. O que fez foi retirar-se, isolando-se nas terras que possuía entre Paraopeba e o Pará (VASCONCELOS in FRANCO, 1989: 373).

Expulso das minas gerais, Bartolomeu Bueno passa a ser um poderoso potentado em novos descobertos, as minas de Pitangui, onde novamente passa a sofrer pressões para se conciliar com os forasteiros, que rapidamente abundam também ali. Depois de 1716, quando

forças régias foram enviadas pelo governador para reprimir conflitos da região, Anhanguera “viu que afinal o reinado dos paulistas tinha chegado ao fim e preferiu desterrar-se. Mandou sempre e nunca obedeceria. Só nos sertões podia viver. E, por isso, com toda sua família, se pôs a caminho e foi conquistar Goiás” (Ibidem, p. 373). Tornou-se capitão-mor do que viria a se chamar Vila Boa de Goiás, ganhou sesmarias e direitos de passagem em rios, mas até 1733, tudo já havia sido cassado (FRANCO, 1989: 375). Novamente, a Coroa, quando possível, tomaria dos sertanistas as prerrogativas que inicialmente tinha dado a eles.

Podemos considerar que os maiores derrotados da Guerra dos Emboabas foram os descobridores, que perderam muitas de suas posições e privilégios nas minas. Os forasteiros venceram no campo de batalha, mas, divididos, não sustentaram a hegemonia na região. O maior beneficiado do conflito nem lutou, mas se aproveitou das contendas das elites locais, saindo fortalecido dos episódios. Portugal terá seus domínios extraordinariamente estendidos e encaminha a implementação do Leviatã mineiro, um governo com aparatos administrativo, policial, fiscal e penal mais robustos. Aumenta-se o controle da sociedade sertaneja, tornam-se mais complexas as redes de interdependência social, as pessoas passam a sentir maior pressão dos demais, da Igreja e da violenta mão punitiva da Coroa, pacificando condutas e indivíduos. Apesar dos descaminhos, violências e rebeldias, o regime implantado subjuguou aquela população, executou violentos castigos contra insubordinados e arrecadou montanhas de ouro.

## **7 REDES DE INTERDEPENDÊNCIA SOCIAL VARIADAS ENVOLVEM AS AÇÕES DOS INDIVÍDUOS**

Quando se movimentaram indivíduos diversos para explorar as tão cobiçadas jazidas do interior da colônia portuguesa, embaraçam-se diversas figurações sociais que conectavam indivíduos de formas diferentes, formando diferentes molduras para suas ações. Nesse contexto, as figurações da cultura sertaneja e da sociedade de corte têm relevância especial, a primeira mais do que a segunda, mas, conforme se aproxima a Coroa, cresce a relevância das relações que envolvem a corte e o rei. Se observamos a situação levando em conta um processo de longa duração temporal, podemos entender que o evento contribuiu significativamente para a ampliação das cadeias de interdependência do império português, estendendo-as até os sertões da sua colônia americana, outrora incultos e temidos, envolvendo crescentemente a população colonial, inclusive a sertaneja e a sertanista, forçando as fronteiras territoriais, eliminando e docilizando as populações nativas e insubmissas, ocidentalizando cada vez mais a América.

São várias as figurações que pressionam os indivíduos, formando um emaranhado de possibilidades de ações, apesar de algumas, em alguns contextos, serem mais relevantes. Nas minas, há outras redes de interdependência que conectam as pessoas de modos específicos, influenciando em suas formas de entender o mundo e nas atitudes que tomam.

O catolicismo, estruturante da sociedade brasileira, tinha enorme relevância. Muitos vilarejos têm nomes religiosos, altares, missas e outros elementos que compõem a fé católica são diversas vezes mencionados. A proximidade com essa religião é sempre louvada. Os paulistas, por exemplo, são criticados quando identificados como mamelucos, maculados pelo “misticismo” indígena, mas são elogiados quando são lembrados por sua devoção católica (RUSSEL-WOOD, 1999:113). Nunes Viana também teria utilizado da proximidade com frades e de consagração religiosa para firmar seu poder, assim como fizeram vários monarcas. Esses são só alguns exemplos que nos lembram que a religiosidade compõe laços de interdependência de extrema importância de modo geral, e também no contexto, limitando e orientando as ações individuais.

A dádiva também pode criar vínculos de interdependência momentâneos ou históricos. Há casos de fluxos migratórios geracionais que criam relações e perspectivas muito importantes para certos grupos sociais. No caso das minas, a situação foi momentânea e contextual, mas elucidativa. Há indícios de que foram construídas duas relações em torno da dádiva da hospitalidade: relações pacíficas e de subordinação, interligando aqueles indivíduos que recebiam favores, como condução no caminho, abrigo, alimento, ferramentas, datas para minerar e principalmente proteção, formando bases para o mandonismo; e também relações de oposição, devido à ingratidão daqueles que recebem, mas não retribuem, nem se submetem aos fornecedores. Com a figuração sertaneja, esta situação foi agravada, pois tal descompostura melindrava a honra dos descobridores anfitriões e incitou maiores agressividades.

Portanto, as redes de interdependência sociais são variadas e se emaranham de formas complexas, influenciando maneiras de ver e compreender o mundo, oferecendo diversas possibilidades de ações para os indivíduos. Uma teorização interessante sobre as formas de relação entre as pessoas é a que propõe Granovetter (1973 e 1983).

## **8 REDES SOCIAIS**

Elias sublinhou a importância dos laços sociais para a tomada de decisão individual e também para configurar as relações políticas. Ele lamenta que “*os diferenciais de coesão e integração, como uma faceta dos diferenciais de poder, não tenham recebido a atenção que merecem*” (ELIAS; SCOTSON, 2000: 24). Em 1973, Granovetter, com o artigo *The Strength of Weak Ties*, debruça-se sobre questões pertinentes às preocupações de Elias. Granovetter explora a força dos vínculos que os indivíduos estabelecem entre si e seu impacto em suas vidas. Examina o grau de coesão das pessoas em redes e os fluxos de recursos, debruçando-se “*na difusão de influência e informação, mobilidade, oportunidade e organizações comunitárias*” (GRANOVETTER, 1973: 1360, tradução nossa). Com a análise de rede, o autor entende que é possível observar como “*a força dos laços interpessoais*” está relacionada à “*difusão, mobilidade social, organização política e coesão social em geral*”. Simplificadamente, “*a força de um laço é uma combinação (provavelmente linear) da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da intimidade (confidência mútua), e dos serviços recíprocos que caracterizam o laço*” (Ibidem, p. 1361). Os laços fortes são aqueles entre pessoas mais próximas, mais íntimas, mais afins e parecidas, compõem-se de contatos mais regulares, disponíveis e confiáveis. Os laços fracos envolvem contatos menos frequentes, com pessoas diferentes, que detêm informações, poder e acessos diferenciados. Ao ressaltar a importância dos laços fracos, Granovetter rompe com a sociologia tradicional (KAUFMAN, 2012: 208):

É colocada ênfase na força de coesão dos laços fracos. A maioria dos modelos de rede lidam, implicitamente, com laços fortes, confinando assim a sua aplicabilidade para grupos pequenos e bem definidos. A ênfase em laços fracos presta-se a discussão sobre as relações entre grupos e a análise dos segmentos da estrutura social não facilmente definidas em termos de grupos primários (GRANOVETTER, 1973: 1360, tradução nossa).<sup>33</sup>

As conclusões de Granovetter contrariam formulações sociológicas tradicionais que destacam a importância dos laços fortes para a coesão social e o bem-estar dos indivíduos. Muitas proposições sociológicas consideram que a vida social desejável seria em aldeias pré-industriais, onde as pessoas viveriam com “*alto grau de coesão e estabilidade, plenamente ajustadas e integradas, e, em consequência disso, teriam gozado de um alto grau de felicidade*

<sup>33</sup> “Stress is laid on the cohesive power of weak ties. Most network models deal, implicitly, with strong ties, thus confining their applicability to small, well-defined groups. Emphasis on weak ties lends itself to discussion of relations between groups and to analysis of segments of social structure not easily defined in terms of primary groups” (GRANOVETTER, 1973: 1360).

*e satisfação*” (ELIAS; SCOTSON, 2000: 176). Nessas idealizações, a falta de integração à comunidade é vista como problemática, para o indivíduo e para o grupo. Os achados paradoxais de Granovetter desafiam essa ideia: “*laços fracos, sempre denunciados como geradores de alienação [...] são aqui vistos como indispensáveis para as oportunidades de indivíduos e à sua integração nas comunidades; laços fortes, criando coesão local, levam à fragmentação geral*” (GRANOVETTER, 1973: 1378, tradução nossa).

Essa conclusão ajuda a entender a Guerra dos Emboabas, migrações envolvendo grupos regionais e outras situações: os laços fracos, as relações entre diferentes, são importantes para a coesão social da sociedade, enquanto grupos demasiadamente fechados podem contribuir para segmentá-la, potencializando ambientes agressivos.

Em artigo posterior, *The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited* (1983), Granovetter revisa a literatura sobre o tema e analisa os resultados das pesquisas realizadas. Ele pondera que os laços que “*atuam como pontes entre os segmentos de rede*” podem disponibilizar grandes vantagens para os indivíduos (GRANOVETTER: 1983: 229, tradução nossa) e que essa é uma característica própria dos laços fracos (Ibidem, p. 208). Portanto, os achados dessa teorização, de modo geral e simplificado, atestam diferentes características e vantagens para os diferentes tipos de laços sociais:

Nas redes de “Laços Fortes” há uma identidade comum, as dinâmicas geradas nessas interações não se estendem além dos *clusters*, por isso mesmo, nas referidas redes procuramos referências para a tomada de decisão; são relações com alto nível de credibilidade e influência. Indivíduos que compartilham “Laços Fortes” comumente participam de um mesmo círculo social, ao passo que os indivíduos com os quais temos relações de “Laços Fracos” são importantes porque nos conectam com vários outros grupos, rompendo a configuração de “ilhas isoladas” dos *clusters* e assumindo a configuração de rede social (KAUFMAN, 2012: 208).

Pessoas com poucos laços fracos são privadas do contato de partes distantes do meio social, ficando limitadas a informações de sua vizinhança. Grupos mais isolados ficam defasados. Sem conexões de laços fracos, que integram indivíduos à sociedade como um todo, a tendência é que se formem ilhas sociais, uma sociedade fragmentada, onde as informações e os recursos têm dificuldades para fluir, podendo haver também dificuldade para se chegar a uma forma de viver tolerante e pacífica entre diferentes (KAUFMAN, 2012: 208).

Porém, a aceitação das informações está relacionada a sentimentos de identificação e confiança. Se os laços fracos expõem os indivíduos à inovação, sua adoção depende muito de seus laços fortes, redes comumente relacionadas à tomada de decisões (Ibidem, p. 209).

Segue-se, então, que os indivíduos com poucos laços fracos serão privados de informações de partes distantes do sistema social e serão confinados às notícias provincianas e às opiniões de seus amigos próximos. Esta privação não só irá somente isolá-los das ideias e modas mais recentes, mas pode também colocá-los em posição de desvantagem no mercado de trabalho, onde o avanço pode depender [...] de saber sobre oportunidades de emprego adequadas no momento certo (GRANOVETTER, 1983: 202, tradução nossa).<sup>34</sup>

Podemos levar a ideia para as minas e considerar que os laços fracos possibilitavam recursos extraordinários. É recorrente a ideia de que os forasteiros tinham vantagens devido às relações que mantinham alhures, o que lhes permite acesso a oportunidades, recursos e informações privilegiadas. Eles eram provenientes dessas outras regiões e tinham vínculos consistentes com as pessoas dessas localidades, seus conterrâneos, com quem tinham relações laborais, comerciais ou pessoais. No contexto da ocupação das minas, podemos considerar que os forasteiros formam relações de laços fracos com seus compatriotas, da metrópole ou das cidades litorâneas, pois estavam vivendo em ambientes diferentes, submetidos a pressões diferentes, com comunicação menos frequente, porém fornecendo recursos diferenciados dos disponíveis regionalmente.

Muitos forasteiros “gozavam da vantagem de ser conhecidos e amparados pelos compatriotas das praças marítimas, que lhes forneciam, a crédito, instrumentos e escravos africanos” (MATTOS in HOLANDA, 2007(a): 325-326), armamento e munição, que eram provindos majoritariamente da Bahia (ROMEIRO, 2008: 216). Mas as vantagens não eram só econômicas, também tinham acesso a postos políticos e administrativos, o governador Lencastre, por exemplo, teria favorecido forasteiros em nomeações políticas e no contrato dos

<sup>34</sup> “It follows, then, that individuals with few weak ties will be deprived of information from distant parts of the social system and will be confined to the provincial news and views of their close friends. This deprivation will not only insulate them from the latest ideas and fashions but may put them in a disadvantaged position in the labor market, where advancement can depend [...] on knowing about appropriate job openings at just the right time” (GRANOVETTER, 1983: 202).

açougues. Mais próximos e alinhados com o reino, também tiveram mais facilidade para aviltar a imagem dos inimigos ante a Coroa <sup>35</sup>.

Os laços fracos, portanto, mostraram-se relevantes nas minas e o caso em questão possui uma peculiaridade em relação a isso: um componente muito importante desse mundo, a Coroa portuguesa, estava muito longe do palco dos acontecimentos e a ligação com ela, estando nas minas, pressupõe laços fracos. Fidalgos portugueses, por exemplo, que viveram toda a vida no reino, com uma grande proximidade social da Coroa, ao se deslocar para as minas, inevitavelmente se submetem a outro mundo, sofrendo pressões diferentes e contando com recursos diferentes. Não há mais possibilidade de perfazerem um fluxo contínuo e envolvente de comunicação, as cartas demoram meses para chegar aos seus destinos. Por outro lado, essas partes, estando em contextos diferentes, possibilitam recursos e informações extraordinárias umas às outras. Dos centros de poder é fornecido apoio material, financeiro e político, das minas é fornecido o ouro.

Há quem diga, inclusive, que foram laços fracos que permitiram aos emboabas uma mineração diferenciada, mais financiada e tecnológica. Por volta de 1705, começaram a escassear as reservas de aluvião, expostas no leito dos rios, o que exigia a busca de jazidas mais profundas e difíceis de explorar. Alguns autores<sup>36</sup> acreditam que os emboabas tiveram vantagem para minerar esse ouro mais profundo, enquanto os paulistas preferiam explorar o mais fácil. Romeiro (2008: 116-120), porém, ressalta que tanto forasteiros como paulistas extraíram as riquezas superficiais enquanto foi possível e mineraram nos tabuleiros, desfazendo porções de terra que prometiam conter ouro, utilizando para isso a construção de complexos e longos canais que captavam a água dos córregos, conduzindo-a aos barrancos. Como essa empreitada exigia associação de muitos mineiros, os paulistas, que realizavam tradicionalmente seus empreendimentos em grupo, provavelmente não tinham desvantagens.

A agremiação era a vantagem dos paulistas. Apesar de não perfazerem um grupo hermético e sem conflitos, eram sertanistas que armavam suas expedições agrupados por laços fraternais e comunitários (Ibidem, p. 113), portanto, formavam coletividades, uma grande vantagem em sociedades de fronteiras, onde são fracas ou inexistentes as instituições centrais

35 Ver citação de página 168: (CAMPOS, 2002: 94 (nota)).

36 Vasconcelos (1974), Buarque (2007) e Andrade (2008) defendem essa tese.

reguladoras. No contexto da sociedade sertaneja, formar redes de solidariedade disponíveis geograficamente significava obter meios de proteção física e patrimonial. Os paulistas eram caracterizados por terem laços fortes robustos, mas dificuldades para a abertura social:

[...] a existência de um forte sentimento de identidade, expresso no reconhecimento de sua especificidade em relação aos outros grupos, desenvolveu na gente de São Paulo a tendência a se isolar em grupos fechados, pouco permeáveis à penetração de não-paulistas. Nutriam uma peculiar aversão a todo forasteiro – fosse ele comerciante, soldado ou funcionário régio. Em face disso, a partilha das lavras com forasteiros deveria afigurar-lhes um grande inconveniente (ROMEIRO, 2008: 113- 114).

A aversão aos forasteiros e o isolamento não eram absolutos. A relação de Borba Gato com o governador Artur de Sá e Meneses (ROMEIRO, 2008:56) é um exemplo disso. O acesso que os paulistas tinham a armas de fogo também faz crer em laços com outros centros, pois elas seriam provindas da Europa (Ibidem, p. 215). Havia relações dos paulistas com outras localidades e pessoas, mas, por sua história e geografia, estavam muito mais conectados entre si e tinham menos relações com atores de outros contextos, o que implicava em algumas dificuldades. A aquisição de escravizados negros é exemplo: “*Impossibilitados de derrubar a limitação imposta à aquisição de escravos, os paulistas ficaram à mercê dos atravessadores e açambarcadores*” (Ibidem, p 103).

Dessa forma, as formulações de Granovetter confirmam o enunciado de Elias: os “*diferenciais de coesão e integração*” estão mesmo vinculados aos “*diferenciais de poder*” dos grupos e dos indivíduos (ELIAS; SCOTSON, 2000: 24). Mas, além dos laços fortes, que possibilitam vantagens devido à participação em grupos coesos e integrados, também os laços fracos podem ser importantes, não só para as estruturas de poder, mas também para a orientação das ações das pessoas. Mesmo para o contexto da Guerra dos Emboabas, numa sociedade de fronteiras, as relações com a corte e com outros centros eram importantes. “*Quanto menos contatos indiretos a pessoa tiver, mais encapsulada ela estará em termos de conhecimento do mundo além de seu próprio círculo de amizades*” (GRANOVETTER, 1973: 1371, tradução nossa).

Porém, apesar das vantagens dos recursos e informações provenientes de relações externas ao contexto, na era dos potentados, o “*poder dos homens media-se, sobretudo, pelo número de pessoas que gritavam à sua volta, via de regra, parentes, vizinhos, homens livres pobres e forros*” (ROMEIRO, 2008: 88). A Coroa tentara introduzir-se na administração com

fidalgos muito bem relacionados na Europa, como D. Rodrigo Castelo Branco, morto pelos paulistas, como o governador Mascarenhas, barrado e ameaçado pelos forasteiros, como o governador Albuquerque, desobedecido e ameaçado pelos paulistas, e Vaz Pinto, expulso também por estes. A estruturação do poder nas minas, numa sociedade de fronteiras, isolada no sertão, tem seu suporte fundamental na força dos laços fortes. Ou seja, é principalmente por meio de uma rede clientelar regional que indivíduos como Nunes Viana, Bento do Amaral, Borba Gato e Amador Bueno se fazem poderosos.

As redes de laços fortes também possibilitam a mobilização, grande vantagem nas minas. As informações, as perspectivas, os boatos que circulam nas redes de laços fortes, entre pessoas próximas, têm alta credibilidade. Quando os grupos estão muito fechados, há saturação de informação e ausência de conteúdos diferentes, de contraposição, o que pode facilitar que uma informação, mesmo falsa, seja considerada real. Os boatos de que os paulistas massacrariam os contrários, por exemplo, só se espalharam, inquietaram as pessoas e tiveram seus efeitos porque os forasteiros formaram o grupo dos emboabas, por mais diferentes que fossem. Essas pessoas passaram a ter uma identificação devido à ameaça dos paulistas e começaram a compartilhar informações, julgamentos e perspectivas, o que contribuiu para que acreditassem nos boatos dos mortíferos intentos dos inimigos e se mobilizassem.

A formação de grupos mais fechados deixou a sociedade segmentada e as trocas de informações e possibilidades de entendimento entre os diferentes diminuí.

O que torna a difusão cultural possível, então, é o fato de que pequenos grupos coesos que são suscetíveis a compartilhar uma cultura não sejam tão coesos, não sejam totalmente fechados; em vez disso, que ideias possam penetrar a partir de outros grupos também coesos pelo meio de ligação dos laços fracos. É um aparente paradoxo que o efeito dos laços fracos, neste caso, é homogeneização, uma vez que minha ênfase tem sido a capacidade dos laços fracos de alcançar grupos com diferentes ideias e informações (GRANOVETTER, 1983: 215, tradução nossa).<sup>37</sup>

<sup>37</sup> “What makes cultural diffusion possible, then, is the fact that small cohesive groups who are liable to share a culture are not so cohesive that they are entirely closed; rather, ideas may penetrate from other such groups via the connecting medium of weak ties. It is a seeming paradox that the effect of weak ties, in this case, is homogenization, since my emphasis has been the ability of weak ties to reach out to groups with ideas and information different from one's own” (GRANOVETTER, 1983: 215).

Os laços fracos associam grupos diferentes e possibilitam uma certa homogeneização da sociedade. O processo civilizador promove exatamente isso: ele se desenvolve, entre outros motivos, com a “*circulação de modelos culturais*”, com a aproximação e com a competição pacífica de diferentes (CHARTIER in ELIAS, 2001: 23), difundindo padrões gerais de civilidade. Para Elias (1994b), é com a crescente relação entre estranhos, associados em torno de um centro, que a sociedade se torna mais pacífica e estruturada por uma lógica comum. Promovendo-se a formação de laços fracos, caminha-se para uma pacificação e homogeneização da sociedade, como apontam os achados paradoxais de Granovetter.

Como visto, as pontes de relacionamentos que ligavam paulistas e emboabas não eram numerosas, nem eram realmente consistentes. A migração envolvendo grupos que se diferenciam nitidamente e a disputa por recursos podem dificultar o convívio pacífico das pessoas. Nesses casos, frequentemente nem mesmo pessoas reputadas como hospitaleiras oferecem a dádiva da hospitalidade. No lugar dela, possivelmente, a agressividade é apresentada. As chances de relacionamento pacífico entre os grupos diminuem, assim como o grau de articulação da sociedade de forma geral, potencializando o conflito. Essas condições levaram à Guerra dos Emboabas, um ótimo cenário para a Coroa portuguesa, que, valendo-se das intrigas dos poderosos, fortalece sua posição.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vivemos sujeitos a pressões de várias figurações sociais (redes de interdependência que conectam as pessoas, que moldam e orientam suas concepções de mundo e suas ações). Como são várias as redes de interdependência influentes em nossas vidas, há uma diversidade de linhas de conduta que podemos adotar, mas, conforme o contexto, algumas figurações costumam ter maior peso. Quão mais fortes e próximos os laços sociais, mais relevantes eles serão para a atuação das pessoas. Assim, estruturas familiares e tradições locais, por exemplo, costumam ser as referências mais importantes para a ação individual, a não ser que o ordenamento oficial consiga se impor, o que não acontece em uma sociedade de fronteiras.

A sociedade de corte ascende a partir da monopolização crescente da arrecadação de impostos e do “*poderio militar e policial reunidos*” (ELIAS, 2001: 28). Como a incipiente sociedade mineira era dominada por potentados armados, que sustentavam seu poder pela força,

podemos considerar que a sociedade de corte e o governo português tinham menos influência que as relações sócio-políticas sertanejas.

Entre as figurações da corte e sertaneja há possibilidades de complementaridade, pois os rudes potentados das minas anseiam por nobilitação, querem gozar de distinção aristocrática e o mandonismo poderia favorecer a aproximação com o rei e a ascensão social. Porém, os valores de insubordinação, audácia e autonomia, que faziam parte da figuração sertaneja, eram contrários à lógica da figuração da corte, que exige modos refinados, submissão ao rei e a suas autoridades. Em muitos momentos, essas estruturas de interdependência indicaram caminhos contraditórios aos indivíduos, que seriam ou malvistas pela comunidade local, ou malvistas pela Coroa e seus representantes.

Nesses primeiros tempos, a figuração mais importante é a da sociedade sertaneja, a mais vinculada a uma lógica de sociedade de fronteiras, pois articula os indivíduos localmente. Aos poucos, a Coroa vai tomando o lugar dos potentados, estabelecendo governo, erigindo-se como poder central, apesar da incompletude desse processo de centralização e da necessidade de negociação com os colonos (CAMPOS, 2002: 414). As minas atraíam muitos olhares, dando margem para outras figurações serem bastante relevantes. A própria cultura sertaneja continuará vigorosa em vários rincões.

Os paulistas, geográfica, social e historicamente mais isolados, estavam menos envolvidos nas teias de relacionamento que ligavam os súditos ao monarca e mais envolvidos nas lógicas locais, familiares e sertanistas. Sentindo maior pressão da lógica do sertão e estando mais afastados da lógica aristocrática, os paulistas estavam menos inclinados à submissão. O retrato do rei levado para São Paulo, no fim da Guerra dos Emboabas, é emblemático do esforço de conectá-los ao reino e os ligar afetivamente ao soberano.

Apesar de insubmissos, esses mamelucos tinham capacidades colonizadoras notórias e foram a linha de frente da expansão portuguesa e do processo civilizador ocidental na América. As referências nativas os aproximavam do novo mundo, facilitando a vitória sobre a natureza e sobre as populações locais; as referências portuguesas introduziam as primeiras doses de civilização ocidental, preparando a colonização. Depois dos primeiros esforços paulistas, os sertões mineiros receberam hordas de ocidentais.

Porém, quando há migração envolvendo disputa por recursos e coletividades com algum senso de identificação e diferenciação, como os paulistas, frequentemente o grupo anfitrião não

oferece boa recepção aos forasteiros. A hospitalidade poderia envolver ambos os grupos em redes de interdependência, pois o acolhimento aos recém-chegados é uma dádiva que potencialmente gera relações pacíficas, mas, quando há recursos em disputa, isso não costuma acontecer. Aos imigrantes que são vistos como ameaça, o que se oferece é a hostilidade e podem se formar relações de oposição. Essa situação contribui para um relativo fechamento das coletividades: ao mesmo tempo em que seus membros se tornam mais próximos internamente, diminui-se a relação externa, entre membros dos grupos opostos. Cenários de grande agressividade podem se originar dessa situação.

É interessante notar, como teorizou Granovetter (1974: 1378), que sociedades que agrupam indivíduos intimamente, vinculando-os em grupos coesos e fechados, de laços fortes, que lhes fornecem proteção, afeto, identidade e significado para a vida, podem também dificultar a relação externa, entre diferentes, e uma integração social mais ampla. Ou seja, grupos demasiadamente coesos e fechados podem contribuir para a desarticulação do sistema geral e potencializar conflitos, principalmente se há disputa de recursos e posições, como observou Richmond (1988). A ausência de poder centralizado, que pode digerir diferenças pacificamente, é mais um complicador:

Assim no meio de terras sem fim, a aproveitar, e entre minas de ouro, que nem durante séculos se poderiam exaurir; se começava uma briga; porque não havia naquela gente espírito de tolerância, e porque os homens sem medo das penas fazem logo sentir quanto a obediência à autoridade é indispensável para o seu próprio bem (VARNHAGEN, 1877: 896).

Essa perspectiva do estadista Varnhagen está em pleno acordo com as ideias de Hobbes. Para este, quando inexistente um poder visível capaz de manter os indivíduos se respeitando, “*forçando-os, por meio do castigo, ao cumprimento de seus pactos*”, eles só podem contar com suas próprias forças para se protegerem, encontram-se entregues às paixões naturais, buscando domínio sobre os demais, numa “*miserável condição de guerra*” (HOBBS, 1974: 59). Como nos anos iniciais de exploração das minas, essa condição natural só se reverteria quando as pessoas se submetessem ao Estado, dotando-o com poder absoluto. O governo artificialmente instituído, inspirando o terror, seria capaz de conformar as vontades e evitar a guerra de todos contra todos. “*É esta a geração daquele grande Leviatã [...] ao qual devemos [...] nossa paz e defesa*” (Ibidem, p. 61). Porém, depois da Guerra dos Emboabas, o governo que emerge nas Minas, fortemente punitivo e tributador, objetivava explorar ao máximo as possibilidades em prol do

monarca e não gerou o prometido estado de paz. Na verdade, várias revoltas e agitações sociais ocorreram ao longo do século.

Se as penalidades aos participantes da Guerra dos Emboabas foram praticamente inexistentes, pois o poder central era fraco e não havia condições para punir, posteriormente observamos aparatos fiscal, judiciário e militar radicais, que buscavam imprimir a ordem por meio do terror: em 1720, na sedição de Vila Rica, Felipe dos Santos foi executado (SOUZA, 2006: 156), sendo arrastado por cavalos, esquartejado, tudo exibido publicamente, com sua cabeça exposta no pelourinho (CCM, 1999: 226). Em 1735, a Coroa consegue implantar a captação, o imposto que mais desejava, incidindo sobre todos que trabalhassem, e, a partir de meados do século XVIII, mesmo num período de mineração mais custosa, teve maiores rendimentos tributários (CAMPOS, 2002: 415). A derrama, decretada no final de 1750, visava assegurar um teto mínimo de 100 arrobas (uma tonelada e meia) de ouro por ano, exigindo outras arrecadações, caso os quintos não atingissem esse valor (CCM, 1999: 62). Em 1792, Tiradentes foi enforcado e também esquartejado.

Considerando que o poder absoluto é a “*vitória do poder central sobre as autoridades tradicionais dos senhores e das comunidades locais*” (FURET apud SOUZA, 2006: 66), podemos considerar que houve um poder absolutista nas minas, um Leviatã mineiro, representado por um controle, uma administração e um aparato governamental bastante relevantes, que tiveram na Guerra dos Emboabas momento importante de formação.

É a partir da Guerra dos Emboabas que o poder central passa a ter maiores condições de se impor nas minas. Antes disso, a lógica vigente era sertaneja e os poderosos eram os senhores locais. Foi a era dos potentados e se destacaram os sertanistas de São Paulo. Num primeiro momento, de expansão e guerra, esses homens representam o mundo português e ocidental, embrenhando-se nos sertões, combatendo nativos, buscando riquezas, alargando os domínios do monarca. Mas, num segundo momento, de estabilização, colonização e exploração de riquezas, esses homens passam a ser entraves para os objetivos da Coroa de centralizar o poder e controlar as novas terras. A independência, a miscigenação com o indígena, a força, a valentia, a belicosidade e a rudez, que faziam dos sertanistas paulistas ótimos agentes da expansão ocidental nas Américas, também faziam deles obstáculos para a consolidação do poder central.

Com a Guerra dos Emboabas, que opôs os potentados paulistas e os forasteiros, a Coroa inicia o processo de subjugar as elites guerreiras mineiras e impor uma organização administrativa mais centralizada. E, forçando os sertanistas para novas conquistas, expandiu-se

esse processo para sertões ainda mais longínquos. Portanto, a Guerra dos Emboabas foi um importante momento do processo civilizador no Brasil.

Mas, apesar desse movimento de centralização, o Império português, devido à distância do centro decisório, tinha uma complexidade notável e era fundamental respeitar os poderes e lógicas locais, a extrema pressão poderia arrebentar o sistema (SOUZA, 2006: 15). Por isso, a manipulação de conflitos, dádivas e mercês, para aproximar potentados da autoridade central, era essencial para a manutenção do poder (Ibidem, p. 18). Assim, *“o estado esteve indiscutivelmente presente na colonização e na administração das possessões ultramarinas: o que se deve perscrutar é a expressão e a lógica dessa presença”* (Ibidem, p. 51). As estruturas de poder eram tecidas *“ao sabor de conjunturas e atuações individuais; situações e personagens que obedeciam a normas e determinações emanadas do centro do poder, mas que as recriavam na prática cotidiana”* (SOUZA, 2006: 14).

Portanto, apesar de sua importância, a Guerra dos Emboabas foi só um dos eventos do processo que levou a civilização ocidental para os sertões. As minas continuaram um ambiente turbulento, com diversos interesses e figurações envolvidas, com penetrações dos interesses pessoais no âmbito do governo e com variadas formas de burlar o poder central, que nunca será, de fato, absoluto. Por maior que seja a pressão do poder oficial, as pessoas se envolvem em um emaranhado de relações sociais, o que acarreta em complexas e intrincadas possibilidades de ação, muito além daquelas enquadradas pelo poder governamental.

Os indivíduos são orientados, moldados e limitados pelo entrelaçamento de suas relações sociais, pressionados por diferentes elementos e tradições, nem sempre pacificamente congruentes. Naquele momento de transição, sustentar papéis sociais que demandavam posturas diferentes mostrou-se um desafio para os potentados mineiros, respeitados por serem insubordinados e brutos, mas que começam a sentir a pressão da sociedade de corte, que demandava deles modos refinados e submissos.

Indivíduos considerados poderosos por terem posição de destaque social, contando com ampla margem de ação, são, por outro lado, fortemente constrangidos por todos os elementos e tradições que são obrigados a respeitar para manter as fachadas esperadas. Portanto, estão aprisionados em celas invisíveis, encarcerados por uma imagem ideal, construída por suas redes de interdependência social, pressionados a apresentar condutas compatíveis com seu status. Normalmente, quanto mais alta a posição, maior o decoro que se deve apresentar (GOFFMAN, 2002: 124) e maior o esforço para evitar escandalosas contradições. Se do representante do rei

é esperado modo cortês e submissão, o potentado do sertão caracteriza-se por sua conduta soberana e violenta. Assim, quando as minas levam o poder central aos sertões, as imagens sociais que sustentam os poderosos exigem comportamentos ambíguos.

## 10 CONCLUSÕES

Tendo em vista a extensão da sessão anterior, onde as conclusões são apresentadas de forma mais minuciosa, exponho-as agora de modo mais conciso e objetivo.

Os sertanistas paulistas eram autônomos e rebeldes, mas, ao explorar e domar os sertões em busca de índios e pedras preciosas, prestavam grandes serviços para a colonização portuguesa. Foram importantes agentes do processo civilizador ocidental na América do Sul.

Quando eles revelaram ricas jazidas minerais, em 1694, ocorreu um dos processos migratórios mais importantes da história do Brasil, pois levou a civilização ocidental para os sertões. Os orgulhos e belicosos descobridores foram seguidos por uma massa de estrangeiros (emboabas), ávidos pelas riquezas.

Em processos migratórios envolvendo disputas por recursos e grupos que se distinguem, os anfitriões costumam se fechar e não oferecer hospitalidade aos imigrantes, aumentando as chances de se formarem relações conflituosas entre as diferentes coletividades.

Formou-se uma sociedade de fronteiras, apartada do governo, sem instituições garantidoras oficiais e com população heterogênea. Os laços sociais fortes, as redes de interdependência que relacionavam os indivíduos pela identificação coletiva, de forma íntima e próxima, foram decisivos para estruturar as relações de poder local. A Coroa tinha grandes dificuldades para assumir a administração das minas e controlar a população. Até a Guerra dos Emboabas, em 1708 e 1709, os potentados eram as figuras de maior domínio. O mundo político e social se organizou principalmente por meio da figuração sertaneja, estruturado e sustentado pela força da coletividade presente, pela valentia e pela insubmissão.

As formas de ver e de agir das pessoas são orientadas por diversas pressões sociais provindas dos grupos humanos em que se inserem. Como acontecia nas minas, em que a figuração sertaneja e a figuração da corte se sustentavam em pressupostos diferentes, as pressões sociais podem pressionar os indivíduos para condutas contraditórias.

Um indivíduo que ocupa posições sociais destacáveis, como um potentado do sertão, é poderoso, mas, ao mesmo tempo, tem suas ações vigorosamente enquadradas na lógica das redes de interdependência social que sustentam seu poder.

A Guerra dos Emboabas foi uma disputa entre potentados, os descobridores foram expulsos dos seus achados pelos forasteiros, e a Coroa portuguesa aproveita-se para aumentar seu controle e influência na região. Na medida em que avança o poder central, aumenta-se a importância da figuração da corte, estruturada pelo respeito e pela submissão, em detrimento da figuração sertaneja. Apesar da constante presença das redes de interdependência locais e de interesses particulares, vai nascer um governo bastante centralizado, o Leviatã mineiro, que pressiona em grande medida a conduta da população que ali vivia.



Figura 3 - Bandeiras do século XVII e XVIII



Fonte: *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: FAE, 1991.

Fonte: ATLAS HISTÓRICO ESCOLAR, 1991





Figura 6 - Caminhos de Sá e Menezes

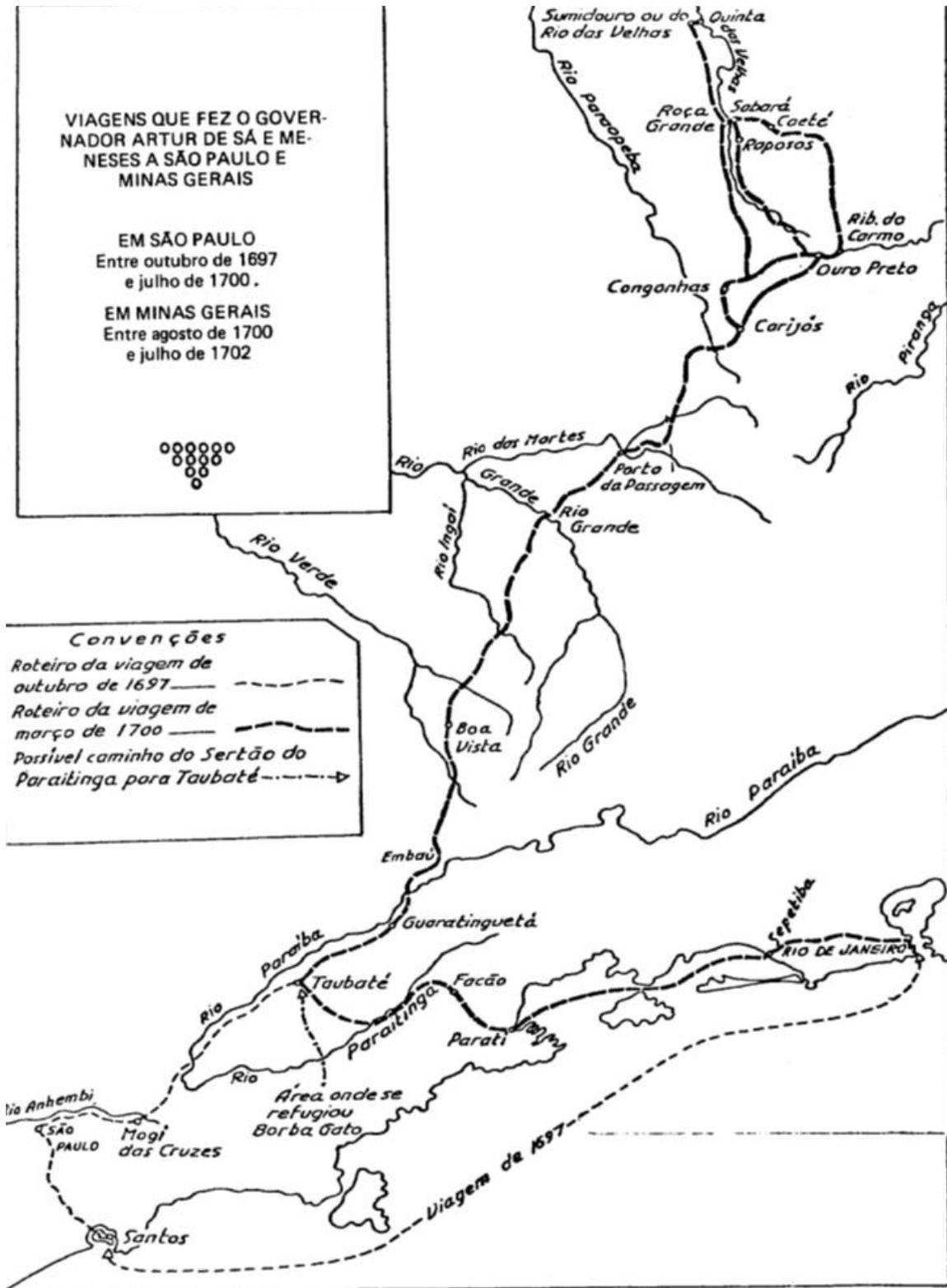


Fig. 16 - Cartograma da viagem de Artur de Sá.



Figura 8 - Movimentações durante o conflito

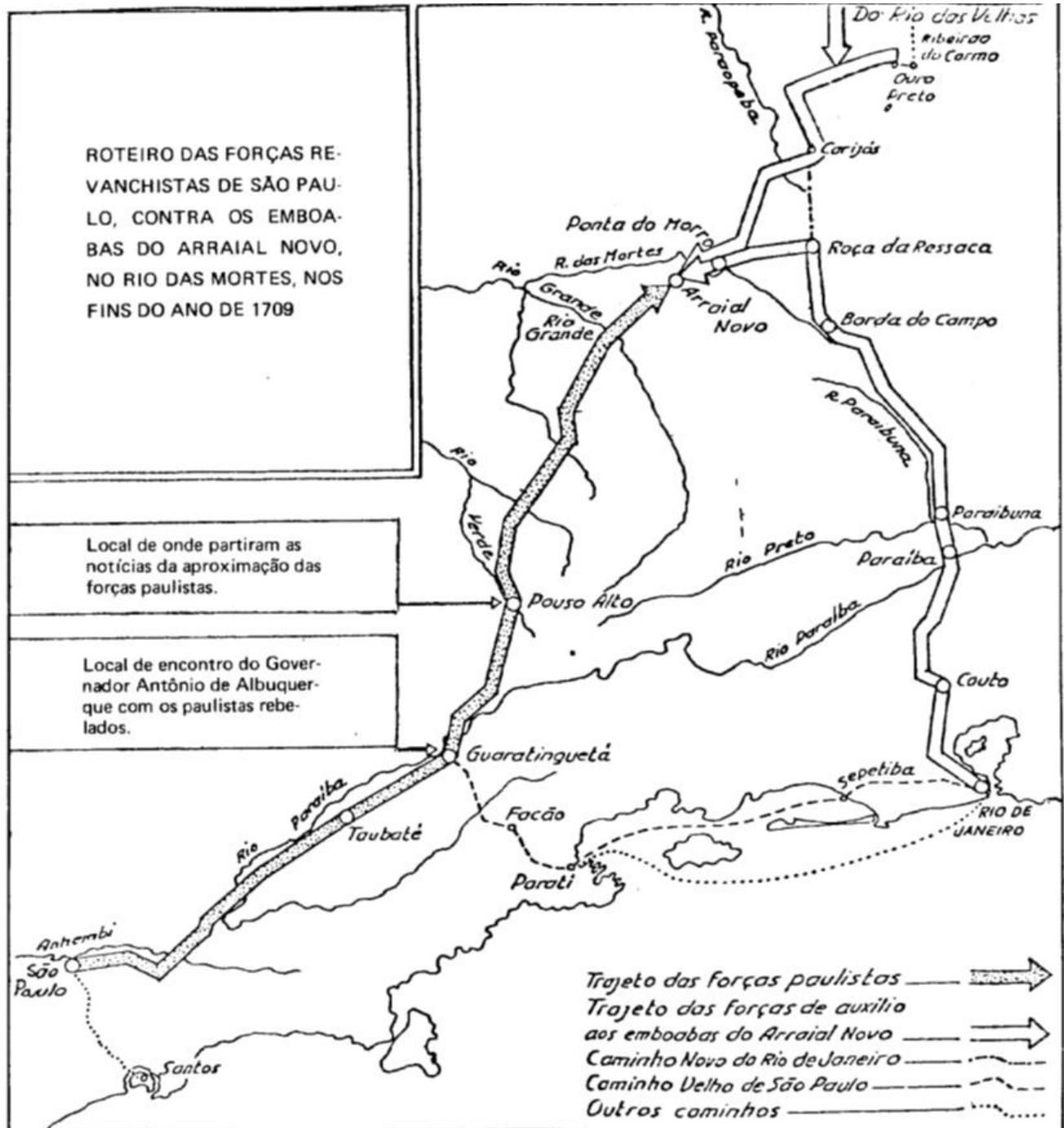
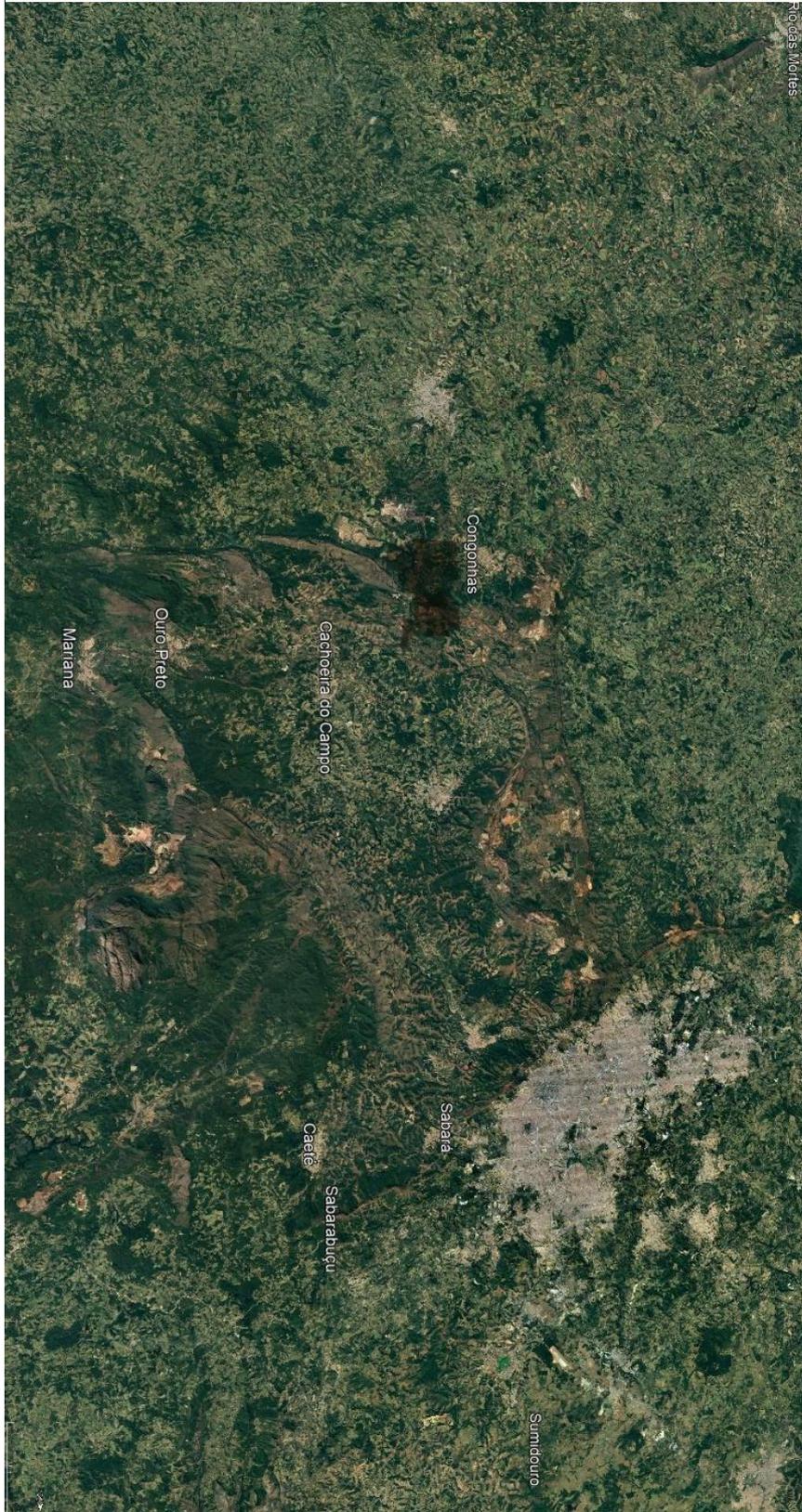


Fig. 21 – O cartograma evidencia a ligação franca e direta do Rio de Janeiro com as Minas Gerais, com o Caminho Novo funcionando estrategicamente. Levando tropas de auxílio ao Rio das Mortes, ou trazendo outras em setembro de 1711, para socorro da praça do Rio de Janeiro, atacada pelos piratas de Duguay-Trouin, socorro esse que chegou tarde. Já os franceses haviam abandonado a cidade após saqueá-la.

Figura 9 - Quadrilátero Ferrífero e Rio das Mortes



Fonte: Google Earth (Imagem de satélite)

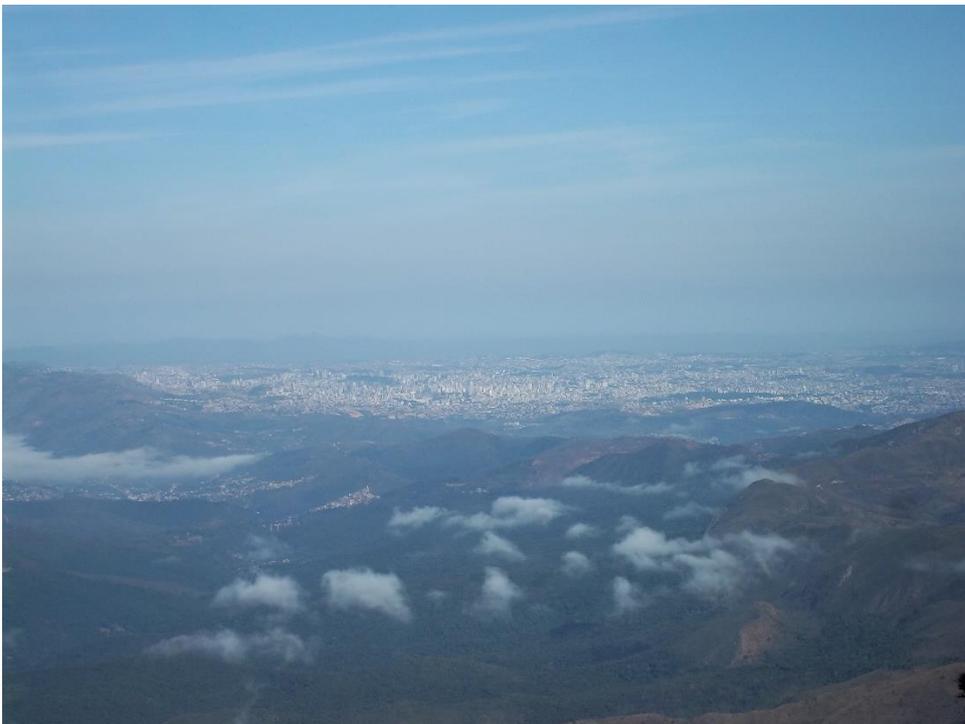


*Figura 11 - Caeté vista de Sabarabuçu*



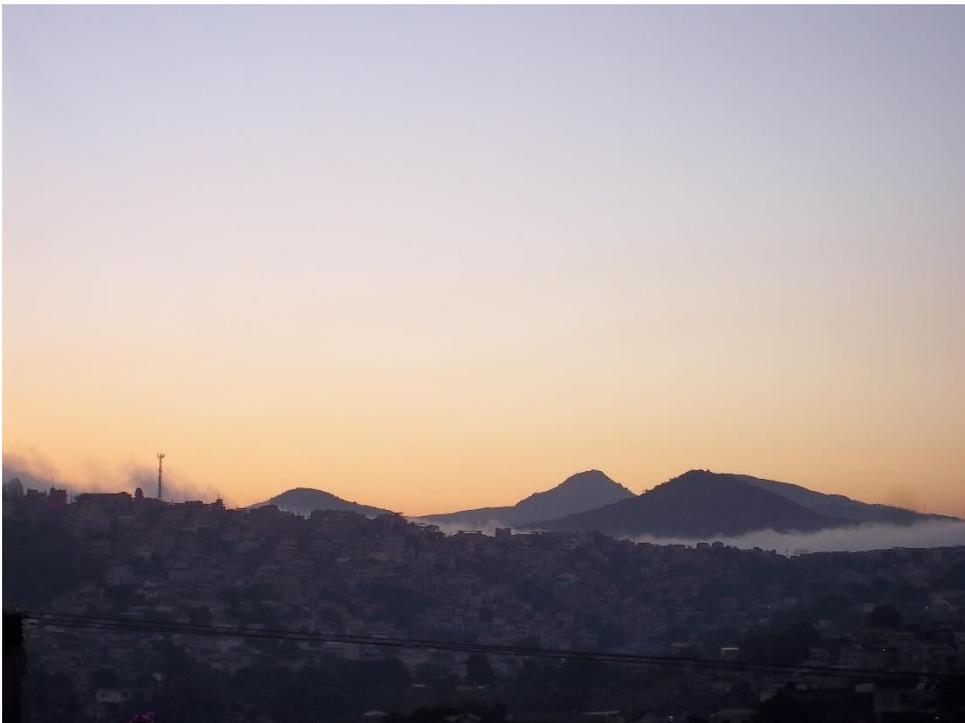
Fonte: Fotografia do autor

*Figura 12 - Sabará e Belo Horizonte vistas de Sabarabuçu*



Fonte: Fotografia do autor

*Figura 13 - Sabarabuçu vista de Belo Horizonte*



Fonte: Fotografia do autor

*Figura 14 - Sabarabuçu vista da Serra do Espinhaço*



Fonte: Fotografia do autor

## REFERÊNCIAS

- ABREU Capistrano. Capítulos de História Colonial: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ABUD, Kátia Maria. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista – o bandeirante. Tese de doutorado apresentado a F.F.L.C.H. da Universidade de São Paulo, 1985.
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antônio. Fernand Braudel e as ciências humanas. Tradução: Jurandir Malerba. – Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/editora/portal/pages/>. Acessado em janeiro de 2019.
- ANASTASIA, Carla M. J. A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas: Autêntica, 2008.
- ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>. Acessado em janeiro de 2019.
- BARTH, Fredrik (org.), Los grupos étnicos y sus fronteras. México: Fondo de Cultura Económica. 1976.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (BRASIL). Roteiro das esmeraldas: a bandeira de Fernão Dias Pais. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1979.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia. São Paulo: Itatiaia: Ed. da USP, 1984.
- BARROS, José Costa D'Assunção Barros. Escola dos Annales: Considerações sobre a história do Movimento. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010.
- BENTES MONTEIRO, Rodrigo. A Rochela do Brasil: São Paulo e a aclamação de Amador Bueno como espelho da realeza portuguesa. Revista de História. São Paulo, Departamento de História da Universidade de São Paulo, número 141, terceira série, 2o semestre de 1999, p.21-44.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin; LE GOFF, Jacques; SCHWARCZ, Lilia Moritz; BLOCH, Étienne. Apologia da história, ou, O ofício de historiador. Ed. anotada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, c2002.
- BOURDIEU, PIERRE. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.
- BOURDIEU, P. (Org.) A Miséria do Mundo. Petrópolis: Editora Vozes, 2003 (Capítulo: Compreender).
- BOXER, C. R. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1963.
- BRAUDEL. Fernand. História e Sociologia. São Paulo: Revista de História, v.30 n.61, 1965. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123302>. Acessado em 16/09/2020.
- BUENO, Eduardo. Naufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.
- CAMPOS, Maria Verônica. Governo de Mineiros, “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”, 1693 a 1737. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2002.
- CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- CELLAR, André, A análise documental in: pesquisa qualitativa - Enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. In POUPART, Jean.; PIRES, Álvaro; NASSER,

Ana Cristina Arantes. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CCM (Código Costa Matoso) FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Veronica. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

COSTA, Cláudio Manuel da. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. In: Revista do IHGB, Tomo LXXI, 1908. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107810-revista-ihgb-tomo-lxxi-parte-i.html>. Acessado em janeiro de 2019.

DEUS, Gaspar da Madre de, Frei. Memórias para a história da capitania de S. Vicente hoje chamada de S. Paulo. São Paulo: Martins, 1953.

DURKHEIM, Emile; RODRIGUES, Jose Albertino. Emile Durkheim: sociologia. São Paulo: Ática, 1978.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador, Volume 1: Uma História dos Costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 (a).

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador, Volume 2: Formação do Estado e Civilização. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 (b).

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Elias, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ELIAS, Norbert. Sociologia do conhecimento: Novas Perspectivas. Sociedade e Estado, Brasília, v. 23, n. 3, p. 515-554, set./dez. 2008.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. 3 ed. Editora Globo. 2001. Disponível em: <http://groups.google.com.br/group/digitalsource>. Acessado em janeiro de 2019.

FERREIRA, Luís Gomes.; FURTADO, Júnia Ferreira, org., Erário mineral. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Mineiriana collection 2002. Available from SCIELO Books <http://books.scielo.org> Acessado em janeiro 2019.

FONSECA, Manuel da. Vida do Venerável padre Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus da Província do Brasil. São Paulo Melhoramentos: SD (sem data).

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionario de bandeirantes e sertanistas do Brasil: séculos XVI, XVII, XVIII. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48a edição. São Paulo: Global, 2003.

GANDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil : história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. Disponível em: <Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>. Acessado em janeiro 2019.

GASPAR, Tarcísio de Souza. Bocas de fogo no conflito entre forasteiros e paulistas. In: Revista Tempo de Conquista, n. 6, dezembro de 2009. Disponível em: <http://revistatempodedeconquista.com.br/documents/RTC6/TARCISIOGASPAR.pdf>. Acessado em 16/09/2020.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. A Representação do eu na vida cotidiana. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 10ª Edição. EDITORA VOZES. Petrópolis 2002.

GOFFMAN, Erving. Ritual de Interação. Ensaio sobre o Comportamento Face a Face. Petrópolis: Ed. Vozes. 2011.

GOLDTHORPE, John. "The Uses of History in Sociology: Reflections on Some Recent Tendencies." The 1989 T. H. Huxley Memorial Lecture. British Journal of Sociology 42 (2): 211–30. 1991

GOLGHER, Isaias. Guerra dos Emboabas: a primeira guerra civil nas Américas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1956.

GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. The American Journal of Sociology, Vol. 78, No. 6. (May, 1973), pp. 1360-1380. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=00029602%28197305%2978%3A6%3C1360%3ATSOWT%3E2.0.CO%3B2-E> 202. Acessado em 16/09/2020.

GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited. Sociological Theory, Vol. 1 (1983), pp. 201-233. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20205.1>. Acessado em 16/09/2020.

HESPANHA, Antônio Manuel. As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal - séc. XVII. Campos. E impres.: Pedro Ferreira, Rio de Mouro: 1987.

HOBBS, Thomas. Leviatã. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 1974. PDF Disponível em: <http://library.lol/main/78BC4F9E0415DE6F1AA9BD2F4FEE1AB9>. Acessado em 16/09/2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo; Brasiliense: Publifolha, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; RICARDO BENZAQUEN DE, Araújo; SCHWARTZ, Lilia Moritz. Raízes do Brasil. Ed. comemorativa 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr; AB'SABER, Aziz Nacib ... [et al.]. A época colonial: Administração, economia, sociedade; Tomo 1, Vol.1. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 (a).

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr; AB'SABER, Aziz Nacib ... [et al.]. A Época colonial: Administração, economia, sociedade; Tomo 1, Vol.2. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 (b).

HOLANDA, Sérgio. Monções. organização Laura de Mello e Souza, André Sekkel Cerqueira \; notas André Sekkel Cerqueira —. 4a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KAUFMAN, D. A força dos "laços fracos" de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. Galaxia (São Paulo, Online), n. 23, p. 207-218, jun. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/5336/7580>. Acessado em 16/09/2020.

KUHN, Thomas. Estrutura das Revoluções Científicas (1962). 5 Edição, Editora Perspectivas. São Paulo 1998.

KISER, Edgar; HECHTER, Michael. "The Role of General Theory in Comparative-Historical Sociology." American Journal of Sociology 97 (1): 1–30. 1991.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. Revista de Sociologia e Política. Nº 14: 173-194 JUN. 2000.

LEE, E. Uma teoria sobre a migração. Traduzido de LEE, E. A theory on migration. Demography, 3 (1): 47-57. In: MOURA, H. A. (Org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise. Tomo 1: 89-114. Fortaleza: BNB. 1980.

LEITE, AURELIANO. O Cabo-Maior dos Paulistas na guerra com os Emboabas. Livraria Martins, São Paulo, 1942.

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica. 5.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980 (t. I).

(LEME, Pedro Taques de Almeida Pais – Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica, 5ª ed. Belo Horizonte. Itatiaia, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1998 (t. III).

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. História da capitania de São Vicente. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

LIMA JUNIOR, Augusto de. A capitania das Minas Gerais: (origens e formação). 3. ed. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Arte, 1965.

LOPES BRANDÃO, J.R. Desenvolvimento e Migrações: uma abordagem histórico-estrutural. Revista Mexicana de Sociología Vol. 36, No. 1 (jan. - Mar., 1974), pp. 45-58.

MACHADO, José de Alcântara. Vida e Morte do Bandeirante. São Paulo, Martins/ Brasília, INL, 1972.

MAEDER, Ernesto J. A. Las fuentes de la información sobre las misiones jesuíticas de guaraníes. Teología: revista de la Facultad de Teología de la Pontificia Universidad Católica Argentina, ISSN 0328-1396, N.º. 50, 1987, págs. 143-164. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2524125>. Acessado 16/09/2020.

MAGALHÃES, Basílio de. Expansão Geográfica do Brasil Colonial. Companhia Editora Nacional, São Paulo: 1935. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/127?locale=en>. Acessado 16/09/2020.

MARTINE, G. Adaptação dos imigrantes ou sobrevivência dos mais fortes. In: MOURA, H. A. (Org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB. 1980

MASSEY, Douglas S. et all. "Theories of international migration: a review and appraisal", Population and Development Review, 19(3), pp 431-466. 1993

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAYER, Jorge Miguel. Verbete Biográfico de Aureliano Leite. Fundação Getúlio Vargas 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/leite-aureliano>. Acessado em 04/11/2019.

MELO, José Soares de. Emboabas. São Paulo Editora: São Paulo, 1979.

Merton, Robert K. Teoría y estructura sociales. Parte II- Estudios sobre estructura social y cultural. XI. La profecía que se cumple a sí misma. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

MILLS, C. W. Do artesanato intelectual. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, Sexta Edição. 1959.

MONTEIRO. John Manuel. Negros da terra- índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. Companhia das Letras: 1994.

MONTEIRO, John Manuel. Os Caminhos da Memória: paulistas no Códice Costa Matoso. Varia História, Belo Horizonte MG, v. 21, p. 86-99, 1999.

MONTOYA, Antônio Ruiz de. Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las Provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay, y Tape. Madrid, Imprensa Del Reyno: 1639. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2595>. Acessado em Janeiro de 2020.

NEVES, Cylaine Maria das. A Vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação. São Paulo: FAPESP, Annablume, 2007.

NISBET, R. A sociologia como forma de arte. Plural. Revista do Curso de Pós-Graduação em Sociologia da USP. São Paulo, n. 7, p. 111-130, 2000.

PEREIRA, Nuno Marques, *Compêndio narrativo do peregrino da América*. Lisboa Occidental: Na Officina de Manoel Fernandes da Costa 1728. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4067> . Acessado em 16/09/2020.

OLIVEIRA, L. R. C. de. O ofício do antropólogo ou como desvendar evidências simbólicas. *Série Antropologia*, vol. 413, Brasília, DAN/UnB, 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 26a ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Bahia: Imprensa Economica, 1878. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242473>. Acessado 16/09/2020.

QUADAGNO, Jill; SNAPP, Stan. "Have Historical Sociologists Forsaken Theory? Thoughts on the History/Theory Relationship." *Sociological Methods and Research* 20 (4): 481–507. 1992.

RAVENSTEIN, E.G. As leis das migrações, In: MOURA, H. A. (Org.). *Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB. 1980.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo: Autêntica, 2007.

RICHMOND, Anthony H. *Immigration and ethnic conflict*. Palgrave Macmillan: UK, 1988.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. *Memória histórica da Capitania de Minas s*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 204

RODRIGUES, Anna Maria Moog. *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira. DFIME – UFSJ – São João del-Rei-MG. *Revista Estudos Filosóficos* no 7/2011. Pág. 30 - 36 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>. Acessado em Janeiro de 2020.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ROMEIRO, Adriana. Os sertões da fome: a história trágica das minas de ouro em fins do século XVII. *Revista Sæculum*. n° 19 - jul./dez. 2008b.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. Identidade, etnia, e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso. *Varia história*. Códice Costa Matoso, Belo Horizonte, n.21, jul.1999.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo* Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SANTOS, Carlos Affonso dos. *As lutas entre Emboabas e Paulistas e suas consequências* (Tese). 1952.

SANTOS, Douglas Corrêa de Paulo. *Os Amaral Gurgel: família, poder e violência na América portuguesa*. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História (Dissertação). 2017.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Os Paulistas e os outros: Fama e Infâmia na representação dos moradores da Capitania de São Paulo nas letras dos séculos XVII e XVIII. *Projeto História*, São Paulo, n. 57, pp. 84-107, Set. Dez. 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Célia Nonata da. Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

SJAASTAD, Larry A. (1980) “Os custos e os retornos da migração”, In: Moura, H. (coord.), Migração Internacionais selecionados, tomo 1, pp. 115-144, Estudos Econômicos e Sociais, v.4, Banco do Nordeste do Brasil S.A, Fortaleza, 1980. Original em *Journal of Political Economy*, 70, pp. 80-93, October 1962.

SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret Somers. “The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry.” *Comparative Studies in Society and History* 22 (2): 174–97. Smith, Dennis. 1991. *The Rise of Historical Sociology*. Philadelphia: Temple University Press. 1980.

SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SUANNES, S. Os Emboabas. São Paulo: Brasiliense, 1962.

TAUNAY, Afonso d'E. História das bandeiras paulistas. São Paulo: Melhoramentos, 1951. 2v.

TECHO, Nicolás del. Historia de la provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús. Madrid: Librería y Casa Editorial A. de Uribe y Compañía. 1897. Disponível em: <https://ia802604.us.archive.org/20/items/historiadepro00unkngoog/historiadepro00unkngoog.pdf>. Acessado em 16/09/2020.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal. 2. ed. integral. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert 1877. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242428>. Acessado em 16/09/2020.

VASCONCELOS, Diogo de. História antiga das Minas Gerais. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 2v.

VENÂNCIO, R. P. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, p. 181-189, 2000. 205.

VIANA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

WEBER, Max; GERTH, Hans Heinrich; MILLS, C. Wright. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva / tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa*. São Paulo: Impr. Oficial; Brasília: Ed. Unb, 2004.